

EQUIPA

Cliente	Câmara Municipal de Sines
Descrição do Documento	Relatório da Revisão do PDM – Caracterização e Diagnóstico
Versão	2ª versão
Data	Janeiro de 2009
Coordenador do Plano	Prof. Manuel da Costa Lobo
Equipa de Coordenação	Eng ^a Paula Pacheco Dr ^a Isabel da Costa Lobo Dr. António Luís Costa Lobo Eng ^a Rita Antunes Eng ^o Duarte Sobral
Autores	Prof. Fernando Nunes da Silva Prof. José Antunes Ferreira Prof. Amílcar Soares Eng ^a Ana Horta Eng ^o Pedro Bingre Eng ^o José Patrão Arq. Marques da Costa Arqueóloga Isabel Inácio Dr. Manuel Reis Ferreira Prof. Augusto Mateus Dra. Sofia Plácido Abreu
Outras Contribuições	Eng. João Matos Eng ^a Elsa Fernandes Pedro Bilbao
Equipa da CMS	Eng. Pedro Martins Arq ^a . Graça Faisca Arq. Ricardo Pereira Dra. Eugénia Santa Barbara

ÍNDICE: VOLUME II – CARACTERIZAÇÃO

EQUIPA.....	1
ÍNDICE: VOLUME II – CARACTERIZAÇÃO	2
ÍNDICE DE FIGURAS	5
ÍNDICE DE QUADROS.....	6
ÍNDICE DE GRÁFICOS	8
ÍNDICE DE TABELAS	9
2 - CONDIÇÕES BIOFÍSICAS, RECURSOS E VALORES NATURAIS	10
2.1 - CONDIÇÕES EDAFOCLIMÁTICAS.....	10
2.1.1 - <i>Edafologia.....</i>	10
2.1.2 - <i>Climatologia</i>	12
2.2 - USOS DO SOLO RÚSTICO.....	13
2.2.1 - <i>Resultados da actualização da COS 90.....</i>	14
2.3 - VALORES NATURAIS — FLORA E VEGETAÇÃO AUTÓCTONE	22
2.3.1 - <i>Vegetação do domínio do sobral.....</i>	23
2.3.2 - <i>Vegetação do domínio do sabinal</i>	28
2.3.3 - <i>Vegetação do domínio do salgueiral.....</i>	31
2.3.4 - <i>Aproveitamento silvícola.....</i>	33
2.4 - FAUNA TERRESTRE	35
2.5 - FAUNA MARINHA	36
2.5.1 - <i>Litoral a Norte da cidade de Sines.....</i>	37
2.5.2 - <i>Litoral do perímetro urbano de Sines</i>	37
2.5.3 - <i>Litoral a Sul da cidade de Sines</i>	38
3 - GEOLOGIA E HIDROGEOLOGIA.....	39
3.1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	39
3.2 - CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM	41
3.3 - CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICA	43
3.4 - TECTÓNICA E FRACTURAÇÃO.....	48
3.5 - CARACTERIZAÇÃO HIDROGEOLÓGICA	49
3.5.1 - <i>Sistemas Aquíferos.....</i>	51

4 - CONDIÇÕES DEMOGRÁFICAS, HABITACIONAIS, SÓCIO-ECONÓMICAS E INDUSTRIAIS	53
4.1 - TERRITÓRIO E POPULAÇÃO RESIDENTE.....	53
4.1.1 - <i>Famílias Residentes, Edifícios e Alojamentos</i>	70
4.1.2 - <i>Condições de Habitabilidade e Consumos de Electricidade</i>	82
4.1.3 - <i>Licenças Concedidas pelas Câmaras Municipais e Fogos Licenciados</i>	90
4.1.4 - <i>Empresas e Indústrias</i>	94
4.1.5 - <i>Pesca</i>	110
4.1.6 - <i>Agricultura</i>	121
5 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO CONCELHO	128
5.1 - ESTRUTURA DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E LIMITAÇÕES DA INFORMAÇÃO CADASTRAL.....	128
6 - PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO	134
6.1 - ESPAÇOS DE PROTECÇÃO ESPECIAL	147
6.2 - PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO CLASSIFICADO	147
6.3 - PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO A CLASSIFICAR	147
6.4 - PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO – SITUAÇÃO EXISTENTE	148
6.5 - SINES – CENTRO HISTÓRICO E CONCELHO.....	150
6.6 - ILHA DO PESSEGUEIRO.....	156
7 - TURISMO	158
7.1 - ATRACTIVIDADE TURÍSTICA NO CONCELHO.....	158
7.2 - CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO EM SINES E ALENTEJO LITORAL	160
7.3 - ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE TURÍSTICA	179
7.3.1 - <i>Evolução das Tendências do Consumidor</i>	179
7.3.2 - <i>Ambiente concorrencial entre destinos</i>	180
7.3.3 - <i>Proposta de valor atractiva baseada nas características diferenciadoras de Portugal</i>	183
7.3.4 - <i>Alentejo</i>	183
7.3.5 - <i>Estratégia de produtos</i>	184
7.3.6 - <i>Linhas orientadoras para as regiões</i>	186
7.4 - PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO	188
7.5 - PROT ALENTEJO – PROPOSTA TÉCNICA.....	188
8 - ESTRUTURA URBANA DO CONCELHO.....	197
8.1 - SINES NO ALENTEJO	197

8.2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS	198
8.3 - O TREVO URBANO	200
8.3.1 - <i>Informação Estatística e Metodologia:</i>	200
8.3.2 - <i>Funções Centrais e Unidades Funcionais</i>	202
8.3.3 - <i>As Cidades</i>	204
8.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS RURAIS	206
8.4.1 - <i>Breve caracterização dos principais aglomerados rurais</i>	207
8.4.2 - <i>Outros conjuntos edificados em solo rural</i>	222
8.4.3 - <i>Agglomerados rurais incluídos no perímetro da ZILS</i>	226
8.4.4 - <i>Conclusão</i>	235
9 - EQUIPAMENTOS COLECTIVOS E SERVIÇOS PÚBLICOS EXISTENTES	239
9.1 - EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE SAÚDE	239
9.2 - EQUIPAMENTOS DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO	241
9.3 - EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	242
9.4 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	244
9.5 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS, DE RECREIO E LAZER	247
9.6 - CEMITÉRIOS	249
9.7 - ESPAÇOS VERDES	249
9.8 - SERVIÇOS PÚBLICOS	250
10 - CARACTERIZAÇÃO DOS CHEIROS NA CIDADE DE SINES	251
10.1 - A CARTA DE CHEIROS DE SINES	251
10.2 - CARACTERIZAÇÃO DOS ODORES REGISTRADOS	252
10.3 - BIO-MONITORIZAÇÃO DOS CHEIROS ATRAVÉS DE WEB-SIG	254
11 - DINÂMICA HABITACIONAL	256
11.1 - INTRODUÇÃO	256
11.2 - O ENQUADRAMENTO REGIONAL	256
11.2.1 - <i>Crescimento Imobiliário – Dinâmica do Sector da Construção</i>	257
11.2.2 - <i>Forma e Regime de Ocupação</i>	257
11.2.3 - <i>Transacções Comerciais</i>	258
11.2.4 - <i>Construção VS. Reabilitação</i>	258
11.2.5 - <i>Preço da Habitação</i>	258
11.2.6 - <i>Degradação e Sobrelotação do Parque Habitacional</i>	259
11.3 - A PROCURA E A OFERTA DE HABITAÇÃO	259
11.3.1 - <i>A Oferta Habitação em Portugal</i>	259

11.3.2 - O Sector da Construção	259
11.3.3 - Sines – Os Dados Estatísticos do Lado da Oferta.....	260
11.3.4 - As dinâmicas da Procura	261
11.3.5 - Sines – Dados Estatísticos da Procura.....	261
11.4 - AS POLÍTICAS HABITACIONAIS DO MUNICÍPIO E O SEU ENQUADRAMENTO NO PLANO ESTRATÉGICO 2008/2013.....	262

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Localização geográfica do aquífero de Sines	40
Figura 2 - Localização geográfica das captações em exploração para abastecimento público, 41	
Figura 3 - Rede hidrográfica na área do Sistema Aquífero de Sines.....	43
Figura 4 - Mapa Geológico de Sines	44
Figura 5 - Litologias que integram o Sistema Aquífero de Sines e área circundante, de acordo com Almeida et al. (2000). No canto superior direito representa-se o alinhamento que separa a área de ocorrência de artesianismo repuxante que coincide parcialmente com uma falha regional no interior do aquífero e a localização das 5 captações em estudo, ...	45
Figura 6 - Configuração das zonas de captura das captações, obtidas a partir de simulações de transporte advectivo, traçadas por “inverse particle tracking”.	46
Figura 7 - Tectónica do Concelho de Sines	49
Figura 8 – Estrutura Cadastral do Concelho de Sines	129
Figura 9 – Pormenor do Castelo de Sines	151
Figura 10 – Pormenor das Escavações junto ao Castelo.....	152
Figura 11 - Palmeirinha.....	154
Figura 12 – Necrópole da Idade do Bronze - Quitéria.....	154
Figura 13 – Cemitério dos Mouros	155
Figura 14 – Ilha do Pessegueiro	156
Figura 15 – Forte da Ilha do Pessegueiro	157
Figura 16 – Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.....	160
Figura 17 - Principais aglomerados populacionais do Alentejo.....	198
Figura 18 - Estimativa da atracção pelo valor agregado dos dados estatísticos.	202
Figura 19 - Funções Centrais e Unidades Funcionais	203
Figura 20 - Polígonos convexos das cidades do Trevo.....	205
Figura 21 – Fotografia aérea do lugar da Afeiteira.	209
Figura 22 - Fotografia aérea da Cadaveira e Rib. ^a de Moinhos	211
Figura 23 - Fotografia aérea do Paiol	212
Figura 24 - Fotografia aérea do bairro Novo da Provença	214
Figura 25 - Fotografia aérea da Cabeça da Cabra.	215
Figura 26 - Fotografia aérea de Fontemouro e Bairro da Colmeia.	217
Figura 27 - Fotografia aérea dos Foros da Pouca Farinha	218
Figura 28 - Fotografia aérea das Palmeiras. Morgavel	219
Figura 29 - Fotografia aérea de Morgavel.....	220
Figura 30 - Fotografia aérea dos aglomerados de Bragada e Casoto.....	221
Figura 31 - Fotografia aérea dos Brejos de Morgavel	223
Figura 32 - Fotografia aérea das VárzeasTerça Parte	224
Figura 33 - Fotografia aérea da Terça Parte.....	225
Figura 34 - Fotografia aérea da Herdade da Parreira	226
Figura 35 - Fotografia aérea da Bêbeda	228

Figura 36 - Fotografia aérea dos Pardieiros e Bolbugão	229
Figura 37 - Fotografia aérea da Barbuda.....	230
Figura 38 - Fotografia aérea da Dalda.....	231
Figura 39 - Fotografia aérea dos Lentiscas.....	232
Figura 40 - Fotografia aérea do aglomerado da Casinha	233
Figura 41 - Fotografia aérea do aglomerado da Cerca Velha.	234

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Dinâmica da vegetação autóctone do domínio do sobral saxícola	25
Quadro 2 - Dinâmica da vegetação autóctone do domínio do sobral arenícola	26
Quadro 3 - Dinâmica da vegetação autóctone do domínio do sabinal.....	29
Quadro 4 - Dinâmica da vegetação autóctone do domínio do salgueiral	33
Quadro 5 – Área e Densidade Habitacional dos Concelhos do Alentejo Litoral, em 2001	55
Quadro 6 – Evolução da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 1950- 2001	55
Quadro 7 – População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 2002- 2007.....	57
Quadro 8 – População Residente: Concelho de Sines e freguesias, 1981- 2001	60
Quadro 9 – Estrutura Etária da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 1991	61
Quadro 10– Estrutura Etária da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 2001.....	61
Quadro 11 – Grau de Instrução da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 1991	63
Quadro 12 – Grau de Instrução da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 2001	64
Quadro 13 – Taxa de Analfabetismo: Concelhos do Alentejo Litoral, 1991 e 2001	66
Quadro 14 – População Empregada por Sectores de Actividade, 1991 e 2001	67
Quadro 15 – Taxa de Actividade (total, masculina e feminina), 1991 e 2001	68
Quadro 16 – Taxa de Desemprego (total, masculina e feminina), 1991 e 2001	69
Quadro 17 – Nº de Famílias Clássicas Residentes no Alentejo Litoral, 1991 e 2001	70
Quadro 18 – Nº de Famílias Clássicas Residentes: Sines e suas freguesias, 1991 e 2001.....	71
Quadro 19 – Nº de Edifícios nos concelhos do Alentejo Litoral, em 1991 e 2001	72
Quadro 20 – Nº de Edifícios: Sines e suas freguesias, 1991 e 2001	73
Quadro 21 – Nº de Alojamentos Familiares Clássicos: Alentejo Litoral, 1991 e 2001.....	74
Quadro 22 – Nº de Alojamentos Familiares Clássicos: Sines e freguesias, 1991 e 2001	75
Quadro 23 – Estimativa do Nº de Alojamentos Familiares Clássicos em Sines e Santiago do Cacém, 2001 a 2004	75
Quadro 24 – Nº de Famílias/Edifício, Nº de Alojamentos/Edifício e Nº de pessoas/Alojamento: concelhos do Alentejo Litoral, 1991 e 2001	76
Quadro 25 – Edifícios, segundo a Época de Construção, no Alentejo Litoral, em 1991	79
Quadro 26 – Edifícios, segundo a Época de Construção, no Alentejo Litoral, em 2001	79
Quadro 27 – Alojamentos Familiares, segundo a Forma de Ocupação, 1991-2001.....	80
Quadro 28 – Condições Habitabilidade: Electricidade Alojamentos Familiares,1991-2001.....	82
Quadro 29 – Condições Habitabilidade: Água Canalizada nos Alojamentos Familiares, 1991- 2001.....	83
Quadro 30 – Condições Habitabilidade: Sistema de Esgotos nos Alojamentos Familiares, 1991- 2001.....	85
Quadro 31 – Condições Habitabilidade: Instalações de Banho nos Alojamentos Familiares, 1991-2001	86
Quadro 32 – Consumo de Electricidade Doméstico (milhares de kW/h),1998-2004.....	87
Quadro 33 – Consumo de Electricidade para Agricultura (milhares de kW/h),1998-2004.....	88
Quadro 34 – Consumo de Electricidade para Indústria (milhares de kW/h),1998-2004	90
Quadro 35 – Licenças de Construção Novas para Habitação concedidas pelas CM,1994-2005	91

Quadro 36 – Nº de Fogos licenciados pelas CM em Construções Novas p/ Habitação, 1994-2005.....	93
Quadro 37 – Nº total de Empresas em Sines e Santiago do Cacém de 1994 a 2005.....	94
Quadro 38 – Taxas de variação do Nº total de Empresas em Sines e Santiago do Cacém de 1994 a 2005.....	95
Quadro 39 – Nº total de Sociedades em Sines e Santiago do Cacém de 1994 a 2005.....	96
Quadro 40 – Volume Total de Vendas nas Sociedades, Sines e Santiago do Cacém de 1999 a 2004 (1.000 Euros).....	97
Quadro 41 – Volume de Vendas nas Sociedades (1.000 €) – por sector de actividade e proporção média de Sines em relação a Santiago do Cacém.....	99
Quadro 42 – Evolução do Nº de Empresas (segundo o CAE) em Sines e Santiago do Cacém (2002 a 2005).....	105
Quadro 43 – Evolução Nº de Empresas (segundo o CAE), Sines e Santiago do Cacém (2002-2005) – continuação.....	106
Quadro 44 – Evolução Nº de Empresas (segundo o CAE), Sines e Santiago do Cacém (2002-2005) - continuação.....	106
Quadro 45 – Nº de Pescadores matriculados, 2003 e 2004.....	110
Quadro 46 – Nº e Capacidade das Embarcações com Motor, 2003 e 2004.....	113
Quadro 47 – Nº e Capacidade das Embarcações sem Motor, 2003 e 2004.....	115
Quadro 48 – Pesca Descarregada em Sines e Portugal, por espécies, 2003 e 2004.....	118
Quadro 49 – Pesca Descarregada (toneladas e €) em Sines e Portugal, por grandes grupos, 2003 e 2004.....	120
Quadro 50 – Produção de Vinho expressa em mosto (hl), 1998 e 2005.....	121
Quadro 51 – Produção de Vinho por Qualidade (hl), 1998 e 2005.....	122
Quadro 52 – Explorações Agrícolas, 1999.....	123
Quadro 53 – Área Média das Explorações Agrícolas, Superfície Agrícola utilizada por Exploração, Proporção de Mão de Obra Agrícola Familiar e Mão de Obra Agrícola Permanente, Alentejo Litoral, 1999.....	125
Quadro 54 – Árvores de Fruto e Oliveiras Vendidas pelos Viveiristas (Nº de Pés), por Concelho de Destino, 2001/2002.....	126
Quadro 55 – Estrutura da propriedade do município em função da natureza dos proprietários (fonte: cadastro).	131
Quadro 56 – Nº de Estabelecimentos Hoteleiros no Alentejo Litoral, 2002 e 2005.....	161
Quadro 57 – Capacidade de Alojamento segundo a categoria de Estabelecimentos no Alentejo Litoral, em 2002 e 2005.....	166
Quadro 58 – Estabelecimentos Hoteleiros e respectivas capacidades em Sines, 2007.....	170
Quadro 59 – Nº de Dormidas e Nº de Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros, no Alentejo Litoral, em 2002 e 2005.....	172
Quadro 60 – Nº de Hóspedes segundo a categoria de Estabelecimentos no Alentejo Litoral, em 2002 e 2005.....	175
Quadro 61 – Estada Média e Taxa de Ocupação - Cama nos Estabelecimentos Hoteleiros no Alentejo Litoral, em 2002 e 2005.....	177
Quadro 63 - Dados estatísticos das Cidades do Trevo.....	200
Quadro 64 – Determinação do valor agregado – média aritmética.....	201
Quadro 65 – Totais das FC e UF nas Cidades do Trevo.....	203
Quadro 66 – Síntese da caracterização dos aglomerados rurais (1/2). Fonte: Dados disponibilizados pela CMS, 2008.....	236
Quadro 67 - Síntese da caracterização dos aglomerados rurais (2/2). Fonte: Dados disponibilizados pela CMS, 2008.....	237
Quadro 69 – Equipamentos de Ensino Público e Investigação.....	242
Quadro 70– Equipamentos de Assistência Social existentes no Concelho de Sines.....	243
Quadro 71 – Equipamentos de Assistência Social previstos para o Concelho de Sines.....	244
Quadro 72 – Equipamentos Desportivos existentes.....	246
Quadro 73– Equipamentos Culturais, de Recreio e Lazer existentes.....	248

Quadro 74 – Cemitérios do Concelho de Sines. Fonte: Planos de Urbanização de Sines e Porto Covo.....	249
Quadro 75 – Espaços Verdes no Concelho de Sines.....	250

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da área do município em função das classes de uso do solo.....	16
Gráfico 2 – Variação da área ocupada por classe de uso entre 1990 e 2008 (% da área total do Concelho).....	17
Gráfico 3 – Distribuição da área florestal por tipo de coberto (% da área florestal).....	19
Gráfico 4- Variação da área florestal por tipo de coberto (% da área florestal).....	20
Gráfico 5 – Evolução da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 1950-2001.....	56
Gráfico 6 – Variação da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 1950 a 2001.....	57
Gráfico 7 – População Residente em cada Concelho Alentejo Litoral, 1950 a 2007.....	59
Gráfico 8 – População Residente no concelho de Sines e suas freguesias, 1981-2001.....	60
Gráfico 9 – Estrutura Etária da População Residente: Alentejo Litoral, 1991 e 2001.....	62
Gráfico 10 – Grau de Instrução da População Residente: Alentejo Litoral, em 1991.....	63
Gráfico 11 – Grau de Instrução da População Residente: Alentejo Litoral, em 2001.....	65
Gráfico 12 – Taxa de Analfabetismo nos concelhos do Alentejo Litoral, 1991 e 2001.....	66
Gráfico 13 – População Empregada por Sectores de Actividade em 1991 e 2001.....	68
Gráfico 14 – Taxa de Actividade (total, masculina e feminina) em 1991 e 2001.....	69
Gráfico 15 – Taxa de Actividade (total, masculina e feminina) em 1991 e 2001.....	70
Gráfico 16 – Nº de Famílias Clássicas Residentes: Alentejo Litoral, 1991 e 2001.....	71
Gráfico 17 – Nº de Edifícios e respectiva variação: concelhos Alentejo Litoral, 1991-2001.....	72
Gráfico 18 – Nº de Alojamentos Familiares Clássicos e respectiva evolução: Alentejo Litoral, 1991 e 2001.....	74
Gráfico 19 – Famílias, Edifícios e Alojamentos: concelhos do Alentejo Litoral, 1991-2001.....	76
Gráfico 20 – Variação do Nº Famílias, Nº Edifícios e Nº de Alojamentos: 1991-2001.....	77
Gráfico 21 – Edifícios segundo a Época de Construção: em 1991 e 2001.....	78
Gráfico 22 – Alojamentos Familiares segundo a Forma de Ocupação: em 1991 e 2001.....	81
Gráfico 23- Condições Habitabilidade: Electricidade, Alojamentos Familiares 1991-2001.....	83
Gráfico 24 – Condições Habitabilidade: Electricidade, Alojamentos Familiares 1991-2001.....	84
Gráfico 25 – Condições Habitabilidade: Sistema de Esgotos, Alojamentos Familiares 1991-2001.....	85
Gráfico 26 – Condições Habitabilidade: Instalações de Banho, Alojamentos Familiares 1991-2001.....	86
Gráfico 27 – Consumo de Electricidade Doméstico, 1998-2004.....	88
Gráfico 28 – Consumo de Electricidade para Agricultura, 1998-2004.....	89
Gráfico 29 – Consumo de Electricidade para Indústria, 1998-2004.....	90
Gráfico 30 – Licenças de Construção concedidas pelas CM de Construções Novas p/ Habitação, 1994-2005.....	92
Gráfico 31 – Fogos Licenciados pelas CM de Construções Novas p/ Habitação, 1994-2005.....	93
Gráfico 32 – Nº total de Empresas em Sines e Santiago do Cacém de 1994 a 2005.....	95
Gráfico 33 – Taxas de variação do Nº total Empresas em Sines e Santiago do Cacém de 1994 a 2005.....	96
Gráfico 34 – Nº total de Sociedades em Sines e Santiago do Cacém de 1994 a 2005.....	97
Gráfico 35 – Volume Total de Vendas nas Sociedades, concelhos de Sines e Santiago do Cacém de 1999 a 2004.....	98
Gráfico 36 – Volume de Vendas nas Sociedades (1.000 €) pelos vários sectores de Actividade em Sines e Santiago do Cacém.....	100
Gráfico 37 – Proporção média do Volume de Vendas por Sector de Actividade de Sines em relação a Santiago do Cacém.....	103

Gráfico 38 – Evolução do Volume de Vendas nas Sociedades (1.000 €) por sector de Actividade em Sines e Santiago do Cacém	104
Gráfico 39 – Evolução do Volume de Vendas nas Sociedades (1.000 €) por sector de Actividade em Sines e Santiago do Cacém	107
Gráfico 40 – Evolução do Volume de Vendas nas Sociedades (1.000 €) por sector de Actividade em Sines e Santiago do Cacém	108
Gráfico 41 – Evolução do Nº de Empresas (segundo o CAE) em Sines e Santiago do Cacém (2002 a 2005).....	108
Gráfico 42 – Nº de Pescadores em 2003 e 2004	112
Gráfico 43 – Nº de Embarcações com Motor, em 2003 e 2004	114
Gráfico 44 – Capacidade das Embarcações com Motor, 2003 e 2004	114
Gráfico 45 – Nº de Embarcações sem Motor, em 2003 e 2004	116
Gráfico 46 – Capacidade (GT) das Embarcações sem Motor, em 2003 e 2004	117
Gráfico 47 – Pesca Descarregada por espécies em Sines e Portugal, em 2003 e 2004	119
Gráfico 48 – Pesca Descarregada (toneladas e €) por grandes grupos em Sines e Portugal, em 2003 e 2004	121
Gráfico 49 – Produção de Vinho (hl) nos concelhos do Alentejo Litoral, 1998 e 2005.....	122
Gráfico 50 – Produção de Vinho (hl) por Qualidade, nos concelhos do Alentejo Litoral, 2001, 2003 e 2004	123
Gráfico 51 – Nº total de Explorações Agrícolas e respectivas áreas e Nº de Explorações com SAU e respectivas Áreas, concelhos do Alentejo Litoral, em 1999.....	124
Gráfico 52 – Árvores de Frutos e Oliveiras vendidas por concelho de destino, 2001/2002	127
Gráfico 53 – Distribuição da área do município em função da natureza dos proprietários (fonte: cadastro).....	132
Gráfico 54 – Distribuição da área do município em função dos proprietários da administração central (fonte: cadastro).....	132
Gráfico 55 – Distribuição da área do município em função dos proprietários da administração central e local (fonte: cadastro).....	133
Gráfico 56 – Nº de Estabelecimentos Hoteleiros no Alentejo Litoral, em 2002 e 2005	164
Gráfico 57 – Nº de Estabelecimentos Hoteleiros por categoria no Alentejo Litoral, 2002.....	165
Gráfico 58 – Nº de Estabelecimentos Hoteleiros por categoria no Alentejo Litoral, 2005.....	165
Gráfico 59 – Capacidade Estabelecimentos Hoteleiros no Alentejo Litoral, 2002 e 2005	167
Gráfico 60 – Capacidade Estabelecimentos Hoteleiros por categoria no Alentejo Litoral, 2002	168
Gráfico 61 – Capacidade Estabelecimentos Hoteleiros por categoria no Alentejo Litoral, 2005	169
Gráfico 62 – Nº de Hóspedes dos Estabelecimentos Hoteleiros no Alentejo Litoral, 2002 e 2005	173
Gráfico 63 - Nº de Dormidas dos Estabelec. Hoteleiros no Alentejo Litoral, 2002 e 2005	174
Gráfico 64 - Nº de Estabelecimentos Hoteleiros e respectivas Capacidades, Hóspedes e Dormidas, em 2002 e 2005	176
Gráfico 65 – Estada Média nos Estabelecimentos Hoteleiros, em 2002 e 2005	177
Gráfico 66 – Taxa de Ocupação-Cama nos Estabelecimentos Hoteleiros, 2002 e 2005	178

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Captações de abastecimento de Santo André e suas características geológicas ...	47
Tabela 2 – Dados de alguns pontos de água da bacia de Sines	52

2 - CONDIÇÕES BIOFÍSICAS, RECURSOS E VALORES NATURAIS

2.1 - CONDIÇÕES EDAFOCLIMÁTICAS

2.1.1 - EDAFOLOGIA

A investigação científica até agora realizada¹ sobre os recursos edáficos da região onde se insere o município de Sines permite constatar que este se encontra dominado por solos filiados em diversas ordens pedológicas, das quais quatro se destacam por no seu conjunto ocuparem a maior parte do território em apreço. São eles, segundo uma ordem decrescente da respectiva área e nos moldes do sistema de classificação da *Food and Agriculture Organization*:

- **cambissolos êutricos** derivados de rochas sedimentares plio-pleistocénicas;
- **podzóis órticos** derivados de rochas sedimentares plio-pleistocénicas;
- **litossolos êutricos** derivados de rochas ígneas e metamórficas do paleozóico;
- **regossolos psamíticos** compostos de areias dunares holocénicas

Os cambissolos êutricos dominam a planície interior que se estende, no sentido longitudinal, desde a ribeira de Morgavel aos limites sul do concelho; e, no sentido latitudinal, entre o cordão dunar ocidental e as encostas xistosas da serra do Cercal, a oriente. Resultam da pedogénese operante sobre areias limo-argilosas, micáceas, depositadas sobre um substrato xistoso (o qual se deixa entrever nos canais talhados pelas ribeiras e em alguns troços erodidos da paisagem). São solos relativamente pouco evoluídos, de espessura variável, onde se encontra um horizonte B câmbico a testemunhar alteração *in situ* dos minerais, sem sinais de iluviação. A sua fertilidade e aptidões agrícolas são moderadas, pelo que são

¹ Cardoso, J.Carvalho (1965): *Os Solos de Portugal, sua Classificação, Caracterização e Génese. I- A Sul do Rio Tejo*. Secretaria de Estado da Agricultura, Lisboa; Comissão Nacional de Ambiente (1973): *Carta dos Solos de Portugal (1:1.000.000)*. Lisboa

incluídos na classe D da Carta de Capacidade de Uso do Solo. Graças aos relevos planos onde assentam, e às práticas agrícolas pouco agressivas que sobre eles se têm praticado, pode dizer-se que é reduzido o risco de erosão destes cambissolos.

Os podzóis órticos predominam na planície interior a norte da ribeira de Morgavel, interrompidos a oeste pelos cordões dunares litorais, e entrecortados apenas por algumas pequenas manchas de aluviossolos nas várzeas que atravessam o concelho no sentido nascente-poente: ribeira de Moinhos, da Bêbeda, etc. Trata-se de solos arenosos cujos horizontes sub-superficiais sofreram uma forte eluviação dos compostos orgânicos e dos óxidos de ferro, alumínio e magnésio, os quais por seu turno se acumularam num horizonte espódico mais profundo, impermeável — a chamada surraipa. Estes solos são consignados à classe D da respectiva Carta de Capacidade de Uso, dadas as limitações que oferecem à agricultura — o seu horizonte B é pouco fértil, enquanto a drenagem dos horizontes mais profundos é, devido à surraipa, pouco eficaz. Embora estes solos se encontrem sob um risco reduzido a moderado de erosão (graças ao relevo ameno e práticas agro-florestais pouco agressivas que neles se praticam), não deixam de suscitar algumas preocupações de longo prazo acerca do seu futuro enquanto recurso silvícola. Com efeito, estes solos são atreitos a, quando incultos, serem ocupados por densas brenhas de fabáceas e ericáceas arbustivas, muito atreitas à eclosão de violentos incêndios. Como são pouco interessantes desde um ponto de vista agrícola, é frequente serem de facto abandonados e, por isso, entregues ao ciclo natural dos fogos típicos da região mediterrânica.

Os Litossolos Êutricos encontram-se nas faldas da serra do Cercal, ao longo dos limites sudoeste do concelho. Resultam da acção dos agentes pedogenéticos sobre um substrato de xistos paleozóicos, e caracterizam-se por estarem numa fase muito incipiente da sua evolução — na sua composição apenas se encontram dois horizontes: um superficial delgado (até 30 cm), composto por fracções grosseiras de rocha fragmentada, e um horizonte subsuperficial que não é senão a própria rocha-mãe. A sua capacidade de uso agrícola está severamente limitada, pelo que integra a classe E do respectivo sistema de classificação. As manchas de litossolos do concelho de Sines encontram-se em processo acelerado de erosão: a

sua composição físico-química, o seu declive acentuado em longas encostas, as condições pluviométricas e, acima de tudo, as péssimas práticas agro-florestais que neles se têm praticado correm o risco de os reduzir em poucos anos terrenos que ocupam à condição improdutivo da rocha nua. Este problema será referido de novo mais adiante, nos parágrafos dedicados à vegetação autóctone.

Os Regossolos psamíticos são representados pelos cordões e manchas dunares não-consolidadas de todo o litoral do concelho, excepção feita a algumas interrupções ocupadas por aglomerados urbanos ou por afloramentos rochosos. Tratam-se de solos incipientes de areia solta, com escassa ou nula diferenciação de horizontes, drenagem natural muito intensa (o que produz condições de grave secura edáfica) e um complexo de troca catiónica muito reduzido. Desde um ponto de vista agro-florestal, o seu interesse limitar-se-ia ao cultivo pontual de vinhedo, ou à exploração de pinhal; no entanto, a sua extraordinária riqueza em biodiversidade autóctone torna-os mais apetecíveis para a conservação da natureza (vide adiante o capítulo sobre flora e vegetação dunar).

2.1.2 - CLIMATOLOGIA

No que concerne especificamente à descrição das condições edafoclimáticas, nenhum dado novo existe que mereça ser acrescentado aos estudos prévios do Plano Director Municipal publicado em 1985 e que se encontra por este meio em revisão.

No que respeita ao clima e segundo o Atlas do Ambiente (APA, 2008) esta é uma área com condições bastante favoráveis ao turismo balnear, uma vez que os níveis de insolação diária têm valores superiores a 3 100 horas anuais, sendo as precipitações registadas na ordem dos 75 a 100 dias por ano, concentrados na estação fria e com valores anuais na ordem dos 700/800 mm, o que corresponde a um regime tipicamente mediterrâneo. Quanto à temperatura média, o valor registado em Sines situa-se entre os 16°C e os 17°C.

2.2 - USOS DO SOLO RÚSTICO

O registo cartográfico da ocupação do solo é essencial para os estudos de caracterização que informam os planos de ordenamento do território. O município de Sines não escapa a esta regra e, portanto, a equipa responsável pela revisão do respectivo PDM realizou trabalhos de actualização da Carta de Ocupação do Solo de 1990 (COS90) do Instituto Geográfico de Portugal, registando o panorama observado em 2008 segundo uma taxonomia de usos simplificada, adaptada especificamente às necessidades deste Plano Director.

Para a definição dos limites administrativos do Município utilizou-se a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 8.0 de 2008, do IGP. Para evitar que usos importantes, não contidos nos limites do território nacional definido pela CAOP, pudessem ser representados, como é o caso do Terminal XXI, não foi aplicado o limite de linha de costa definido pela CAOP.

A actualização da COS90 foi feita por foto interpretação sobre fotografia digital, ortorectificada, com a composição RGB disponível e pixel de 0,5 m no terreno, resultante de cobertura aerofotográfica de 2004. Para a realização deste trabalho foi necessária a utilização do software ArcGIS 9.2 que possibilita a interpretação sobre as imagens directamente no ecrã. Essa interpretação foi realizada a uma escala que variou entre 1:10.000 e 1:5.000 – escala de fotointerpretação. Esta opção prendeu-se com o facto de esta ser a escala adequada para a identificação e separação das diferentes ocupações do solo em imagens com resolução de 0,5 m por píxel. O sistema de coordenadas utilizado é o correspondente aos ortofotos, ou seja, coordenadas cartesianas baseadas no Datum 73, Elipsóide de Hayford, Projecção de Gauss-Kruger e origem no Ponto Central.

O mapa produzido, à escala 1:25.000, é do tipo vectorial e procura seguir as mesmas especificações técnicas da COS90. Nomeadamente, a Área Mínima Cartográfica (AMC), foi fixada em 1 ha, e a distância mínima entre linhas de 40 m. No entanto, é possível encontrar nas bases de dados polígonos que não atingem esta área. Este facto deve-se essencialmente a dois factores. Por um lado, alguns

polígonos partilhados com outros concelhos foram cortados pela linha de fronteira do município de Sines, o que gerou alguns polígonos com área inferior à AMC. Por outro lado, a correcção geométrica dos limites e a alteração temática da ocupação de muitos polígonos relativamente à COS90 levou, por vezes, à criação de polígonos de área inferior, que constituem unidades homogéneas do ponto de vista do uso do solo, de modo a melhor registar essas alterações. Também no caso da distância entre linhas, situações houve em que se usou o valor de 20 m (igual ao da futura COS, actualmente em execução pelo IGP) para que fosse possível cartografar as principais vias de comunicação do concelho.

A nomenclatura original da COS90 foi trabalhada de forma a adequar-se aos objectivos e, principalmente, ao tempo disponível para a realização do trabalho. Assim, procedeu-se a uma generalização nas classes dos níveis mais detalhados, em particular daquelas que continham mais do que um tipo de ocupação, pois a classificação temática dos usos do solo foi apenas relativa ao uso dominante, sem que, no entanto, se tenham alterado os seus conceitos originais definidos para a COS90. Por exemplo, relativamente às ocupações florestais mistas reteve-se na nomenclatura apenas a da espécie dominante.

Após a realização da interpretação em gabinete fez-se correcção de campo em Julho de 2008 dos polígonos cuja ocupação estava em dúvida, pois a não disponibilização da banda do infravermelho próximo nos ortofotos dificultou, por vezes, a separação de algumas ocupações, em particular na distinção entre folhosas e resinosas e também se verificaram os casos de plantações recentes. O levantamento de campo permitiu corrigir alguns erros da fotointerpretação e actualizar a delimitação de algumas parcelas rurais, cujas folhas de cultivo foram fraccionadas entre 2004 e 2008. O coberto vegetal foi corrigido em 13 parcelas, e foram introduzidas 9 novas parcelas com usos distintos.

2.2.1 - RESULTADOS DA ACTUALIZAÇÃO DA COS 90

No que concerne à ocupação do solo rústico distinguem-se claramente duas áreas no concelho no Sines. No troço setentrional, mais precisamente nos terrenos além da margem direita da ribeira de Moinhos, predominam grandes manchas florestais

de pinheiro bravo e eucalipto em propriedades maioritariamente pertencentes a entidades públicas, verificando-se também uma significativa faixa de formações arbustivas (matos e incultos) nas faixas dunares paralelas à linha de costa. A sul de Sines, nos terrenos meridionais além da margem esquerda da ribeira da Junqueira, predominam aproveitamentos agrícolas na planície de Morgavel-Barradinha, e povoamentos silvícolas na serra do Cercal.

No que concerne à ocupação urbana do solo, pode dizer-se que a única mancha assinalável corresponde à área compreendida entre as duas ribeiras já referidas, onde se encontra a cidade de Sines e os seus complexos portuário e industrial. Este é um espaço de transição com uma grande diversidade de usos, por vezes conflituantes, como é o caso do povoamento disperso próximo da refinaria. Os perímetros urbanos de Porto Covo e da Sonega são proporcionalmente pouco significativos.

Na distribuição do uso do solo por tipo de ocupação, à escala do Concelho, observa-se uma predominância da floresta e agricultura, que preenchem 44,4% e 32,8% da área total, respectivamente. Estes valores representam uma redução de 7% na área agrícola e um aumento de 2,6% na floresta, em relação à ocupação do solo concelhio em 1990.

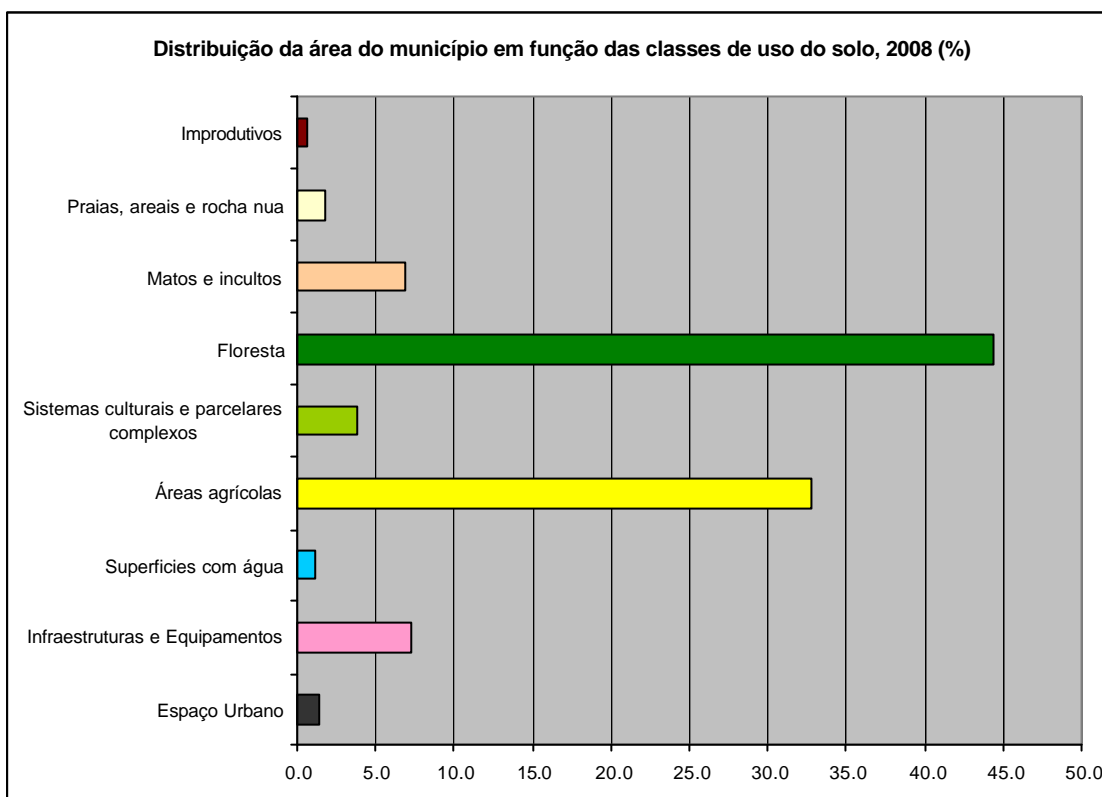


Gráfico 1 – Distribuição da área do município em função das classes de uso do solo.

O uso urbano, de acordo com a classificação da COS, restringe-se à cidade de Sines e aldeias de Porto Covo e Sonega, perfazendo uma área de 281 hectares, cerca de 1,2% do concelho. No entanto, numa perspectiva urbanística, interessa contabilizar as áreas não afectas ao uso agrícola ou silvícola onde a expectativa de edificação aumenta o preço do solo, como nas áreas industriais e aglomerados rurais. À luz deste princípio poder-se-á acrescentar ao *Espaço Urbano* as classes *Infra-estruturas e Equipamentos* localizados fora dos perímetros urbanos, assim como os aglomerados rurais – coincidentes com a classe *Sistemas Culturais e Parcelares Complexos* da COS. Assim o solo de maior valor económico, composto por tecidos urbanos, áreas portuárias e industriais, edificações dispersas e parques de campismo, perfaz um total de 2525 hectares, cerca de 12,5% da área do concelho. O *Espaço Urbano* tem uma contribuição diminuta para o crescimento de 3% na área ocupada por esta classe agregada, entre 1990 e 2008 (Gráfico 2).

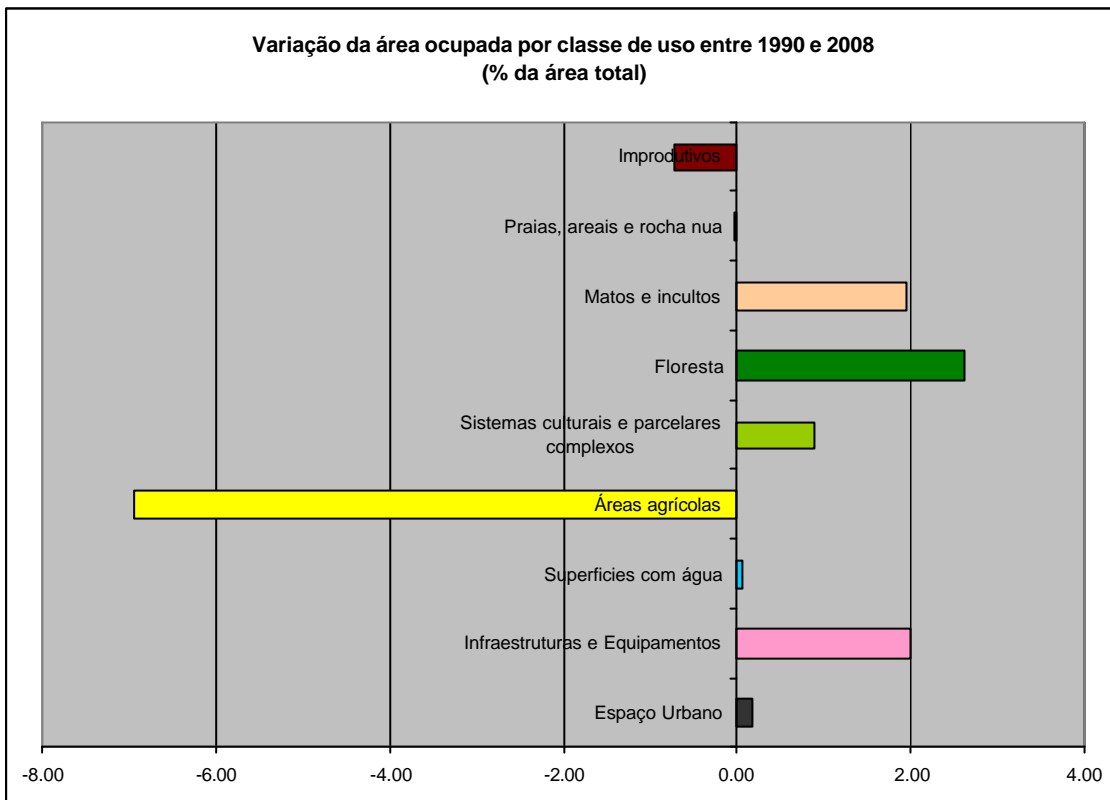


Gráfico 2 – Variação da área ocupada por classe de uso entre 1990 e 2008 (% da área total do Concelho).

A ocupação “natural” do solo é delimitada pelas classes *Matos e Incultos* e *Praias, Areeis e Rocha nua*, que contêm habitats importantes para a conservação apesar da reduzida expressão territorial de 6,9 e 1,8% respectivamente. Com efeito, o elevadíssimo valor conservacionista dos matos dunares litorais levou à sua inclusão na Rede Natura 2000, um instrumento comunitário para a conservação da biodiversidade. O aumento de 2% na área de *Matos e Incultos* entre 1990 e 2008 deveu-se a algum abandono agrícola e à degradação de algumas manchas de montado na serra. Estes matorrais serranos são essencialmente dominados por esteva (*Cistus ladanifer*), um arbusto tipicamente mediterrânico, cujas estratégias ecológicas passam pela secreção de resinas inflamáveis e pela facilitação dos fogos. É nestes matos que se verificam, portanto, os maiores riscos de incêndio e onde se tende a estabelecer um ciclo vicioso de degradação dos solos e dos ecossistemas.

Para além da análise quantitativa das classes de ocupação do solo e da sua evolução entre 1990 e 2008 interessa aqui analisar as inter-relações que se estabelecem entre estas diferentes ocupações e seus impactes recíprocos. Ao nível destes impactes ressaltam, para além dos aspectos ecológicos e de ordenamento, as questões económicas ligadas ao aproveitamento do solo rural para fins habitacionais e turísticos, pela distorção que originam no preço dos prédios rústicos.

Os aglomerados rurais e áreas de povoamento disperso a Sul da Ribeira da Junqueira, com excepção do Paiol, localizam-se na faixa de planície entre a serra e a orla costeira. Nesta área, predominantemente ocupada por culturas arvenses e pastagens de grandes dimensões, a edificação dispersa e hortas a ela associadas alteram a estrutura fundiária, fraccionando-a em pequenas parcelas, com prejuízo para a estrutura do povoamento e infra-estruturas, e para a racionalidade dos aproveitamentos agrícolas.

A classe agrícola é composta por culturas de sequeiro e pastagens que juntas perfazem 98,8% da área agrícola total. Estas duas actividades são complementares, uma vez que a produção cerealífera serve também a alimentação do gado e, de acordo com os esquemas de rotação, algumas das pastagens correspondem a terrenos agrícolas em pousio. Este regime de produção extensivo, que requer extensas áreas de cultivo, encontra-se em competição com a habitação, pelo fraccionamento da propriedade a que esta dá origem e pela irreversível valorização económica do solo que inviabiliza a recuperação do investimento agrícola.

Ao nível do uso florestal a diversidade de espécies, tipos de produção e respectivos impactes sobre o território obrigam a uma análise mais detalhada. Os cerca de 9000 hectares de área florestal do concelho são ocupados maioritariamente por sobreiro, seguindo-se-lhes o pinheiro bravo e eucalipto. Residualmente surgem manchas de pinheiro manso – usado frequentemente como condutor do sobreiro em plantações novas – e de outras folhosas como o salgueiro e choupo ao longo das linhas de água (Gráfico 3).

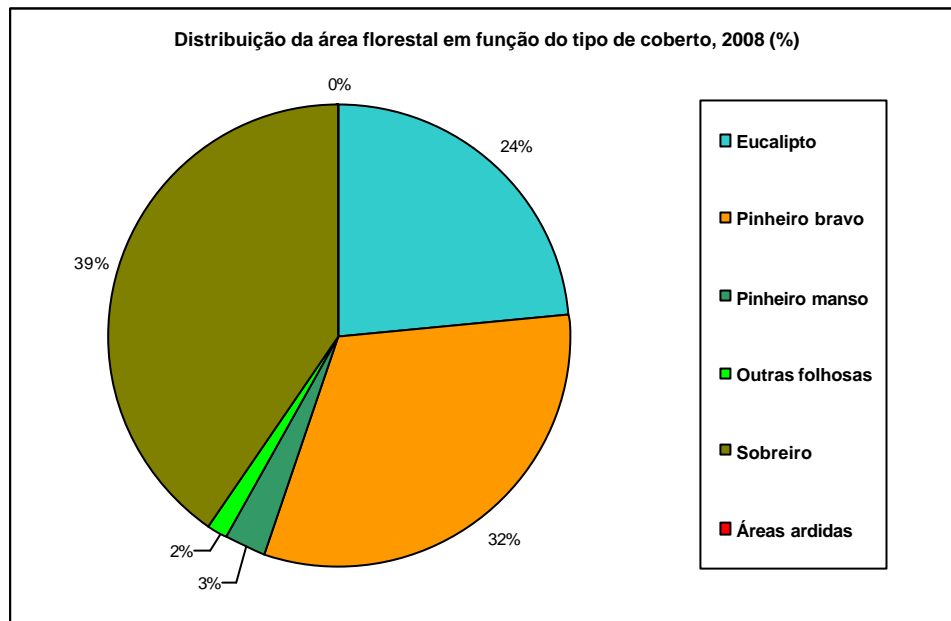


Gráfico 3 – Distribuição da área florestal por tipo de coberto (% da área florestal)

O sobreiro predomina nas encostas da serra e dos vales a Sul da ribeira da Junqueira. A Norte desta linha de água cinge-se a duas áreas de montado no limite Nordeste do concelho, a montante da Bêbeda e na envolvente aos aglomerados de Bragada e Casoto. Nas encostas dos vales das ribeiras da Junqueira, Morgavel e do Barranco da Trave o sobreiro forma florestas densas, com estrato arbustivo e lianóide, que dão grande valor estético à paisagem e constituem habitat protegido² pela importância que tem na conservação da fauna, particularmente de quirópteros ameaçados. Juntamente com os montados da serra estes povoamentos de sobreiro têm um importante papel na redução dos picos de cheia, na pedogénese e na manutenção de espécies cinegéticas. Para além das funções ecológicas que cumprem, os montados têm uma importância económica através da extracção da cortiça e do pastoreio de suínos. No entanto, e apesar de se terem vindo a instalar novos povoamentos de sobreiro, os montados da serra – entre o Paiol e a Sonega - apresentam um avançado estado de degradação e a área ocupada por esta espécie sofreu uma ligeira redução entre 1990 e 2008. O

² Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (directiva *habitats*), transposta pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril. Designado pelo PSRN2000 com o código de habitat 9330 – Florestas de *Quercus suber*. vide páginas seguintes sobre vegetação autóctone.

péssimo estado fitossanitário das árvores, a senilidade precoce resultante das descortiçagens excessivas, e o reduzido número de indivíduos com boas produções de bolota augura uma baixa capacidade de regeneração natural destes sobreirais, pelo que a intervenção silvícola — nomeadamente a reflorestação — se impõem.

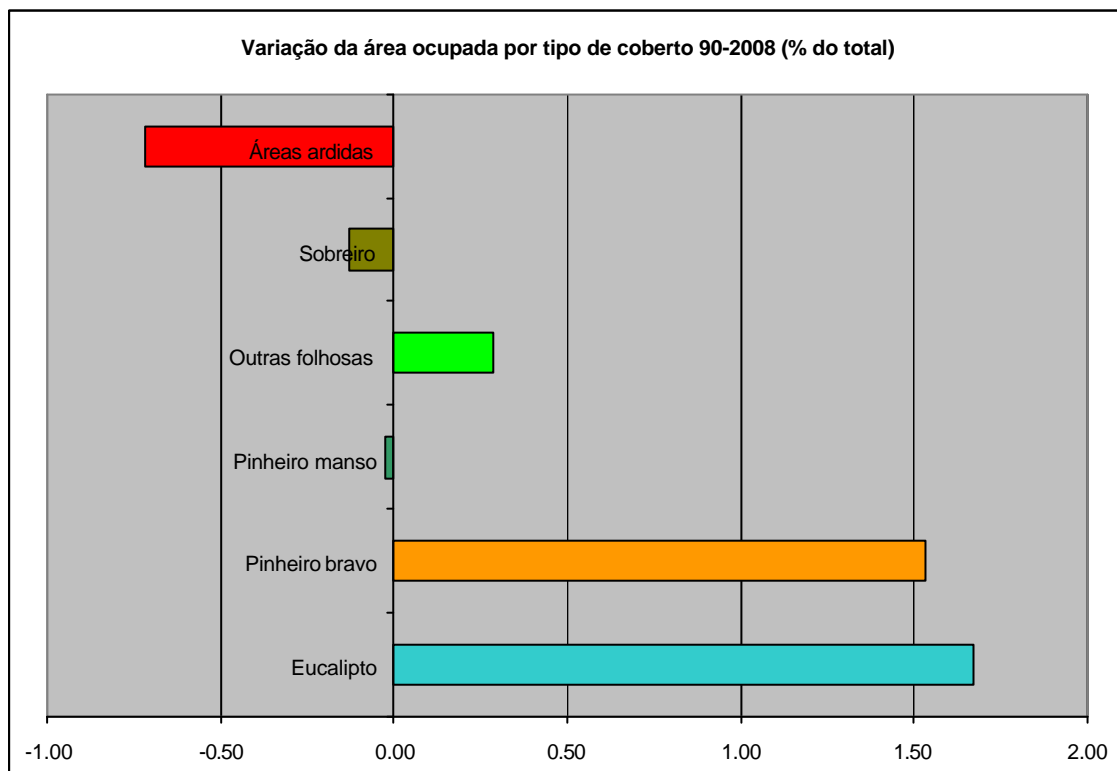


Gráfico 4- Variação da área florestal por tipo de coberto (% da área florestal)

O pinheiro bravo é segunda espécie mais abundante no concelho de Sines, sendo a espécie silvícola dominante a norte da ribeira da Junqueira. A sua resistência à salsugem e a preferência por solos arenosos contribuem para a sua regeneração espontânea ao longo dos cordões dunares do concelho, onde constituem habitat prioritário à conservação³ — apesar de terem sido plantados pelos Serviços Florestais em substituição dos sabinais autóctones que aí existiam primitivamente. Esta resinosa, particularmente susceptível aos incêndios, tem sido dizimada pela praga do nemátodo do pinheiro bravo, contra a qual não foi ainda encontrado nenhum tratamento fitossanitário eficaz. É provável que no médio e longo prazo estes pinhais sejam substituídos por povoamentos de outras espécies.

O eucalipto ocupa cerca de um quarto da área florestal do concelho não apresentando um padrão de distribuição tão marcado quanto o sobreiro e o pinheiro. Encontram-se no concelho pequenas plantações com menos de 10 hectares e manchas contínuas com áreas na ordem das centenas de hectares. A exploração do eucalipto implica o corte sistemático de dez em dez anos o que, em manchas de grande extensão, altera significativamente a paisagem. Quando próximas de linhas de água ou cordões dunares estas plantações constituem uma ameaça pela susceptibilidade desta espécie aos incêndios florestais e por favorecer a propagação de espécies invasoras como o chorão e a acácia na orla das plantações. Nas áreas declivosas da serra o impacte reflecte-se na perda de solo, agravando-se com o aumento da área coberta. A produtividade dos eucaliptais nesta região não é sobremaneira vantajosa, excepto nos terrenos onde haja um lençol freático próximo da superfície. Nos terrenos serranos pode ser substituída, com vantagem, por explorações sobreirais com aproveitamento cinegético.

³ Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (directiva *habitats*), transposta pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril. Designado pelo PSRN2000 com o código de habitat 2270* – Dunas com florestas de *Pinus pinea* e *Pinus pinaster*. Este estatuto conservacionista tem estado sujeito a alguma polémica — diversos cientistas consideram que somente no noroeste do país é que os pinhais -bravos poderão ser considerados biogeograficamente autóctones.

As áreas florestais afectas à categoria heterogénea de “outras folhosas” coincidem na maioria com linhas de água e são compostas por vegetação ripícola autóctone, pontualmente invadidas por exóticas, as acácias (*Acacia* sp.) A vegetação autóctone, quando forma galeria ripícola, constitui um habitat protegido⁴ ainda que se encontre degradado e fragmentado. Como a categoria “outras folhosas” inclui convencionalmente os choupais e os acaciais, parte do seu aumento recente deve-se ao aparecimento de uma plantação de choupos a Norte da albufeira de Morgavel e à progressão da acácia ao longo de algumas linhas de drenagem.

2.3 - VALORES NATURAIS — FLORA E VEGETAÇÃO AUTÓCTONE

No que concerne à flora e vegetação autóctones, a caracterização dos valores naturais de Sines deverá considerar como “situação de referência” a paisagem vegetal primitiva, posterior ao recuo das últimas glaciações (final do Plistocénico, cerca de 8000 a.C.) mas anterior às primeiras actividades agrícolas das populações humanas (inícios do Neolítico ibérico, 5000 a.C.). Dito de outra forma, para efeitos de ordenamento do território e de avaliação ambiental dever-se-á considerar “vegetação pristina” aquela que se mantém idêntica, no seu porte e composição florística, à paisagem vegetal do concelho durante o Holocénico médio (cerca de 6000-4000 a.C.). Com efeito, ao analisar os ecossistemas desta forma vai-se ao encontro da legislação conservacionista contemporânea, a qual visa, em última análise, preservar os resquícios daquela vegetação que tenham sobrevivido até aos nossos dias.

Dada a capacidade dos ecossistemas autóctones recuperarem o seu estado original sempre que não tenham sofrido demasiadas artificializações, pode chamar-se **vegetação potencial autóctone** ao mesmo tipo de formações vegetais que constituíram outrora a **vegetação autóctone pristina**. A razão de ser desta sinonímia torna-se clara quando se constata, por exemplo, que os campos agrícolas abandonados tendem potencialmente a ser recolonizados pela sua vegetação primitiva: facto patente nas terras de antigas cearas alentejanas que,

⁴ Idem. Designado pelo PSRN2000 com o código de habitat 92A0 – Florestas -Galerias de *Salix Alba* e *Populus Alba*.

sem acção humana, reverterem espontaneamente para o estado de sobreiral que de início as ocupava.

Esta reversão dos ecossistemas primitivos faz-se por uma **sucessão ecológica** de várias etapas, à medida que os terrenos vão sendo sucessivamente colonizados por espécies herbáceas pioneiras, depois por espécies arbustivas de curta vida, e finalmente por espécies arbóreas de elevado porte e longa vida. Quando a biomassa de espécies vegetais autóctones atinge a máxima quantidade que os potenciais das condições edafoclimáticas são capazes de sustentar, diz-se que se atingiu a vegetação atingiu o seu **clímax**.

Consoante variam espacialmente os tipos de solo, as condições hidrológicas e os tipos de clima (ou microclima), assim variam os tipos de vegetação clímax segundo **domínios**⁵. Em Sines observam-se vários domínios: o **domínio do sobral** nas planícies e serras interiores, o **domínio do sabinal** nas areias móveis dos cordões dunares, e o **domínio do salgueiral** nas ribeiras, várzeas, pauis e lagoas. Assim como variam os domínios, variam as composições florísticas das diversas etapas das respectivas sucessões ecológicas.

Nas páginas que se seguem serão descritas, para cada domínio climácico, as várias etapas da sucessão ecológica, e enunciadas as principais espécies vegetais que a compõem, sendo indicada para cada comunidade a **designação fitossociológica** respectiva. Esta designação é importante na medida em que os métodos da ciência da **Fitossociologia** foram seleccionados como os únicos válidos para aplicação da **Directiva Comunitária Habitats** e para a implementação da **Rede Natura 2000**.

2.3.1 - VEGETAÇÃO DO DOMÍNIO DO SOBRAL

À excepção dos terrenos de substrato dunar e os de solos húmidos em fundo de várzea, a maioria do território sineense foi primitivamente recoberto por sobreirais

⁵ Também designados, conforme os autores, por “tesselas” ou “zonas ecológicas”; em ambos os casos se designam as áreas onde a sucessão ecológica tende a produzir um certo tipo de bosque.

muito densos, com ligeiras diferenças na sua composição florística consoante estivessem implantados sobre solos arenosos (podzóis órticos) ou limo-arenosos (cambissolos êutricos) derivados de rochas plio-pleistocénicas — sobrais arenícolas — ou sobre solos derivados de xisto (litossolos êutricos) e rochas eruptivas paleozóicas — sobrais saxícolas.

Os sobrais arenícolas (vide tabela 1) caracterizam-se por serem ricos em zambujeiros (*Olea europaea* var. *sylvestris*) e em arbustos de folha persistente como a murta (*Myrtus communis*). Os limites do seu domínio coincidem grosso modo com as manchas de solos arenosos plio-pleistocénicos que recobrem toda uma faixa norte-sul do município, limitada a Oeste pelas dunas e a Leste pela serra do Cercal, furtando-se apenas aos terrenos encharcados de ribeiras, pauis e lagoas. Ainda hoje se podem encontrar alguns fragmentos muitíssimo esparsos desta categoria de bosque nas meias-encostas da ribeira da Junqueira. Noutras épocas estas matas ocorreriam abundantemente a Sul do estuário do Tejo e em redor do estuário do Sado, em substratos arenosos e aluvionares sob clima termomediterrânico seco a sub-húmido. Com o passar dos séculos foram sendo convertidos em montados de sobro, ou sendo arroteados para usos agrícolas. Toda a extensa planície em redor de Morgavel terá sido um denso sobral, antes de as explorações cerealícolas o terem sacrificado às culturas arvenses.

Sequência temporal	Descrição	Designação fitossociológica	Espécies bioindicadoras e afins
bosque climácico autóctone	sobral do sudoeste ibérico	<i>Teucro-Quercetum suberis</i> (código Habitat: 9330)	<i>Quercus suber</i> <i>Olea sylvestris</i> <i>Myrtus communis</i> <i>Asparagus aphyllus</i> <i>Rubia longifolia</i>
bosques arbustivos resultantes da degradação dos sobrais	medronhais	<i>Phillyreo-Arbutetum unedonis</i>	<i>Arbutus unedo</i> <i>Erica arborea</i> <i>Phillyrea angustifolia</i> <i>Viburnum tinus</i> <i>Stauracanthus boivinii</i>
brenhas resultantes da degradação dos medronhais	brenhas de carvalhiça	<i>Querco-Stauracanthetum boivinii</i>	<i>Calluna vulgaris</i> <i>Erica scoparia</i> <i>Quercus lusitanica</i> <i>Cistus monspeliensis</i>
tojais resultantes da máxima degradação dos sobrais	tojal rico em estevas	<i>Cisto-Ulicetum argentei</i>	<i>Ulex argenteus</i> <i>Cistus ladanifer</i> <i>Genista hirsuta</i> <i>Lavandula luisieri</i>

Quadro 1 - Dinâmica da vegetação autóctone do domínio do sobral saxícola

Sequência temporal	Descrição	Designação fitossociológica	Espécies bioindicadoras e afins
bosque climácico autóctone	sobral arenícola do Alentejo litoral	<i>Oleo- Quercetum suberis</i> (código Habitat 9330)	<i>Quercus suber</i> <i>Olea sylvestris</i> <i>Myrtus communis</i> <i>Asparagus aphyllus</i> <i>Rubia longifolia</i>
bosques arbustivos resultantes da degradação dos sobrais	murtal	<i>Asparago- Myrtetum communis</i>	<i>Myrtus communis</i> <i>Calicotome villosa</i> <i>Halimum commutatum</i> <i>Phillyrea angustifolia</i> <i>Erica scoparia</i>
brenhas resultantes da degradação dos medronhais	brenhas de carvalhiça	<i>Erico- Quercetum lusitanicae</i>	<i>Quercus lusitanica</i> <i>Cistus monspeliensis</i> <i>Asparagus aphyllus</i> <i>Cistus monspeliensis</i>
toçais resultantes da máxima degradação dos sobrais	matos de carvalhiça e piorro	<i>Junipero- Quercetum lusitanicae</i> (código Habitat 5210)	<i>Quercus lusitanica</i> <i>Juniperus navicularis</i> <i>Corema alba</i> <i>Lavandula luisieri</i>
matorrais resultantes da queimada e roça das brenhas	matos de tojo-manso	<i>Thymo- Staurecanthemum genistoidis</i>	<i>Stauracanthus genistoides</i> <i>Halimum halimifolium</i> <i>Lavandula lusitanica</i> <i>Ulex australis</i> <i>Cistus salviifolius</i>

Quadro 2 - Dinâmica da vegetação autóctone do domínio do sobral arenícola

Os sobrais saxícolas (vide Quadro 2) distinguem-se dos anteriores sobretudo pela diferente sucessão ecológica que resulta do seu abate. Os limites do seu domínio coincidem *grosso modo* com as manchas de solos derivados de xisto das serras orientais do concelho. Nessas serras sobrevivem em estado quase irreconhecível face ao original, resultado de várias décadas de extracção imprópria da cortiça, de excessivas podas, e do intenso aproveitamento cerealícola do sub-coberto. Fora do município de Sines ainda hoje se podem encontrar alguns fragmentos desta categoria de bosque tem pequenas manchas no sopé das serras algarvias e em algumas terras xistosas a montante das bacias do Sado e do Mira.

2.3.1.1 - ASPECTO DA SUCESSÃO ECOLÓGICA

Quando ao abate destes sobreirais arenícolas não é imediatamente seguido o cultivo agrícola ou a construção, resultam processos de recuperação ecológica conducentes a diversos tipos de vegetação arbustiva de maior ou menor porte, consoante a intensidade e a duração dos factores degradativos. A primeira etapa degradativa é um mural, naturalmente dominado por murta (*Myrtus communis*) e lentisco (*Phillyrea angustifolia*). Da degradação deste mural resultam brenhas de urze-das-vassouras (*Erica scoparia*) e sargaço (*Cistus monspeliensis*).

2.3.1.2 - ASPECTOS SILVÍCOLAS

Até aos finais do século XIX, o sobreiro foi uma espécie arbórea sem especial valorização nos sistemas agrários a Sul do rio Tejo. Com a revolução industrial a cortiça ganhou o estatuto de matéria-prima de grande importância. Extensas florestas mistas foram então limpas de todas as espécies que não o sobreiro, dando lugar à moderna paisagem do montado de sobreiro que em Sines hoje praticamente já só se avista na serra do Cercal. O topónimo Cercal, aliás, é ele mesmo testemunho de outrora terem ocorrido nesta serra cerquinhos (*Quercus broteroi*, vernaculamente conhecido por carvalho-português), abatidos em favor do sobreiro. Nos últimos anos, fundos comunitários e nacionais de apoio à reflorestação têm sido concedidos aos proprietários de terrenos rústicos que desejem cultivar sobreiro nos seus prédios rústicos. O sucesso destes programas na generalidade do país, contudo, ficou aquém das expectativas na medida em que o número de candidaturas a subsídio não tomou partido de todas as verbas disponíveis, havendo inúmeros proprietários que optaram por não reflorestar os seus terrenos; é bem esse o caso de Sines.

Actualmente, os povoamentos de sobreiro regeneram-se por plantação ou sementeira. As principais ameaças a este processo são a pastorícia desordenada, a fauna silvestre e a agricultura em sub-coberto, pois destroem os propágulos, quer comendo as bolotas, quer as plântulas. Por Lei, um sobreiro só pode ser

descortiçado depois de o fuste atingir um perímetro superior a 70 centímetros à altura do peito (1,30 metros), o que normalmente só se verifica a partir dos 30 anos de idade. É recomendável um intervalo de nove anos entre cada descortiçamento. À primeira tiragem chama-se cortiça virgem, à segunda cortiça secundária, e daí em diante cortiça amadia, de todas a mais valiosa. Nos casos mais comuns o montado apresenta uma densidade média de 45 a 60 árvores por hectare. A produção regular situa-se entre as 90 e as 240 arrobas por hectare em cada extracção. Outros rendimentos suplementares deste sistema de cultivo podem resultar da utilização das bolotas –de preferência de azinheira- como alimento do gado vacum e suíno (vem sendo habitual o aluguer de montados a criadores de porco preto alentejano e de vacas de raça alentejana, que aí cevam as suas reses de modo compatível com as certificações DOP).

Os perigos que impendem sobre a sobrevivência a longo prazo do sobral em Sines resultam, por um lado, directamente das más práticas silvícolas, e por outro, indirectamente das pressões urbanísticas. As más práticas consistem sobretudo no descortiçamento precoce e na lavra excessiva. A extracção de cortiça em sobreiros demasiado jovens, ou realizada com intervalos inferiores a nove anos, enfraquece as árvores e torna-as susceptíveis a toda a sorte de agentes patogénicos, para além de lhes reduzir a resistência ao fogo e à seca. Por seu turno a lavra excessiva, quer com o intuito de mobilizar os palmos superiores do solo, quer com a intenção de desmatar o terreno, mutila o sistema radicular superficial, expondo as árvores a infecções e à dessecação durante o período estival.

2.3.2 - VEGETAÇÃO DO DOMÍNIO DO SABINAL

Sobre os cordões de dunas holocénicas e Plistocénicas de boa parte do concelho de Sines sobrevivem ainda troços significativos da vegetação litoral primitiva do concelho: formações arbustivas densas de sabina-das-praias (*Juniperus turbinata*) mescladas com aroeira (*Pistacia lentiscus*). Estes sabinais encontram-se também em vários outros trechos dos cordões dunares do litoral ocidental português a sul

do cabo Mondego, embora em poucos locais se apresente tão bem conservado como na Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha.

Sequência espacial ou temporal	Descrição	Designação fitossociológica	Espécies bioindicadoras e afins
vegetação climática das zonas áridas e arenosas	Sabinal litoral sobre paleodunas com deposições de salsugem	<i>Osyrio- Juniperetum turbinatae</i> (código Habitat: 2250)	<i>Juniperus turbinata</i> <i>Antirrhinum cirrhigerum</i> <i>Osyris quadripartita</i> <i>Pistacia lentiscus</i>
vegetação resultante da degradação do sabinal	camarinhas sobre paleodunas sob salsugem	<i>Rubio- Coremetum albae</i>	<i>Corema album</i> <i>Antirrhinum majus</i> ssp <i>cirrhigerum</i> <i>Rubia peregrina</i> ssp <i>longifolia</i>
vegetação resultante da degradação do camarinhal	tomilhas sobre paleodunas sob salsugem	<i>Thymo camphorati- Stauracantethum spectabilis</i> (código Habitat: 2260)	<i>Thymus camphoratus</i> ** <i>Stauracanthus spectabilis</i> <i>Lavandula pedunculata</i> <i>Ulex australis</i> <i>Helichrysum picardii</i> <i>Cistus salviifolius</i> <i>Ammophila arenaria</i>
vegetação da primeira linha de cristas dunares em estabilização	tufos cespitosos de estorno e outras gramínea primocolonizadoras	<i>Otantho- Ammophiletum australis</i> (código Habitat 2120)	<i>Otanthus maritimus</i> <i>Pancratium maritimum</i> <i>Eryngium maritimum</i> <i>Crucianella merittima</i>

Quadro 3 - Dinâmica da vegetação autóctone do domínio do sabinal

2.3.2.1 - ASPECTO DA SUCESSÃO ECOLÓGICA

A degradação dos sabinais arenícolas (vide quadro 3) dá origem a formações relativamente pouco densas de camarinha (*Corema album*), as quais, por seu turno, ao serem degradadas são substituídas por tomilhas esparsos onde se pode encontrar também rosmaninho (*Lavandula pedunculata*), tojo (*Ulex australis*) e roselha (*Cistus salviifolius*). Em contrapartida, na primeira linha de cristas dunares que faz a fronteira entre os sabinais e as praias encontram-se formações de estorno (*Ammophila arenaria*), gramínea que desempenha o importante papel de primeira colonizadora e fixadora das areias móveis sopradas da linha de maré.

2.3.2.2 - ASPECTOS CONSERVACIONISTAS

O domínio do sabinal alberga *Habitats* incontroversamente protegidos pela Rede Natura 2000 no concelho de Sines. Desde logo se destacam os sabinais propriamente ditos, classificados pela Directiva Comunitária *Habitats* sob o código 2250, cujos fragmentos podem ainda ser encontrados nas dunas móveis tanto a sul como a norte da capital do concelho. Nos locais onde o sabinal foi destruído mas ainda subsiste alguma vegetação espontânea no seu lugar, é também possível encontrar tomilhões que se enquadram no *Habitat* 2260. Por fim, as cristas dunares são protegidas sob a figura do código 2120. Nestes mosaicos de vegetação dunar encontram-se também as mais importantes espécies vegetais protegidas no concelho: *Linaria ficalhoana*, *Ononis hackelii*, *Juniperus navicularis*, *Thymus carnosus*, *Th. capitellatus*, *Armeria rouyana*, *Herniaria maritima* e *Santolina impressa*. Estão representadas sobretudo na Reserva Natural da Lagoa de Santo André e da Sancha.

São três os perigos que impendem sobre estes habitats: a invasão biológica de exóticas, o pisoteio e perturbação por multidões de veraneantes, e a urbanização turística.

O primeiro dos perigos deve-se ao vigoroso alastrar de espécies vegetais trazidas de outros continentes, como o chorão (*Carpobrotus edulis*) e as acácias (*Acacia* sp.); não tendo quaisquer predadores europeus, as suas populações sofrem explosões demográficas irrefreáveis que pressionam os ecossistemas nativos, chegando mesmo a produzir extinções das espécies autóctones. O chorão tende, por essa via, a substituir o estorno e seus habitats, ao passo que as acácias tendem a abafar e a substituir o sabinal.

O segundo perigo — o pisoteio — é sobretudo grave para os habitats de estornal e de tomilhal. Sendo compostos por vegetais relativamente pequenos crescendo sobre areias pouco consolidadas, podem ser eliminados de modo rápido e fácil

pelos veraneantes, mesmo que estes últimos não tenham qualquer intenção destrutiva.

O terceiro perigo — a urbanização — é porventura o mais forte. Dado que estes *habitats* ocupam terrenos “com vista para o mar”, normalmente com uma envolvente cénica de grande espectacularidade, as preocupações conservacionistas colidem aqui com as ambições urbanísticas. Sucede, ainda, que o facto de a costa alentejana ser dos poucos troços do litoral europeu de clima mediterrânico que escapou à urbanização massificada pô-la no centro das atenções conservacionistas europeias, que nelas encontra os últimos resquícios de certos *habitats* costeiros primitivos.

2.3.3 - VEGETAÇÃO DO DOMÍNIO DO SALGUEIRAL

O domínio do salgueiral é constituído sobretudo por áreas de várzea, de solos hidromórficos ou aluvionares, encharcados, inundados ou pelo menos com lençóis freáticos próximos da superfície, onde primitivamente se encontrariam grande quantidade de pauis. Nos vales encaixados, porém, o salgueiral resumir-se-ia a uma galeria ripícola relativamente estreita (vide quadro 4). Em Sines encontrar-se-iam pauis sobretudo nas ribeiras de Moinhos e da Sancha e Junqueira enquanto que galerias estreitas predominariam na ribeira de Morgavel.

Os pauis são *habitats* de interface entre as massas de água parada como lagos e charcos, e as massas de água corrente como rios e ribeiros. Resultam em regra do destacamento de meandros de rios em zonas planas, ou então de troços de ribeiras com escoamento ineficiente. As águas, ligeiramente estagnadas, acumulam matéria orgânica em grandes quantidades. A sua vegetação consiste, nas margens onde as águas não são demasiado profundas, em caniçais dominados por *Phragmites australis* e tabuais de *Typha domingensis*. Um transecto radial desde o centro do espelho d'água até terra firme mostraria como, dispostos em faixas concêntricas em redor dos regolfos, se sucedem renques de caniço, depois de salgueiro (*Salix salviifolia* subsp. *australis*), e seguidamente amieiro (*Alnus glutinosa*). Nas zonas mais afastadas das massas de água, mas

onde o lençol freático ainda se encontra poucos decímetros abaixo da superfície do solo, encontram-se freixiais e choupais.

Ao longo da baixa da Bêbeda (ribeira da Sancha) encontra-se hoje uma extensa veiga plana, resultante deposição de aluviões, por onde correm em valas paralelas as águas fluviais. A quase totalidade da veiga foi empregue em culturas arvenses nas últimas décadas. Pouco resta do seu aspecto primitivo de paul, que em todo o caso terá sido pouco rico em regolfos mas rico em formações arbóreas caducifólias, dominadas pelo salgueiro ou borrazeira-branca (de novo *Salix salviifolia* ssp. *australis*), muito esparsamente acompanhados por amieiro (*Alnus glutinosa*) nas zonas mais frescas próximas dos cursos de água.

O número de pauis existente em Portugal foi drasticamente reduzido desde os finais do século XIX até meados do século XX, sobretudo graças aos esforços dos serviços florestais em drenar zonas paludosas, de molde a reduzir os focos de sezonismo. Refira-se que as primeiras plantações de eucaliptos no nosso país, por volta de novecentos, se destinavam precisamente a secar os pântanos. Os pauis menos profundos foram ocupados pela agricultura – particularmente culturas arvenses de regadio -, como é o caso da ribeira da Sancha, cujos meandros foram corrigidos por valas, os regolfos foram aterrados, e os bosques ripícolas arroteados. Também em toda zona baixa das vizinhas bacias hidrográficas do Sado e do Mira os amiais e os salgueirais foram dando lugar a arrozais, milheirais, campos de hortícolas, etc.

Sequência temporal ou espacial	Descrição	Designação fitossociológica	Espécies bioindicadoras e afins
primeira colonização vegetal das zonas palustres	caniçais sobre águas paradas	<i>Scirpo-Phragmiteto australis</i>	<i>Phragmites australis</i> <i>Scirpus maritimus</i> <i>Typha domingensis</i> <i>Lythrum salicaria</i> <i>Veronica anagallis-aquatica</i>
orla entre o bosque paludoso e as massas de água	salgueirais	<i>Saliceto atrocinereo-australis</i> (código Habitat: 92A0)	<i>Salix salviifolia</i> ssp <i>australis</i> * <i>Salix atrocinerea</i> <i>Salix x secalliana</i>
bosques paludosos em zonas sempre encharcadas	amiais	<i>Scrophulario scorodonia-Alnetum glutinosae</i>	<i>Alnus glutinosa</i> <i>Rubus ulmifolius</i> <i>Fraxinus angustifolia</i> <i>Oenanthe crocata</i> <i>Scrophularia scorodonia</i>
vegetação resultante da degradação dos amiais e salgueirais	silvados	<i>Lonicero hispanicae-Rubetum ulmifolii</i>	<i>Rubus ulmifolius</i> <i>Lonicera hispanica</i> <i>Rosa canina</i> <i>Rosa pouzinii</i>
vegetação resultante da degradação dos silvados	prados húmidos mediterrânicos	<i>Holoschoeno-Juncetum acuti</i> (código Habitat: 6420)	<i>Juncus acutus</i> <i>Scirpus holoschoenus</i> <i>Lythrum junceum</i> <i>Oenanthe lachenalli</i> <i>Mentha pulegium</i>

Quadro 4 - Dinâmica da vegetação autóctone do domínio do salgueiral

Actualmente sobrevivem poucos pauis em Portugal: Arzila, Taipal e Madriz, na bacia do rio Mondego; Boquilobo, na bacia do rio Tejo, e Tornada, no litoral Oeste, são porventura os poucos que ainda preservam algumas das suas características originais e que, por isso, mereceram ser contemplados na rede nacional de Áreas Protegidas. Em Sines encontram-se pauis na lagoa da Sancha e no troço final das ribeiras de Moinhos e Junqueira.

A vegetação ripícola propriamente dita — aquela que se encontra a marginar cursos de água com vincado fácies lóticos

2.3.4 - APROVEITAMENTO SILVÍCOLA

As condições agrológicas que se verificam nas baixas outrora paludosas da ribeira da Sancha, ao longo da Bêbeda, são propícias ao cultivo de freixo (*Fraxinus angustifolia*), noqueira (*Juglans regia*), salgueiro e vimeiro (*Salix* sp.), e –

sobretudo- de choupo (*Populus* sp.). Com efeito, esta última espécie é porventura a que melhor se presta a aproveitamento económico, quer pela rapidez de crescimento, quer pela cotação de mercado e pela facilidade de escoamento comercial.

São reconhecidas pela ciência cerca de 40 espécies de choupo (género *Populus* L.). Tratam-se de espécies que requerem grande insolação e irrigação, apresentando em contrapartida grande robustez no desenvolvimento e extraordinária aptidão para serem propagadas por transplante, estaca ou enxerto – facto que facilita a exploração de clones seleccionados de altíssima produtividade. As suas madeiras claras, ligeiras e brandas são muito aptas para aplicações industriais e fáceis de processar, ainda que sejam frágeis, de pouca duração e facilmente atacadas por insectos. O rápido desenvolvimento e a facilidade de multiplicação e hibridação dos choupos motivaram a sua plantação massiva na vizinha Espanha, onde é a espécie madeireira mais produtiva e de maior importância comercial. Com efeito, nesse país a intensidade e importância estratégica do cultivo de choupal são de tal ordem que a sua tutela administrativa compete directamente Ministério da Agricultura (não aos Serviços Florestais) e ocupa toda uma instituição estatal dedicada em exclusivo à populicultura. Em contraste, não foram bem sucedidos os esforços dos Serviços Florestais portugueses em meados da década de 1950, no sentido de se cultivar o choupo nos solos ribeirinhos do centro e Sul do país. Actividade para a qual Portugal é especialmente apto, a populicultura permanece subaproveitada entre nós.

As espécies de choupo mais adequadas para o cultivo na ribeira da Sancha são *Populus nigra* e *Populus deltoides*. Dependendo da qualidade dos clones utilizados e da competência do cultivo, podem atingir produtividades da ordem dos 30 metros cúbicos de madeira por hectare por ano – a mais elevada produtividade entre todas as espécies cultivadas em Portugal. A sua madeira está cotada ao valor médio de 64€ por metro cúbico - montante substancialmente mais elevado do que os atingidos pelas madeiras de eucalipto, de pinheiro, de carvalho ou de azinho. O cultivo do choupal deve ser feito por estaca, em povoamento equidistantes. São requeridos cuidados de limpeza de infestantes arbustivas nos primeiros anos. O

primeiro corte é efectuado em média fim de 12 anos. A necessidade de acompanhamento técnico constante, de modo a prevenir a eclosão de pragas e epifitias, torna esta cultura um caso excepcional de intensidade de investimento de capital, a ponto de ser considerada, do ponto de vista económico, uma actividade a meio-termo entre a agricultura e a silvicultura.

2.4 - FAUNA TERRESTRE

Tem sido observada no município de Sines uma fauna de vertebrados relativamente rica, embora a mais interessante parte da sua diversidade se concentre numa área relativamente pequena: a Reserva Natural da Lagoa de Santo André e da Sancha. Nesta área protegida já foram registadas 54 espécies de peixes marinhos dulciaquícolas e migradores, 12 de anfíbios, 15 de répteis, 29 de mamíferos, e 241 de aves. É verosímil extrapolar a ocorrência de várias destas espécies noutras regiões do concelho, nomeadamente em troços do território menos intervencionados pelo Homem, como algumas dunas semi-pristinas a sul de Sines, alguns segmentos bem conservados da ribeira da Junqueira, algumas faldas recobertas de sobro na serra do Cercal e, sobretudo, o paul a jusante da ribeira de Moinhos.

As espécies de **avifauna** com maior interesse conservacionista que ocorrem nos habitats paludosos e/ou costeiros são a garça-pequena (*Ixobrychus minutus*), a garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o pato-de-bico-vermelho (*Netta rufina*), o tartaranhão-ruivo-dos-paúis (*Circus aeruginosus*), o caimão (*Porphyrio porphyrio*), o perna-longa (*Himantopus himantopus*), o borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*), a andorinha-do-mar-anã (*Sterna albifrons*), a felosa-unicolor (*Locustella luscinioides*) e o rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*). Nos *habitats* de urzais e pinhais sobre dunas encontra-se o noitibó-de-nuca-vermelha (*Caprimulgus ruficollis*). No interior do concelho abunda a avifauna com interesse cinegético, donde se destacam a perdix (*Alectoris rufa*) e a codornix (*Coturnix coturnix*).

Da **ictiofauna** dulçaquícola do concelho, apenas se destacam pelo interesse conservacionista a boga-lusitana (*Chondrostoma lusitanicum*) e a enguia (*Anguilla*

anguilla), ambas presentes naquela reserva e, presumivelmente, também na ribeira de Moinhos.

Entre as espécies de **mamíferos** com interesse para conservação destacam-se a lontra (*Lutra lutra*) e o toirão (*Mustela putorius*), ambos presentes na lagoa da Sancha e na ribeira de Moinhos; e o rato-de-cabrera (*Microtus cabrera*) nas manchas de montado do nordeste do concelho. Na serra do Cercal encontram-se mamíferos com interesse cinegético, como o javali (*Sus scrofa*), a lebre (*Lepus granatensis*) e o coelho (*Oryctolagus cuniculus*). O Instituto para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade assinala para as serras a sul da cidade de Sines a presença de gato-silvestre (*Felis silvestris*), de lince (*Lynx pardinus*) e de veado (*Cervus elaphus*), embora ainda esteja por apurar a sua presença efectiva no concelho de Sines propriamente dito. Destacam-se ainda, entre os mamíferos, a presença do raro morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposideros*), tanto nas áreas protegidas do litoral como nas serranias, não protegidas por lei, do interior.

A **herpetofauna** com interesse para conservação restringe-se, no concelho, à lagartixa-de-carbonell (*Podarcis carbonelli*), à lagartixa-de-dedos-denteados (*Acanthodactylus erythrurus*) e à lagartixa-do-mato-ibérica (*Psammmodromus hispanicus*), salvaguardadas nas áreas protegidas em redor da lagoa da Sancha.

2.5 - FAUNA MARINHA

Dado o âmbito do Plano Director Municipal, o presente estudo de caracterização não pretende ser exaustivo pelo que se debruçará, exclusivamente, sobre os valores do topo da cadeia trófica (vertebrados e invertebrados) pelo seu valor enquanto bioindicadores do estado geral do ecossistema marinho e pela importância económica e cultural que exibem à escala do concelho.

A composição do ecossistema marinho varia significativamente ao longo do Concelho de Sines, pela predominância de fundos arenosos a Norte e afloramentos rochosos a Sul.

2.5.1 - LITORAL A NORTE DA CIDADE DE SINES

As melhores referências bibliográficas para a biodiversidade marinha a Norte da cidade de Sines são os estudos de base do Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Lagoa da Sancha e de Santo André. Nestes documentos registam-se espécies de peixe típicas de substratos móveis, destacando-se a presença de pleuronectiformes, incluindo linguado-da-areia (*Solea lascaris*), o linguado-comum (*Solea vulgaris*), o pregado (*Psetta maxima*), e o rodovalho (*Scophtalmus rombus*). O grupo das espécies bentónicas inclui também rajiformes como as raias (*Raja clavata*, *Raja Brachyura* e *Raja undulata*) e a tremelga (*Torpedo marmorata*), perciformes como o peixe-aranha (*Echiichthys vipera*), e scorpaeniformes como o ruivo (*Chelidonichthys lastoviza*). Entre as espécies pelágicas destacam-se clupeiformes como a sardinha (*Sardina pilchardus*) e perciformes como a cavala (*Scomber japonicus*) e a salema (*Sarpa salpa*). Outros perciformes, desta feita estuarinos, que ocorrem em Sines e também possuem interesse haliêutico são o robalo (*Dicentrarchus labrax*) e a dourada (*Sparus auratus*).

No que se refere aos moluscos cefalópodes, nesta área registam-se capturas de choco (*Sepia officinalis*), com redes de tresmalho colocadas no fundo, e de polvo (*Octopus vulgaris*) capturado em alcatruzes. Entre os bivalves predominam a amêijoia branca (*Spisula solida*), o pé-de-burrico (*Venus casina*), o longueirão (*Ensis siliqua*) e a conquilha (*Donax trunculus*). Já quanto aos crustáceos, destacam-se densidades elevadas de caranguejo (*Polybius henslowii*).

Em termos de mamíferos e de répteis marinhos há apenas a assinalar, respectivamente, a ocorrência muito pontual do roaz-corvineiro (*Tursiops truncatus*) e de tartarugas marinhas (*Dermodochelys coriacea* e *Caretta caretta*).

2.5.2 - LITORAL DO PERÍMETRO URBANO DE SINES

Na área do Porto de Sines está, actualmente, interdita a pesca e a captura de marisco pelo que esta área constitui uma reserva integral para a biodiversidade. O ambiente marinho na área do porto é monitorizado pelo Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora que comprova a qualidade geral da água, com uma

diminuição na envolvente aos portos de pesca e recreio, no interior da baía de Sines, que contudo não comprometem a classificação da praia com a bandeira azul.

2.5.3 - LITORAL A SUL DA CIDADE DE SINES

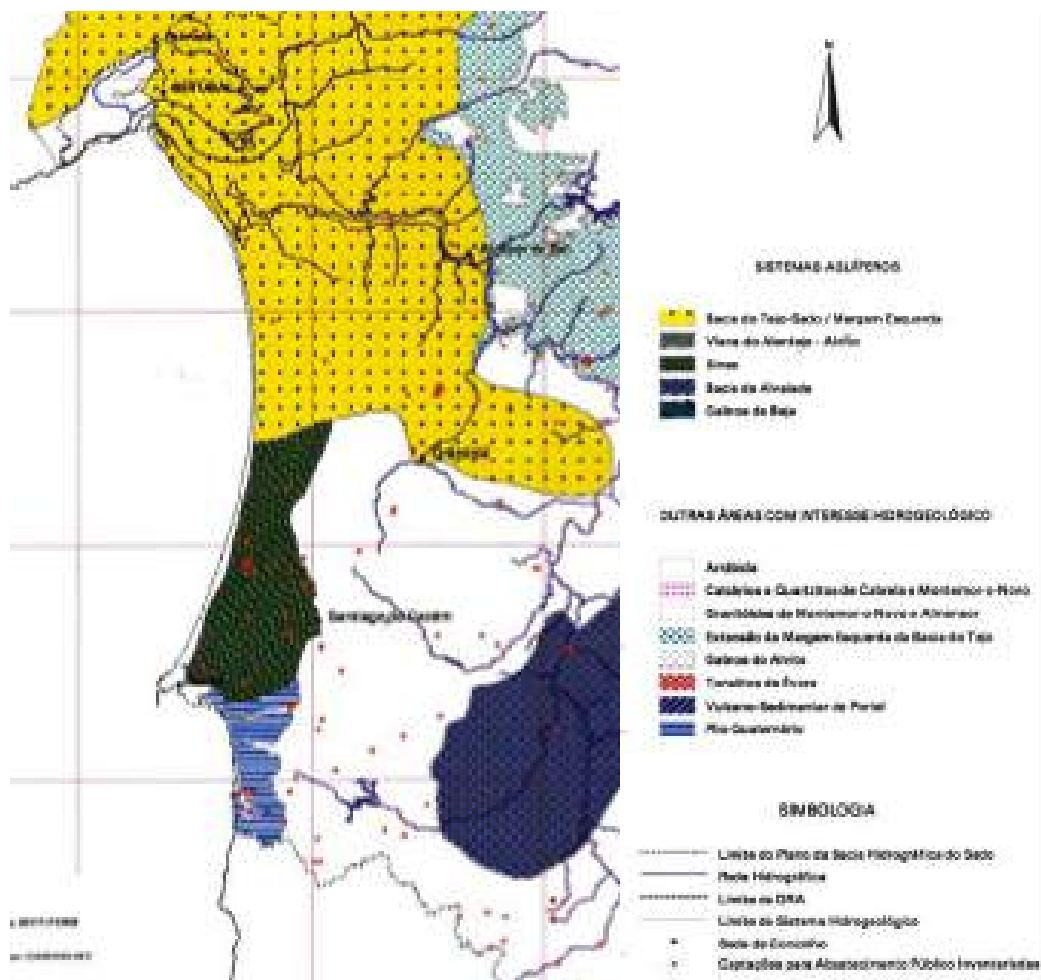
O Litoral a Sul de Sines distingue-se daquele a Norte da capital de concelho pela abundância de substratos rochosos, os quais acrescentam à biodiversidade típica dos fundos arenosos outros habitats e grupos de espécies, tanto de peixes como moluscos e crustáceos. O seu interesse haliêutico é considerável, pelo que estes recursos têm vindo a ser intensamente explorados, sendo cada vez mais aparente o decréscimo dos quantitativos capturados e o aumento do esforço de exploração.

As espécies mais exploradas no litoral rochoso são, por ordem decrescente, e no que se refere a moluscos, o percebe (*Pollicipes pollicipes*), o polvo (*Octopus vulgaris*), a navalheira (*Necora puber*), o mexilhão (*Mytilus galloprovincialis*), as lapas (*Patella ulyssiponensis*, *P. vulgata* e *P. depressa*) e os burriés (*Osillinus lineatus*, *O. colubrina*, *Gibbula umbilicalis* e *G. pennanti*). No que se refere aos peixes, são também explorados, por ordem decrescente de importância, perciformes como o sargo (*Diplodus sargus*), o robalo (*Dicentrarchus labrax*), a safia (*Diplodus vulgaris*), o burrinho (*Symphodus* spp.), e a salema (*Sarpa salpa*). Outra exploração com alguma intensidade é a do equinoderme ouriço-do-mar (*Paracentrotus lividus*), capturado e consumido em festivais tradicionais.

As principais ameaças à conservação da biodiversidade marinha do concelho são a sobre-exploração e a poluição. No primeiro caso, tal deve-se tanto à pesca comercial como ao marisqueio e à pesca desportiva. No segundo caso, devido às emissões de poluentes industriais e urbanos da cidade de Sines e do seu complexo portuário-industrial — refiram-se derrames acidentais de hidrocarbonetos como a maré negra ocorrida em 1989, que afectou toda a costa alentejana. A poluição térmica devida à central termoelétrica é sentida localmente e os seus impactes são pouco significativos quando comparados com os anteriormente referidos.

3 - GEOLOGIA E HIDROGEOLOGIA

3.1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



Fonte: PBH do Rio Sado

Figura 1 – Sistemas Hidrológicos e Captações para Abastecimento Público Inventariadas

O Sistema Aquífero de Sines tem uma área de cerca de 250 Km², localiza-se no Alentejo, incluindo os concelhos de Grândola e Santiago do Cacém.

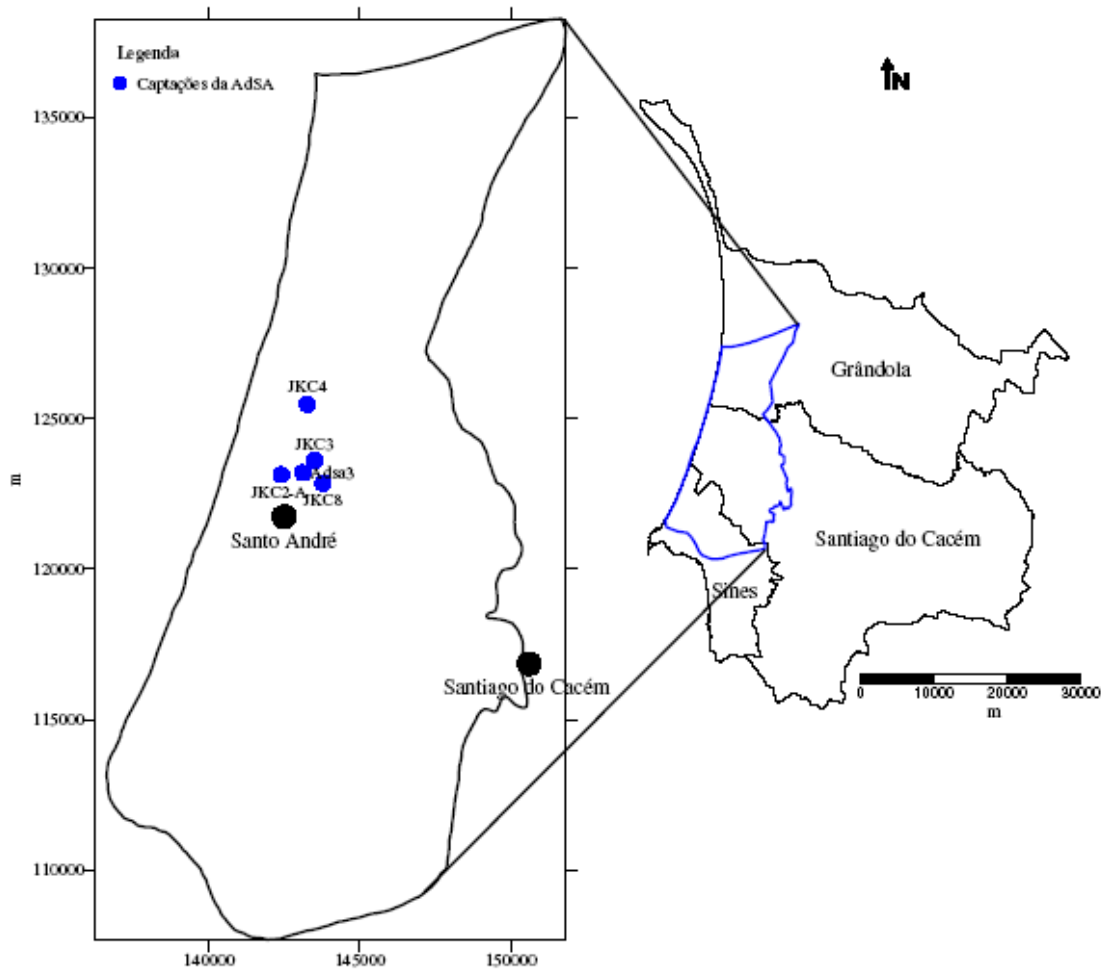


Figura 2 - Localização geográfica do aquífero de Sines

Fonte: pág. 7 "Estudo Hidrogeológico do Sistema Aquífero e Definição dos Perímetros de Protecção das Captações de Água Subterrânea das ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ SA, com recurso a Modelação Matemática"

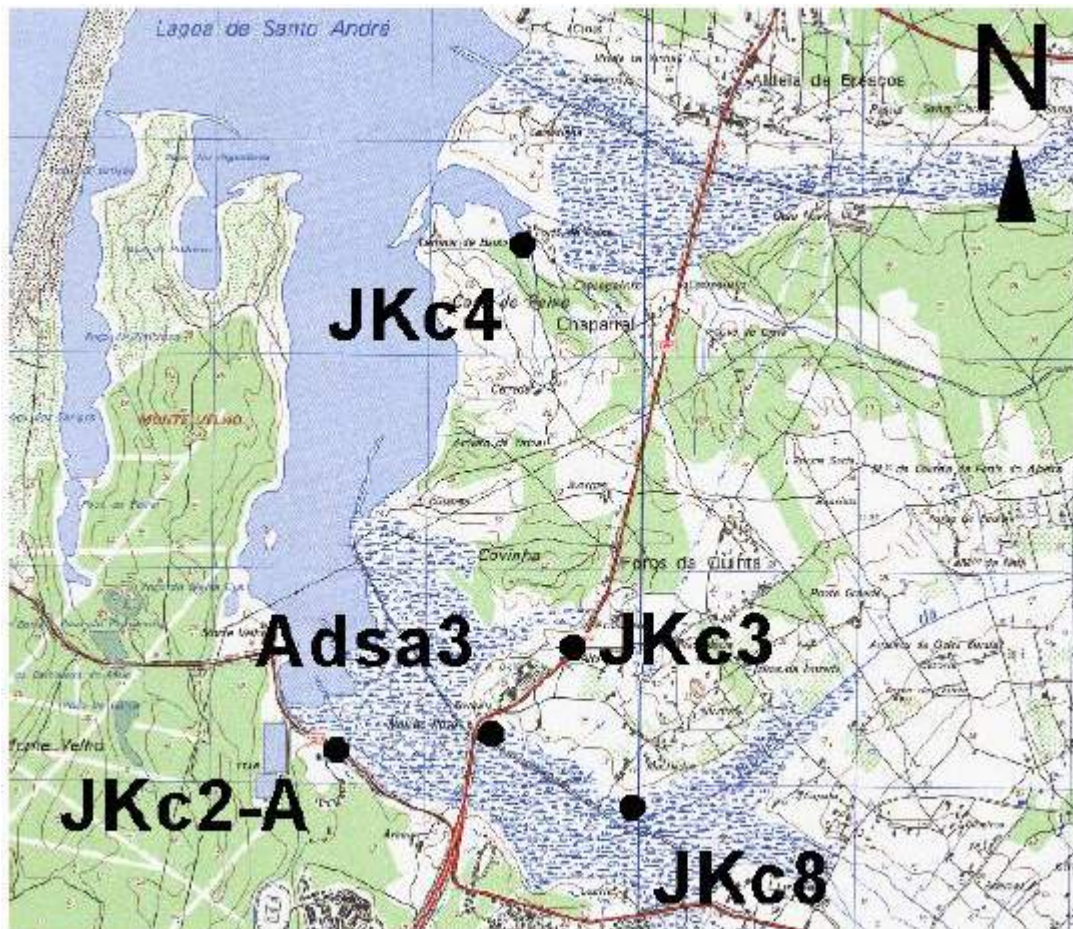


Figura 3 - Localização geográfica das captações em exploração para abastecimento público,

Fonte: pág. 8 "Estudo Hidrogeológico do Sistema Aquífero e Definição dos Perímetros de Protecção das Captações de Água Subterrânea das ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ SA, com recurso a Modelação Matemática"

3.2 - CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM

A rede de drenagem da área do aquífero é mais densa a Este, geomorfologia acidentada e materiais menos permeáveis, e menos densa a Oeste, presença de zona mais aplanada com areias plio-quadernárias mais permeáveis.

A rede hidrográfica é constituída por três bacias hidrográficas:

- Lagoa de Santo André
- Ribeira da Sancha
- Ribeira de Moinhos

A Bacia Hidrográfica da Lagoa de Santo André é a mais extensa da região com cinco sub-bacias que correspondem aos seguintes cursos de água:

- Ribeira da Cascalheira
- Ribeira da Ponte
- Ribeira do Forneco
- Ribeira do Azinhal
- Ribeira do Baleizão

A natureza dos solos é muito permeável em toda a área.

O leito das ribeiras de pequena dimensão traduz-se num escoamento intermitente.

Os declives são pouco acentuados na parte oriental, onde as bacias atingem as formações xistosas do Carbónico.

A natureza cársica das formações hidrogeológicas explica a existência de ressurgências em muitos pontos da Bacia Sedimentar da Santo André, algumas das quais com caudal perene. As mais relevantes localizam-se na parte terminal da Ribeira de Moinhos e junto à povoação do Azinhal, perto da falha da Santo André.



Figura 4 - Rede hidrográfica na área do Sistema Aquífero de Sines,

Fonte: pág. 36 “Estudo Hidrogeológico do Sistema Aquífero e Definição dos Perímetros de Protecção das Captações de Água Subterrânea das ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ SA, com recurso a Modelação Matemática

3.3 - CARACTERIZAÇÃO GEOLÓGICA

A zona de estudo identifica-se com a bacia meso-cenozóica de Sines com limites a Este de terrenos paleozóicos da Zona Sul Portuguesa.

Litologicamente existe uma grande variação desde o Carbónico até o Quaternário. A Este da bacia afloram as formações paleozóicas resultantes de rochas de metamorfismo regional de fácies de xistos verdes (idade carbónica). Estes conjuntos litológicos dividem-se em duas formações – Formação de Mértola e Formação de Mira.

- Formação de Mértola: encontra-se representada no extremo NE, sendo uma formação turbidítica tipo “Flysh”, constituída por grauvaques grosseiros cinzento

esverdeados em bancadas espessas, alternando com xistos cinzentos a negros mais ou menos carbonosos.

- Formação de Mira: unidade turbidítica do tipo “Flysh”, constituída por grauaques finos e siltitos cinzento-esverdeados, em leitos delgados, xistos carbonosos.

Em relação à formação anterior contém menor quantidade de fragmentos de rochas e de albite, mas mais quartzo.

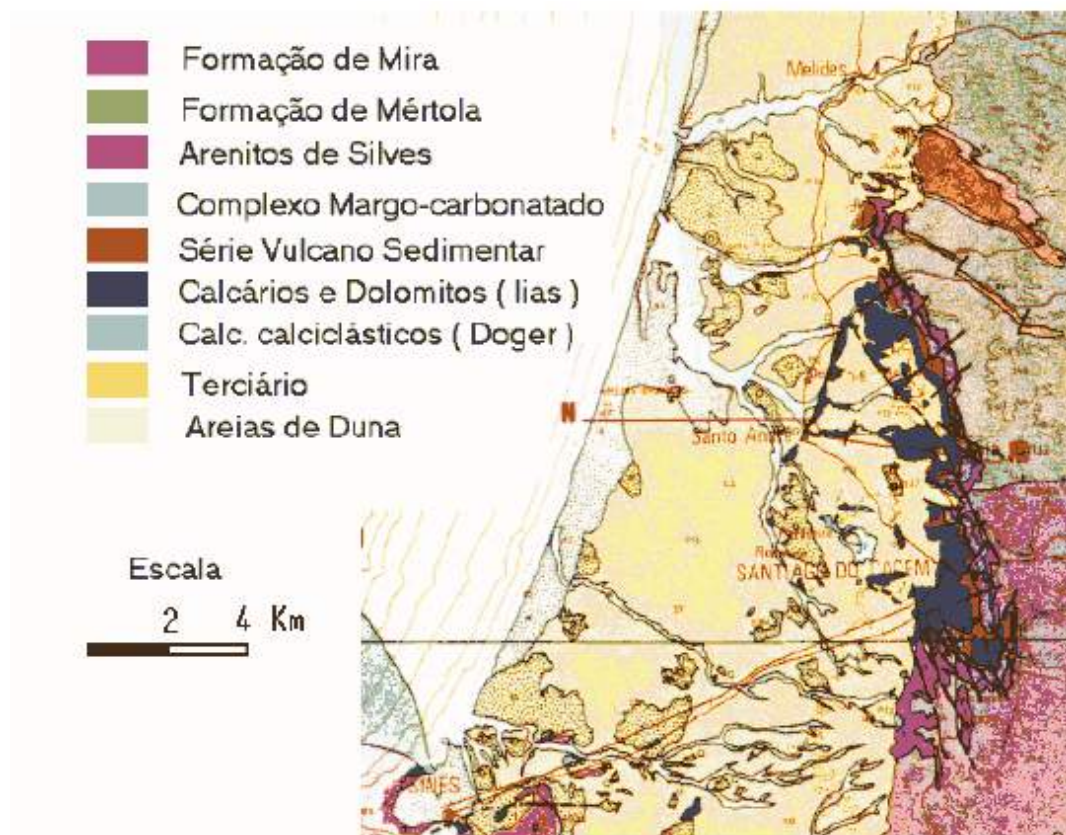


Figura 5 - Mapa Geológico de Sines

Fonte: pág. 4 “Contribuição para o Conhecimento Hidrogeológico do Sistema Aquífero de Sines”

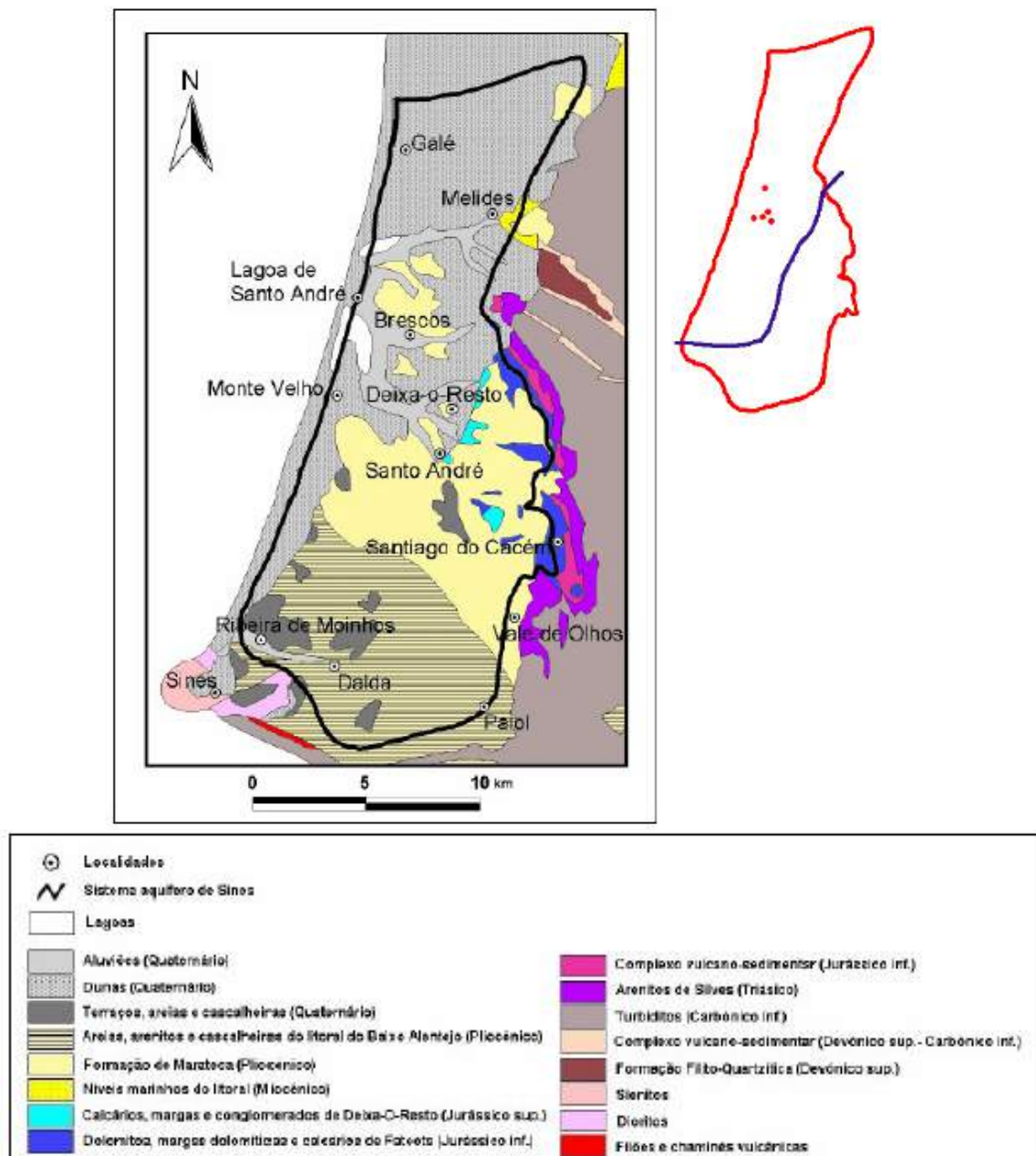


Figura 6 - Litologias que integram o Sistema Aquífero de Sines e área circundante, de acordo com Almeida et al. (2000). No canto superior direito representa-se o alinhamento que separa a área de ocorrência de artesianismo repuxante que coincide parcialmente com uma falha regional no interior do aquífero e a localização das 5 captações em estudo,

Fonte: pág. 29 “Estudo Hidrogeológico do Sistema Aquífero e Definição dos Perímetros de Protecção das Captações de Água Subterrânea das ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ SA, com recurso a Modelação Matemática

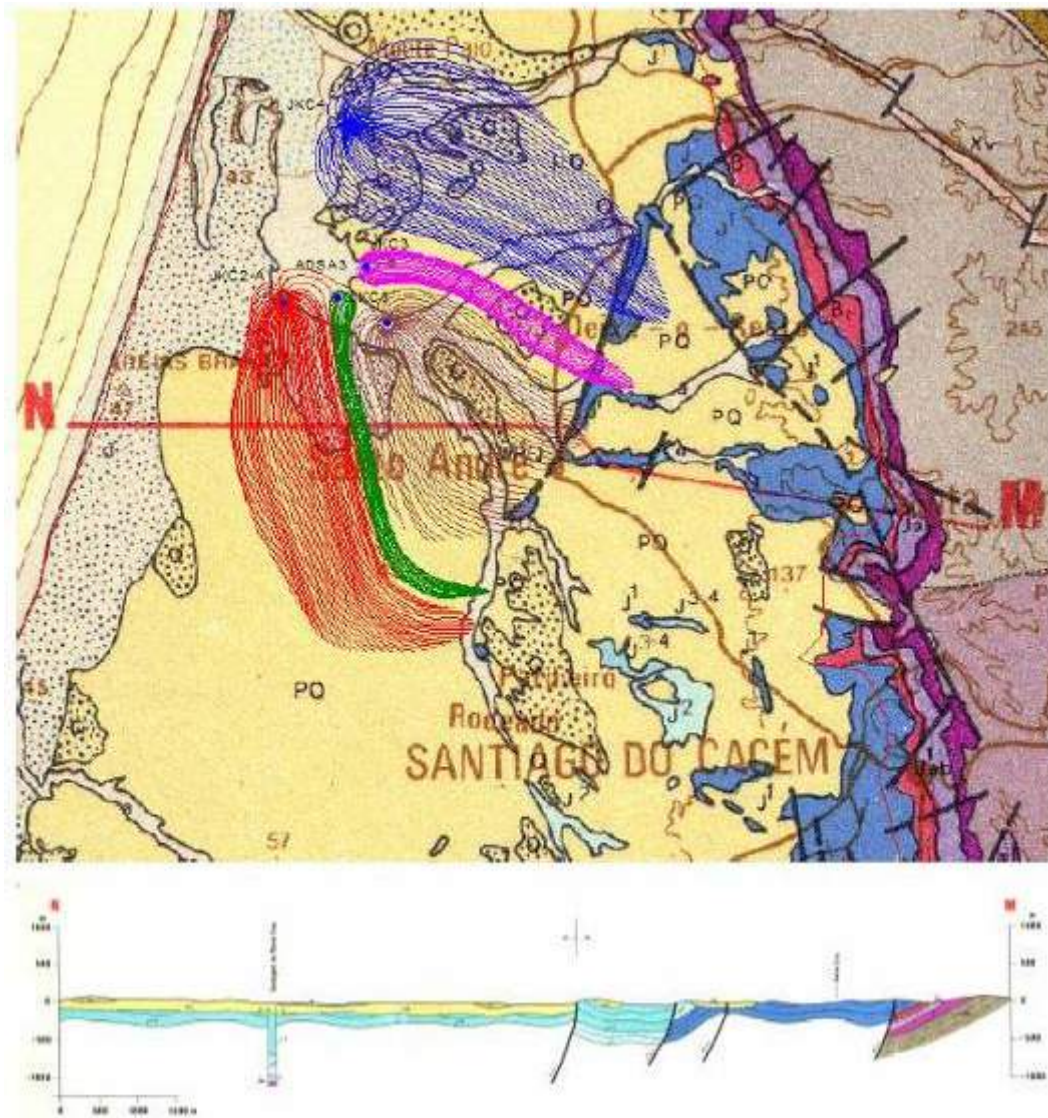


Figura 7 - Configuração das zonas de captura das captações, obtidas a partir de simulações de transporte advectivo, traçadas por “inverse particle tracking”.

Fonte: pág. 57 “Estudo Hidrogeológico do Sistema Aquífero e Definição dos Perímetros de Protecção das Captações de Água Subterrânea das ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ SA, com recurso a Modelação Matemática

Salienta-se que a figura apresentada tem como base linhas de fluxo que foram calculadas para cada captação tendo em conta o tempo de trânsito necessário para que a água infiltrada na área de recarga mais próxima seja extraída em cada caso (JKC8 aprox. 79 anos; JKC3 aprox. 132 anos; ADSA3 aprox. 164 anos e JKC4 aprox. 175 anos. As zonas de captura são representadas sobre a folha 7 da

carta geológica de Portugal de escala 1:200 000 (Oliveira et al. 1984). A escala é fornecida pelo corte entre os pontos M e N.

Nome da Captação	M (m)	P (m)	Cota (m)	Profundidade (m)	Litologia	Carta	Tipo
ADSA3 Moinho Novo	143120	123190	7.40	116	terra vegetal argila acastanhada por vezes com seixos argila lodosa grés fino a medio argiloso acimentado idem com rochas areia media a grosseira com seixos amarelados grés calcário, argiloso, acimentado acastanhado idem argila margosa cinzenta calcário	505	Furo
JKC2A Monte Velho	142400	123120	4.54	210	areia de duna amarelada clara lenhite castanho escuro areia cinzenta e amarelada argila cinzenta escura argila castanha marga cinzenta argila margosa cinzenta acastanhada grés calcario cinzento esbranquiçado idem mais grosseiro idem mais grosseiro argila amarelada margosa pouco arenosa idem menos arenosa calcário argila calcário	505	Furo
JKC3 Galiza	143500	123600	10.60	185	areias finas grés calcário calcários	505	Furo
JKC4 Porto de Peixe	143260	125470	5.93	220	terra vegetal areia fina e media esbranquiçada areia fina amarelada idem esbranquiçada grés calcário	505	Furo
JKC8 Judia	143780	122850	8.01	194	argila vermelha idem cinzenta escura argila cinzenta calcário carsificado claro grés calcário margas calcário margas	505	Furo

Tabela 1 – Captações de abastecimento de Santo André e suas características geológicas

Fonte: pág. 17 “Estudo Hidrogeológico do Sistema Aquífero e Definição dos Perímetros de Protecção das Captações de Água Subterrânea das ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ SA, com recurso a Modelação Matemática

3.4 - TECTÓNICA E FRACTURAÇÃO

Existem quatro estruturas fundamentais que dominam o quadro morfo-estrutural da bacia de Santiago do Cacém: falha de Santo André, falha de Santa Cruz, falha de Grândola e o alinhamento estrutural Portimão-Monchique-Sines-Sesimbra-Sintra.

Direcções da fracturação:

- Família de fracturas a NE da falha de Santa Cruz: está representada por duas direcções fundamentais; Ne-SW e WNW -ESSE.
- Família de fracturas entre as falhas de Santa Cruz e de Santo André (a N de Santiago do Cacém): é dominado por duas direcções principais, NW-SE e N-S.
- Família de falhas a S de Santiago do Cacém, de direcção ENE-WSW, relacionados com a tectónica em “tecla de piano” que origina pequenos “demi-grabens”, basculados para W e para E, uma tectónica de carácter distensivo.

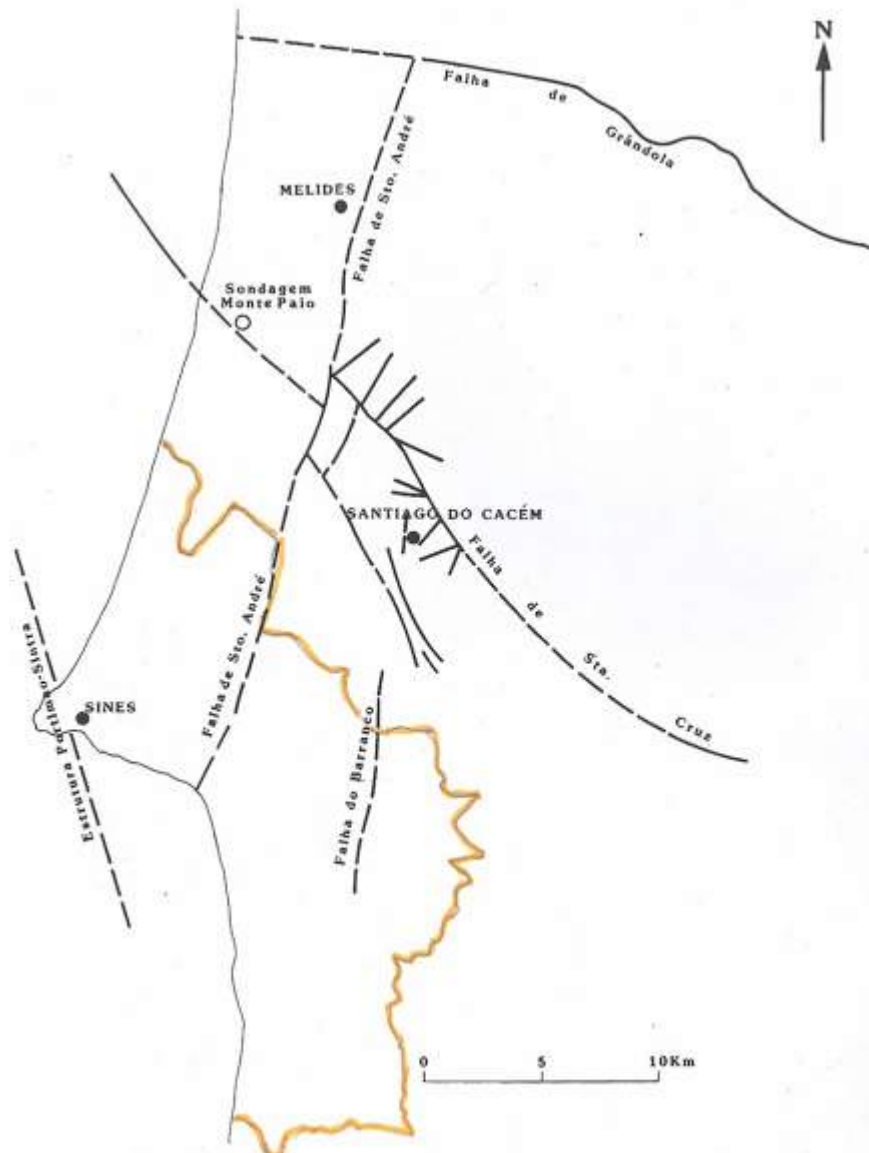


Figura 8 - Tectónica do Concelho de Sines

3.5 - CARACTERIZAÇÃO HIDROGEOLÓGICA

Bacia Sedimentar Litoral Ocidental – A faixa litoral entre Aljezur e Grândola é muito homogénea do ponto de vista litológico. Esta faixa contém camadas de areia que se estendem por 1km de comprimento que pode mudar para argila arenosa, também uma camada com 1 a 2m de espessura pode deixar de existir em alguns metros. Estes fenómenos dão origem a estruturas imbricadas, com bancadas

ferruginosas de areias ou grés com baixa consistência, alternando com areias claras ou argila que concede permeabilidade alta variável (dependendo da quantidade de argila existente). Estas litologias e suas características implicam um espessamento dos depósitos que dão origem a aquíferos inter-estratificados com intercalações de argila. Estas estruturas permitem captações de água a diversos níveis e profundidades diferentes. Em relação ao nível de recarga, convém realçar os fluxos originados pela precipitação directa nos afloramentos que pode atingir os 45% de precipitação, esta recarga atinge rapidamente os primeiros níveis saturados que se encontram entre os 3 e 10 m de profundidade. Estes aquíferos superficiais descontínuos de poucos recursos identificam-se com o seu regime pluviométrico com variação dos níveis pluviométricos. A recarga destes aquíferos pode ser captada por drenos, poços e galerias através de baixos investimentos e com bom rendimento hidráulico. Outros tipos de recarga identificam-se com escoamento superficial ao longo da rede hidrográfica, também a partir de transferências de água subterrânea de origem em reservatórios adjacentes.

Bacia de Santiago do Cacém – Desenvolve-se a norte do complexo de Sines até ao sector terminal da Bacia Sedimentar do Sado. Essencialmente constituída por materiais mesocenozóicos que se desenvolveram a ocidente do soco paleozóico. Zona aplanada pois existem poucos afloramentos e também a espessa cobertura cenozóica que ocupa grande parte desta área.

Nesta área existem 3 zonas geomorfológicas bem definidas:

- Zona Costeira ? Desde a linha costeira até á escarpa da falha de santo André, pode atingir-se a cota dos 50m.
- Zona Intermédia ? Vai desde a cota 50 à cota 100m com os seus afloramentos carbonatados.
- Zona Interior ? Área do bordo oriental da bacia onde se localizam as colinas da Fatiota e do Castelo, com 250m.

3.5.1 - SISTEMAS AQUÍFEROS

Plio-Quaternário – A boa recarga neste aquífero tem uma produtividade excelente devido à extensão e espessura dos materiais que se depositaram nesta bacia. A geomorfologia desenvolvida nesta área deu origem aos reservatórios mais superficiais. O aquífero é interceptado directamente nestas estruturas, devido a conexão hidráulica e depósitos aluvionares. Neste sistema as captações não vão além dos 50m de profundidade e a sua produtividade é da ordem dos 5l/s.

Mio-Pliocénico – Este sistema é parecido com o anterior e que ocorre entre o aquífero pliocénico e o miocénico marinho. Aqui as litologias permeáveis e semipermeáveis permitem a circulação da água em ambos os sentidos com o seu desequilíbrio piezométrico, como exemplo são as nascentes do afloramento de Melides. A produtividade do aquífero no Miocénico marinho é da ordem dos 10l/s.

Jurássico – É o principal sistema aquífero nesta área. Constituído por formações carbonatadas pós-infralias sobreposta por uma extensa cobertura detrítica, que se localiza a oeste do afloramento paleozóico e a norte do maciço de Sines.

Caracteriza-se por ter o seu início no afloramento liásico, estas formações mergulham para ocidente e passam por baixo dos materiais plio-quaternários estando em contacto com o Dogger. Existem afloramentos afastados com inclinações entre os 10 e os 40 graus, sobre o qual assenta o Malm. O desnível que existe entre o liásico e o tecto do Malm, que existe a algumas dezenas de metros abaixo do nível do mar junto à costa, aliado à geomorfologia existente na zona, cria gradientes hidráulicos elevados que, com a colaboração da capacidade de infiltração dos afloramentos e as características hidrogeológicas das camadas carbonatadas, sem esquecer o desenvolvimento cársico, favorecem as condições suficientes para que a circulação subterrânea se realize, para que haja armazenamento subterrâneo e para que exista uma forte componente artesianas nas captações de Santo André. Nos afloramentos que disponibilizam mais facilmente o CO₂ e ácidos húmicos, a carsificação dá-se com mais facilidade, tornando a água circulante mais agressiva e aumentando o processo de dissolução dos materiais carbonatados. Este fenómeno dá origem ao aparecimento de zonas cavernosas, que origina uma grande capacidade de

escoamento e armazenamento de água com uma carga hidrostática equilibrada com a pressão atmosférica. O modelo do fluxo subterrâneo identifica-se com um aquífero que é alimentado pelos afloramentos carbonatados existentes na zona leste do mesmo, corresponde às zonas de maior pluviosidade e altitude, em que a permeabilidade e escoamento de águas é assegurado pelo desenvolvimento cársico. A intercalação de margas nos espaços vazios, através da dissolução do calcário e da dolomite vai produzir a estratificação dos reservatórios implicando confinamento dos mais profundos. Criando assim maiores pressões consoante a profundidade se incrementa, com a capacidade de elevar a água através de falhas ou de zonas de fracturação até aos aquíferos mais superficiais, até mesmo a linhas de água. Existem captações nesta zona capazes de produzir mais de 100l/s em artesianismo repuxante.

Ponto de Agua	Localização	Profundidade (m)	Q (l/s)	Q _c (l/sm)
JKp16	Santo André	290.0	0.3	0.01
JKp17	Santo André	259.0	2.2	0.08
JKp18	Santo André	266.0	0.3	0.01
JKp16	Santo André	290.0	0.3	0.01
JKp17	Santo André	259.0	2.2	0.08
JKp18	Santo André	266.0	0.3	0.01
PS1	Costa de S. André	53.0	2.6	0.41
JKc4	Porto Peixe	220.0	45.5	2.6
Jkc2A	Monte Velho	210.0	25.0	2.7
JKc10	Leziria	134.0	10.4	1.0
TD2	Vale da Rainha	120.0	22.0	4.58
DFT1	Santa Cruz	13.0 (Poço)	1.18	----
FR1A	Deixa-o-Resto	48.0	1.1	0.07
CP1	Fidalgo	58.0	16.6	----
JK1	Petroquímica	210.0	1.6	0.05
JK4	Refin. Petrogal	144.5	8.9	0.17
JKc5	Quinta Pegos	182.0	10.0	0.5
JKp15	Ribeira Moinhos	251.0	31.4	8.58
JKc6A	Ribeira Moinhos	240.0	100.0	7.52
AC1	Ribeira Moinhos	35.8	20.0	26.6
RLA1	Ribeira Moinhos	47.0	15.0	8.47
FD2	Casoto	82.0	6.0	1.3
FD3	Cerca Velha	58.0	2.7	1.2
FD4	Lentiscais	26.0	1.8	0.1
Jkc7	Ribeira moinhos	175.0	21.7	0.5

Tabela 2 – Dados de alguns pontos de água da bacia de Sines

Fonte: pág. 8 “Contribuição para o Conhecimento Hidrogeológico do Sistema Aquífero de Sines”

4 - CONDIÇÕES DEMOGRÁFICAS, HABITACIONAIS, SÓCIO-ECONÓMICAS E INDUSTRIAIS

Este capítulo apresenta as características do território, onde Sines se insere, caracteriza e quantifica a sua **População Residente**, a sua evolução, estrutura etária, nível de instrução, taxa de actividade e de desemprego, população empregada por sector

Pormenoriza, quantifica e relaciona o **Nº de Famílias**, **Nº de Edifícios** e **Nº de Alojamentos**. Quanto aos Alojamentos identifica as diferentes formas de ocupação (residência habitual, vagos e uso sazonal), épocas de construção e as condições de habitabilidade dos alojamentos.

São apresentados os **Consumos de Electricidade** por sector de actividade de modo a identificar os maiores consumidores e é dedicado todo um sub-captítulo para caracterizar a actividade industrial, empresas, volumes de vendas por sectores de actividade.

São referidos alguns indicadores sobre a **Pesca**: **Nº de Pescadores**, **Nº e Potência de Embarcações** e tipo de **Peixes Pescados**.

São também apresentados alguns dados sobre a **Actividade Agrícola** no concelho, nomeadamente a que diz respeito à produção de vinho e árvores de fruto.

4.1 - TERRITÓRIO E POPULAÇÃO RESIDENTE

Em termos administrativos, o concelho de **Sines** pertence à sub-região do **Alentejo Litoral**, constituída por 5 concelhos, uma das 3 sub-regiões da região do **Alentejo**.

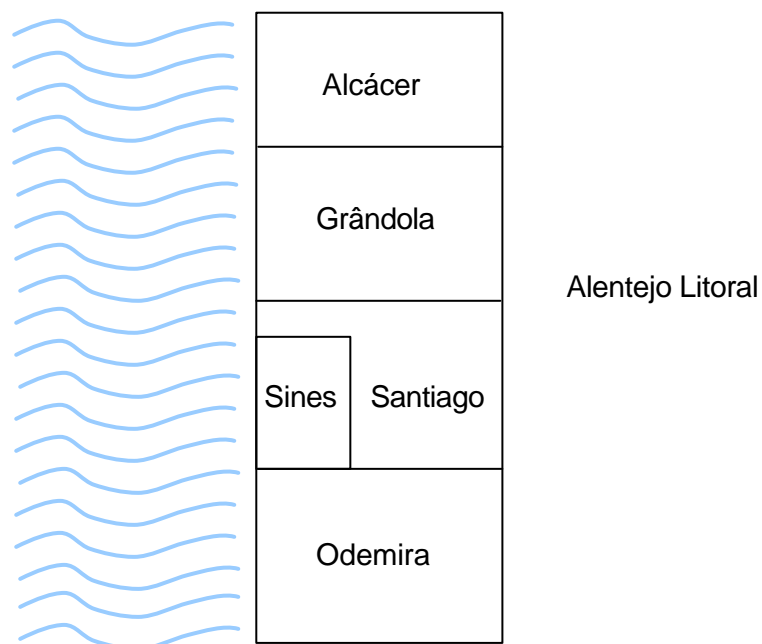
Sines é um concelho que tem uma extensa frente litoral, com cerca de 53 km, faz fronteira com o concelho de Santiago de Cacém que quase o “envolve” a norte e nascente e com o concelho de Odemira a sul.

Do Alentejo litoral, Sines é o concelho que tem menores dimensões com 203 km² (Quadro 5) enquanto Odemira é o concelho com maior área, com mais de 1.700 km² e o de Santiago apresenta 1059 km².

Relembrando que Portugal Continental tinha em 2001 uma densidade habitacional média de 108 hab/ha, Sines, por ser o concelho menor mas com uma população residente significativa, é o concelho que tem a maior **densidade habitacional** do Alentejo, com 67 hab/km², muito superior à densidade do próprio Alentejo (17 hab/km²) e do Alentejo Litoral (19 hab/km²).

Santiago do Cacém em comparação com os concelhos contíguos é o que tem maior população com uma densidade de 29 hab/ km²ha, já que é um concelho extenso.

Esquema territorial:



Parâmetros:

	Area (km ²)	Pop 2001 (hab)	Densidade (hab/km ²)
ALENTEJO	31.552	535.753	17
ALENTEJO LITORAL	5.256	99.976	19
Alcácer do Sal	1.465	14.287	10
Grândola	808	14.901	18
Odemira	1.721	26.106	15
Santiago do Cacém	1.060	31.105	29
Sines	203	13.577	67

Fonte: INE – Recenseamentos da População 2001

Quadro 5 – Área e Densidade Habitacional dos Concelhos do Alentejo Litoral, em 2001

A evolução da **população residente** do concelho de Sines de 1950 a 2001 (Quadro 6 e Gráfico 5), mercê da decisão política dos anos 60 de aí instalar um importante centro industrial e portuário teve uma evolução demográfica diferente da maior parte dos concelhos do Alentejo e mesmo do país, nomeadamente: na década de sessenta foi o concelho do Alentejo que registou o menor decréscimo (-15%) e na década de setenta foi o concelho que teve, de longe, o acréscimo mais significativo (60%).

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE											
	1950	1960	1950-60	1970	1960-70	1981	1970-81	1991	1981-91	2001	1991-01
Portugal	8.510.240	8.889.392	4%	8.663.252	-3%	9.833.014	14%	9.867.147	0%	10.356.117	5%
Alentejo	780.980	760.917	-3%	587.347	-23%	578.431	-2%	549.362	-5%	535.753	-2%
Alentejo Litoral	131.417	129.672	-1%	99.851	-23%	103.141	3%	98.519	-4%	99.976	1%
Alcácer do Sal	22.211	22.167	0%	17.265	-22%	16.370	-5%	14.512	-11%	14.287	-2%
Grândola	21.216	21.060	-1%	15.525	-26%	16.042	3%	13.767	-14%	14.901	8%
Odemira	43.073	43.999	2%	33.235	-24%	29.463	-11%	26.418	-10%	26.106	-1%
Santiago do Cacém	35.427	33.579	-5%	26.275	-22%	29.191	11%	31.475	8%	31.105	-1%
Sines	9.490	8.866	-7%	7.550	-15%	12.075	60%	12.347	2%	13.577	10%

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas; Referência: VIII, IX, X, XI, XII e XIII Recenseamentos da População

Quadro 6 – Evolução da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 1950- 2001

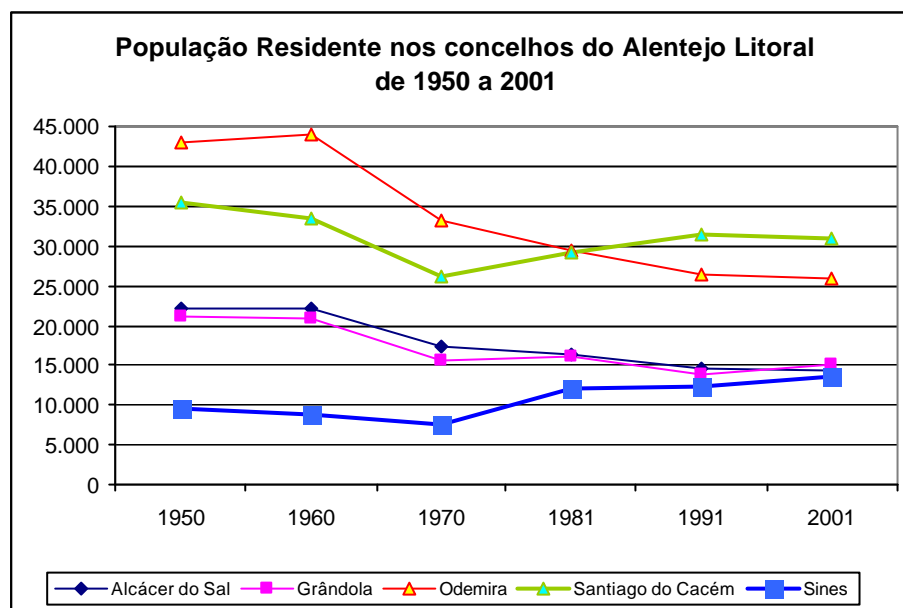


Gráfico 5 – Evolução da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 1950-2001

Em termos de variação percentual (Quadro 6 e Gráfico 6) nestes diferentes períodos e nos diferentes locais, temos:

- 1) A região do Alentejo e o concelho de Alcácer do Sal, desde 1950 a 2001, sempre com decréscimos populacionais, tal como o concelho de Odemira desde 1960;
- 2) O Alentejo litoral com um acréscimo de 3% na década de 70 devido a Sines e um ligeiro acréscimo (1%) na década de 90;
- 3) Santiago do Cacém, assim como Portugal, com acréscimos significativos na década de 70, respectivamente 11% e 14% (mas por razões diferentes: Santiago do Cacém como consequência do crescimento de Sines e Portugal pela redução da emigração e entrada de população vinda das ex-colónias), continuação de acréscimos populacionais na década de 80 (8%) mas na década de 90 começa a registar um ligeiro decréscimo (-1%), ao contrário de Sines.
- 4) **Sines** com um crescimento muito grande de 60% na década de 70, com um crescimento de 2% na década de 80 e um crescimento significativo de 10% na década de 90;

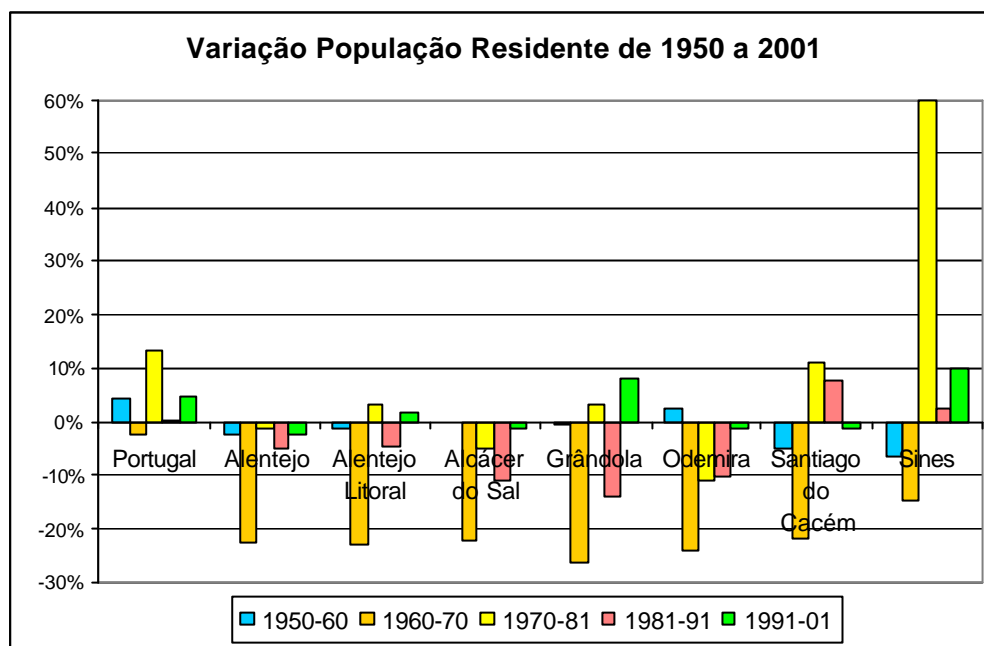


Gráfico 6 – Variação da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 1950 a 2001

A população residente no concelho de Sines, em 2001, era de cerca de 13.600 habitantes, aproximando-se bastante do que se previra no **Cenário A** do PDM de 90.

A evolução da população residente após 2001, com base nos dados estatísticos estimados que constam dos Anuários, permite tirar algumas conclusões no que se refere à sua evolução.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Alentejo	767.983	767.549	767.679	765.971	764.285	760.933
Alentejo Litoral	98.007	97.790	97.632	97.179	96.787	96.169
Alcácer do Sal	13.841	13.716	13.624	13.482	13.354	13.191
Grândola	14.602	14.543	14.454	14.328	14.214	14.089
Odemira	25.709	25.695	25.738	25.655	25.626	25.510
Santiago do Cacém	30.389	30.305	30.203	30.069	29.919	29.698
Sines	13.466	13.531	13.613	13.645	13.674	13.681

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas; Anuários

Quadro 7 – População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 2002- 2007

A evolução da população residente, de 2001 a 2007 (Quadro 7 e Gráfico 3) nos vários concelhos do Alentejo Litoral, e como se observa bem através dos gráficos

de cada concelho, mostra uma ligeira tendência de decréscimo (Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém), uma ligeiríssima tendência de decréscimo (Odemira) e uma ligeira tendência de crescimento (Sines). Assim, Sines é o único concelho com um comportamento positivo, mostrando o seu carácter de pólo com poder de atrair população e/ou com população relativamente mais jovem.

Os dados relativos aos dados por freguesia (Quadro 8) mostram uma evolução diferente das duas **freguesias** de Sines: **Sines** e **Porto Covo**. A freguesia de Sines corresponde em termos de população à maior parte da população do concelho enquanto Porto Covo tem só uma pequena percentagem: em 1981 tinha quase 5% da população; em 1991 tinha quase 9% e em 2001 decresceu para os 8%. Foi na década de 80 que Porto Covo teve um grande crescimento duplicando a sua população de 555 habitantes para cerca de 1.100 habitantes.

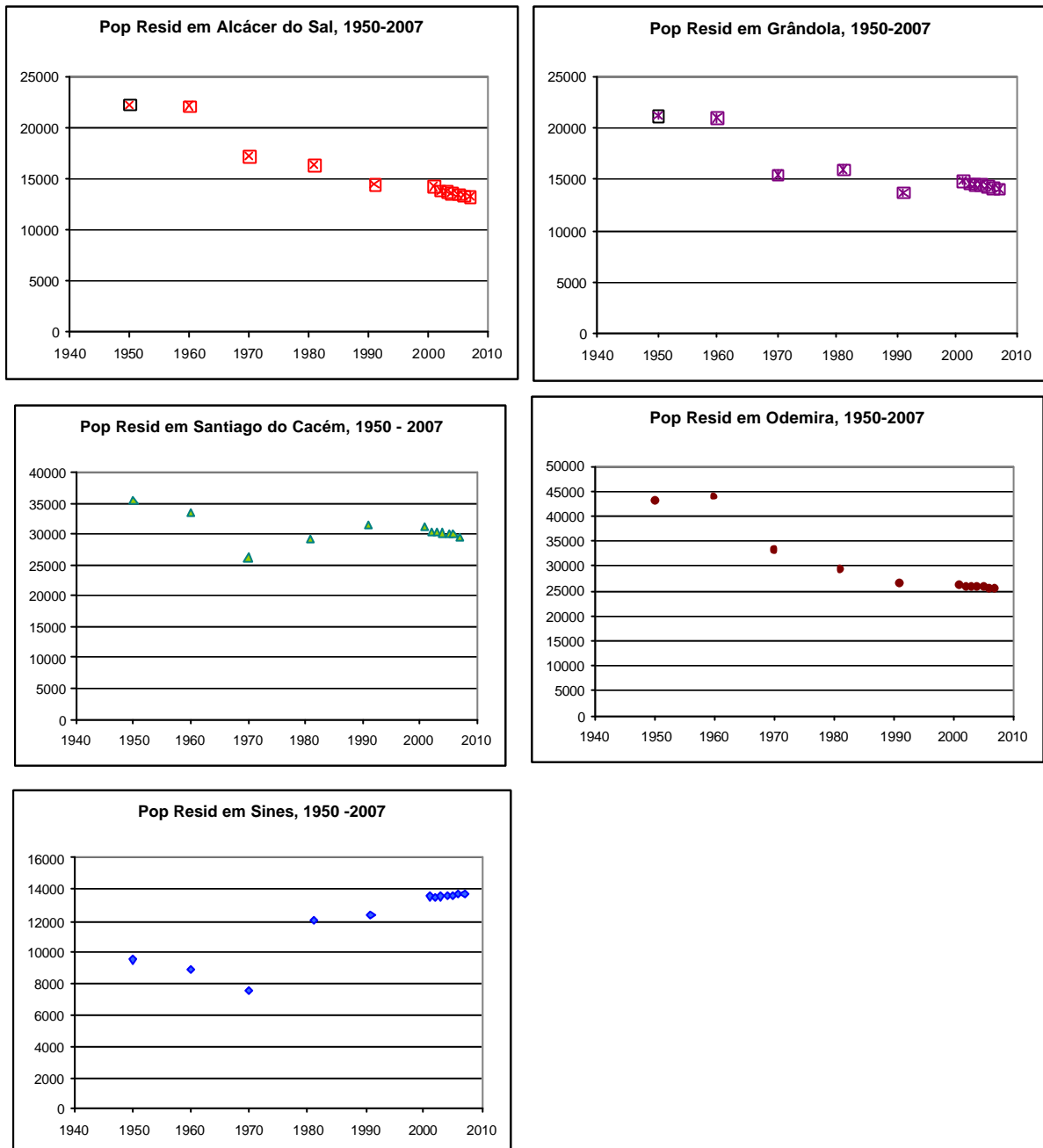


Gráfico 7 – População Residente em cada Concelho Alentejo Litoral, 1950 a 2007

	1981	1991	1981-92	2001	1991-2001
Sines	12.075	12.347	2,3%	13.577	10,0%
Freg Sines	11.520	11.253	-2,3%	1.461	10,7%
Freg Porto Covo	555	1.094	97,1%	1.116	2,0%

Fonte: INE – Censos da População: 1981, 1991 e 2001

Quadro 8 – População Residente: Concelho de Sines e freguesias, 1981- 2001

Como se vê no Gráfico 8 o concelho de Sines registou sempre subidas populacionais de 1981 a 2001 mas por razões diferentes, na década de 80 foi devida ao grande acréscimo que se verificou em Porto Covo (quase 100%) mas que em termos reais se traduz num acréscimo de cerca de 500 pessoas num pequeno aglomerado e na década de 90 devido ao acréscimo significativo verificado em Sines (quase 11%).

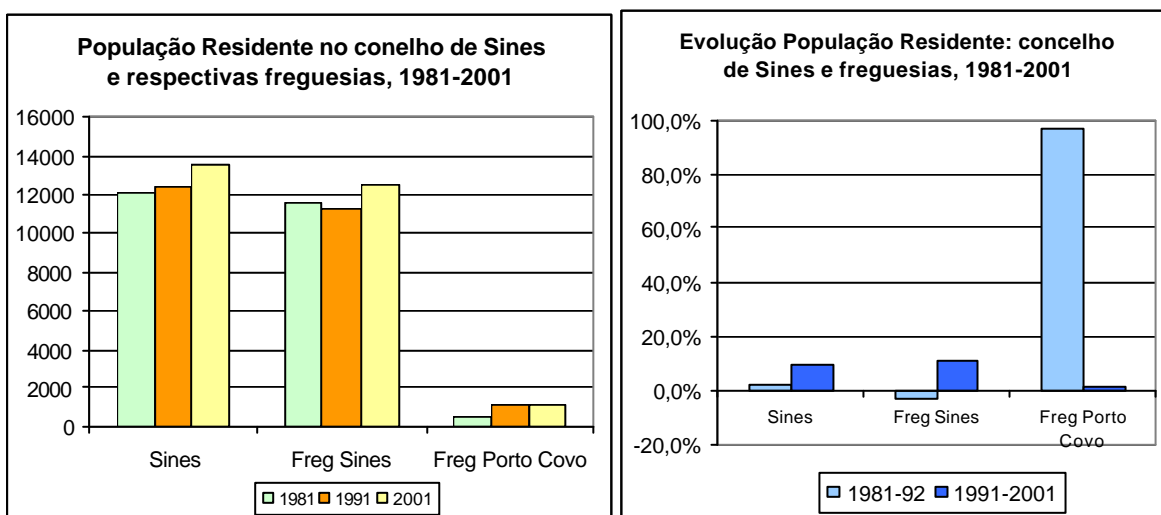


Gráfico 8 – População Residente no concelho de Sines e suas freguesias, 1981-2001

A **estrutura etária** da população residente e respectiva evolução de 1991 a 2001 (Quadro 9, Quadro 10 e Gráfico 9), nos vários concelhos do Alentejo Litoral, registam comportamentos diferentes.

1991	0-14	15-39	40-64	+ 65
ALENTEJO LITORAL	18.079	32.093	31.812	16.535
Alcácer do Sal	2.629	4.752	4.675	2.456
Grândola	2.322	4.109	4.727	2.609
Odemira	4.381	7.953	8.849	5.235
Santiago do Cacém	6.205	10.716	9.842	4.712
Sines	2.542	4.563	3.719	1.523

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 9 – Estrutura Etária da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 1991

2001	0-14	15-39	40-64	+ 65
Alentejo Litoral	13.102	31.914	33.339	21.621
Alcácer do Sal	1.841	4.495	4.816	3.135
Grândola	1.810	4.615	4.862	3.614
Odemira	3.370	7.923	8.317	6.496
Santiago do Cacém	3.973	9.984	10.869	6.279
Sines	2.108	4.897	4.475	2.097

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 10– Estrutura Etária da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 2001

Sines é o concelho mais “jovem”, em 1991 tinha 21% da sua população com menos de 14 anos e Santiago do Cacém tinha 20%, enquanto o Alentejo Litoral tinha 18%. A população mais velha (mais de 65 anos), também em 1991, em Sines era só de 12% enquanto no Alentejo Litoral era de 17% e em Odemira de 20%.

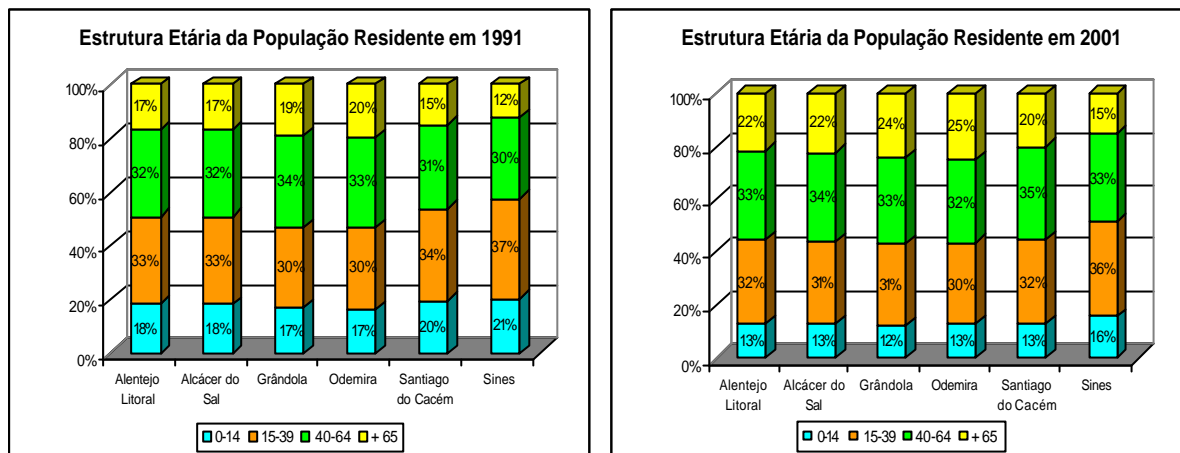


Gráfico 9 – Estrutura Etária da População Residente: Alentejo Litoral, 1991 e 2001

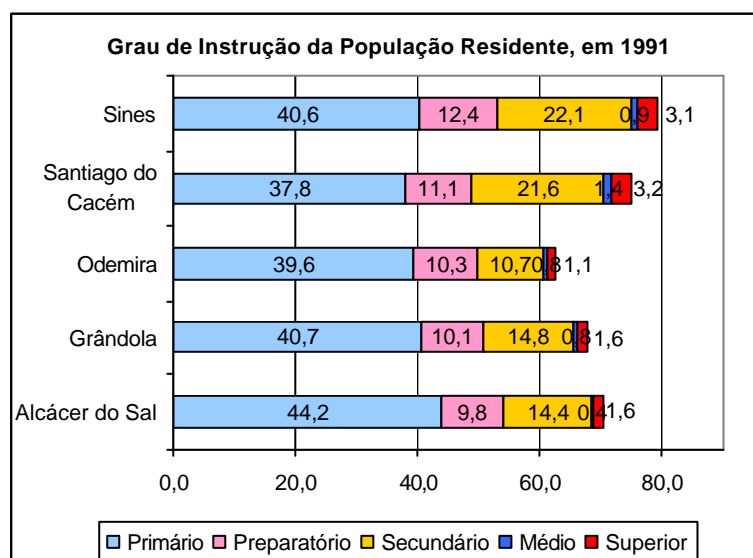
Em 2001, no seguimento do envelhecimento populacional generalizado no país e no Alentejo, Sines regista no entanto uma população com mais de 65 anos de 15%, enquanto o Alentejo Litoral tem já um valor de 22%. Sines é o único concelho do Alentejo que ainda tem mais jovens (0 - 14 anos) do que pessoas mais velhas (+ 65 anos), em termos relativos.

A população Residente em termos de **Instrução** e de **Nível ou Grau de Ensino** atingido, dividido neste caso em: Primário, Preparatório, Médio e Superior (Quadro 11) reflecte uma evolução muito positiva de 1991 para 2001.

Em 1991, Sines e Santiago do Cacém são os concelhos com maiores percentagens da sua população residente nos graus de ensino mais elevados, realçando-se o Ensino Secundário com valores que rondam os 22 % (Odemira é o que apresenta o valor mais baixo: 10,7%) e o Ensino Superior com valores que ultrapassam os 3% (Quadro 11).

	Ensino Primário		Ensino Preparatório		Ensino Secundário		Ensino Médio		Ensino Superior	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alentejo Litoral	39.386	40,0	10.549	10,7	16.460	16,7	941	1,0	2120	2,2
Alcácer do Sal	6.411	44,2	1.423	9,8	2.087	14,4	58	0,4	233	1,6
Grândola	5.604	40,7	1.384	10,1	2.031	14,8	105	0,8	224	1,6
Odemira	10.453	39,6	2.724	10,3	2.825	10,7	224	0,8	284	1,1
Santiago do Cacém	11.911	37,8	3.482	11,1	6.783	21,6	438	1,4	992	3,2
Sines	5.007	40,6	1.536	12,4	2.734	22,1	116	0,9	387	3,1

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991

Quadro 11 – Grau de Instrução da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 1991

Gráfico 10 – Grau de Instrução da População Residente: Alentejo Litoral, em 1991

Em 2001 a situação teve alterações significativas (Quadro 12) no sentido de um aumento generalizado da qualificação da população residente no que diz respeito ao nível de ensino atingido, sobressaindo o Ensino Secundário, nos concelhos de

Sines e Santiago do Cacém, com percentagens de cerca de 30% e o Ensino Superior que ultrapassa os 8% (Gráfico 11) nesses dois concelhos.

De notar que o Ensino Médio (ou Técnico) também decresce de importância mas continua a ser nos Concelhos de Santiago do Cacém e de Sines onde tem maior expressão, apesar do seu peso ser mínimo na população residente.

	Ensino Primário		Ensino Preparatório		Ensino Secundário		Ensino Médio		Ensino Superior	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alentejo Litoral	34.748	34,8	10.800	10,8	24.833	24,8	361	0,4	6.395	6,4
Alcácer do Sal	5.589	39,1	1.528	10,7	3.170	22,2	35	0,2	729	5,1
Grândola	5.351	35,9	1.656	11,1	3.351	22,5	36	0,2	814	5,5
Odemira	9.191	35,2	2.849	10,9	5.183	19,9	45	0,2	1.139	4,4
Santiago do Cacém	10.043	32,3	3.207	10,3	9.044	29,1	85	0,6	2.588	8,3
Sines	4.574	33,7	1.560	11,5	4.085	30,1	60	0,4	1.125	8,3

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 2001

Quadro 12 – Grau de Instrução da População Residente: Concelhos Alentejo Litoral, 2001

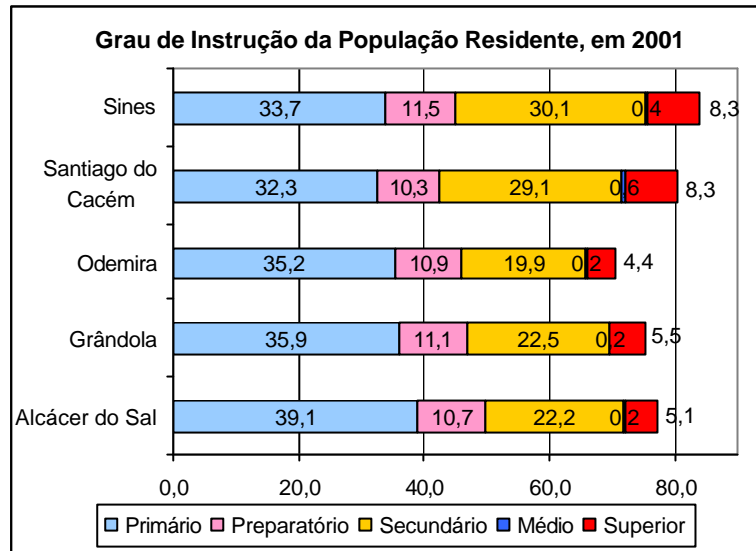


Gráfico 11 – Grau de Instrução da População Residente: Alentejo Litoral, em 2001

Paralelamente ao Nível de Ensino atingido também a **Taxa de Analfabetismo** traduz e reflecte a mesma realidade (Quadro 13), registando uma redução significativa de 1991 para 2001.

	1991	2001
Alentejo Litoral	24,2	19,2
Alcácer do Sal	24,9	20,3
Grândola	26,9	20,7
Odemira	32,8	25,7
Santiago Cacém	19,2	15,7
Sines	14,1	11,5

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001

Quadro 13 – Taxa de Analfabetismo: Concelhos do Alentejo Litoral, 1991 e 2001

O concelho de Sines (Gráfico 12) é o concelho onde as Taxas de Analfabetismo são significativamente menores, tanto em 1991 como 2001, reflectindo uma população mais qualificada em termos de habilitações literárias, registando em 1991 uma taxa de 14,1% que se reduziu para 11,5 % em 2001.

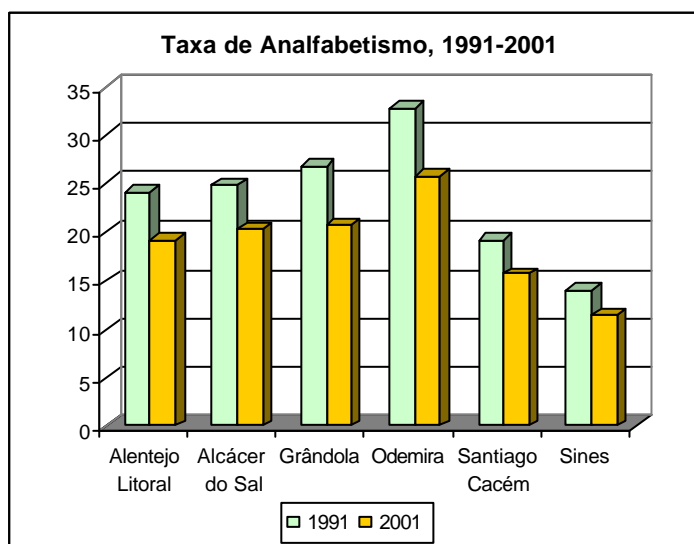


Gráfico 12 – Taxa de Analfabetismo nos concelhos do Alentejo Litoral, 1991 e 2001

A População Residente Activa Empregada pelos **Sectores de Actividade**: a) **Agricultura, Silvicultura e Pesca**; b) **Indústria, Construção, Energia e Água**; c) **Serviços** é a que consta do Quadro 14:

	1991			2001		
	Agric, Slvic, Pesca	Indúst, Const, Energ, Água	Serviços	Agric, Slvic, Pesca	Indúst, Const, Energ, Água	Serviços
Alentejo Litoral	10.117	10.583	16.832	6.004	11.375	23.581
Alcácer do Sal	2.292	1.455	2.220	1.460	1.556	3.190
Grândola	1.193	1.195	2.714	724	1.386	3.586
Odemira	3.877	2.228	3.579	2.097	2.470	5.184
Santiago do Cacém	2.040	4.140	5.543	1.280	4.146	7.803
Sines	715	1.565	2.776	443	1.817	3.818

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 14 – População Empregada por Sectores de Actividade, 1991 e 2001

A evolução da **População Empregada por Sectores de Actividade**, segue o comportamento nacional, em que a Agricultura perde importância para a Indústria (consoante os concelhos) ou, de uma forma generalizada para os Serviços. Sines já, em 1991, era o concelho que tinha a maior parte de população empregada nos Serviços com um valor de 55% e passa para 63%, em 2001, enquanto a Agricultura passa de 14% para 9%.

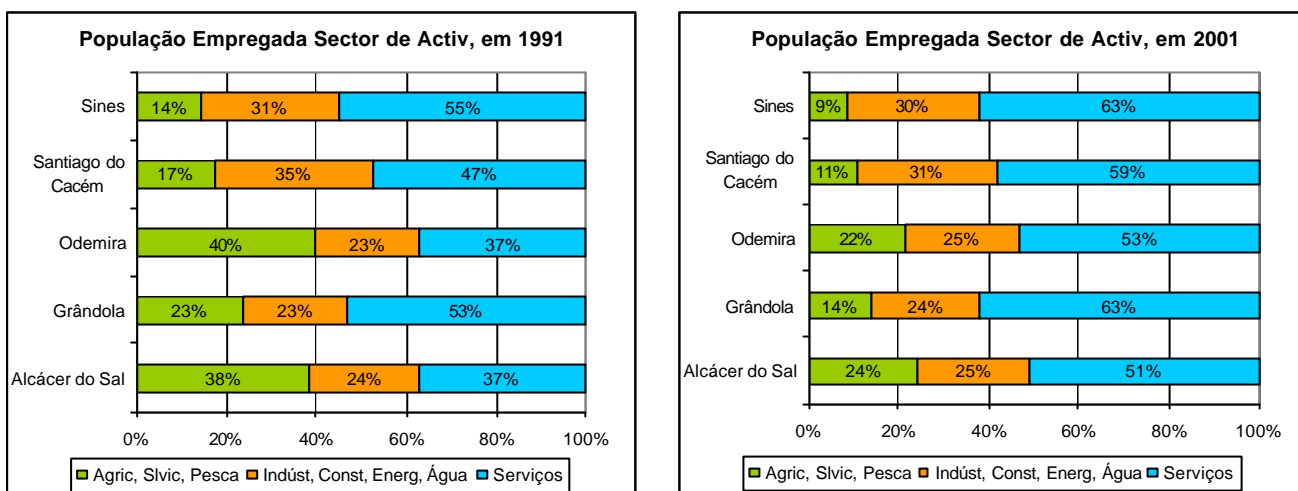


Gráfico 13 – População Empregada por Sectores de Actividade em 1991 e 2001

As **Taxas de Actividade** e de **Desemprego** reflectem também as dinâmicas económicas de cada concelho. A **Taxa de Actividade** (Quadro 15) mostra que Sines detinha dos valores mais elevados em 1991, juntamente com Alcácer do Sal e que o valor da taxa subiu significativamente em todos os concelhos.

	1991			2001		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alentejo Litoral	41,9	54,6	29,3	45,4	52,5	38,3
Alcácer do Sal	45,5	58	33,7	48,3	56,1	40,8
Grândola	40,9	53,8	28,4	42,2	47,8	36,5
Odemira	39,3	53,1	24,7	40,8	48,3	32,9
Santiago do Cacém	41,5	53,7	29,7	47,6	55,2	40,2
Sines	45,1	56,9	33,3	49,9	56,4	43,3

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 15 – Taxa de Actividade (total, masculina e feminina), 1991 e 2001

Em 2001, Sines é o concelho que regista a Taxa de Actividade mais elevada com um valor de 50%.

O comportamento das Taxas de Actividade não é o mesmo para a população masculina e feminina (Gráfico 14), já que a **Taxa de Actividade Feminina** subiu significativamente de 1991 (com um mínimo de 24% e máximo de 33%) para 2001

(com um mínimo de 33% e máximo de 43%), tendo a **Taxa de Actividade Masculina** decrescido no mesmo período de forma significativa

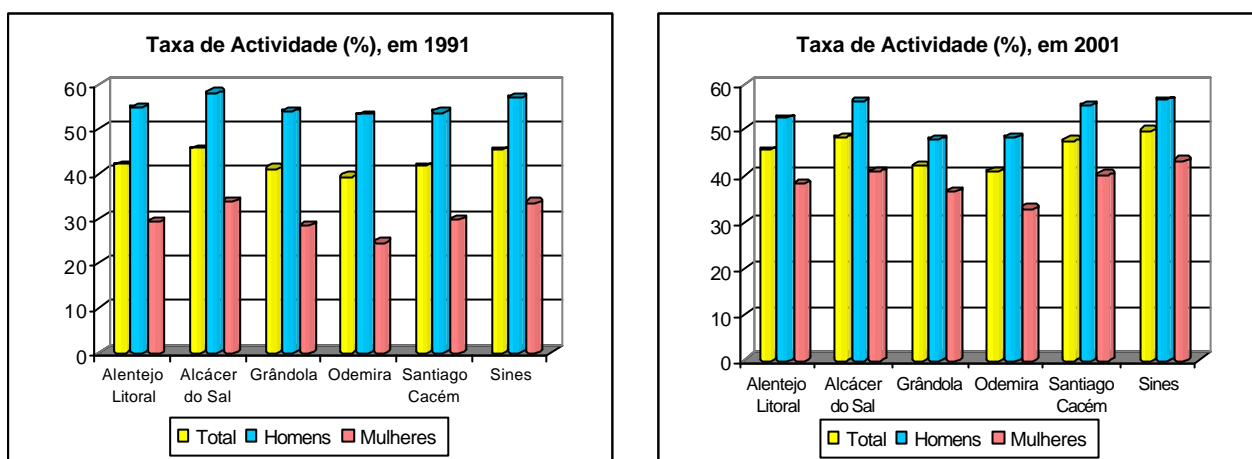


Gráfico 14 – Taxa de Actividade (total, masculina e feminina) em 1991 e 2001

Quanto às **Taxas de Desemprego** os seus valores aumentaram sempre de 1991 para 2001 (Quadro 16), à excepção de Grândola que manteve o mesmo valor.

	1991			2001		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alentejo Litoral	9,0	4,8	16,8	9,8	6,2	14,7
Alcácer do Sal	9,7	4,4	18,4	10,1	4,6	17,3
Grândola	9,4	4,7	17,8	9,4	6,2	13,5
Odemira	6,7	5,2	10,1	8,4	5,7	12,6
Santiago Cacém	10,3	5,4	18,9	10,6	6,9	15,6
Sines	9,3	3,3	19,5	10,2	7,1	14,4

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 16 – Taxa de Desemprego (total, masculina e feminina), 1991 e 2001

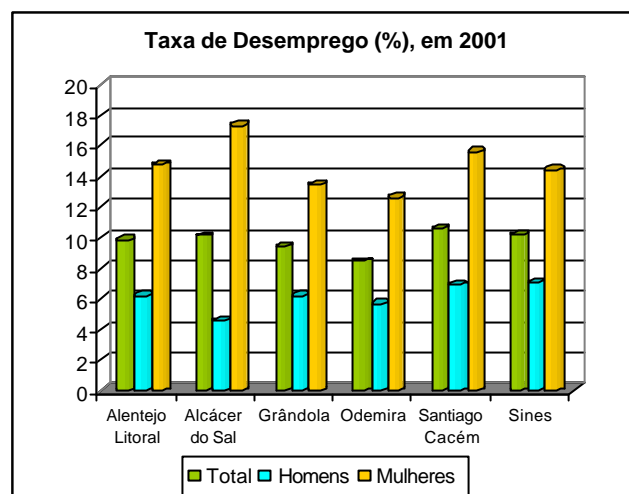
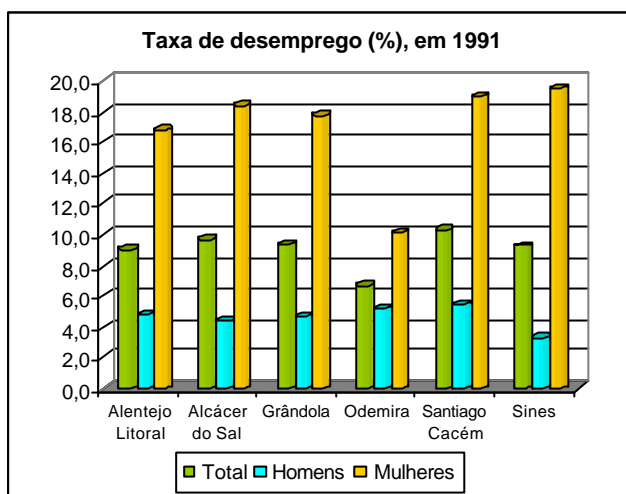


Gráfico 15 – Taxa de Actividade (total, masculina e feminina) em 1991 e 2001

Sines é o concelho que em 2001 apresenta a Taxa de Desemprego mais elevada com 10,2 % derivada principalmente da subida da **Taxa de Desemprego Masculina** que de 3,3%, em 1991, passou para 7,1 % em 2001. De uma forma geral o desemprego feminino diminuiu enquanto o masculino aumentou.

4.1.1 - FAMÍLIAS RESIDENTES, EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS

Relativamente ao número de **Famílias Clássicas Residentes** a sua evolução é a seguinte (Quadro 17 e Quadro 16):

	1991	2001	%
Alentejo Litoral	35.210	38.212	9%
Alcácer do Sal	5.300	5.400	2%
Grândola	4.989	5.638	13%
Odemira	9.656	10.408	8%
Santiago do Cacém	11.098	11.875	7%
Sines	4.167	4.891	17%

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 17 – Nº de Famílias Clássicas Residentes no Alentejo Litoral, 1991 e 2001

O número de **Famílias Clássicas Residentes** tem crescido na década de 90 registando-se o maior aumento, dos concelhos do Alentejo Litoral, no concelho de Sines com 17% seguindo-se Grândola com 13%. Alcácer do Sal foi o concelho

onde o nº de famílias cresceu menos, só 2%, e Santiago do Cacém registou um acréscimo de 7%.

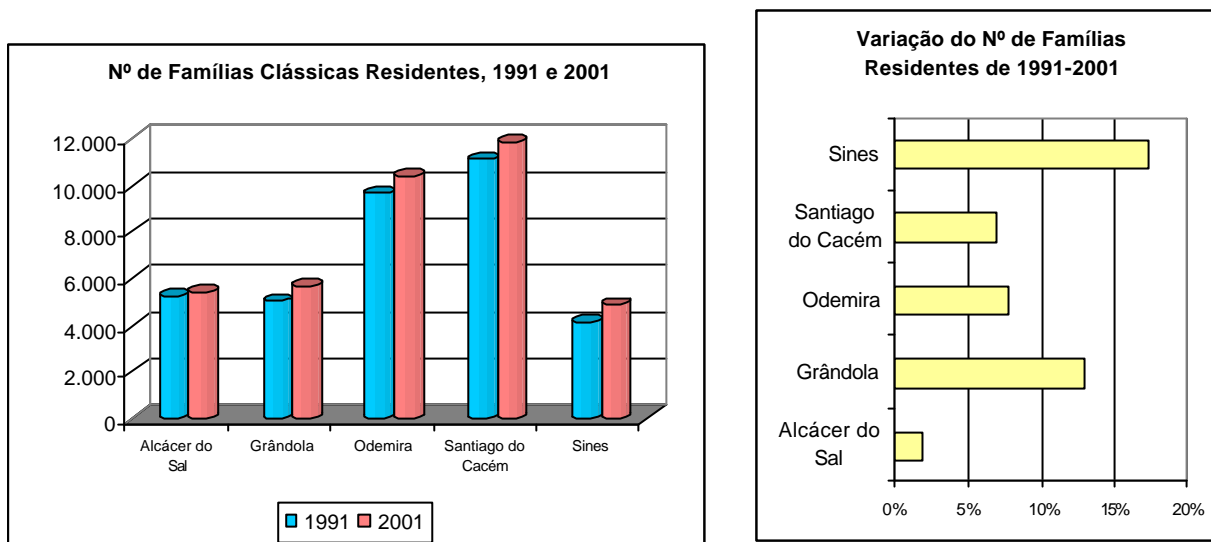


Gráfico 16 – Nº de Famílias Clássicas Residentes: Alentejo Litoral, 1991 e 2001

A evolução **do Nº de Famílias** das freguesias do concelho de Sines (Quadro 18), de 1991 a 2001, registou sempre acréscimos que foram significativamente mais acentuados em Sines (19%) que em Porto Covo (5%)

	1991	2001	%
Sines	4.167	4.891	17%
Freg Sines	3.763	4.468	19%
Freg Porto Covo	404	423	5%

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 18 – Nº de Famílias Clássicas Residentes: Sines e suas freguesias, 1991 e 2001

A evolução do **Número de Edifícios** (Quadro 19 e Gráfico 17), de 1991 para 2001, registou acréscimos superiores a 10% em todos os concelhos do Alentejo Litoral, apresentando o Alentejo Litoral (uma média dos comportamentos dos vários concelhos) um crescimento de 14%, à excepção de Alcácer do Sal que não só não cresceu como sofreu um decréscimo de 4%. Sines registou o acréscimo mais

elevado, com um valor de 20%, só ultrapassado pelo concelho de Odemira com 22%. Santiago do Cacém também registou um valor significativo com 17%.

	1991	2001	%
Alentejo Litoral	41.050	46.926	14%
Alcácer do Sal	6.989	6.690	-4%
Grândola	6.353	7.066	11%
Odemira	13.311	16.217	22%
Santiago do Cacém	10.932	12.798	17%
Sines	3.465	4.155	20%

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 19 – Nº de Edifícios nos concelhos do Alentejo Litoral, em 1991 e 2001

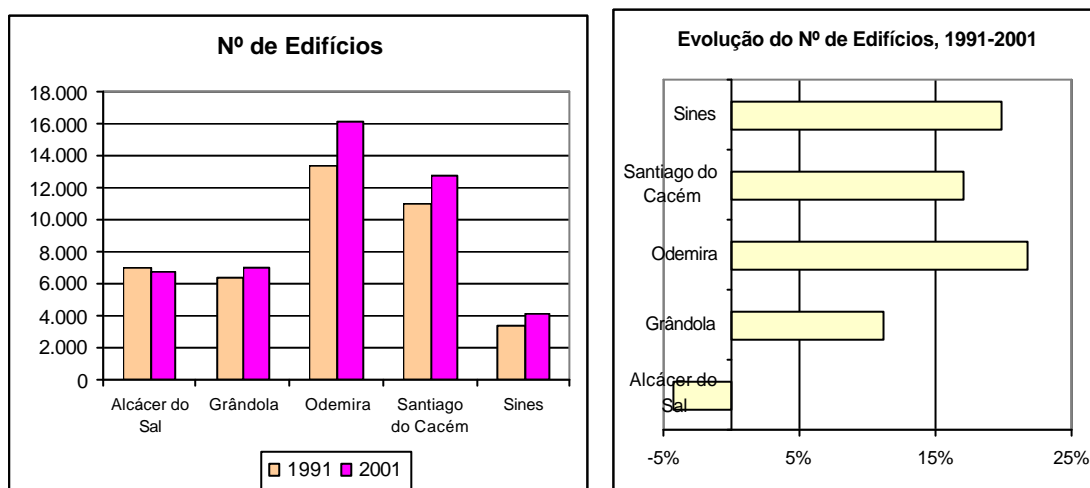


Gráfico 17 – Nº de Edifícios e respectiva variação: concelhos Alentejo Litoral, 1991-2001

Nas **freguesias de Sines**, na década de 90 (Quadro 20), Porto Covo registou um aumento do **Nº de Edifícios** de 51%, passou de 560 para 848 edifícios enquanto Sines cresceu 14% que todavia correspondeu a um acréscimo de 402 edifícios.

	1991	2001	%
Sines	3465	4155	20%
Sines	2905	3307	14%
Porto Covo	560	848	51%

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 20 – Nº de Edifícios: Sines e suas freguesias, 1991 e 2001

O **Número de Alojamentos Familiares** é um indicador que tem um comportamento, de uma maneira geral sempre positivo. A variação deste indicador reflecte a dinâmica da actividade de construção e da própria economia dos concelhos, sendo por isso um dos indicadores que explica a necessidade de áreas de expansão dos aglomerados urbanos e novas áreas urbanizáveis, já que a população pode não crescer mas são necessárias novas áreas para responder ao aumento da procura originada pelo aumento de famílias (desdobramento das famílias), procura de maiores e melhores habitações (condições de habitabilidade), oportunidades de investimento e/ou formas de entesouramento.

Quanto ao **Nº de Alojamentos Familiares Clássicos**, nos concelhos do Alentejo Litoral (Quadro 21 e Gráfico 18), destacam-se, pelos valores mais elevados Grândola com um acréscimo de alojamentos de 34%, seguindo-se Odemira com 31% e Sines, que surge em 3º lugar, com um acréscimo de 27%.

	1991	2001	%
Alentejo Litoral	47928	59452	24%
Alcácer do Sal	7.402	7.692	4%
Grândola	6.840	9.158	34%
Odemira	13.967	18.336	31%
Santiago do Cacém	14.330	17.444	22%
Sines	5.389	6.822	27%

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 21 – Nº de Alojamentos Familiares Clássicos: Alentejo Litoral, 1991 e 2001

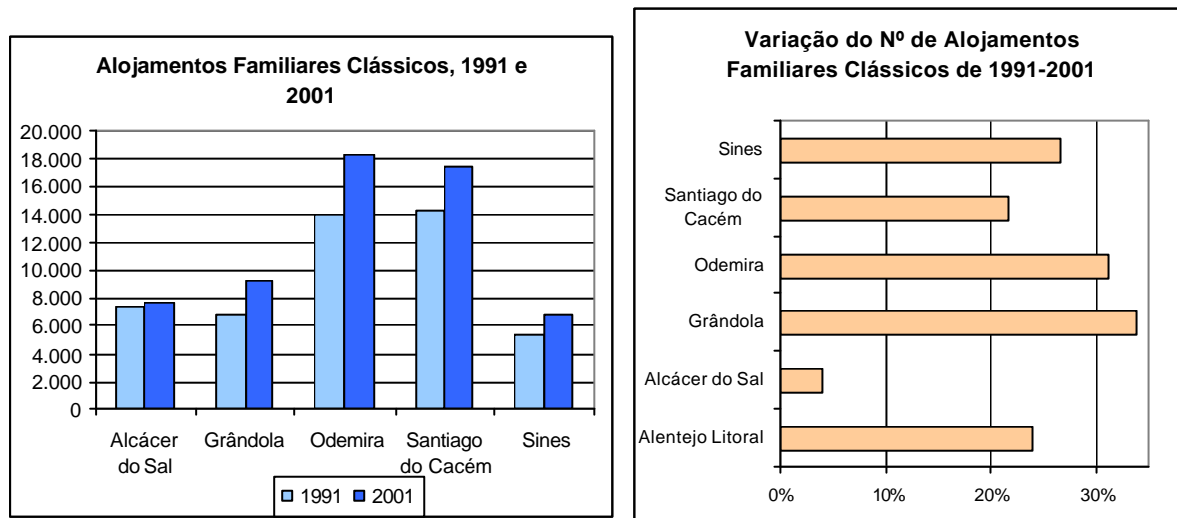


Gráfico 18 – Nº de Alojamentos Familiares Clássicos e respectiva evolução: Alentejo Litoral, 1991 e 2001

Relativamente às freguesias do concelho de Sines, de 1991 a 2001 (Quadro 22), o **Nº de Alojamentos Familiares Clássicos** cresce 52% na freguesia de Porto Covo e cresce 27% na de Sines, que corresponde, no entanto, a um acréscimo de 1.079 alojamentos.

	1991	2001	%
Sines	5.389	6.822	27%
Sines	4.703	5.782	23%
Porto Covo	686	1.040	52%

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 22 – Nº de Alojamentos Familiares Clássicos: Sines e freguesias, 1991 e 2001

As estimativas do INE para a evolução do Parque Habitacional (Quadro 23), a partir de 2001, também apontam na mesma direcção de crescimento do número de alojamentos, continuando Sines a ser o concelho que regista maior aumento, com 7%.

	Alojamentos Familiares Clássicos				
	2001	2002	2003	2004	2001/2004
Alentejo Litoral	60.223	61.255	62.096	62.738	4%
Santiago do Cacém	17.656	18.023	18.225	18.355	4%
Sines	6.898	7.035	7.149	7.383	7%

Fonte: INE – Estimativas do parque habitacional

Quadro 23 – Estimativa do Nº de Alojamentos Familiares Clássicos em Sines e Santiago do Cacém, 2001 a 2004

Efectuando a comparação e analisando os valores que os indicadores: **Nº de Famílias por Edifício** (Quadro 24) percebe-se que Sines é o único concelho onde o Nº de Famílias é superior ao Nº de Edifícios, os valores que se obtém são superiores a 1, sugerindo uma maior percentagem de edifícios multifamiliares e o seu valor manteve-se de 1991 para 2001; o **Nº de Alojamentos/Edifício** revela um valor máximo em Sines, o que confirma a observação feita, também não se alterando de 1991 para 2001; o **Nº de Pessoas/Alojamento** também apresenta em Sines o valor mais elevado significando famílias mais numerosas e/ou mais jovens, que normalmente têm maior nº de elementos e alojamentos com preços mais elevados, não incentivando a que os mais jovens saiam de casa dos pais e procurem outra habitação, por não poderem fazer face a essas despesas. Seguindo a tendência nacional, o Nº de Pessoas/Alojamento que segue o comportamento do Nº de Pessoas/Família diminuiu de 1991 para 2001 com a

redução do número de membros de cada família, o desdobramento das famílias e o aumento de famílias só com 1 pessoa.

	Nº de Famílias/Edifício		Nº de Alojamentos/Edifício		Nº de Pessoas/Alojamento	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Alentejo Litoral	0,9	0,8	1,2	1,3	2,1	1,7
Alcácer do Sal	0,8	0,8	1,1	1,1	2,0	1,9
Grândola	0,8	0,8	1,1	1,3	2,0	1,6
Odemira	0,7	0,6	1,0	1,1	1,9	1,4
Santiago do Cacém	1,0	0,9	1,3	1,4	2,2	1,8
Sines	1,2	1,2	1,6	1,6	2,3	2,0

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 24 – Nº de Famílias/Edifício, Nº de Alojamentos/Edifício e Nº de pessoas/Alojamento: concelhos do Alentejo Litoral, 1991 e 2001

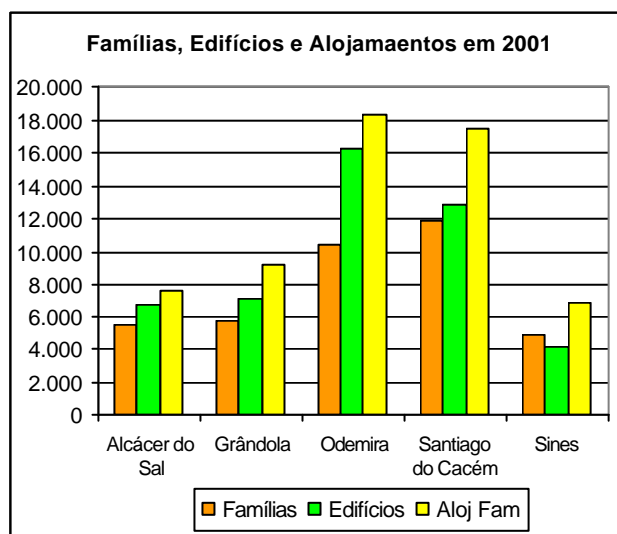
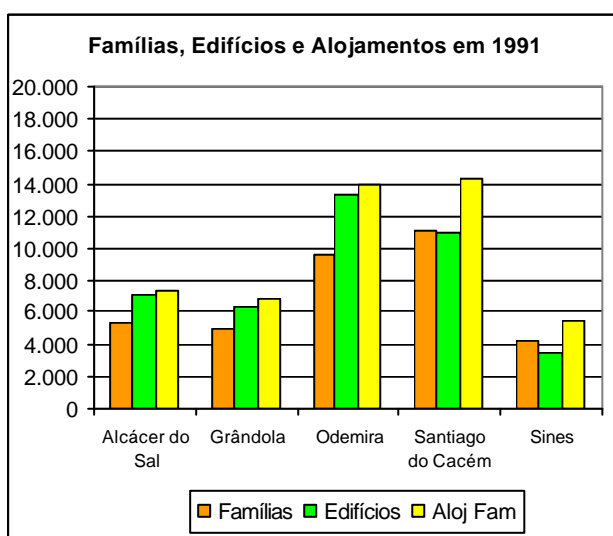


Gráfico 19 – Famílias, Edifícios e Alojamentos: concelhos do Alentejo Litoral, 1991-2001

Santiago do Cacém em 1991 era o concelho que tinha maior **Nº de Fogos** tendo sido “ultrapassado” por Odemira, certamente pelo surto de construção visando responder à procura turística e de segunda habitação.

A evolução de 1991 para 2001 mostra comportamentos diferentes dos vários indicadores (Gráfico 20) nos vários concelhos: Sines é o concelho onde o **Nº de**

Famílias cresce mais (17%), seguido de Grândola (13%); Odemira é o concelho onde o **Nº de Edifícios** sobe mais (22%), seguido por Sines (20%); Grândola é o concelho com o maior aumento do **Nº de Alojamentos (33%)**, seguido de Odemira e Sines, os dois com acréscimos superiores de 28 e 32%, respectivamente.

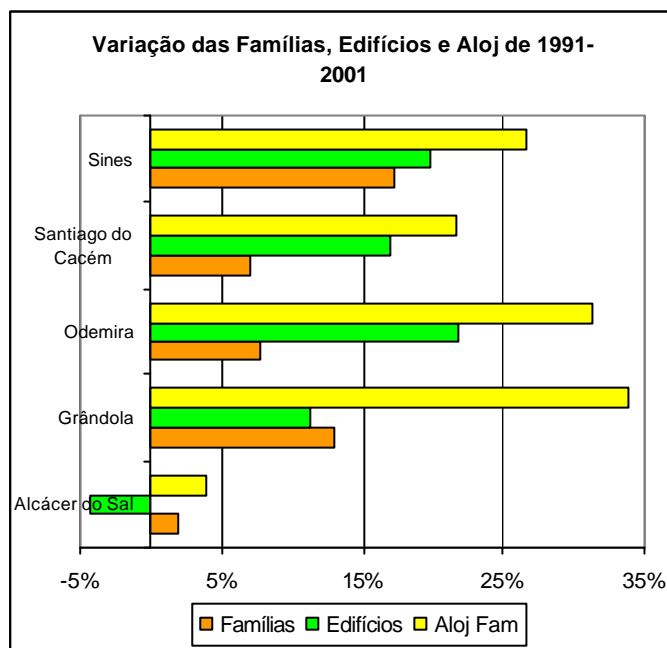


Gráfico 20 – Variação do Nº Famílias, Nº Edifícios e Nº de Alojamentos: 1991-2001

Relativamente aos **Edifícios** e respectivas **Épocas de Construção** a sua evolução e importância relativa nos vários concelhos do Alentejo Litoral é a que consta do Quadro 25 e Quadro 26 e do Gráfico 21, sobressaindo, em 1991, para o concelho de Sines o peso que a construção teve na década de 70 e em 2001, o concelho de Odemira que registou a maior percentagem (14%) de novos edifícios de 1996 a 2001 seguindo-se Sines e Santiago do Cacém com um valor de 11% que ainda revela significativa actividade do sector da construção.

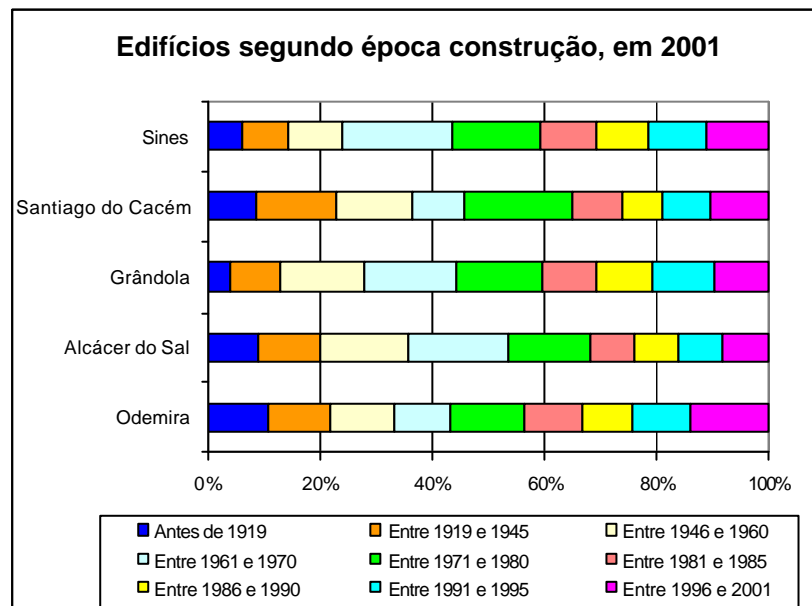
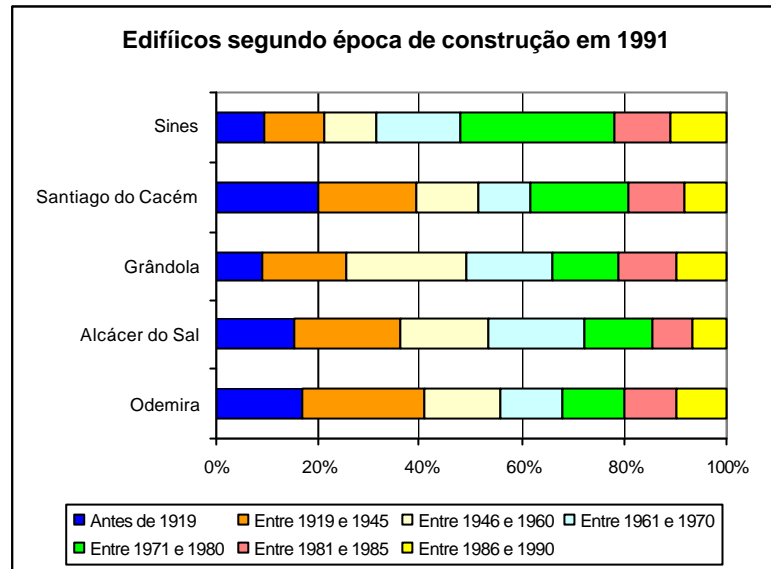


Gráfico 21 – Edifícios segundo a Época de Construção: em 1991 e 2001

	Antes de 1919	Entre 1919 e 1945	Entre 1946 e 1960	Entre 1961 e 1970	Entre 1971 e 1980	Entre 1981 e 1985	Entre 1986 e 1990
Odemira	2.222	3.235	1.966	1.620	1.610	1.370	1.288
Alcácer do Sal	1.062	1.443	1.222	1.327	918	554	463
Grândola	564	1.055	1.514	1.056	835	714	615
Santiago do Cacém	2.196	2.072	1.358	1.108	2.104	1.193	901
Sines	328	407	351	580	1.040	382	377

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 25 – Edifícios, segundo a Época de Construção, no Alentejo Litoral, em 1991

	Antes de 1919	Entre 1919 e 1945	Entre 1946 e 1960	Entre 1961 e 1970	Entre 1971 e 1980	Entre 1981 e 1985	Entre 1986 e 1990	Entre 1991 e 1995	Entre 1996 e 2001
Odemira	1.779	1.762	1.857	1.634	2.131	1.658	1.482	1.629	2.285
Alcácer do Sal	604	723	1.081	1.183	976	525	515	522	561
Grândola	290	605	1.073	1.161	1.085	704	693	751	704
Santiago do Cacém	1.104	1.856	1.705	1.188	2.473	1.147	917	1.045	1.363
Sines	244	349	403	820	651	416	373	445	454

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 26 – Edifícios, segundo a Época de Construção, no Alentejo Litoral, em 2001

Ainda sobre a **Época de Construção** nos últimos anos referidos, de 1996 a 2001, surge uma tendência de crescimento do **Nº de Edifícios** em todos os concelhos, à excepção de Grândola e em comparação com o período imediatamente anterior de 1991 a 1995.

Relativamente à **Forma de Ocupação** dos **Alojamentos Familiares** (Quadro 27):

	Alojamentos Familiares - segundo a Forma de Ocupação					
	Uso sazonal ou Residência Secundária		Vagos		Residência Habitual	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Alcácer do Sal	953	1.138	1.419	1.274	5.075	5.332
Grândola	1.045	2.685	886	911	4.955	5.590
Odemira	2.551	5.055	1.828	3.014	9.642	10.335
Santiago do Cacém	1.743	3.131	1.622	2.561	10.981	11.799
Sines	787	1.407	575	672	4.081	4.848

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 27 – Alojamentos Familiares, segundo a Forma de Ocupação, 1991-2001

Identificar o **Uso Sazonal** ou **Residência Secundária** e eventualmente os **Alojamentos Vagos** permite pressupor/identificar se os locais são mais ou menos utilizados como local de férias e que evolução essa função tem vindo a ter ao longo do tempo.

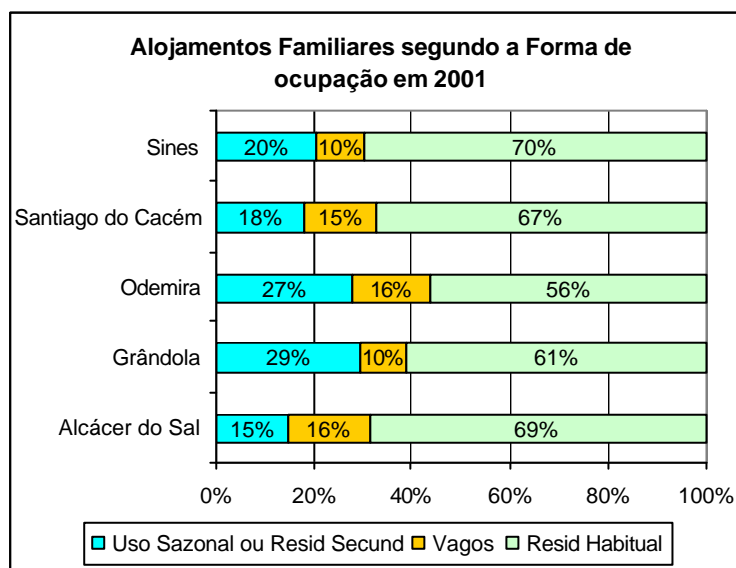
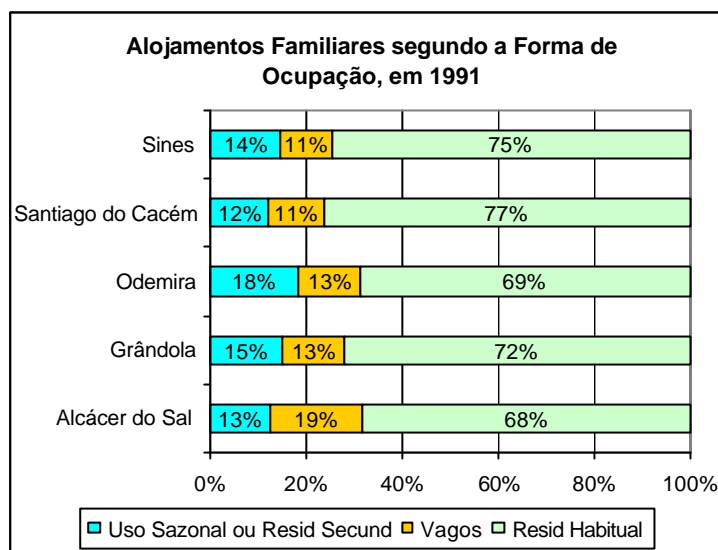


Gráfico 22 – Alojamentos Familiares segundo a Forma de Ocupação: em 1991 e 2001

Em 1989 o concelho de Odemira era o que tinha maior % de alojamentos para Uso Sazonal ou Residência Secundária tendo 18%, seguido de Grândola com 15% e Sines com 14%. Em 2001, há um acréscimo significativo deste tipo de ocupação que em Grândola passa para 29%, logo seguido de Odemira com 27%, praticamente explicado pela construção de novos empreendimentos turísticos e residenciais junto à costa nomeadamente em Tróia com muitas unidades de alojamento. Não de forma tão significativa, o concelho de Sines também registou

subida nesse indicador ficando com 20% dos alojamentos com uma Ocupação Sazonal ou Secundária.

O número de empreendimentos turísticos e residenciais cresceu após 2001 com os novos investimentos e empreendimentos, junto à costa, nomeadamente a Comporta, os Pinheirinhos e Costa Terra, entre outros.

4.1.2 - CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE E CONSUMOS DE ELECTRICIDADE

No que diz respeito às **Condições de Habitabilidade** (Quadro 28), nomeadamente ter ou não **Electricidade**, os concelhos do Alentejo Litoral, tiveram uma evolução positiva na década de 90, à excepção de Odemira que ainda apresenta em 2001 um valor de 7% dos alojamentos sem Electricidade. Sines assim como Santiago do Cacém têm só 2% dos Alojamentos sem Electricidade (Gráfico 23) e Alcácer do Sal 1%.

	1991		2001	
	C/ Elect	S/ Elect	C/ Elect	S/ Elect
Alcácer do Sal	4.801	274	5.145	187
Grândola	4.499	456	5.347	243
Odemira	7.195	2.447	9.076	1.259
Santiago do Cacém	10.109	872	11.391	408
Sines	3.848	233	4.709	139

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 28 – Condições Habitabilidade: Electricidade Alojamentos Familiares, 1991-2001

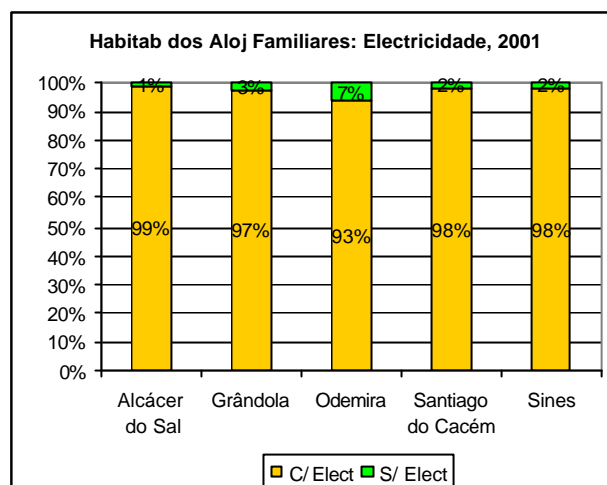
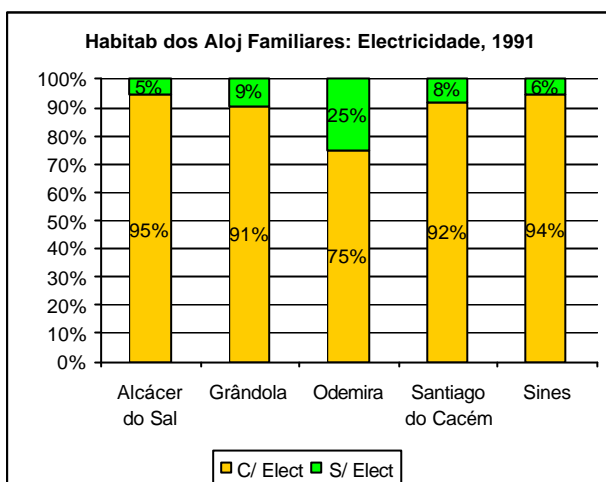


Gráfico 23– Condições Habitabilidade: Electricidade, Alojamentos Familiares 1991-2001

Quanto à disponibilidade de **Água Canalizada** nos Alojamentos Familiares (Quadro 29):

	1991		2001	
	C/ Água	S/ Água	C/ Água	S/ Água
Alcácer do Sal	4.349	726	5.145	187
Grândola	4.081	874	5.347	243
Odemira	5.760	3.882	9.076	1.259
Santiago do Cacém	9.413	1.568	11.391	408
Sines	3.720	361	4.709	139

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 29 – Condições Habitabilidade: Água Canalizada nos Alojamentos Familiares, 1991-2001

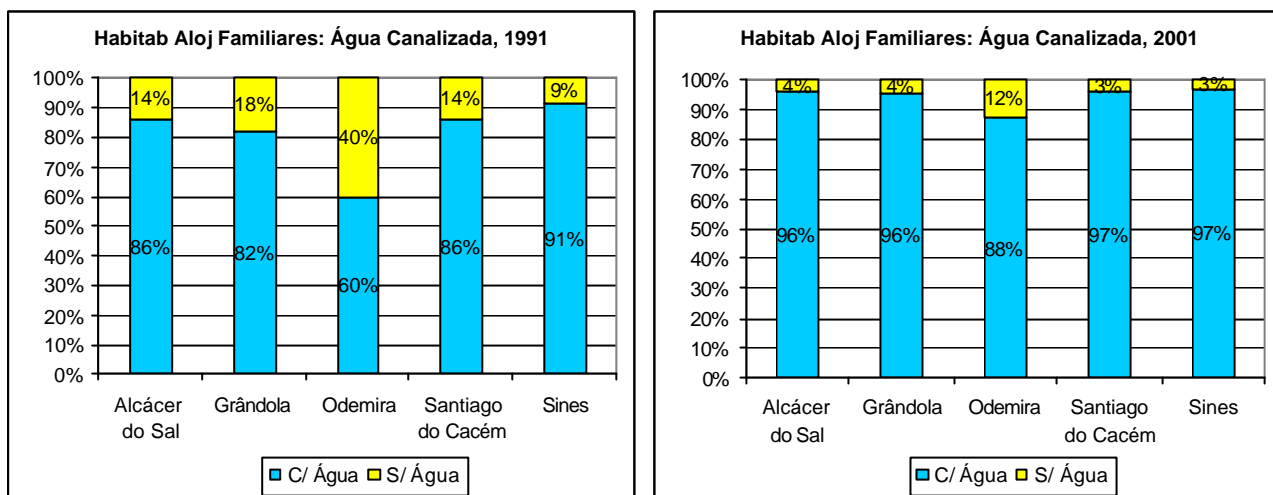


Gráfico 24 – Condições Habitabilidade: Electricidade, Alojamentos Familiares 1991-2001

Sines em 1991 já era de longe o concelho que tinha a melhor cobertura de **Água Canalizada** nos seus alojamentos familiares, só não estando servidos 9% dos alojamentos, enquanto Odemira tinha 40% dos alojamentos sem Água Canalizada.

Na década de 90 foi efectuado um grande esforço no sentido de assegurar esse serviço, ficando Sines e Santiago do Cacém só com 3% dos alojamentos sem terem Água Canalizada e Alcácer do Sal e Grândola com 4% enquanto Odemira apesar de ter reduzido consideravelmente a falta que evidenciava ainda regista 12% dos alojamentos sem água canalizada.

Relativamente à existência ou ligação ao **Sistema de Esgotos** (Quadro 30) a situação de 1991 para 2001 melhorou consideravelmente, reflexo de um esforço que as autarquias têm vindo a desenvolver no sentido de assegurar a melhoria das infra-estruturas existentes e a sua cobertura a todo o território municipal.

	1991		2001	
	C/ Sist Esgot	S/ Sist Esgot	C/ Sist Esgot	S/ Sist Esgot
Alcácer do Sal	4.406	669	5.096	236
Grândola	4.054	901	5.281	309
Odemira	6.196	3.446	8.991	1.344
Santiago do Cacém	9.045	1.936	11.255	544
Sines	3.723	358	4.653	195

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 30 – Condições Habitabilidade: Sistema de Esgotos nos Alojamentos Familiares, 1991-2001

Em 1991, o concelho de Sines já era o que estava mais bem servido de Sistema de Esgotos, situação que se manteve apesar de outros concelhos passarem a ter valores semelhantes, com apenas 4% a 6% de alojamentos sem sistemas de Esgotos (Gráfico 25).

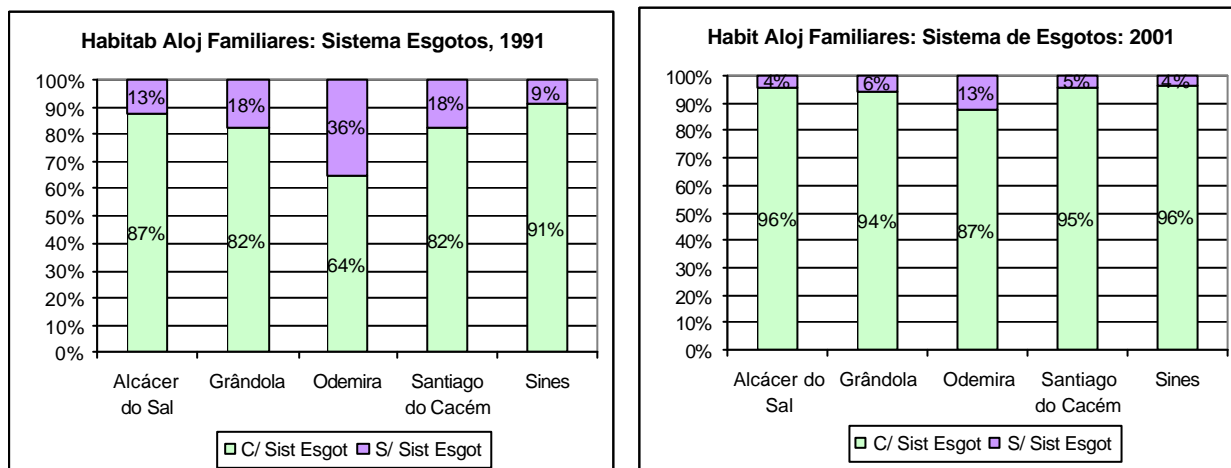


Gráfico 25 – Condições Habitabilidade: Sistema de Esgotos, Alojamentos Familiares 1991-2001

Quanto à existência ou falta de **Instalações de Banho** (Quadro 31) nos Alojamentos Familiares, há uma melhoria muito significativa de 1991 para 2001:

	1991		2001	
	C/ Inst Banho	S/ Inst Banho	C/ Inst Banho	S/ Inst Banho
Alcácer do Sal	3.897	1.178	4.782	550
Grândola	3.771	1.184	5.049	541
Odemira	5.124	4.518	8.245	2.090
Santiago do Cacém	8.358	2.623	10.588	1.211
Sines	3.508	573	4.503	345

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 31 – Condições Habitabilidade: Instalações de Banho nos Alojamentos Familiares, 1991-2001

As **Instalações de Banho** são das que apresentam mais carências, sendo Sines o concelho que se posiciona em 1º lugar (7% dos alojamentos é que não têm essas instalações no ano de 2001, versus 14% de alojamentos sem instalações de banhos em 1991).

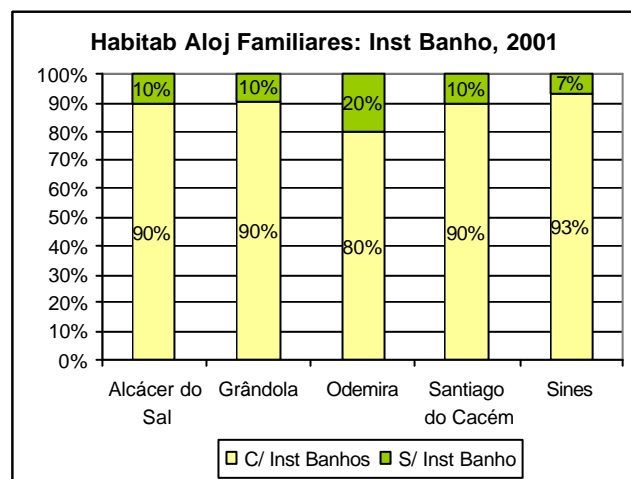
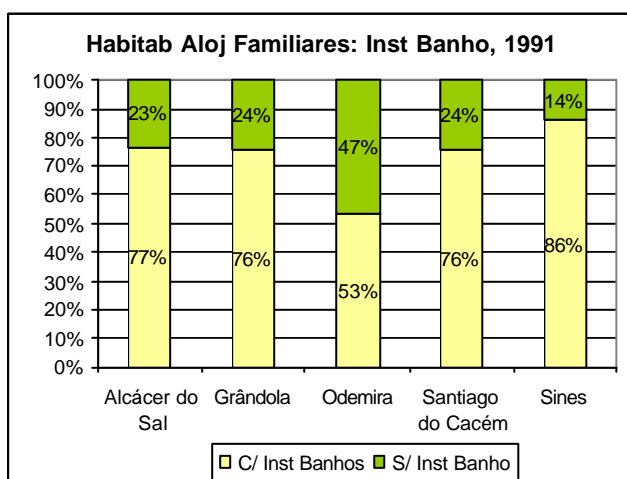


Gráfico 26 – Condições Habitabilidade: Instalações de Banho, Alojamentos Familiares 1991-2001

A situação no que diz respeito aos alojamentos disporem ou não de Instalações de Banho melhorou consideravelmente de 1991 para 2001, no entanto ainda regista valores relativamente elevados, sendo Sines o concelho que tem menos carências,

tendo 7% dos alojamentos familiares sem Instalações de Banho, enquanto os restantes têm 10% e Odemira apresenta o valor mais elevado, 20%, de alojamentos sem Instalações de Banho.

No que diz respeito aos consumos de **Electricidade**, de 1998 a 2004, verificados por funções de actividade: **Doméstico** (nos vários alojamentos residenciais ou turísticos), **Agricultura** (na actividade agrícola) e **Indústria** (em todas as indústrias existentes), o que é referente ao **Consumo Doméstico** é o seguinte (Quadro 32).

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Alentejo Litoral	76.63 1	82.88 3	89.81 6	92.75 7	101.7 31	104.0 12	111.4 88
Alcácer do Sal	10.36 7	11.32 7	12.05 9	12.49 3	12.96 7	13.95 7	14.55 3
Grândola	12.36 1	13.52 9	14.50 5	15.08 6	17.86 8	17.03 8	19.65 3
Odemira	18.65 3	20.22 6	22.05 3	23.22 4	25.87 1	25.08 0	27.88 8
Santiago do Cacém	24.91 3	26.55 0	29.03 4	29.36 1	31.33 6	33.70 2	34.88 8
Sines	10.33 7	11.25 1	12.16 7	12.59 3	13.68 9	14.23 5	14.50 7

Fonte: INE – O País em Números

Quadro 32 – Consumo de Electricidade Doméstico (milhares de kW/h), 1998-2004

Como se vê no gráfico (Gráfico 27) o **Consumo de Electricidade Doméstico** tem vindo a crescer em todos os concelhos e em todos os anos à excepção de Grândola e Odemira que decresceu em 2003.

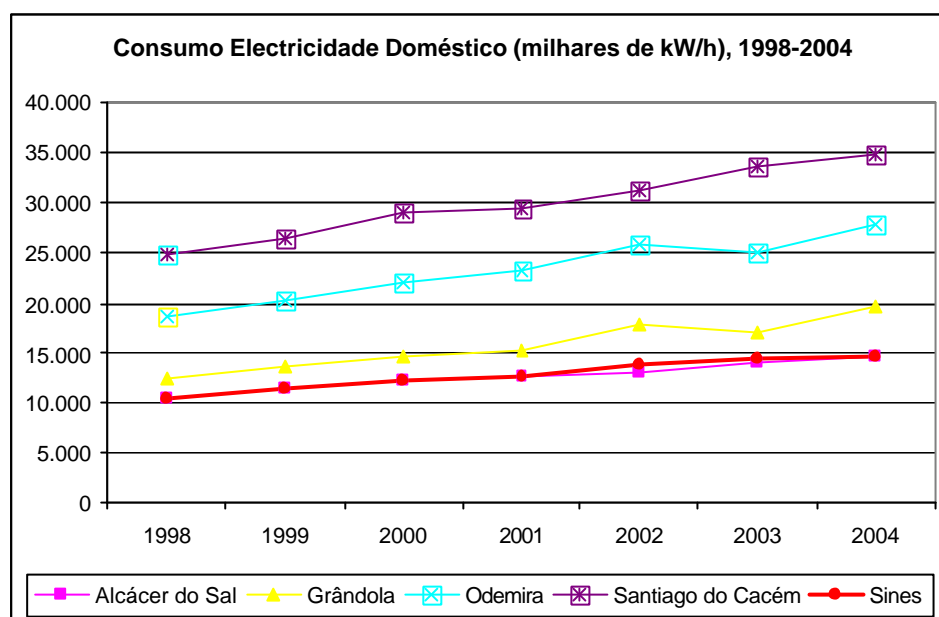


Gráfico 27 – Consumo de Electricidade Doméstico, 1998-2004

O **Consumo de Electricidade para a Agricultura** (Quadro 33) também apresenta acréscimos em todos os concelhos e anos, realçando-se Odemira e Santiago do Cacém. Sines é o concelho com os consumos mais baixos, e muito abaixo dos restantes, reflectindo que a agricultura não é uma actividade com muita importância e desenvolvimento no concelho, registando uma pequena variação positiva de 1998 a 2004.

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Alentejo Litoral	17.49 1	19.56 6	19.96 0	22.56 6	26.15 0	28.99 7	33.02 8
Alcácer do Sal	4.561	5.138	4.976	5.401	6.172	6.445	6.816
Grândola	1.885	2.212	2.109	2.743	2.858	3.164	3.451
Odemira	5.029	5.745	5.997	7.122	9.013	11.12 3	13.15 2
Santiago do Cacém	5.702	6.142	6.553	6.958	7.690	7.870	9.168
Sines	315	329	325	342	416	395	441

Fonte: INE – O País em Números

Quadro 33 – Consumo de Electricidade para Agricultura (milhares de kW/h), 1998-2004

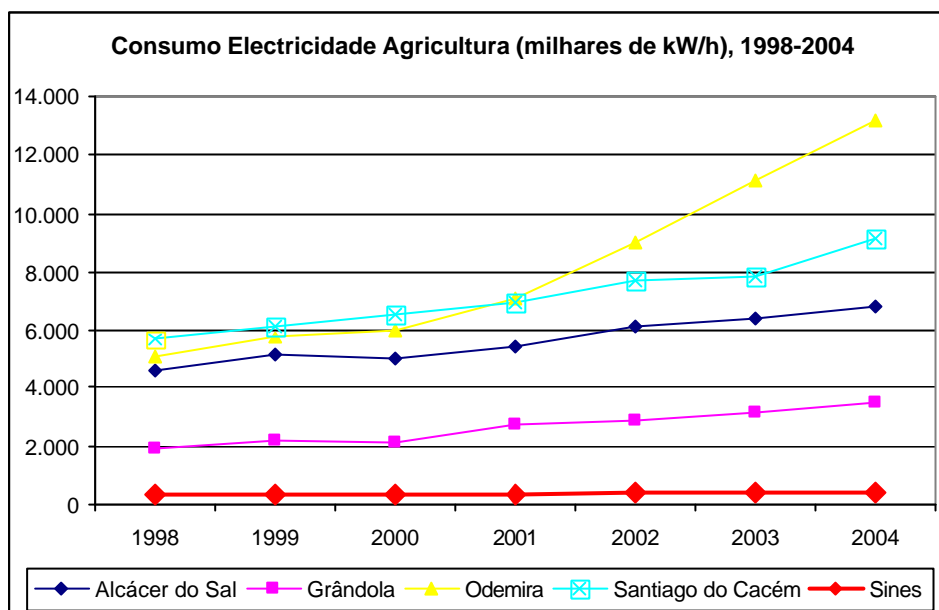
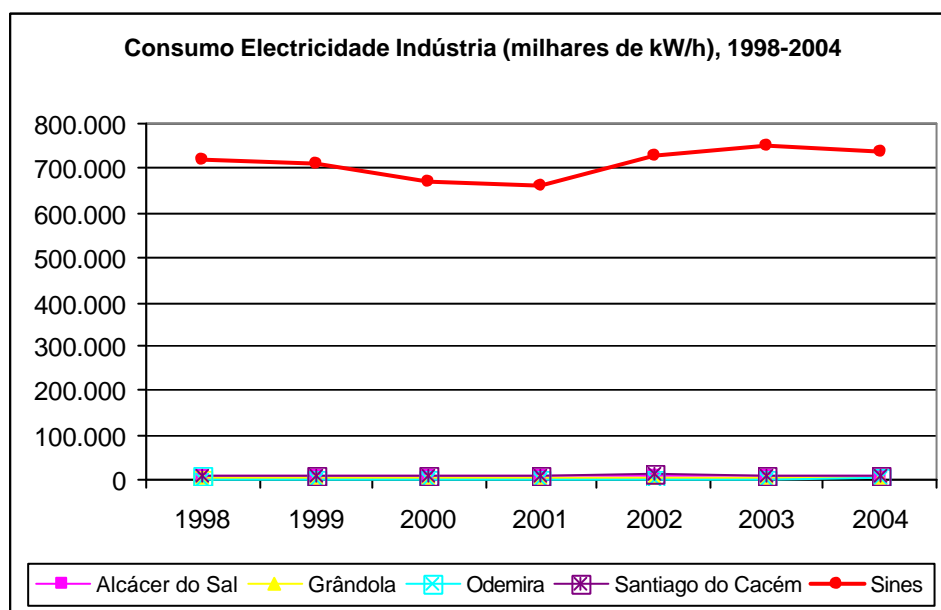


Gráfico 28 – Consumo de Electricidade para Agricultura, 1998-2004

O **Consumo de Electricidade para a Indústria** (Quadro 34) mostra bem a realidade de Sines e a diferença relativamente a todos os concelhos do Alentejo Litoral. Sines, de 1998 a 2004, registou um acréscimo de quase 3%, no entanto os valores de consumo que apresenta são significativamente muito mais elevados e muito distantes de todos os restantes concelhos (Gráfico 29). Alcácer do Sal e Santiago do Cacém, que são dos concelhos com maiores consumos rondam os 10 milhões, enquanto Sines tem 740 milhões. Sines registou duas ligeiras quebras no consumo de electricidade em 2001 e 2004. Bem pode corresponder a melhor produtividade industrial.

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Alentejo Litoral	741.997	735.657	696.064	686.864	756.760	776.883	766.659
Alcácer do Sal	8.299	8.575	8.604	8.501	9.245	9.834	10.620
Grândola	3.076	2.928	3.100	4.093	4.050	3.725	3.607
Odemira	1.655	1.819	1.849	1.806	1.844	1.999	2.695
Santiago do Cacém	9.174	10.258	10.435	9.258	11.920	10.954	10.459
Sines	719.793	712.077	672.076	663.205	729.701	750.371	739.279

Fonte: INE – O País em Números

Quadro 34 – Consumo de Electricidade para Indústria (milhares de kW/h), 1998-2004

Gráfico 29 – Consumo de Electricidade para Indústria, 1998-2004

4.1.3 - LICENÇAS CONCEDIDAS PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS E FOGOS LICENCIADOS

A evolução do **Número de Licenças concedidas pelas Câmaras Municipais** e do **Número de Fogos Licenciados** é importante para perceber a dinâmica do ritmo de construção no concelho assim como a oferta habitacional que está e estará no mercado.

Os valores da evolução de 1994 a 2005 que se verificou no indicador: **Licenças de Construção concedidas pelas Câmaras Municipais para Construções Novas para Habitação** foi o que se apresenta no Quadro 35, mostra um comportamento com diferentes flutuações anuais e em cada concelho do Alentejo Litoral:

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alentejo Litoral	589	420	421	455	481	610	549	515	593	380	405	369
Alcácer do Sal	68	48	38	55	65	72	48	75	110	71	78	41
Grândola	100	70	57	64	70	91	97	54	92	46	88	63
Odemira	242	174	174	191	205	276	226	209	202	141	121	112
Santiago do Cacém	95	80	83	98	109	116	136	117	140	73	80	102
Sines	84	48	69	47	32	55	42	60	49	49	38	51

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 35 – Licenças de Construção Novas para Habitação concedidas pelas CM, 1994-2005

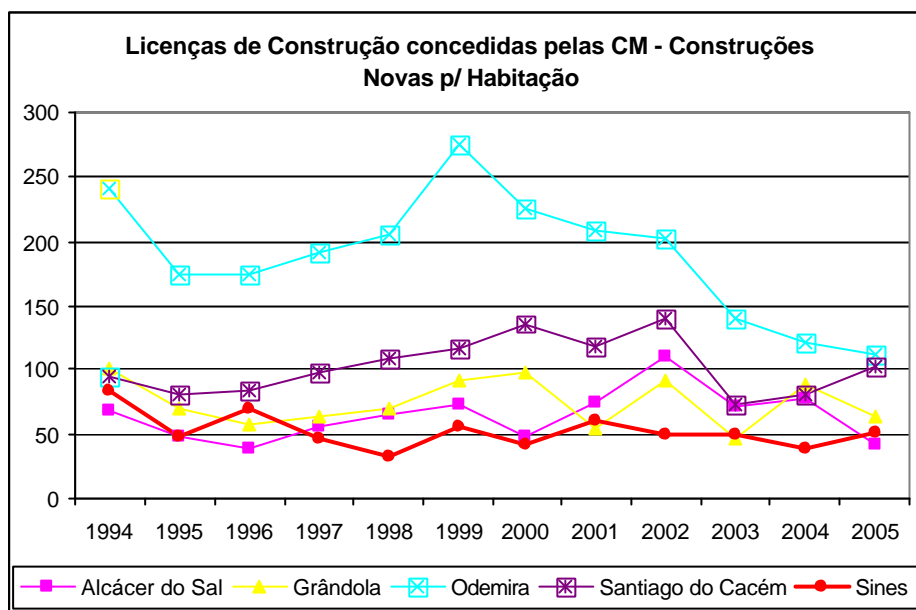


Gráfico 30 – Licenças de Construção concedidas pelas CM de Construções Novas p/ Habitação, 1994-2005

Sines tem mantido sensivelmente um **Nº de Licenças anuais de Construções Novas para Habitação** que, de 1995 a 2005 variaram num intervalo entre 30 e 70, não contabilizando o ano de 1994 onde as licenças atingiram o seu valor máximo de 84 licenças. Sines e Santiago do Cacém são os concelhos que mostram acréscimos e tendência para subir após 2004, já que todos os restantes concelhos têm decrescido, realçando-se o grande decréscimo registado em Odemira após 1999, apesar da extensão do concelho que em 2005 se aproxima do valor de Licenças emitidos em Santiago do Cacém.

O indicador: **Fogos Licenciados pelas Câmaras Municipais em Construções Novas para Habitação**, de 1994 a 2005, teve a evolução que se apresenta no Quadro 36 e Gráfico 31.

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alentejo Litoral	848	632	640	773	867	975	982	1116	1030	698	785	832
Alcácer do Sal	71	51	42	80	110	94	57	177	179	73	92	45
Grândola	128	127	64	113	128	223	208	90	157	89	158	166
Odemira	336	236	254	311	387	405	332	327	304	222	175	179
Santiago do Cacém	122	94	129	123	147	146	282	274	281	130	168	211
Sines	191	124	151	146	95	107	103	248	109	184	192	231

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001

Quadro 36 – Nº de Fogos licenciados pelas CM em Construções Novas p/ Habitação, 1994-2005

O comportamento deste indicador – **Nº de Fogos Licenciados** – é diferente do anterior, o **Nº de Licenças de Construção para Habitação**, mostrando flutuações e movimentos diferentes por ano e por concelho.

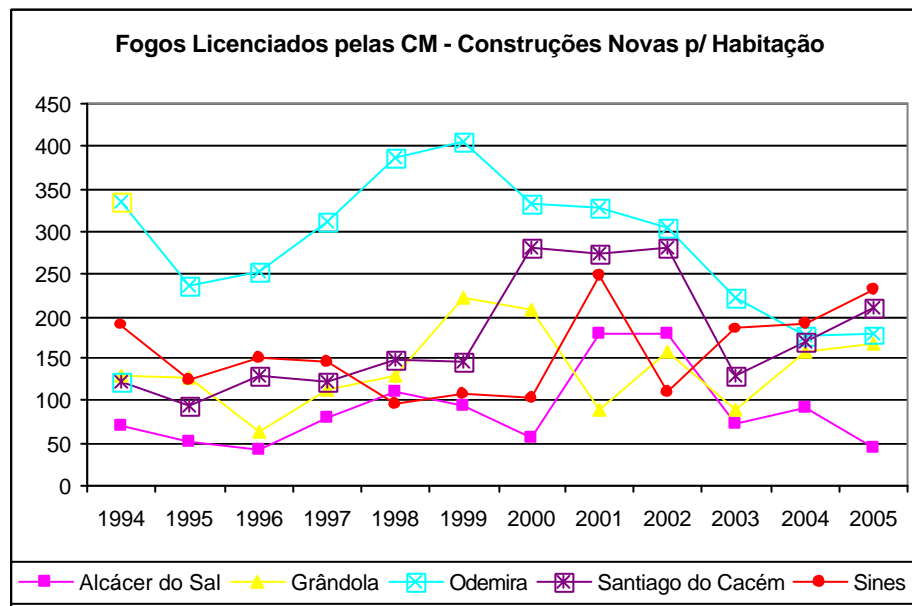


Gráfico 31 – Fogos Licenciados pelas CM de Construções Novas p/ Habitação, 1994-2005

O concelho de Odemira começa a registar decréscimos a partir de 1999 e o de Alcácer do Sal a partir de 2002.

Santiago do Cacém apresenta um período de grande acréscimo de 2000 a 2002 e Sines tem o seu pico máximo de **Nº de Fogos Licenciados** – 248 fogos – em

2001. O concelho de Grândola tem altos e baixos e começa a subir significativamente após 2003 a 2005.

Também após 2003 Santiago do Cacém e Sines registam acréscimos mas Sines tem acréscimos de tal modo mais significativos que passa mesmo a ter mais fogos licenciados que Santiago do Cacém reflectindo um reforço de construção para fazer face à procura e carência habitacional que se sente no concelho.

4.1.4 - EMPRESAS E INDÚSTRIAS

Relativamente à **Actividade Industrial, Empresas e Sociedades** apresentam-se só os valores do concelho de Sines e de Santiago do Cacém porque além de contíguos são os que acolhem mais empresas e têm uma actividade industrial com peso significativo.

A evolução do **Nº Total de Empresas** de 1994 a 2005 (Quadro 37) teve um sentido ligeiramente crescente tanto no concelho de Sines como em Santiago do Cacém, apesar de Sines ter tido menores variações (Gráfico 32). No período de 1994 a 2005, Sines cresceu de 1.405 empresas para 1.722, um acréscimo de 22%, enquanto Santiago do Cacém passou de 3.165 empresas para 3.779, um acréscimo de 19%.

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Santiago do Cacém	3.165	3.279	3.648	3.654	3.807	3.970	3.864	3.642	3.530	3.682	4.139	3.779
Sines	1.405	1.455	1.648	1.644	1.620	1.741	1.693	1.626	1.577	1.597	1.853	1.722

Fonte: O País em Números - INE

Quadro 37 – Nº total de Empresas em Sines e Santiago do Cacém de 1994 a 2005

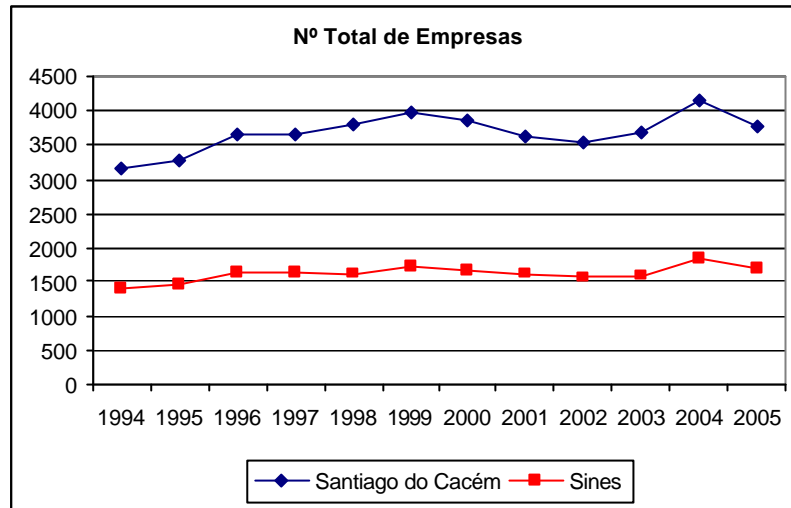


Gráfico 32 – Nº total de Empresas em Sines e Santiago do Cacém de 1994 a 2005

Já as **taxas de variação** do **Nº Total de Empresas** (Gráfico 33) mostram comportamentos diferenciados e localizados no tempo: no ano de 1995 para 1996 houve acréscimos significativos nos dois concelhos superiores a 11%; nos anos de 1999 a 2002 houve decréscimos consecutivos tendo Santiago do Cacém registado um máximo de -6%; o ano de 2004 em relação a 2003 registou de novo grande acréscimo com Sines a ter um máximo de 16%; já a variação de 2004 para 2005 apresenta os maiores decréscimos com os valores de -8% para Sines e de -9% para Santiago do Cacém. Há por isso que tentar inverter esta tendência negativa, já que Sines tem ainda muito a oferecer para a indústria (não pesada), empresas, serviços e logística, tirando partido das que já existem e das que estão previstas, a curto ou médio prazo.

	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
Santiago do Cacém	4%	11%	0%	4%	4%	-3%	-6%	-3%	4%	12%	-9%
Sines	4%	13%	0%	-1%	7%	-3%	-4%	-3%	1%	16%	-7%

Fonte: O País em Números - INE

Quadro 38 – Taxas de variação do Nº total de Empresas em Sines e Santiago do Cacém de 1994 a 2005

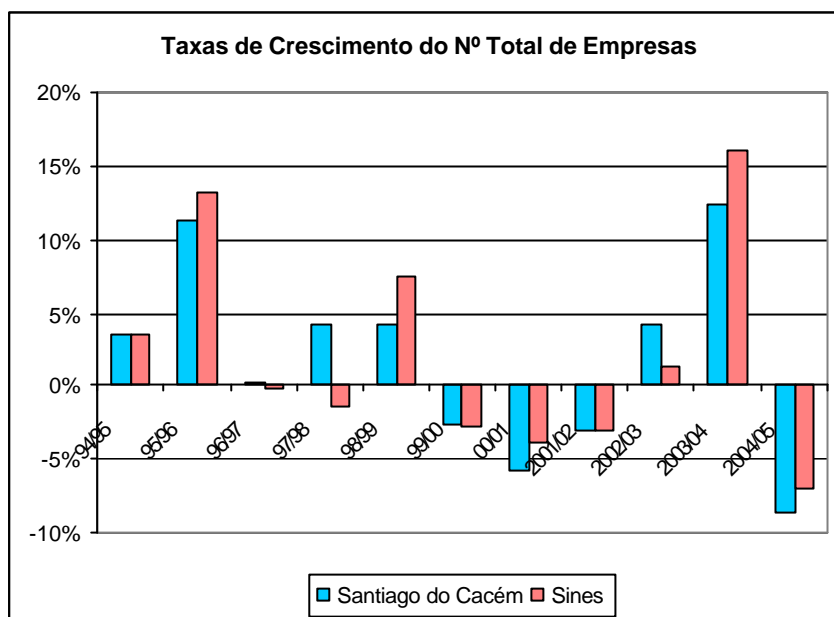


Gráfico 33 – Taxas de variação do Nº total Empresas em Sines e Santiago do Cacém de 1994 a 2005

Quanto à evolução do **Nº de Sociedades** de 1994 a 2005 (Quadro 39), apesar do comportamento ser sensivelmente paralelo entre Sines e Santiago do Cacém, nos últimos anos, de 2003 a 2005, Santiago do Cacém apresenta acréscimos maiores e mais significativos (Gráfico 34).

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Santiago do Cacém	407	477	532	535	546	545	542	621	616	777	923	887
Sines	263	309	355	350	355	366	361	398	400	451	508	492

Fonte: O País em Números - INE

Quadro 39 – Nº total de Sociedades em Sines e Santiago do Cacém de 1994 a 2005

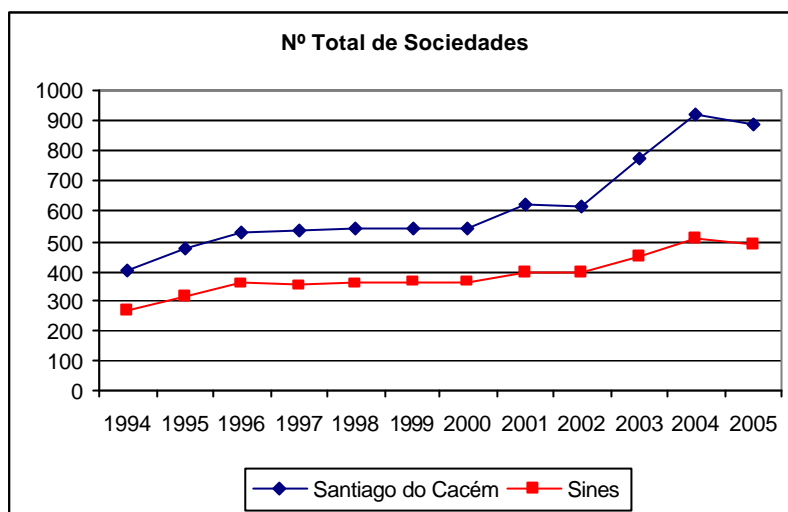


Gráfico 34 – Nº total de Sociedades em Sines e Santiago do Cacém de 1994 a 2005

A evolução do **Volume de Vendas das Sociedades** (Quadro 40) tem comportamentos bastante diferentes nos dois concelhos, e ao contrário de todos os outros indicadores apresenta valores absolutos mais elevados em Sines apesar de ser um concelho quase cinco vezes menor, o que mostra que as Sociedades que existem no concelho de Sines geram maior volume de vendas, são serviços mais bem remunerados e produtos mais caros.

O município de Santiago do Cacém (Gráfico 35) regista pequenas oscilações reflectindo uma tendência de crescimento, crescendo 20% de 1999 a 2004, enquanto o de Sines tem uma ligeira quebra no ano de 2001 mas depois crescimentos significativos a partir de 2002, atingindo 50% de 1999 a 2004.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Santiago do Cacém	217.375	231.030	224.974	244.393	248.441	263.408
Sines	556.674	751.990	587.952	584.432	708.751	835.393

Fonte: O País em Números - INE

Quadro 40 – Volume Total de Vendas nas Sociedades, Sines e Santiago do Cacém de 1999 a 2004 (1.000 Euros)

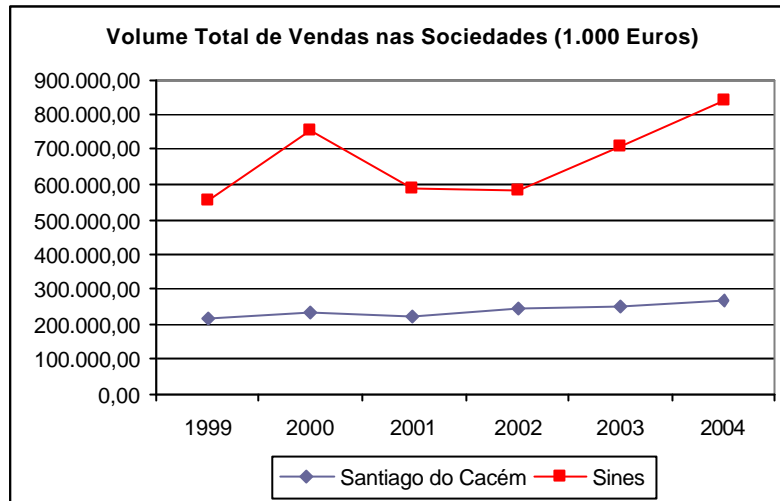


Gráfico 35 – Volume Total de Vendas nas Sociedades, concelhos de Sines e Santiago do Cacém de 1999 a 2004

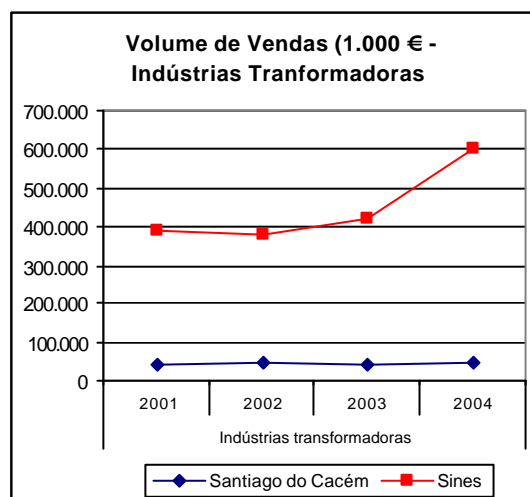
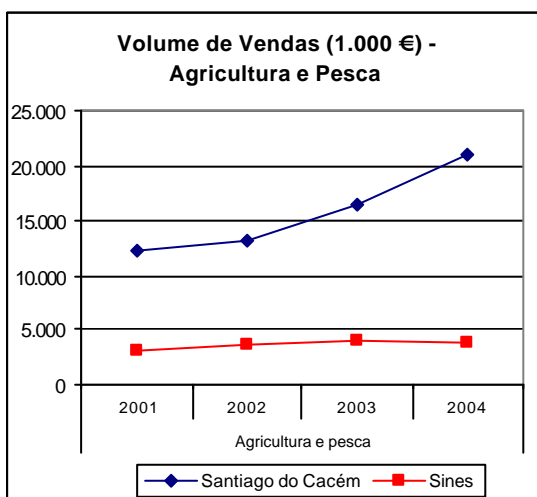
Quanto ao **Volume de Vendas por sector de Actividade** os dados mostram bem a especialização de Sines, nomeadamente na indústria.

	2001	2002	2003	2004	Proporção Média Sines/Santiago
Agricultura e pesca					
Santiago do Cacém	12.406	13.293	16532	21.087	0,23
Sines	3.023	3.571	4.032	3.782	
Indústrias transformadoras					
Santiago do Cacém	39.444	43.928	40.476	45.289	10,62
Sines	393.737	382.470	419.571	600.129	
Construção					
Santiago do Cacém	11.541	13.866	24.534	22.357	1,40
Sines	22.923	22.894	27.310	27.943	
Comércio por grosso e a retalho					
Santiago do Cacém	118.874	122.119	122.079	126.255	0,52
Sines	63.780	63.595	61.870	64.927	
Alojamento e restauração					
Santiago do Cacém	4.391	3.804	5.901	4.995	1,25
Sines	4.808	5.459	6.693	6.985	
Transporte, armazenagem e comunic					
Santiago do Cacém	2.159	2.612	...	4.165	18,75

Sines	47.663	51.248	50.883	68.613	
Actividade Imobiliária e serviços às empresas					
Santiago do Cacém	15.807	17.841	21.954	24.100	1,70
Sines	12.563	12.623	92.062	18.151	
Adm. pública, defesa, seg. social, educ, saúde					
Santiago do Cacém	4.063	4.237	5.993	5.843	0,75
Sines	4.290	3.613	3.391	3.901	

Fonte: O País em Números - INE

Quadro 41 – Volume de Vendas nas Sociedades (1.000 €) – por sector de actividade e proporção média de Sines em relação a Santiago do Cacém



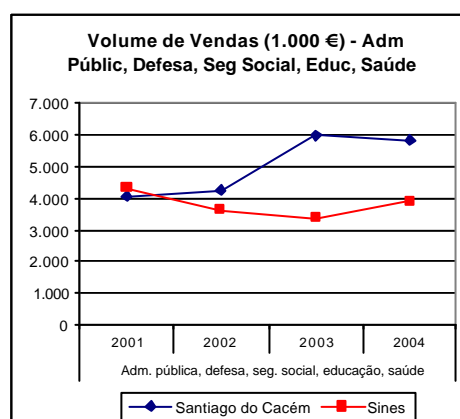
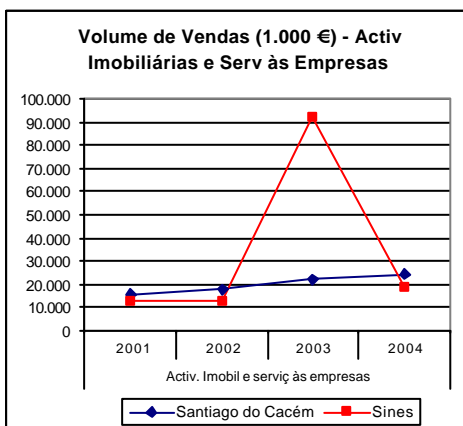
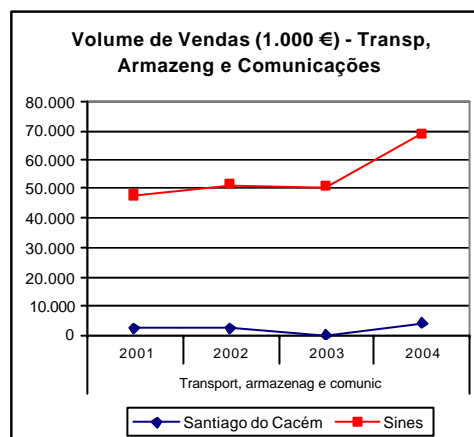
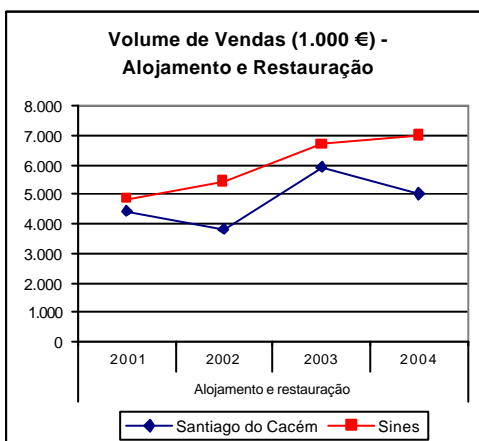
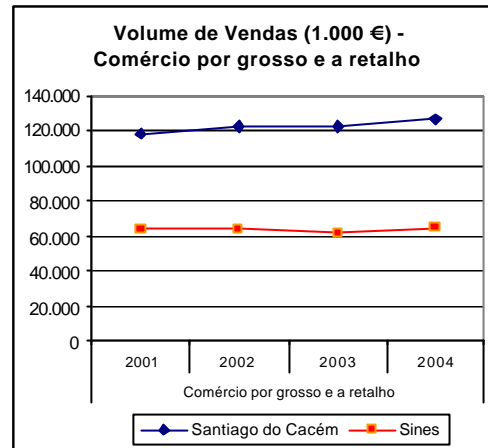
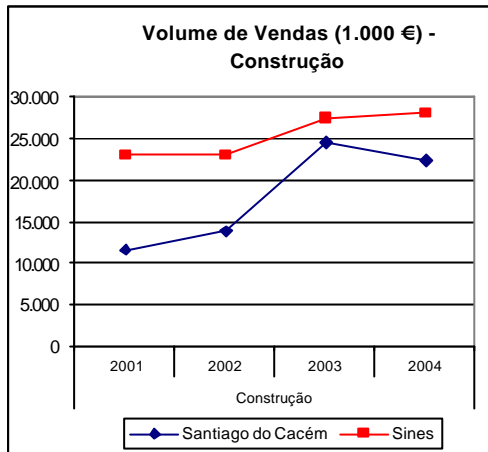


Gráfico 36 – Volume de Vendas nas Sociedades (1.000 €) pelos vários sectores de Actividade em Sines e Santiago do Cacém

No sector da **Agricultura e Pescas** o concelho de Santiago do Cacém tem um volume de Vendas quatro vezes superior, em 2001, que passa para cinco vezes mais, em 2004, derivado tanto pela área do concelho, que é muito maior, como porque Sines é um concelho onde a agricultura não é significativa. Em Santiago do Cacém este sector mostra uma tendência de crescimento

No sector das **Indústrias Transformadoras**, o concelho de Sines mostra um volume que é em média dez vezes superior ao de Santiago de Cacém reflexo da especialização de Sines nestas indústrias e na indústria, em geral. Há uma tendência de crescimento acelerado no concelho de Sines.

No que diz respeito ao sector da **Construção**, o concelho de Sines apresenta também um maior volume de vendas com uma tendência de evolução positiva, o concelho de Santiago também mostra uma tendência de crescimento mas não conseguindo atingir o nível de Sines.

No sector do **Comércio** (por **grosso** e a **retalho**) o concelho de Santiago do Cacém tem o dobro do volume de vendas do concelho de Sines, ambos os concelhos mostrando uma estabilidade do seu comportamento nos anos de 2001 a 2004.

Mesmo no sector do **Alojamento e Restauração** o concelho de Sines mostra volumes de vendas superiores aos do concelho de Santiago de Cacém e uma tendência clara de crescimento.

Relativamente ao sector dos **Transportes, Armazenagem e Comunicações**, também devido à especialização do concelho de Sines, com as actividades do Porto e com a indústria instalada no concelho, nomeadamente de produção de electricidade, Sines tem valores do volume de vendas muito mais elevados, em média quase dezoito vezes superiores.

No sector das **Actividades Imobiliárias e Serviços às Empresas** o concelho de Santiago do Cacém apresenta valores ligeiramente mais elevados que o concelho

de Sines, excepto no ano de 2003, em que Sines apresenta um volume de vendas excepcionalmente elevado.

No sector da **Administração Pública, Defesa, Segurança Social, Educação e Saúde**, o concelho de Santiago de Cacém apresenta, à excepção do ano de 2001, volumes de vendas superiores e com uma tendência de crescimento, nomeadamente devido à existência de um Hospital de que Sines não dispõe.

Analisando o conjunto das **Proporções** (Pesos Relativos) médias do **Volume de Vendas** (2001 a 2004) gerado em **Sines** em relação ao **Volume de Vendas** gerado em **Santiago do Cacém** (Gráfico 37 e Gráfico 38), por sectores de actividade, é possível identificar os sectores em que Sines se especializou e com maior peso relativo em comparação com Santiago do Cacém. Sobressaem os **Transportes, Armazenagem e Comunicações** onde Sines tem um valor de quase 20 vezes superior a Santiago e as **Indústrias Transformadoras** em que Sines tem um valor de quase 11 vezes superior e ao inverso, os sectores da **Agricultura e Pesca**, do **Comércio** e da **Administração Pública, Educação e Saúde** em que Sines não se especializa e Santiago tem valores superiores (o *ratio* é inferior a 1).

Nota-se que o concelho de Sines tem 0,44 da População Residente de Santiago de Cacém (dados de 2001) e 0,19 da Área (também *ratios* <que 1).

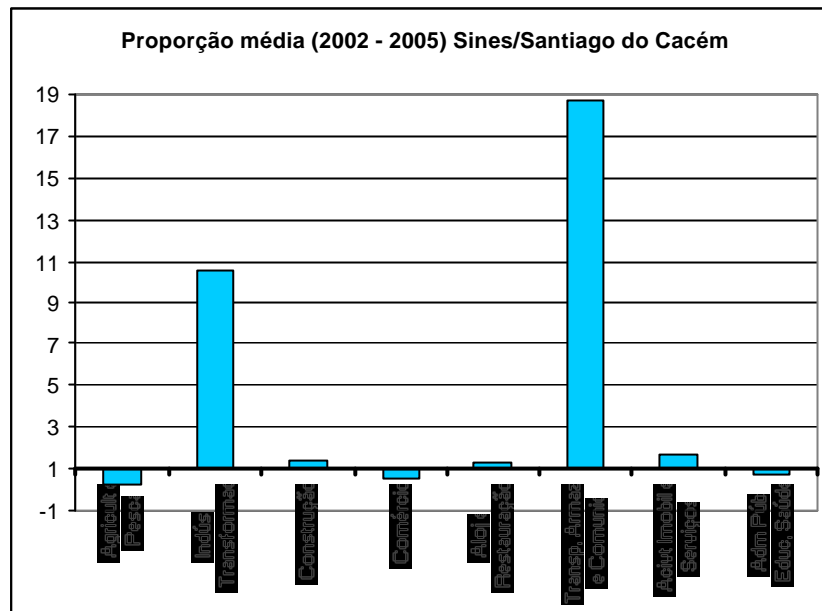


Gráfico 37 – Proporção média do Volume de Vendas por Sector de Actividade de Sines em relação a Santiago do Cacém

Analisando o Volume de Vendas dos vários sectores de actividade em termos comparativos e não isoladamente (Gráfico 38) é de realçar, como era de esperar, o peso significativo e dominante que as **Indústrias Transformadoras** têm no concelho de Sines, com valores que variam de 400 mil milhares de Euros a 600 mil milhares de Euros, seguindo-se o sector do **Comércio** (por grosso e a retalho) onde Santiago do Cacém tem um valor superior, variando de 119 mil milhares a 126 mil milhares de Euros e seguindo-se imediatamente abaixo, o sector dos **Transportes, Armazenagem e Comunicações**, onde Sines tem de novo valores superiores, que variam de 48 mil milhares a 67 mil milhares de Euros, aproximadamente.

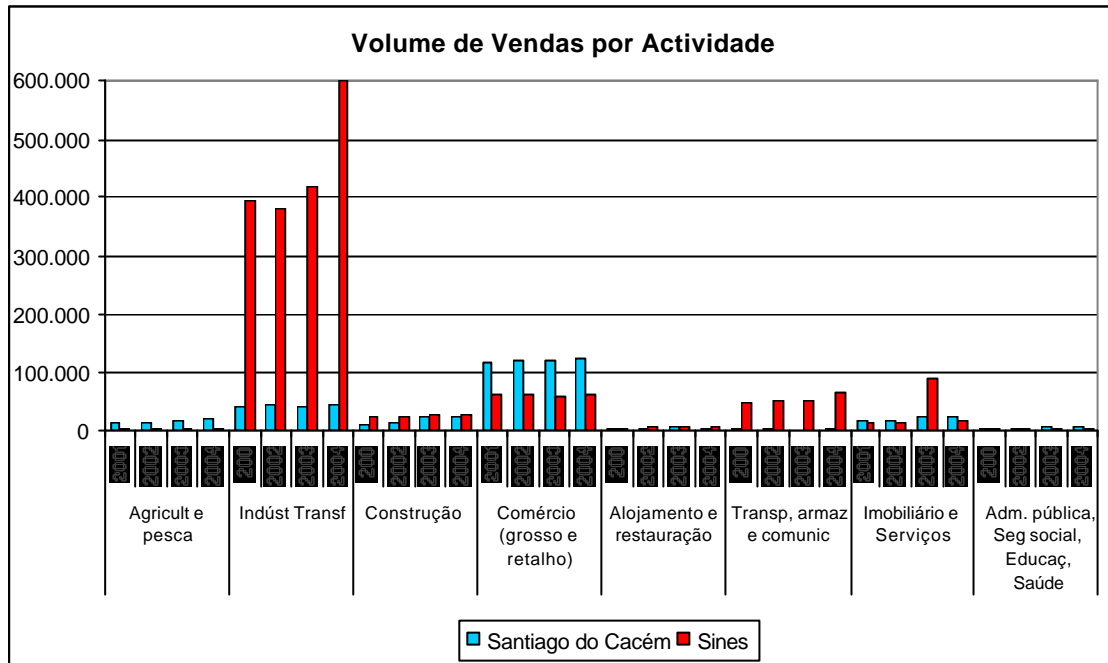


Gráfico 38 – Evolução do Volume de Vendas nas Sociedades (1.000 €) por sector de Actividade em Sines e Santiago do Cacém

Quanto ao **Nº de Empresas**, segundo o **Código das Actividades Económicas (CAE)**, o seu comportamento e peso relativo nos concelhos de Sines e Santiago do Cacém, de 2002 a 2005, tem os seguintes valores (Quadro 42, Quadro 43 e Quadro 44):

	Nº de Empresas (segundo o CAE)				Proporção média Sines/Santiago do Cacém
	2002	2003	2004	2005	
Agricultura e pesca					
Santiago do Cacém	666	707	859	775	0,23
Sines	148	156	202	194	
Indústrias transformadoras					
Santiago do Cacém	233	252	238	226	0,47
Sines	121	117	107	101	
Construção					
Santiago do Cacém	535	550	585	525	0,51
Sines	271	277	301	277	
Comércio por grosso e a retalho					
Santiago do Cacém	1.166	1.214	1.271	1.192	0,44
Sines	512	516	575	539	
Alojamento e restauração					
Santiago do Cacém	407	434	535	495	0,49
Sines	209	216	247	242	

Fonte: O País em Números - INE

Quadro 42 – Evolução do Nº de Empresas (segundo o CAE) em Sines e Santiago do Cacém (2002 a 2005)

	Nº de Empresas (segundo o CAE)				Proporção média Sines/Santiago do Cacém
	2002	2003	2004	2005	
Transport, armazenag e comunicações					
Santiago do Cacém	85	100	95	100	0,56
Sines	47	51	56	60	
Actividades financeiras					
Santiago do Cacém	78	80	68	61	0,46
Sines	38	38	29	27	
Activ. imobiliárias, aluguer, serviços empresas					
Santiago do Cacém	202	180	298	219	0,78
Sines	153	143	227	177	
Adm. públic, defesa, educ, saúd, seg social					
Santiago do Cacém	154	161	185	181	0,53
Sines	74	79	105	101	

Fonte: O País em Números - INE

Quadro 43 – Evolução Nº de Empresas (segundo o CAE), Sines e Santiago do Cacém (2002-2005) – continuação

	Nº de Empresas (segundo o CAE)				Proporção média Sines/Santiago do Cacém
	2002	2003	2004	2005	
Produção e distribuição electric, gás e água					
Santiago do Cacém	1	1	1	1	2,00
Sines	2	2	2	2	
Indústrias extractivas					
Santiago do Cacém	3	3	4	4	0,57
Sines	2	2	2	2	

Fonte: O País em Números - INE

Quadro 44 – Evolução Nº de Empresas (segundo o CAE), Sines e Santiago do Cacém (2002-2005) - continuação

O Nº de Empresas pode classificar-se em três grupos que agrupam um número de empresas mais próximo. É o caso dos sectores: 1) **Agricultura e Pescas**; 2) **Indústria Transformadora**; 3) **Construção**; 4) **Comércio** (por grosso e a retalho) e 5) **Alojamento e Restauração** (Gráfico 39) cujos valores variam de um mínimo, no concelho de Santiago do Cacém de 226 empresas (Indústrias Transformadoras) e um máximo de 1.192 empresas (Comércio) e no concelho de Sines de um mínimo de 101 empresas (Indústrias Transformadoras) e um máximo de 539 empresas (Comércio), O concelho de Santiago do Cacém tem sempre mais empresas nos vários sectores, sendo a menor diferença no sector da Construção.

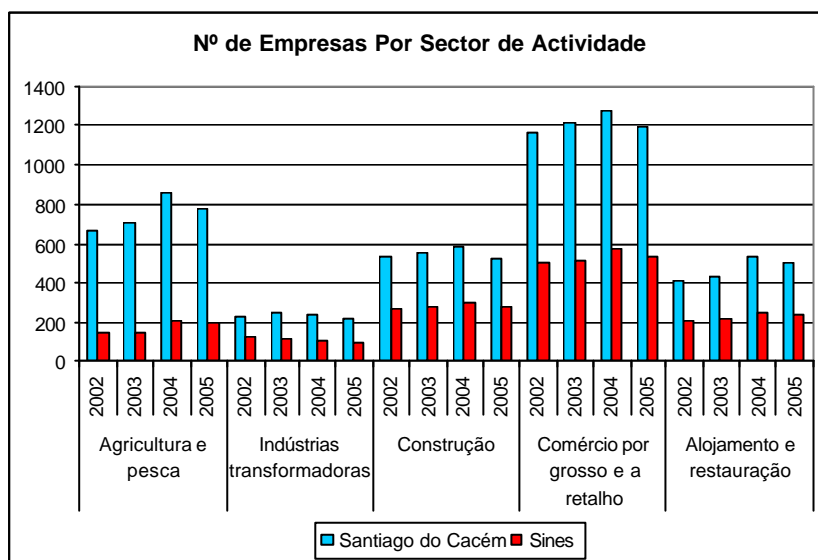


Gráfico 39 – Evolução do Volume de Vendas nas Sociedades (1.000 €) por sector de Actividade em Sines e Santiago do Cacém

Outro grupo de sectores é o que engloba: 1) **Transportes, Armazenagem e Comunicações**; 2) **Actividades Financeiras**; 3) **Actividade Imobiliária, Alugueres e Serviços às empresas** e 4) **Administração Pública, Segurança Social, Defesa, Educação, Saúde**. Neste grupo o sector que se destaca pelo maior número de empresas é o da Actividade Imobiliária, Alugueres e Serviços às empresas, seguindo-se o da Administração Pública, Educação e Saúde. O número de empresas é sempre superior em Santiago do Cacém, sendo na Actividade Imobiliária e Serviços às Empresas que Sines se aproxima mais.

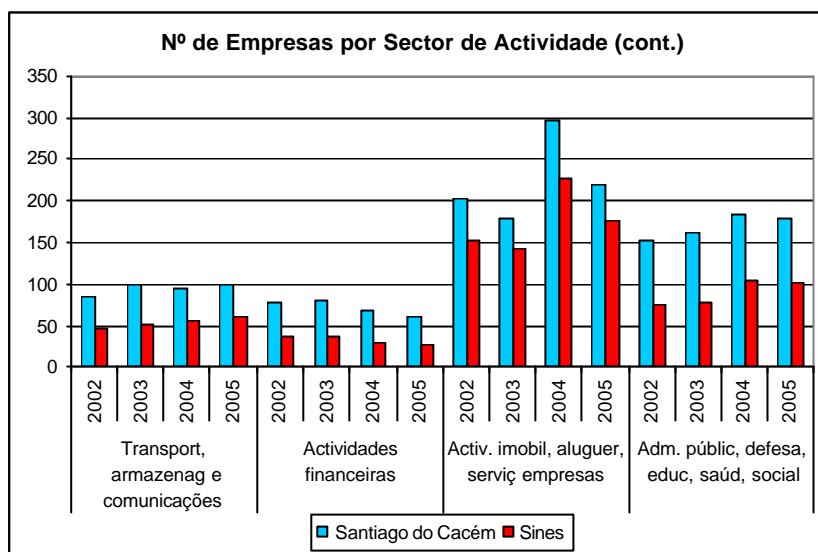


Gráfico 40 – Evolução do Volume de Vendas nas Sociedades (1.000 €) por sector de Actividade em Sines e Santiago do Cacém

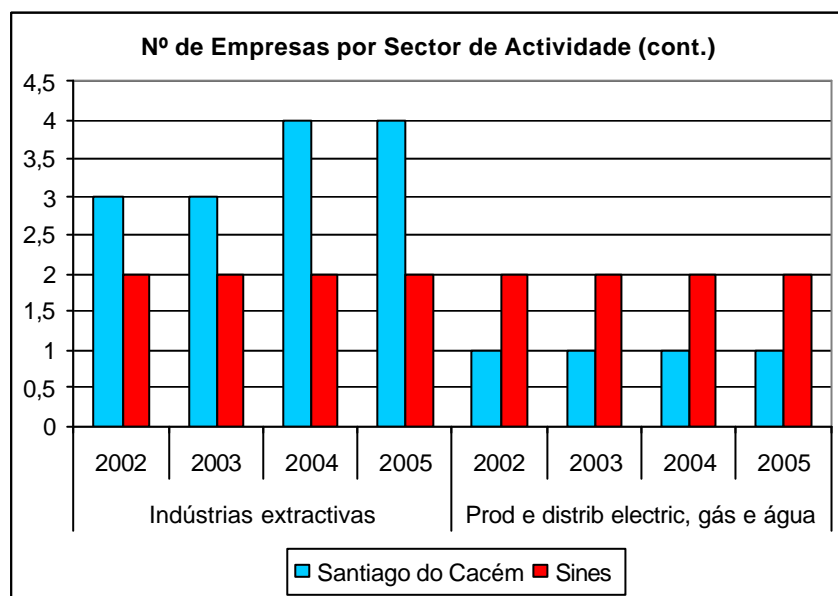


Gráfico 41 – Evolução do Nº de Empresas (segundo o CAE) em Sines e Santiago do Cacém (2002 a 2005)



O grupo que só tem dois sectores pelo reduzido número de empresas, o que não significa (como se viu anteriormente) que não originem um maior volume de vendas é: 1) Indústrias Extractivas e 2) Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água, sendo neste último sector que Sines apresenta um valor mais elevado, Sines tem duas empresas enquanto Santiago do Cacém tem só uma. Nas Indústrias Extractivas, o concelho de Santiago tem 4 unidades enquanto Sines tem duas.

4.1.5 - PESCA

Os dados do INE sobre Estatísticas da Pesca, dos anos 2003 e 2004 (Quadro 45 e Gráfico 42), permitem ter uma noção das tendências, valores absolutos e relativos da actividade da **Pesca**:

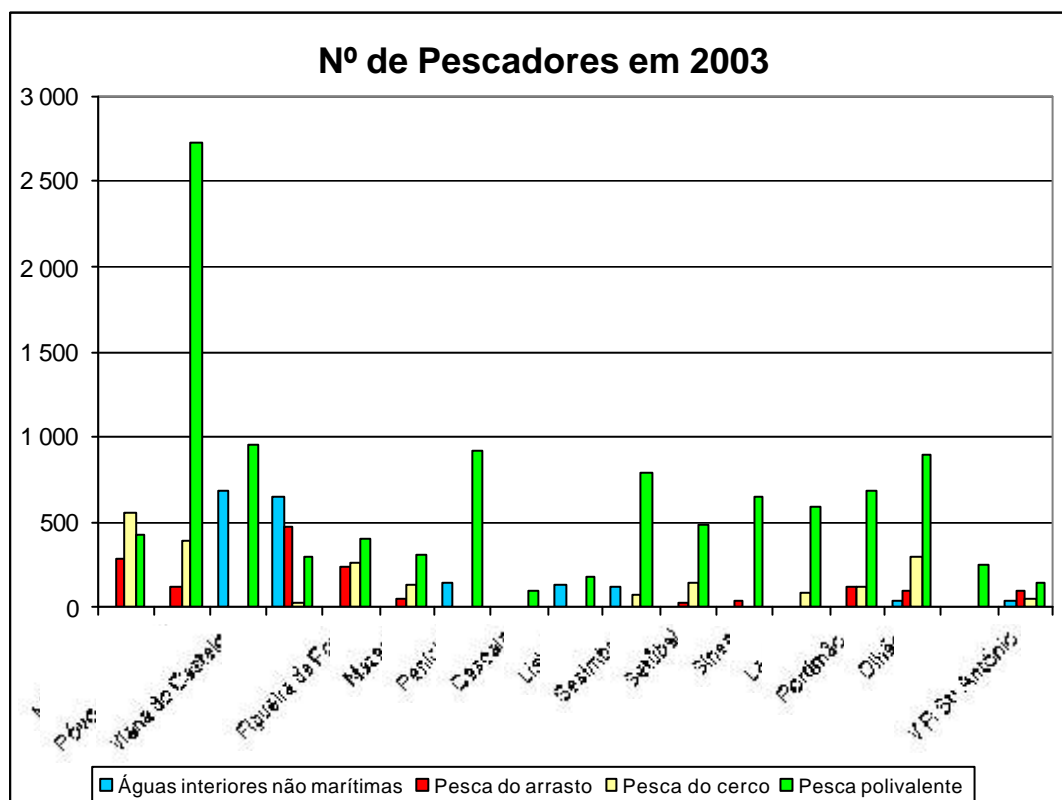
	Ano 2003				Ano 2004			
	Ano 2003 - Pescadores matriculados em 31 Dez				Ano 2004 - Pescadores matriculados em 31 Dez			
	Águas interiores não marítimas	Águas marítimas			Águas interiores não marítimas	Águas marítimas		
Pesca do arrasto		Pesca do cerco	Pesca polivalente	Pesca do arrasto		Pesca do cerco	Pesca polivalente	
Portugal	1 822	1 567	2 213	14 855	1 954	1 896	2 262	15 233
Norte	696	409	958	4 100	746	432	1 037	3 883
Matosinhos	-	293	567	424	-	290	663	437
Póvoa Varzim	-	116	391	2 730	-	142	374	2 588
Viana Castelo	696	-	-	946	746	-	-	858
Centro	806	758	406	1 949	843	998	480	1 845
Aveiro	650	475	23	302	825	535	20	335
Figueira da Foz	6	235	257	403	6	313	265	410
Nazaré	-	48	126	314	12	-	75	280
Peniche	150	-	-	930	-	150	120	820
Lisboa	249	34	221	1 558	292	80	215	1 599
Cascais	-	2	-	98	151	2	-	104
Lisboa	128	-	-	177	-	20	-	135
Sesimbra	121	-	77	799	141	-	68	876
Setúbal	-	32	144	484	-	58	147	484
Alentejo	-	42	-	656	-	41	2	645
Sines	-	42	-	656	-	41	2	645
Algarve	71	324	564	2 552	73	345	460	2 632
Lagos	-	-	86	582	-	-	89	597
Portimão	-	115	116	689	-	121	113	784
Olhão	35	108	305	896	35	116	195	866
Tavira	-	-	-	245	-	-	-	241
VR Stº António	36	101	57	140	38	108	63	144

Fonte: INE-DGPA, Estatísticas da Pesca

Quadro 45 – Nº de Pescadores matriculados, 2003 e 2004

Sines é o único porto de pesca do **Alentejo** e o **Nº** dos seus **Pescadores** é uma percentagem pequena do total de pescadores do país.

Em 2003, Sines tinha um total de 698 pescadores (42 da pesca de arrasto e 656 da pesca polivalente) que correspondia a 3,4 % do país e em 2004 tinha 688 pescadores (41 pesca de arrasto, 2 pesca de cerco e 645 pesca polivalente) que passou a corresponder a 3,2 % do país não só porque o seu número diminuiu ligeiramente em Sines como cresceu a nível nacional (no Centro, Açores e Madeira).



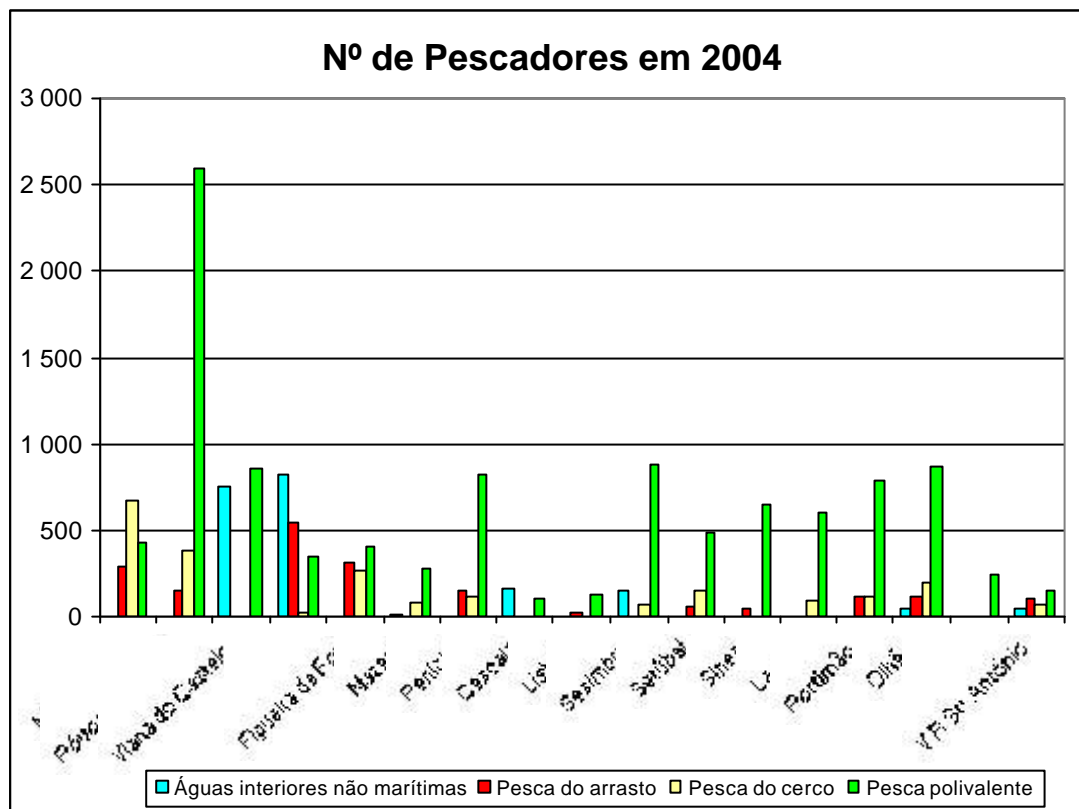


Gráfico 42 – Nº de Pescadores em 2003 e 2004

Relativamente ao **Nº de Embarcações com Motor** e respectiva **Capacidade** (Quadro 46, Gráfico 43 e Gráfico 44), de 2003 para 2004, em Sines o seu número diminuiu, de 195 embarcações passou para 191 mas em contrapartida a sua capacidade aumentou, de 1.568 GT passou para 1.772 GT, não seguindo nem a tendência nacional nem a de algumas regiões que decresceram neste período (Centro e Norte com decréscimos ligeiros, por exemplo).

	Embarcações com motor			
	Ano 2003		Ano 2004	
	Total (Nº)	Capacidade (GT)	Total (Nº)	Capacidade (GT)
Portugal	8 061	113 107	7 921	111 792
Norte	1 572	20 257	1 558	20 005
Matosinhos	353	5 851	350	5 446
Póvoa do Varzim	288	7 132	286	7 236
Viana do Castelo	931	7 274	922	7 323
Centro	1 718	46 258	1 694	45 267
Aveiro	859	35 383	861	34 596
Figueira da Foz	249	3 570	242	3 312
Nazaré	147	748	143	1 126
Peniche	463	6 557	448	6 232
Lisboa	1 267	15 426	1 249	16 799
Cascais	88	332	163	664
Lisboa	150	9 417	68	10 535
Sesimbra	552	3 854	548	3 803
Setúbal	477	1 823	470	1 796
Alentejo	195	1 567	191	1 772
Sines	195	1 567	191	1 772
Algarve	1 862	13 794	1 833	14 113
Lagos	323	1 811	324	1 638
Portimão	354	3 021	355	3 658
Olhão	763	4 836	740	4 787
Tavira	196	767	197	773
Vila Real de Stº António	226	3 359	217	3 257

Fonte: INE-DGPA, Estatísticas da Pesca

Quadro 46 – Nº e Capacidade das Embarcações com Motor, 2003 e 2004

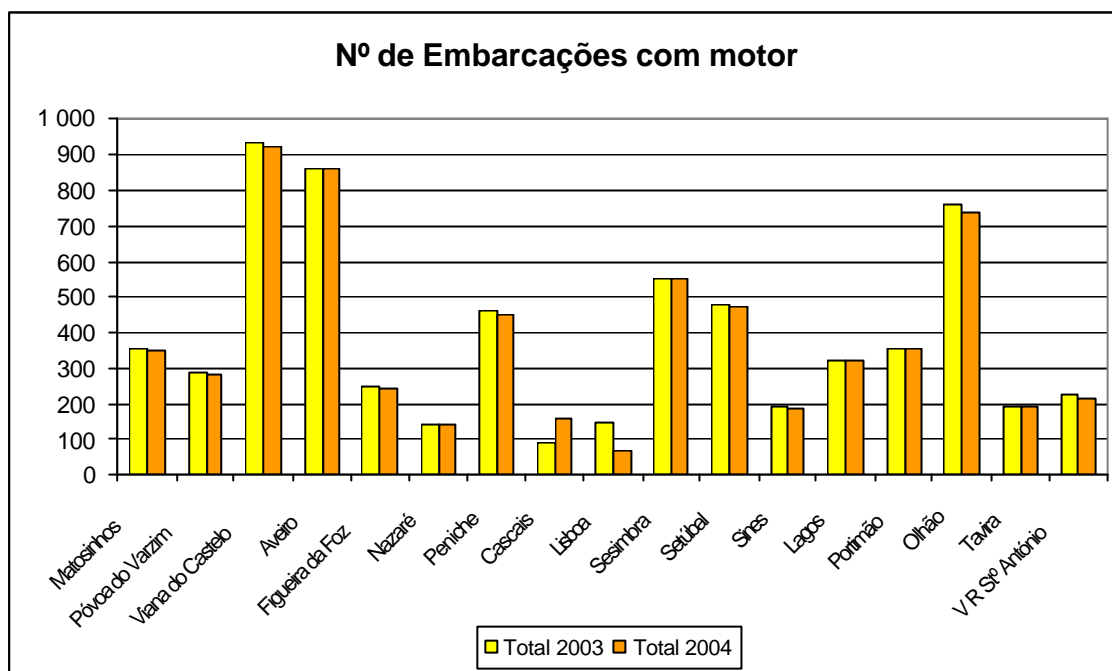


Gráfico 43 – Nº de Embarcações com Motor, em 2003 e 2004

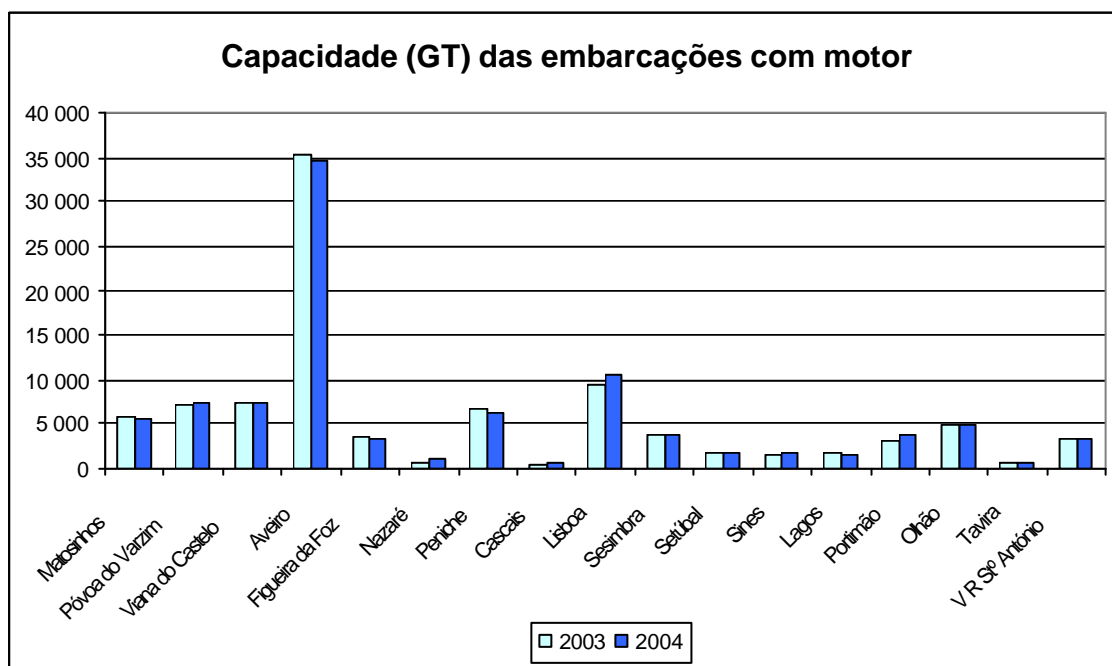


Gráfico 44 – Capacidade das Embarcações com Motor, 2003 e 2004

Das **Embarcações sem Motor**, de 2003 para 2004 (Quadro 47, Gráfico 45 e Gráfico 46), o concelho de Sines regista um ligeiro acréscimo das suas embarcações passando de 37 para 39 assim como a respectiva capacidade, não seguindo o comportamento do país que regista um ligeiro decréscimo de 1,5 % consequência dos decréscimos no Norte, Centro e Algarve.

	Embarcações sem motor			
	Ano 2003		Ano 2004	
	Nº	Capacidade (GT)	Nº	Capacidade (GT)
Portugal	2 201	1 202	2 168	1 186
Norte	134	102	121	91
Matosinhos	29	29	28	23
Póvoa do Varzim	42	30	42	31
Viana do Castelo	63	43	51	37
Centro	564	278	556	275
Aveiro	92	48	88	45
Figueira da Foz	24	15	22	14
Nazaré	69	33	68	33
Peniche	379	182	378	182
Lisboa	500	291	498	291
Cascais	4	4	5	3
Lisboa	65	29	62	28
Sesimbra	149	70	150	71
Setúbal	282	188	281	189
Alentejo	37	15	39	17
Sines	37	15	39	17
Algarve	307	169	301	166
Lagos	83	34	84	35
Portimão	17	11	14	8
Olhão	140	89	139	89
Tavira	47	23	43	21
V R Stº António	20	12	21	13

Fonte: INE-DGPA, Estatísticas da Pesca

Quadro 47 – Nº e Capacidade das Embarcações sem Motor, 2003 e 2004

Em termos de importância relativa, Sines em 2003 tinha um peso de 1,7% das embarcações e em 2004 tinha 1,8% do nº total das embarcações do país e 1,4% do peso da respectiva capacidade, em 2004, mostrando que este segmento tem uma importância reduzida.

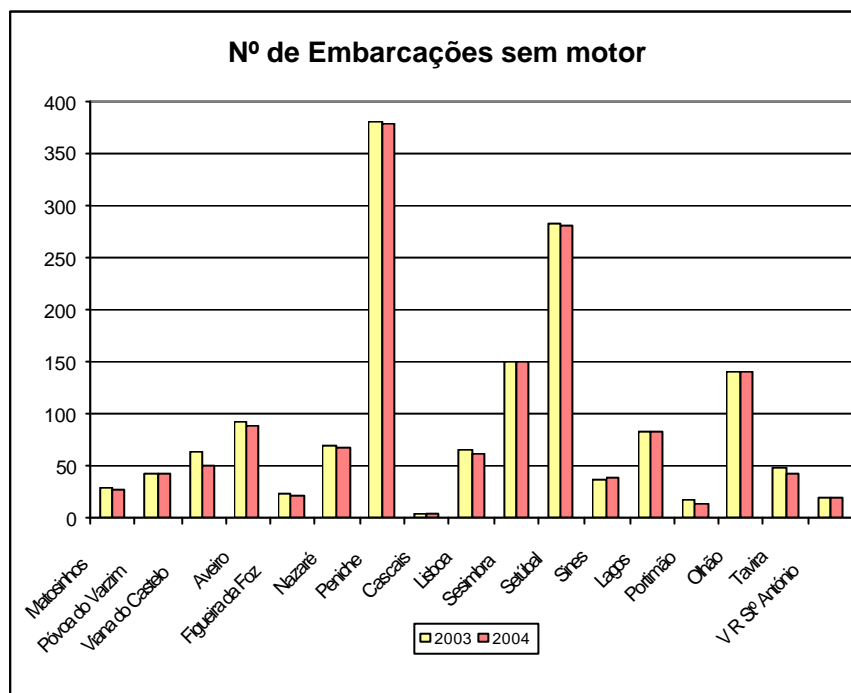


Gráfico 45 – Nº de Embarcações sem Motor, em 2003 e 2004

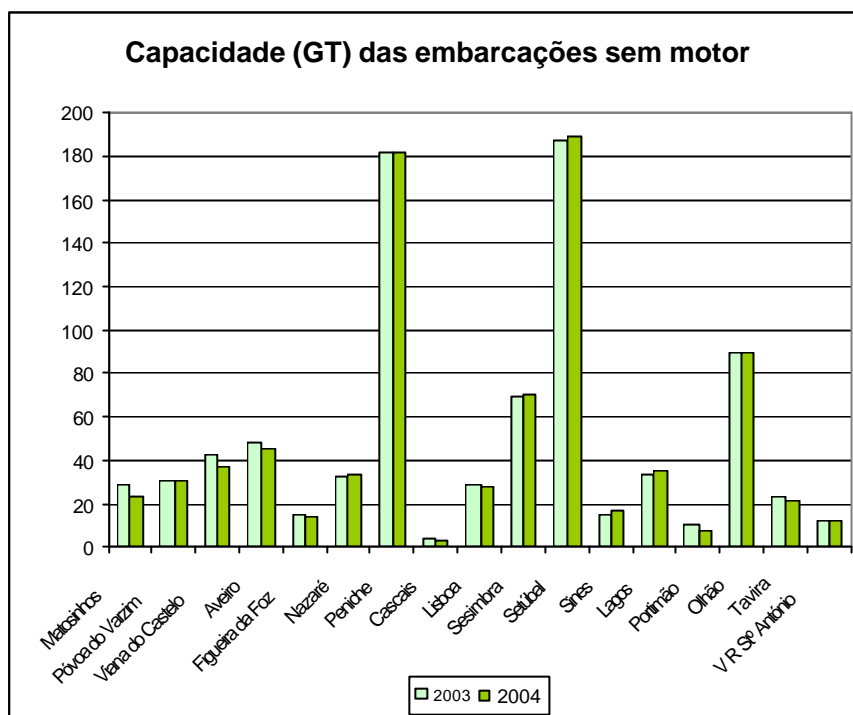


Gráfico 46 – Capacidade (GT) das Embarcações sem Motor, em 2003 e 2004

Quanto à **Pesca Descarregada**, os grandes grupos e as espécies pescadas, analisando Sines em 2003 e 2004 e fazendo também a comparação com Portugal (Quadro 48) concluiu-se o seguinte:

Zona Geográfica	2003				2004			
	Alentejo		Portugal		Alentejo		Portugal	
	Sines				Sines			
	ton	milhares de euros	ton	milhares de euros	ton	milhares de euros	ton	milhares de euros
TOTAL	8 588	12 340	151.577	271.593	9 128	12 796	139.643	240.063
Águas salobra e doce	o	o	77	607	o	o	63	634
Peixes Marinhos	8 130	10 083	129.701	184.616	8 331	9 499	122.440	173.013
Besugo	93	353	1.041	4.177	46	244	731	3.798
Carapau	716	1 172	11.147	18.829	429	930	11.795	18.952
Cavala	802	133	8.121	2.545	1 008	164	13.127	3.243
Congro ou safio	130	325	1.575	3.962	110	294	1.465	3.643
Linguado e azevia	57	557	958	9.857	56	548	999	11.008
Pescadas	96	306	1.952	7.734	53	180	1.784	7.098
Raia	84	209	1.687	4.178	82	206	1.540	3.834
Sardinha	5 376	4 400	64.016	39.248	5 295	4 117	51.250	31.182
Verdinho	95	67	2.575	1.212	704	441	3.825	1.727
Crustáceos	4	38	1.815	19.317	4	47	944	12.393
Lagosta e lavagante	o	14	15	403	o	14	18	494
Moluscos	454	2 218	19.836	66.979	793	3 249	16.176	54.014
Choco	29	154	1.298	5.345	171	668	1.544	5.432
Lula	2	24	828	4.635	1	10	1.174	6.288
Polvo	410	1 990	9.716	48.918	607	2 523	7.481	35.396
Animais Aquáticos Diversos	-	-	26	4	-	-	15	2
Outros produtos	o	1	122	70	o	1	5	7

Fonte: INE-DGPA, Estatísticas da Pesca

Quadro 48 – Pesca Descarregada em Sines e Portugal, por espécies, 2003 e 2004

Analisando o gráfico, o que se conclui de imediato, é que Sines depende muito de uma só espécie enquanto Portugal, no seu conjunto, é mais diversificado, pescando maior variedade de espécies.

Em 2003, em Sines, a espécie mais pescada era a **sardinha** com um peso de 63% enquanto em Portugal detinha um peso de 42%, A seguir à sardinha, em Portugal os **Outros Peixes Marinhos** representavam 24% enquanto o **carapau** tinha 7%. Em Sines além da sardinha surgem a **cavala** com 9%, o carapau e os Outros Peixes Marinhos cada um com 8%.

De notar, porém, que a sardinha representa, em valor e em 2004, cerca de 13% do total pescado em Portugal, o que denota a sua importância relativa quanto a este

produto. Igualmente elevado foi o contributo dos chocos, onde em 2004 o valor correspondente em Sines foi de cerca de 12,5% do total de Portugal.

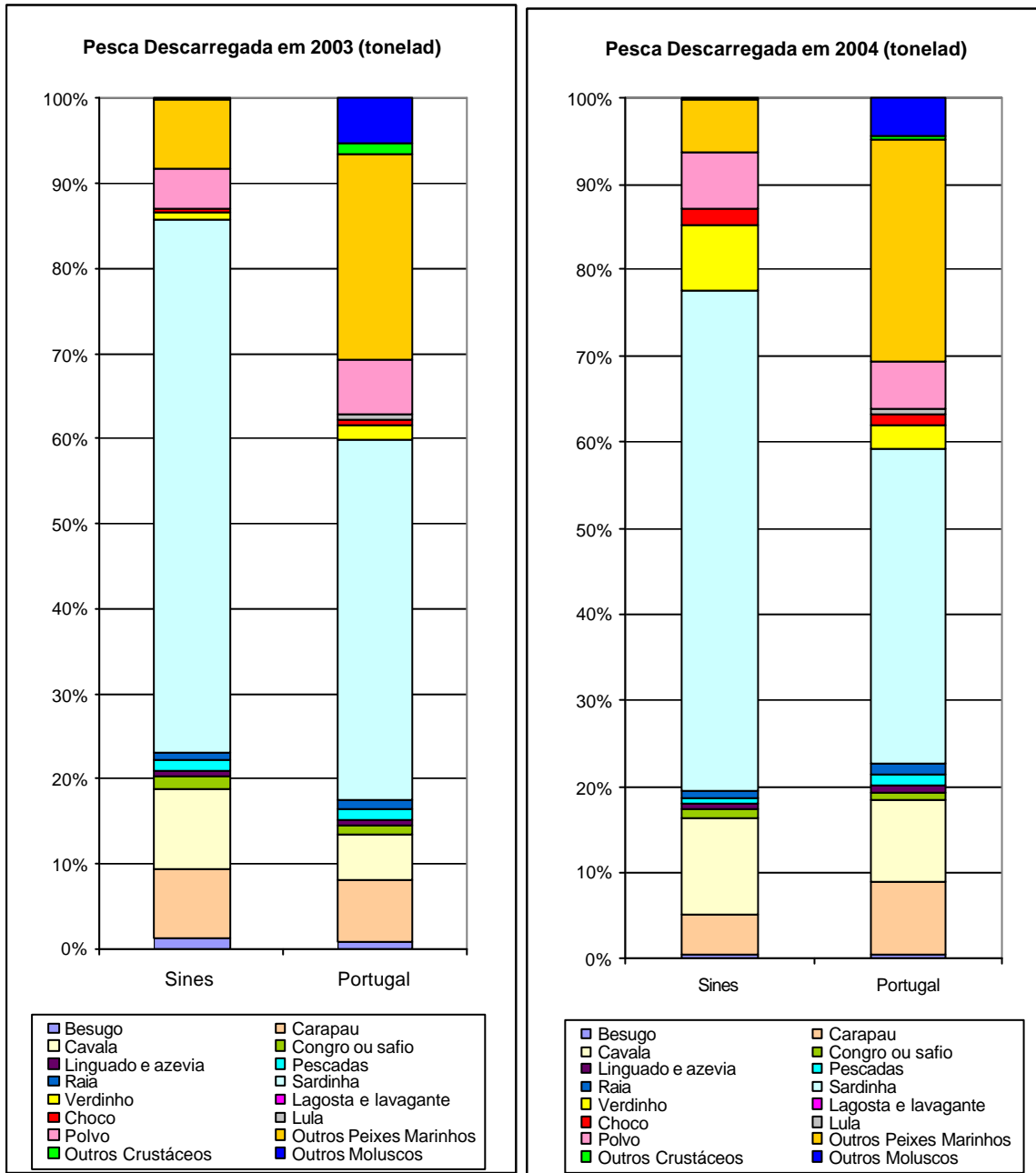


Gráfico 47 – Pesca Descarregada por espécies em Sines e Portugal, em 2003 e 2004

Em 2004, Portugal tem um comportamento idêntico ao que tinha em 2003, diminuindo a sardinha para aumentar o carapau e a cavala, assim como o verdinho. Já Sines apresenta um comportamento muito diferente do de 2003: a sardinha passa a ter um peso menor com 58%, subindo muito a cavala (11%), o **polvo** (7%), o **verdinho** (8%) e o **choco** (2%).

Comparando os grandes grupos de peixes pescados, o seu peso (**toneladas**) e o seu valor em **Euros** (Quadro 49), o concelho de Sines depende quase exclusivamente dos **Peixes Marinhos** em toneladas pescadas (91% em 2004) e dos **Moluscos** (9% em 2004) mas que representam uma maior percentagem em termos de valor do pescado, pois os moluscos em 2004 representavam 25% do valor total do pescado (Gráfico 48).

	2003				2004			
	Alentejo		Portugal		Alentejo		Portugal	
	Sines				Sines			
	ton	€	ton	€	ton	€	ton	€
Águas salobra e doce	o	o	77	607	o	o	63	634
Peixes Marinhos	8 130	10 083	129.701	184.616	8 331	9 499	122.440	173.013
Crustáceos	4	38	1.815	19.317	4	47	944	12.393
Moluscos	454	2 218	19.836	66.979	793	3 249	16.176	54.014
Animais Aquáticos Diversos	-	-	26	4	-	-	15	2
Outros produtos	o	1	122	70	o	1	5	7

Fonte: INE-DGPA, Estatísticas da Pesca

Quadro 49 – Pesca Descarregada (toneladas e €) em Sines e Portugal, por grandes grupos, 2003 e 2004

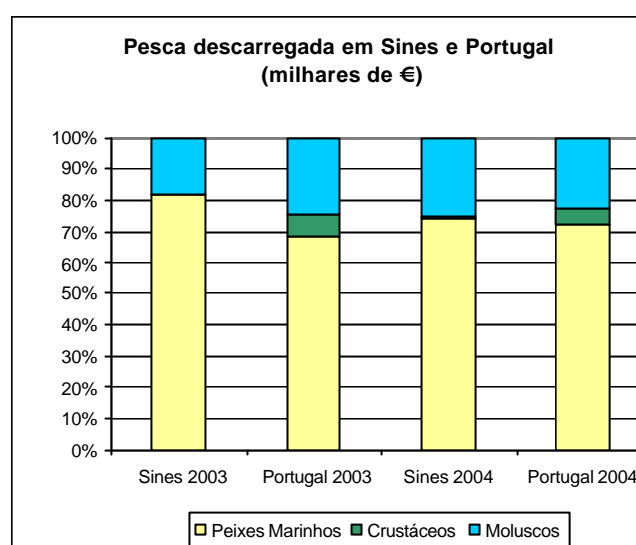
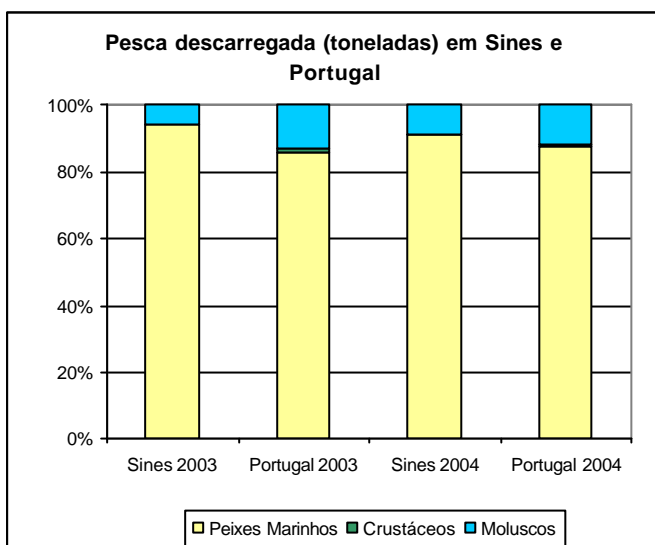


Gráfico 48 – Pesca Descarregada (toneladas e €) por grandes grupos em Sines e Portugal, em 2003 e 2004

4.1.6 - AGRICULTURA

Sobre a Actividade Agrícola alguns dos dados que se apresentam e a podem caracterizar é a **Produção de Vinho** (Quadro 50 e Gráfico 49).

O concelho de Sines não só é o concelho que produz menos vinho e mantém uma produção quase constante de 1998 a 2005 (com 25 hl) como tem um peso muito reduzido variando de um máximo de 0,8% em 1998 para um mínimo de 0,2% em 2004 no total de vinho produzido no Alentejo Litoral.

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alentejo Litoral	3.201	3.152	5.275	6.461	6.486	12.675	13.431	6.686
Alcácer do Sal	0	0	800	4.955	3.020	5.338	6.204	5.507
Grândola	387	522	522	485	523	687	877	645
Odemira	65	154	66	536	437	657	539	258
Santiago do Cacém	2.724	2.393	3.859	460	2.481	5.968	5.786	251
Sines	25	83	28	25	25	25	25	25

Fonte: INE - Estatísticas Agrícolas

Quadro 50 – Produção de Vinho expressa em mosto (hl), 1998 e 2005

O concelho de Alcácer do Sal apesar de flutuações regista forte tendência positiva enquanto o concelho de Santiago do Cacém, um dos que tem das maiores

percentagens de produção de vinho, com um máximo de 47% em 2003, regista 2 anos de importantes quebras em 2001 e 2005.

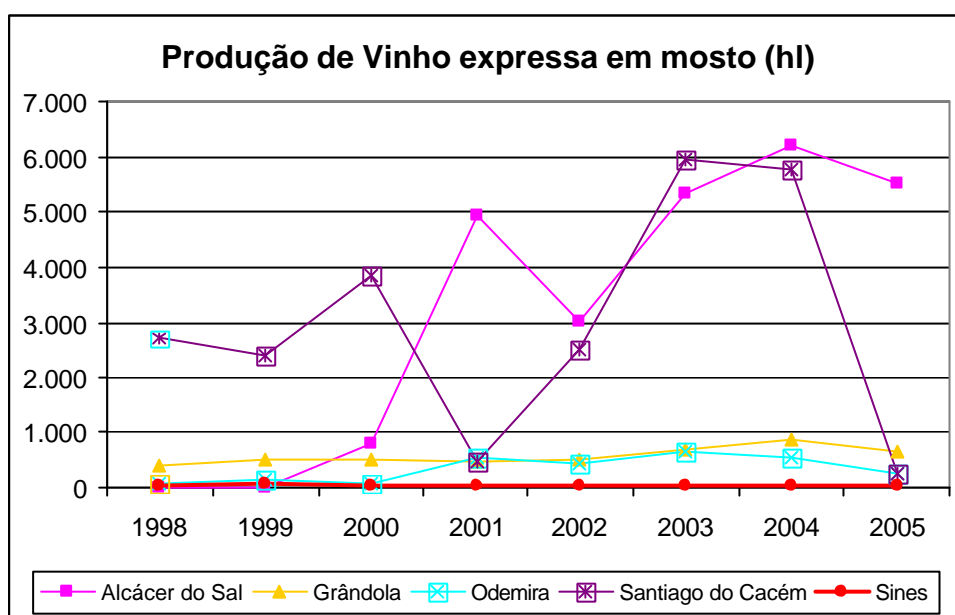


Gráfico 49 – Produção de Vinho (hl) nos concelhos do Alentejo Litoral, 1998 e 2005

Analisando a evolução da produção total de vinho e por qualidade, vê-se que há um aumento de produção após 2002 (Quadro 51), devido principalmente aos dois concelhos: Alcácer do Sal e Santiago do Cacém, o primeiro através do **Vinho Regional Tinto** e o segundo do **Vinho de Mesa Tinto**

	2001				2003				2004			
	Vinho Reg Branco	Vinho Reg Tinto	Vinho Mesa Branco	Vinho Mesa Tinto	Vinho Reg Branco	Vinho Reg Tinto	Vinho Mesa Branco	Vinho Mesa Tinto	Vinho Reg Branco	Vinho Reg Tinto	Vinho Mesa Branco	Vinho Mesa Tinto
Alentejo Litoral	532	2.248	735	2.946	631	5 496	1 287	5 263	756	6 516	1 005	5 153
Alcácer do Sal	131	1.674	650	2.500	447	4 891	-	-	596	5 608	-	-
Grândola	30	210	4	241	30	290	10	357	30	505	13	330
Odemira	295	186	15	40	150	290	17	201	80	255	19	185
Santiago do Cacém	76	178	56	150	4	25	1 250	4 690	50	148	964	4 624
Sines	-	-	10	15	-	-	10	15	-	-	10	15

Fonte: INE - Estatísticas Agrícolas

Quadro 51 – Produção de Vinho por Qualidade (hl), 1998 e 2005

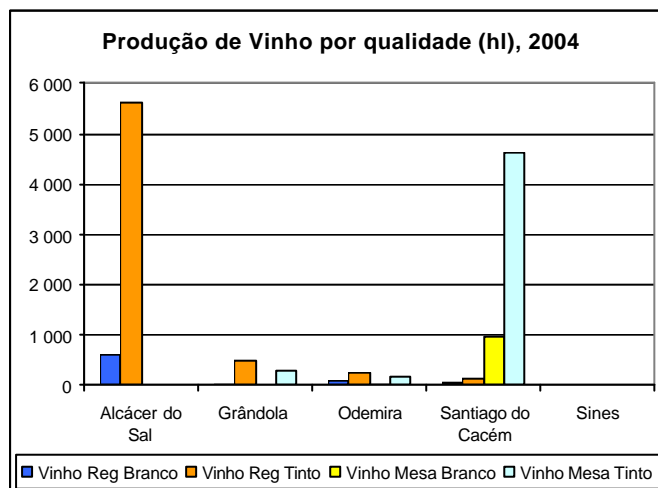
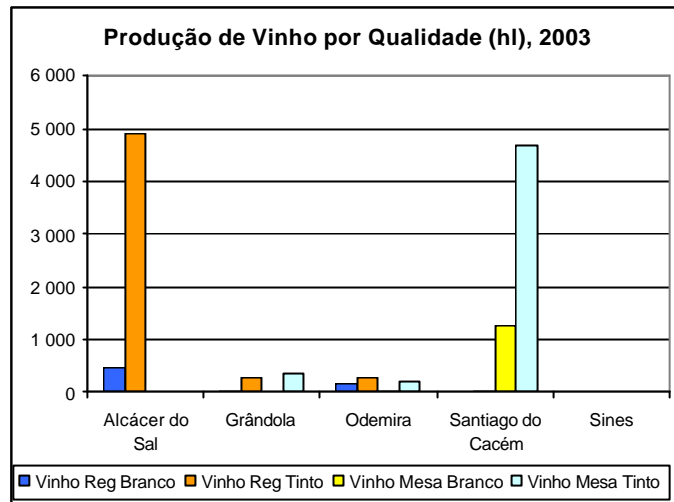
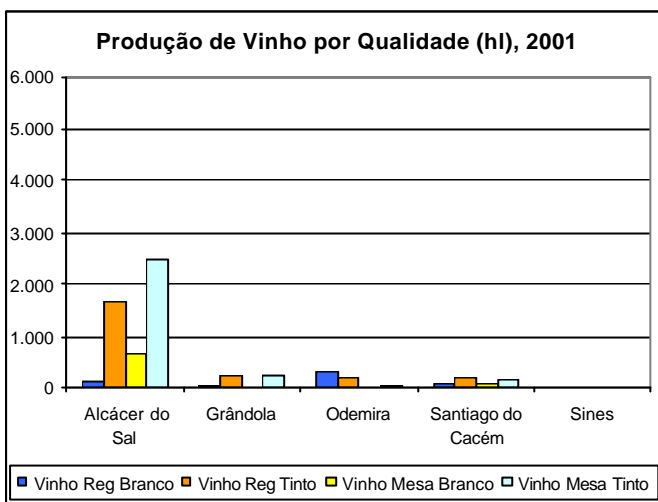


Gráfico 50 – Produção de Vinho (hl) por Qualidade, nos concelhos do Alentejo Litoral, 2001, 2003 e 2004

	1999			
	Nº Total de explorações Agrícolas	Área das explorações (ha)	Nº de explorações com SAU	Área das explorações com SAU (ha)
Alentejo Litoral	5.695	356.743	5.585	291.143
Alcácer do Sal	877	114.472	862	90.437
Grândola	1.031	55.836	1.018	44.973
Odemira	1.927	97.581	1.873	77.775
Santiago do Cacém	1.641	78.533	1.623	69.495
Sines	219	10.320	209	8.463

Quadro 52 – Explorações Agrícolas, 1999

Relativamente ao **Nº de Explorações Agrícolas** que não tenham superfície agrícola útil, o concelho de Sines é o que apresenta a percentagem menor, ou seja, tem 5% de explorações que não têm área agrícola útil, que não estão a ser exploradas, enquanto Santiago do Cacém só tem 1% das explorações agrícolas não exploradas.

Quanto à **Área das Explorações Agrícolas** com superfície agrícola útil o panorama é ligeiramente diferente, Sines tem 18% da área das explorações sem superfície agrícola útil enquanto Santiago do Cacém tem apenas 12%. No entanto refere-se que, sendo Alcácer do Sal dos concelhos com maior área das explorações é o que tem a maior percentagem de explorações sem superfície agrícola útil, com um valor de 21%.

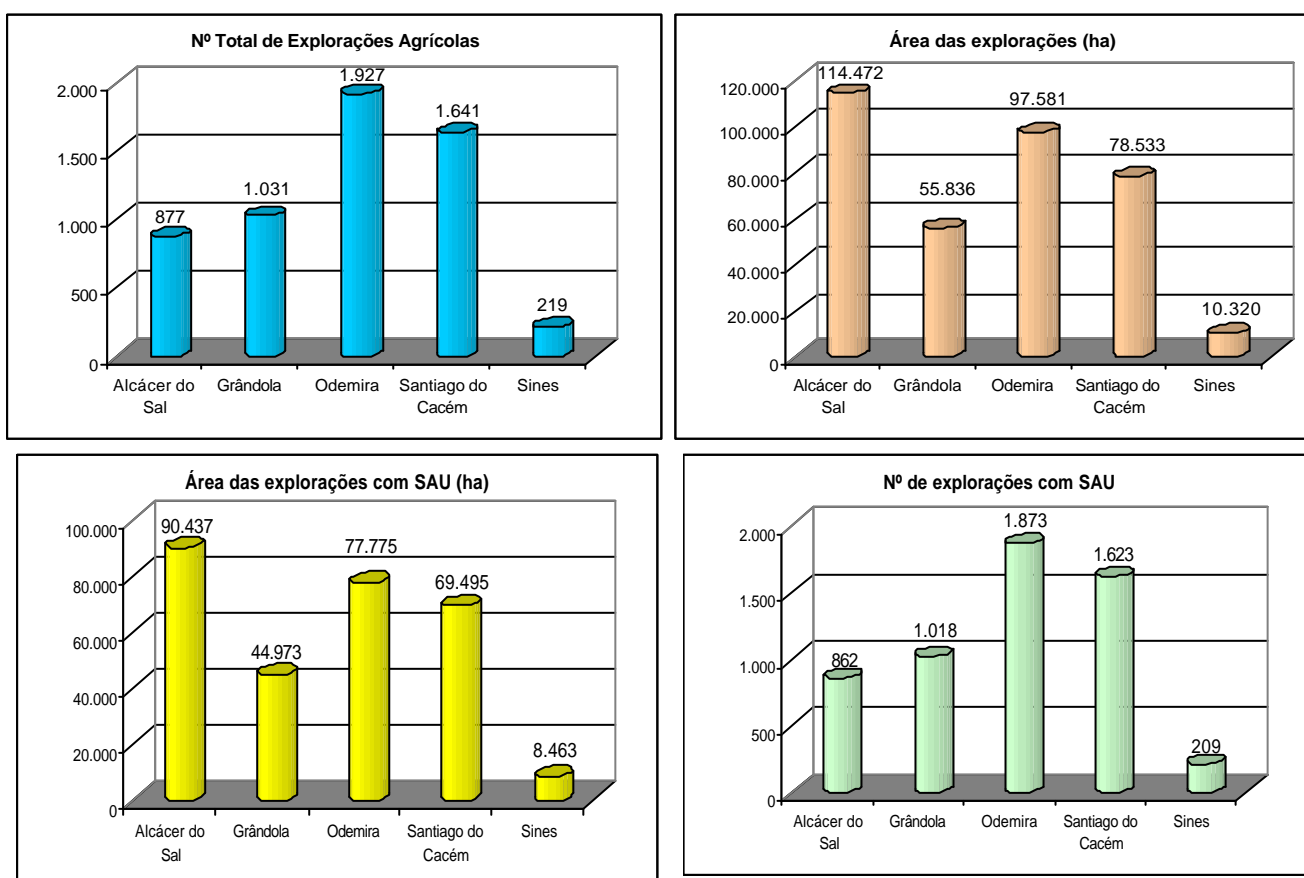


Gráfico 51 – Nº total de Explorações Agrícolas e respectivas áreas e Nº de Explorações com SAU e respectivas Áreas, concelhos do Alentejo Litoral, em 1999

A confirmar o que se disse (Quadro 53) através do indicador: **Área Média das Explorações Agrícolas**, vê-se que Sines é o concelho com área média menor (47 ha) seguindo-se de muito perto Santiago do Cacém com 48 ha apesar de ser um concelho com uma dimensão muito maior. Alcácer do Sal é o concelho com uma área média da exploração agrícola maior com 131 ha.

Quanto à **Superfície Agrícola utilizada por Exploração**, Sines continua a ser o concelho com menor superfície (38 ha), seguindo-se Odemira (40 ha) e Alcácer do Sal é o concelho com maior superfície registando um valor de 103 ha.

	Area média das explorações agrícolas (ha)	Superfície agrícola utilizada por exploração (ha)	Proporção de mão de obra agrícola familiar (%)	Mão de Obra Agrícola Permanente (RGA) - Total
Alentejo Litoral	62,64	51,12	77,65	13.016
Alcácer do Sal	130,53	103,12	67,27	2.382
Grândola	54,16	43,62	84,95	2.256
Odemira	50,64	40,36	76,71	4.510
Santiago do Cacém	47,86	42,35	80,34	3.412
Sines	47,12	38,64	88,63	456

Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura

Quadro 53 – Área Média das Explorações Agrícolas, Superfície Agrícola utilizada por Exploração, Proporção de Mão de Obra Agrícola Familiar e Mão de Obra Agrícola Permanente, Alentejo Litoral, 1999

Relativamente à **Mão de Obra Agrícola Familiar** é de notar que Sines é o concelho que apresenta a maior percentagem dessa mão de obra agrícola com um valor de 89% enquanto Alcácer do Sal é o que apresenta o menor valor, 67%, reflectindo a maior especialização da agricultura, sendo aí encarada como uma actividade económica mais rentável.

Quanto às **Árvores de Frutos e Oliveiras** o comportamento dos vários concelhos do Alentejo Litoral é muito diferente já que as suas características, dimensão, clima e vocação económica são diferentes. Sines é o concelho com menor número de árvores (um total de 700 árvores) realçando-se o conjunto das várias espécies não discriminadas individualmente e designado por Outras, seguindo-se as Laranjeiras, as Macieiras, os Damasqueiros e as Cerejeiras. Em Santiago do Cacém como concelho contíguo e o que tem maior número de árvores, com um total de 7.324

árvores, destacam-se as laranjeiras, os pessegueiros e as outras. O concelho onde existem mais oliveiras é de longe Grândola.

Árvores de Fruto e Oliveiras Vendidas pelos Viveiristas (Nº de Pés), por Concelho de Destino, em 2001/2002							
	Total	Oliveiras	Ameixiras	Cerejeiras	Damasqueiros	Diospireiros	Laranjeiras
Alentejo Litoral	20 355	1 834	1 500	425	605	764	3 873
Alcácer do Sal	3 624	240	416	29	110	114	325
Grândola	6 117	1 159	370	201	157	304	792
Odemira	2 590	190	200	70	100	115	350
Santiago do Cacém	7 324	245	480	75	180	210	2 302
Sines	700	-	34	50	58	21	104

Árvores de Fruto e Oliveiras Vendidas pelos Viveiristas (Nº de Pés), por Concelho de Destino, em 2001/2002							
	Limoeiros	Macieiras	Nogueiras	Pereiras	Pessegueiros	Tangerineiras	Outras
Alentejo Litoral	1 112	1 415	624	989	3 524	1 009	2 681
Alcácer do Sal	209	515	17	160	1 032	112	345
Grândola	340	270	80	234	920	410	880
Odemira	180	270	5	180	330	175	425
Santiago do Cacém	330	300	510	375	1 180	250	887
Sines	53	60	12	40	62	62	144

Fonte: INE – Recenseamento Geral da Agricultura

Quadro 54 – Árvores de Fruto e Oliveiras Vendidas pelos Viveiristas (Nº de Pés), por Concelho de Destino, 2001/2002

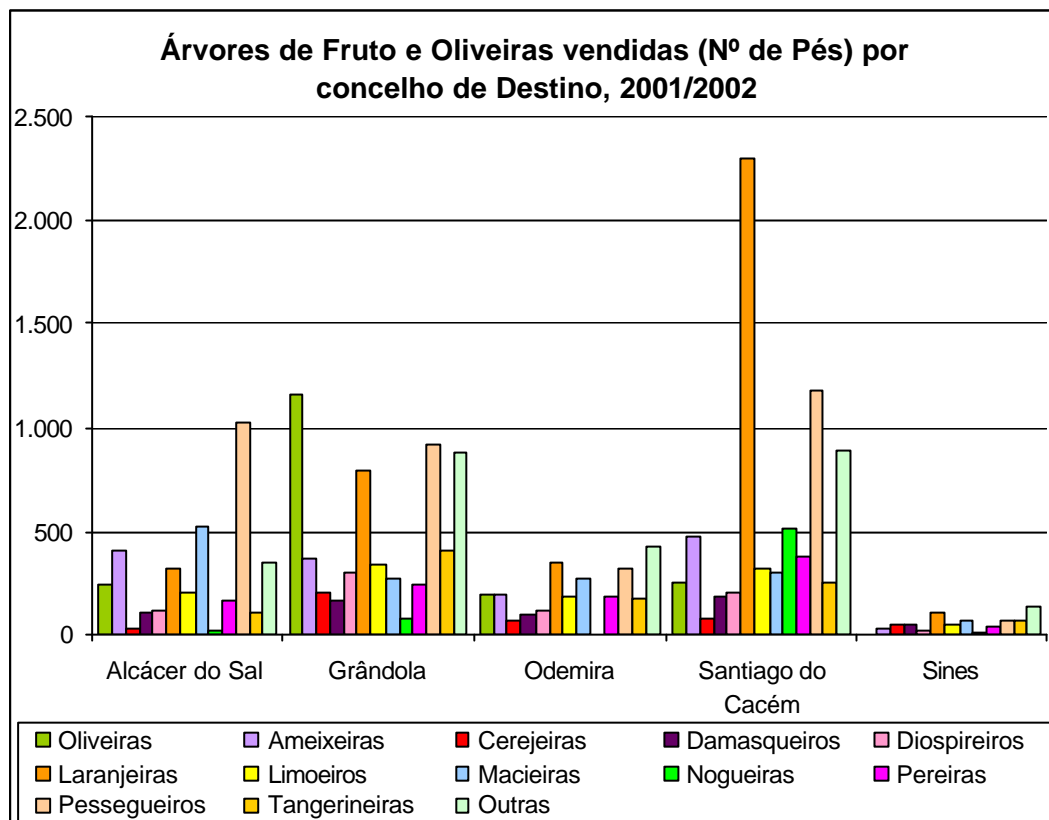


Gráfico 52 – Árvores de Frutos e Oliveiras vendidas por concelho de destino, 2001/2002

5 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO CONCELHO

5.1 - ESTRUTURA DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E LIMITAÇÕES DA INFORMAÇÃO CADASTRAL

Tal como na generalidade dos municípios portugueses, o município de Sines não possui um sistema de informação actualizado sobre a estrutura da propriedade fundiária e cadastral. Pelo que a análise que aqui se apresenta foi a possível, feita sobre as bases de dados cadastrais obtidas junto da Câmara Municipal de Sines.

Em primeiro lugar foi necessário tratar e sistematizar a informação das bases de dados existentes e foi criada uma base SIG que procurou reunir toda a informação cadastral, verificando-se várias incongruências no decorrer do processo. Nomeadamente, os limites dos artigos na planta cadastral estão desactualizados, tendo-se verificado bastantes casos em que houve extinção do artigo e divisão da propriedade, não estando a mesma reflectida na planta. O trabalho de criação de uma base SIG da informação cadastral foi também dificultado com a transmissão de propriedades do GAS para outros organismos do Estado e para as autarquias, após a sua extinção formal em 1988, isto porque muitas das propriedades foram transmitidas em regime de compropriedade para os novos proprietários, sendo estes definidos em diferentes portarias. Verifica-se assim um grande número de parcelas nesta situação e em que não foi possível aferir na planta os limites das áreas afectas a cada co-proprietário. Não foi também possível determinar os actuais proprietários de 57 propriedades anteriormente sob gestão do GAS, com uma área total de 1 203,32 ha (6,08%).

Apesar das limitações encontradas durante o tratamento efectuado às bases de dados cadastrais existentes, foi criada uma base de dados actualizada sobre a estrutura da propriedade e a definição do cadastro, embora este tenha um carácter indicativo, dadas as incongruências encontradas e a impossibilidade de aferir os novos limites dos prédios (ver Figura 9 e Quadro 55). É de referir que não foi possível determinar, com alguma segurança, o anterior ou actual proprietário de 11

propriedades que representam 1% da área total do município, mais precisamente 1% da área total da planta de cadastro existente na Câmara Municipal de Sines.

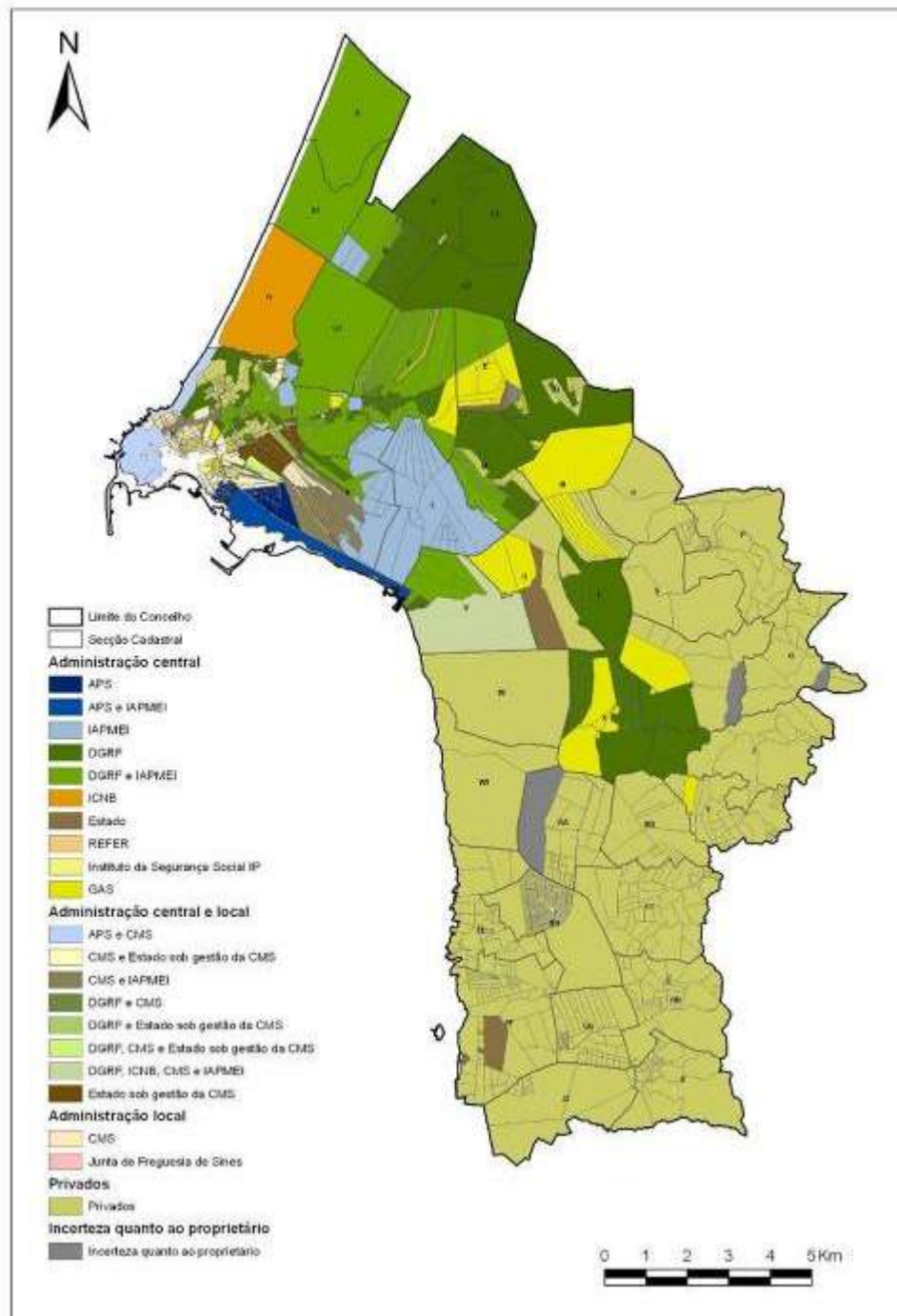


Figura 9 – Estrutura Cadastral do Concelho de Sines

Queremos com isto alertar que a área total de 19 785,19 ha apresentada no Quadro 55 que serviu para o cálculo das percentagens apresentadas no mesmo quadro e às quais nos referimos ao longo do texto, tem como base essa mesma planta que não cobre a totalidade da área do município (20 259,68 ha – CAOP 2008), como se pode verificar na Figura 9.

A Câmara Municipal de Sines é singular proprietária de cerca de 1,01% da área do município (ver Quadro 55) num total de 101 propriedades, o que somado às áreas das parcelas das quais é proprietária ou possui direitos de gestão, em conjunto com órgãos da administração central, perfaz cerca de 5,7% do território. A maior parte do território é propriedade de Privados, particulares e sociedades comerciais, com 49%, mas 44% do território são exclusivamente de órgãos da administração central. A distribuição percentual da área do município em razão da natureza dos seus proprietários é apresentada no Gráfico 53.

Apresenta-se no Gráfico 54 a distribuição da área, sob posse de órgãos da administração central, pelos diferentes proprietários. Assim, a DGRF a título individual tem a posse de 35% desta área (15,15 % da área total) e partilha com o IAPMEI mais 30% (13,38% da área total), sendo os terrenos do IAPMEI geridos pela aicep Global Parques. Os restantes proprietários são a, título individual ou não, o IAPMEI, a sociedade comercial da Administração do Porto de Sines, o ICNB, o Estado, a REFER, o Instituto de Segurança Social IP, e o GAS. A maior parte destas entidades, nomeadamente a APS, IAPMEI, Estado, DGRF e ICNB, partilham também a posse com a autarquia local de 4,69% do território, como já foi referido (consulte-se para mais informação o gráfico 3 e Quadro 55).

Quanto à estrutura da propriedade fundiária pode-se concluir que a dimensão média das parcelas, é de cerca de 12,57 ha (ver Quadro 55), no entanto, verifica-se que existem grandes discrepâncias na dimensão das parcelas o que, aliás, é bem traduzido por um desvio padrão muito elevado (na ordem dos 49,43 ha). As propriedades geridas exclusivamente pela administração local apresentam uma dimensão média bastante inferior da ordem de 1,96 ha. Há ainda a realçar que a maior parcela, tem uma dimensão de 872,44 ha e é posse da Direcção Geral dos

Recursos Florestais, enquanto a menor parcela é privada. Estas considerações são meramente indicativas tendo em conta as limitações da representação da informação cadastral (ver Figura 9) que serve de base ao cálculo destas estatísticas descritivas.

Natureza do proprietário	Proprietário	Nº artigos	Área total (ha)	Percentagem (%)	Área mínima (ha)	Área máxima (ha)	Área média (ha)	Desvio padrão
Administração central	APS	49	90,59	0,46	0,12	31,08	1,85	4,50
	APS e IAPMEI	1	154,82	0,78	154,82	154,82	154,82	0,00
	IAPMEI	75	998,03	5,04	0,20	124,08	13,31	21,50
	DGRF	193	2998,22	15,15	0,18	872,44	15,53	69,23
	DGRF e IAPMEI	109	2646,40	13,38	0,17	812,21	24,28	90,73
	ICNB	2	445,76	2,25	2,16	443,60	222,88	312,14
	Estado	6	210,30	1,06	0,26	119,29	35,05	47,62
	REFER	1	1,20	0,01	1,20	1,20	1,20	0,00
	Instituto da Segurança Social IP	1	4,87	0,02	4,87	4,87	4,87	0,00
GAS	57	1203,32	6,08	0,07	324,98	21,11	49,23	
Total		494	8753,51	44,24	0,07	872,44	17,72	67,02
Administração central e local	APS e CMS	2	174,92	0,88	7,51	167,41	87,46	113,07
	CMS e IAPMEI	34	224,00	1,13	0,24	32,61	6,59	9,16
	CMS e Estado sob gestão da CMS	1	1,42	0,01	1,42	1,42	1,42	0,00
	DGRF e CMS	1	5,61	0,03	5,61	5,61	5,61	0,00
	DGRF e Estado sob gestão da CMS	5	17,02	0,09	1,98	5,14	3,40	1,19
	DGRF, CMS e Estado sob gestão da CMS	1	16,77	0,08	16,77	16,77	16,77	0,00
	DGRF, ICNB, CMS e IAPMEI	1	396,54	2,00	396,54	396,54	396,54	0,00
	Estado sob gestão da CMS	32	90,83	0,46	0,16	10,71	2,84	2,17
Total		77	927,12	4,69	0,16	396,54	12,04	48,56
Administração local	CMS	101	199,64	1,01	0,10	13,36	1,98	2,49
	Junta de Freguesia de Sines	1	0,16	0,00	0,16	0,16	0,16	0,00
Total		102	199,80	1,01	0,10	13,36	1,96	2,49
Privados Incerteza quanto ao proprietário	Privados	890	9646,55	48,76	0,03	842,87	10,84	39,63
	Incerteza quanto ao proprietário	11	258,21	1,31	0,03	165,85	23,47	49,69
TOTAL		1574	19785,19	100	0,03	872,44	12,57	49,43

Quadro 55 – Estrutura da propriedade do município em função da natureza dos proprietários

(Fonte: CMS / aicep Global Parques).

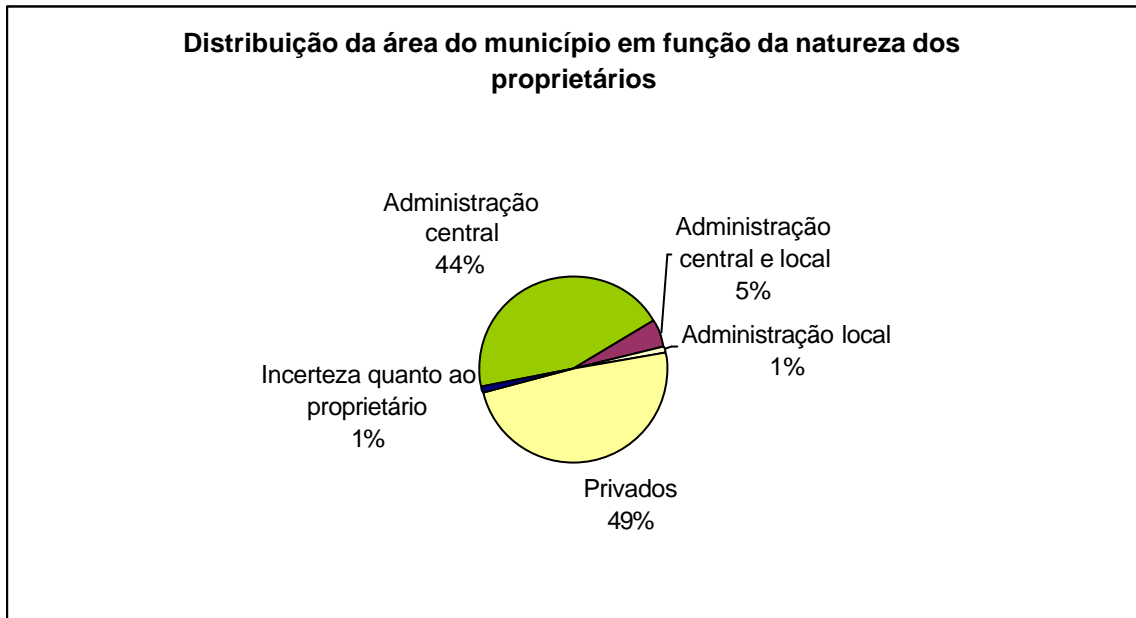


Gráfico 53 – Distribuição da área do município em função da natureza dos proprietários (fonte: cadastro).

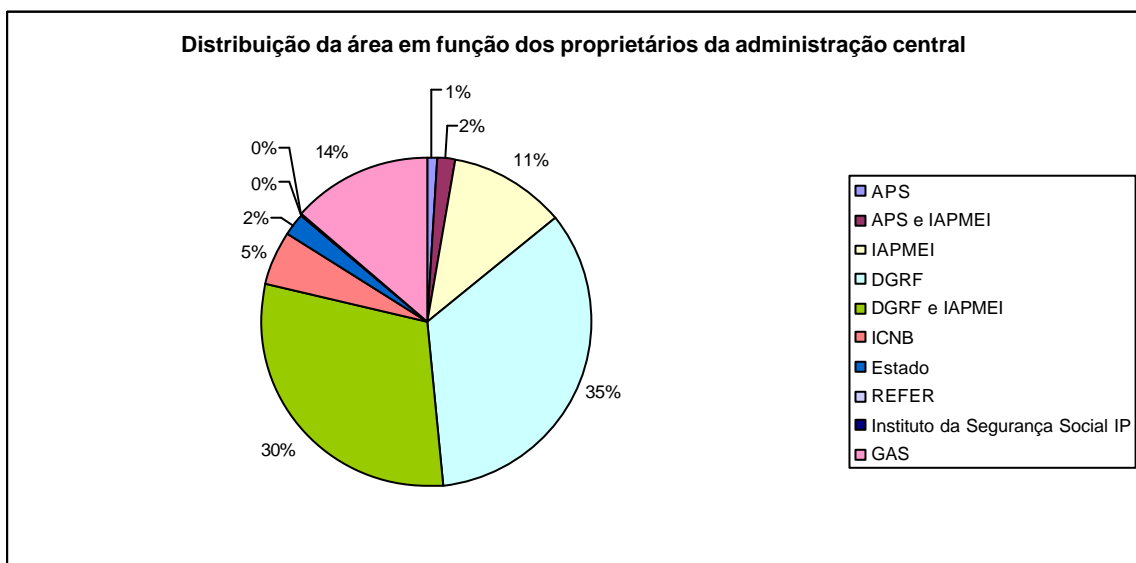


Gráfico 54 – Distribuição da área do município em função dos proprietários da administração central (fonte: cadastro).

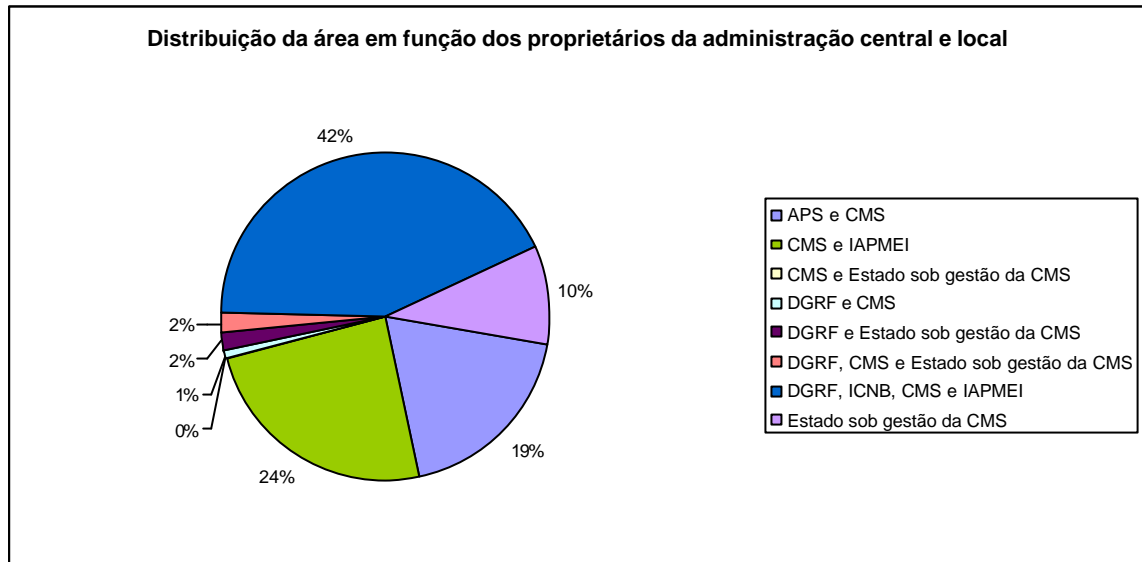


Gráfico 55 – Distribuição da área do município em função dos proprietários da administração central e local (fonte: cadastro).

6 - PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

Não possuindo valores patrimoniais, arquitectónicos ou arqueológicos, particularmente relevantes, o concelho de Sines, não deixa de possuir alguma singularidade nestes domínios, o que se confirma pelos resultados dos trabalhos e levantamentos de campo, realizados pelo Município nestas áreas.

Com efeito, uma análise ainda que sumária, realizada no quadro da Revisão do PDM., conduz-nos a uma leitura mais abrangente, no que ao património existente diz respeito, se não nos detivermos na mera inventariação dos valores arquitectónicos e arqueológicos, classificados ou a classificar e procurarmos estabelecer o seu significado, no contexto do sedimento histórico, que a ocupação humana deixou neste território ao longo dos séculos.

Constituindo desde sempre, um território ligado ao mar e às suas actividades, as primeiras comunidades humanas na região, remontam ao Paleolítico Inferior, cerca de 40 000 a.C.. O recorte do litoral seria bastante diferente do actual, possivelmente uma ampla planície litoral que a subida do nível médio das águas cobriu, pelo que, muitos dos possíveis habitats desse período, ficaram submersos, apagando os vestígios de povoamento que se encontram actualmente apenas nos limites da actual linha de costa.

Como exemplo de sítio arqueológico datável do Paleolítico Inferior refira-se a jazida da Foz da Ribeira de Morgavel. De uma forma geral a ocupação humana durante o período Paleolítico foi documentado em Porto Covo, Caniceira, e Forte do Pessegueiro e especificamente durante o Paleolítico Superior na Praia do Norte ou da Lagoa. Em Porto Covo são visíveis, igualmente, vestígios de ocupação durante o Epipaleolítico.

As mudanças climáticas ocorridas nos finais do período **Paleolítico Superior** e **Epipaleolítico**, com consequências ao nível da fauna e da flora existente, implicam uma mudança de hábitos alimentares que se reflectem no tipo de habitat e tecnologia utilizada. Comunidades humanas com um sistema baseado na caça

alteram hábitos alimentares, agora centrados na recolção do marisco. Por este motivo as comunidades do **Mesolítico** estabelecem-se junto da linha de falésia, nas proximidades de praias e linhas de água, como nos sítios arqueológicos do Cabo de Sines, Vale Marim 1 e 2, Praia do Norte, Vidigal, Monte do Burrinho, Foz da Ribeira de Morgavel, Praia de Vale Figueira, Praia da Foz 1 e Samouqueira.

Por volta do V milénio a. C., com os inícios do **Neolítico**, período em que se assiste a uma progressiva sedentarização devido ao início e posterior domínio da agricultura, assiste-se à introdução gradual da produção cerâmica e de novas formas de produção de alimentos. A tipologia de povoamento – povoados localizados em locais planos e abertos, junto de praias e falésias como em Vale Pincel 1 e 2 – perdura neste período, mas agora também para o interior, nas margens de ribeiras. Outros arqueossítios com ocupação datada para este período são Vale Vistoso, Vale Marim 2, Palmeirinha, Brejo Redondo 1 e 2, Burrinho, Praia da Oliveirinha, Samouqueira e Poveira. Por último o povoamento em gruta / abrigo aparece representado no sítio do Vidigal.

Ainda para o período Neolítico não existe nenhum monumento megalítico conservado, embora exista e referência a uma possível anta escavada em 1591, e identificada como o túmulo de S. Torpes. Os vestígios recolhidos foram gradualmente desaparecendo, restando em 1914, quando foram observados por Leite de Vasconcelos, um recipiente cerâmico e uma placa de xisto decorada, presentemente desaparecidos. Actualmente um marco, datado de 1783, assinala o local onde segundo a tradição, se localizaria o túmulo de S. Torpes. Escavações no Cerro do Banheiro, actualmente destruído e situado nas proximidades, revelaram vestígios do que poderia ter sido um local de habitat durante o Neolítico Final.

Em finais do III milénio a. C. assiste-se a nova evolução tecnológica, marcada pela metalurgia do cobre - **Calcolítico**. Tomando como exemplo o sítio de Vale Pincel 2, ainda localizado numa zona de planície aberta, a mudança para uma zona elevada é exemplificada pelo povoado de Monte Novo 1 (ainda com vestígios do Neolítico Final), com a presença de estruturas que se podem associar a uma

necessidade de defesa. Para o final deste período o destaca-se o sítio de Vale Vistoso que apresenta vestígios de cerâmica campaniforme totalmente incisa, a mais meridional de todo o país.

Os vestígios atribuídos à **Idade do Bronze**, no actual concelho de Sines, revestem-se de particular importância por se tratar de um grupo homogéneo com características próprias – Bronze do Sudoeste - com a particularidade de, nesta área, terem sido escavados e estudados povoados associados a necrópoles: os sítios da Quitéria, Pessegueiro (Cemitério dos Mouros) e Provença.

Estes sítios arqueológicos são constituídos por um núcleo habitacional, cujas estruturas residenciais são cabanas de planta rectangular, cerca de 6mX5m, por vezes com chão empedrado, construídas em materiais perecíveis e das quais restam além do empedrado interior, os buracos de poste (estruturados com calhaus e lajes de xisto) onde assentavam as estruturas de suporte, os reforços das bases das paredes formados por lajes de xisto dispostas na vertical e algumas lareiras subcirculares, sobreelevadas em relação ao pavimento, com fundo de barro cozido e reforçadas por calhaus e lajes.

Na periferia destes núcleos habitacionais foram identificadas as respectivas necrópoles. Estas são formadas por um conjunto, cujo número varia, de sepulturas do tipo cista, cobertas por uma tampa. Cada cista encontra-se integrada num recinto rectangular, empedrado, confinante com os restantes e cujos limites são demarcadas por lajes dispostas na vertical, dando ao monumento o aspecto de favo. Cada sepultura, que permite uma inumação de corpo quase estendido, contém, na generalidade, um enterramento, com respectivo espólio. No exterior, sobre o recinto funerário, foram também detectadas oferendas.

Estes núcleos habitacionais / necrópole situam-se em zona aberta e plana, e teriam uma economia centrada na pesca e recolção de marisco, praticando, em menor escala a agricultura. Também praticavam a metalurgia e a tecelagem. Pelos dados obtidos o *terminus* de ocupação destes sítios ter-se-á dado em torno de 800 a. C.

Outros locais com povoamento da Idade do Bronze são os sítios arqueológicos da Praia da Oliveirinha, Palmeirinha e Monte do Burrinho.

Para a ocupação da **Idade do Ferro** no actual concelho de Sines existem apenas alguns vestígios residuais na Ilha do Pessegueiro, Pessegueiro (Cemitério dos Mouros) e o espólio proveniente de uma ou duas sepulturas destruídas, situadas na Herdade do Gaio e actualmente sob as águas da barragem de Morgavel, conhecido como o “Tesouro do Gaio”.

Este conjunto de reveste-se da maior importância pois as suas características apontam para influências orientalizantes, datáveis dos primeiros estabelecimentos fenícios, possivelmente em torno do século VII – VI a. C. O “Tesouro do Gaio”, (actualmente exposto no museu do município) é constituído por um conjunto de jóias, das quais se destacam uma gargantilha constituída por placas em ouro, decoradas; contas de âmbar, pasta vítrea e vidro, que deveriam integrar vários colares; uma anforeta e um unguentário em vidro multicolor; um molde de fundição em cerâmica; um escaravelho, engastado em prata, com inscrição em hieróglifos, imitação (facto relativamente comum entre os fenícios) de uma jóia egípcia.

A presença de um tesouro com estas características indicia a presença de um (ou vários?) povoado desta época, que apesar de ainda não terem sido localizados teriam, (quase) forçosamente, de existir.

PERÍODO ROMANO

A ocupação humana em Sines, durante o **período romano**, sublinha o já então carácter marítimo da localidade. É possível que o topónimo Sines provenha do latim *Sinus* – baía. O complexo de cetárias, ou tanques de salga e preparados de peixe detectados em alguns pontos da cidade, bem como na Ilha do Pessegueiro, indiciam actividades, como a pesca e a produção de sal, necessárias ao funcionamento destes, bem como um estabelecimento populacional capaz de abastecer de gente as várias actividades envolvidas: alimentação da população, produção ou importação de ânforas (recipientes para embalagem do produto), etc.

Os vestígios encontrados nas das cetárias, situadas no exterior do castelo, apontam para um período de funcionamento entre a 2ª metade do século I d. C. e o século IV d. C, no que será o primeiro momento de ocupação estável nesta zona concreta. Foram identificadas dois conjuntos de cetárias no actual Largo João de Deus (área exterior do castelo) e mais a Este, actualmente divididas pela estrada de acesso à praia, e no quintal das casas aí existentes, mais dois conjuntos de cetárias, um dos quais actualmente destruído.

Possivelmente este complexo industrial abasteceria a cidade de Miróbriga, localizada a cerca de 17 km para o interior, bem como outros povoados ou *villas* da área envolvente. A “necessidade” de consumo de *garum*, produto quase de primeira necessidade em época romana, de uma cidade como Miróbriga, implicaria a existência de mais tanques de salga, que poderão ainda existir sob a actual cidade de Sines.

O achado de uma pulseira em vidro, bem como notícias dispersas, parecem apontar para uma necrópole de época romana, embora de cronologia incerta (Alto – Imperial?), na actual Praça Tomás Ribeiro, e que assim sendo demarcaria um dos limites do núcleo urbano em época romana, bem como uma das vias de acesso a este, visto as necrópoles romanas se situarem sempre no exterior dos aglomerados habitacionais e ao longo das vias de acesso aos mesmos. A existência de uma necrópole está atestada pela existência de algumas aras funerárias com inscrição, datáveis em torno do século II d. C, encontradas reaproveitadas no castelo ou nas suas imediações.

A existência de um pedestal votivo, com inscrição a Marte, relacionado com o culto augustal e possivelmente mandada erigir por imigrantes na segunda metade do século III, parece indicar um povoado com um espaço público, de carácter cívico e religioso, de certa importância.

A presença de complexos industriais de transformação de pescado, e actividades associadas, bem como a presença de elementos arquitectónicos de certa

importância (aras votivas, pedestal votivo, fragmentos de colunas), e a notícia de um hipotético hipocausto, permitem supor a existência de uma comunidade em época romana cujos limites espaciais são ainda muito indefinidos.

No conjunto de cetárias identificadas no exterior do castelo sabemos que em finais do século III – IV parte da oficina é desactivada, continuando a laborar mas em menor dimensão, sendo o restante espaço reaproveitado para uso doméstico.

Em torno da actual cidade de Sines alguns locais revelam igualmente ocupação romana: Courela do Chãos ou da Quitéria (século I – V d.C.) com restos de uma *villa*, hipocausto e calçada, possivelmente relacionada com a necrópole de incineração da Feiteira de Cima (ou Afeiteira) a cerca de 500m de distância, e igualmente muito destruída; Monte Novo 2, na encosta sul dos Chãos (com materiais datáveis do Alto Império) e a Ilha do Pessegueiro. Nesta foram identificadas várias estruturas de transformação de pescado, bem como um balneário, uma forja, entre outras. Excluindo a ocupação anterior, o período de maior relevância deste sítio assenta em torno do século I – V d.C., época em que a Ilha deve ter funcionado como entreposto comercial. O crescimento do estabelecimento na Ilha durante o Baixo-império parece coincidir com o declínio da indústria de preparados de peixe em Sines.

A (aparente) inexistência de vestígios arqueológicos datáveis de um período anterior ao povoamento romano, na actual cidade de Sines, parece indicar uma fundação *ex nihil* deste povoado, caso relativamente raro em actual território português. No entanto não existem, até ao momento, elementos que possam comprovar, ou não, esta situação, dada a investigação arqueológica ser demasiado fragmentária e parcelar.

PERÍODO VISIGÓTICO

Para o denominado período visigótico (ou suevo - visigótico) compreendido entre o século V e finais do século VII, foram identificados bastantes vestígios nas sondagens efectuadas no interior e no exterior do castelo. Foram identificados vestígios de lixeiras, bem como um pavimento de circulação e uma possível área

habitacional. Estes indícios de ocupação encontravam-se sobre as estruturas de época romana, designadamente os tanques de salga.

No entanto, para este período (também designado como Tardo Antigo ou Antiguidade Tardia) destaca-se o conjunto de elementos arquitectónicos, na sua maioria profusamente decorados, que se encontravam reaproveitados, maioritariamente, nas muralhas do Castelo e edifícios internos. Este conjunto, um dos maiores do país na sua singularidade, apresenta características tão homogéneas que deveriam, quase certamente, pertencer a um único edifício de culto cristão de carácter monumental.

Hipoteticamente relacionada com a igreja de culto a S. Torpes, o edifício cristão, possível basílica, poderia localizar-se nas imediações do castelo e ou no local da actual Igreja Matriz, onde ainda se encontram incorporados nas paredes (tal como no castelo) alguns destes elementos.

PERÍODO MEDIEVAL

Sines, habitada durante a época romana e suevo - visigótica, entra em posterior declínio ou mesmo abandono durante o período muçulmano, dada a quase inexistência de vestígios arqueológicos deste período. Contudo alguns investigadores interrogam-se acerca da possibilidade de Sines ser a “Marsa Hassime” descrita pelos geógrafos árabes, na qual se destacava um grande edifício (a basílica visigótica?). A fragilidade dos vestígios arqueológicos, patente em períodos mais estudados como a época romana, não permite estabelecer um padrão de ocupação e / ou abandono durante o período islâmico para a área do actual concelho de Sines.

Desde a conquista da região aos mouros, a área de Sines fica subordinada à Ordem Militar de Santiago. A existência de um muro – muralha – está constatada na Carta de Foral doada por D. Pedro I, em 1362, quando Sines é elevada à categoria de vila, na condição de continuar o muro então existente. No entanto apenas em 1424 se reiniciam as obras de conclusão das muralhas. Em 1480 as Visitações da Ordem de Santiago referem as obras de beneficiação efectuadas por

Estêvão da Gama, pai de Vasco da Gama e então alcaide do Castelo. Novos melhoramentos são efectuados no século XVI, com a construção do baluarte.

O traçado medieval das ruas, praças, e muralhas, é algo que na maioria dos casos, fruto do rápido crescimento das cidades, associado a destruições muitas vezes irreparáveis, apresenta uma leitura difícil, quando não apagada, da estrutura de então.

Quanto aos edifícios, os raros que chegam até nós, são sempre de carácter singular e mesmo assim, bastante alterados pelas sucessivas transformações, que ao longo do tempo, os diferentes padrões de gosto foram impondo. Numa situação comum, há então que procurar um traçado geral, com base numa documentação escassa e dispersa, muitas vezes descontínua e desadequada, face ao entendimento da hipotética paisagem urbana.

Tal não é o caso de Sines, na medida em que a herança desse passado, não tanto ao nível do edificado (que toma expressão máxima no Castelo e na Capela de N.S.^a das Salvas/ Salas) mas mais ao nível do traçado, é algo ainda presente e assimilado na actual cidade. Temos assim uma estrutura morfológica da zona do centro da cidade que, baseada na dimensão longilínea do antigo lote gótico, soube respeitar o traçado das ruas, deixando-nos adivinhar o desenho da antiga povoação. O presente é desta forma como que uma “radiografia “ de então, despido do edificado já desaparecido (tipologicamente alterado) mas portador da estrutura urbana desse mesmo período.

Sines, habitada durante a época romana e suevo - visigótica, entra em posterior declínio ou mesmo abandono durante o período muçulmano, sendo o seu renascer datado da Baixa Idade Média. Será então que o modesto povoado, passando a vila (1362) vê o seu crescimento acentuar-se e a sua ligação a uma economia essencialmente marítima evoluir. Nesse contexto, o castelo (1^a metade do séc. XV - posterior à fundação da vila, e erguido para a defesa das investidas dos corsários) surgiu como um importante investimento no sustentado

desenvolvimento do lugar, uma vez que assegurando a defesa da população permitiu o seu futuro desenvolvimento.

A implantação de Sines configura-se numa lógica mediterrânea, onde a escolha dos sítios, surgia da sua capacidade de defesa natural (sítios alcandorados) bem como da preexistência de antigas ocupações.

A sua rede urbana, típica de um planeamento tardo-medieval, organizava-se segundo um padrão morfológico e geométrico onde o traçado regular, a definição de lotes e quarteirões, e a hierarquização das ruas, eram a expressão de uma matriz comum à organização espacial de então.

Estruturando o crescimento do povoado ao longo do seu maior sentido, a Rua Direita (actual Rua Téofilo Braga), demarcava-se como um espaço principal de comércio e, como tal, um dos mais significativos locais do ponto de vista económico-social. Paralela à costa e ligando-se ao caminho da “Ribeira”, foco da vida marítima de Sines, esta era uma artéria que atravessando a povoação percorria os arrabaldes indo desembocar na ermida de N.S.^a das Salas.

A referir também é a antiga Rua da Praça (actual Rua Cândido dos Reis), registando um desenvolvimento, este um pouco mais difícil, para Norte. É igualmente de notar que a toponímia nos remete para a existência de uma antiga praça – eventual centro da vila, provavelmente de carácter civil, onde se teria estabelecido o mercado, a casa do concelho e outras representações do poder (aceitando-se a existência de uma segunda praça, de carácter religioso, anexa à Igreja do Espírito Santo e da Misericórdia).

No séc. XV temos então a atenção voltada para o Castelo (funcionando mais como um paço), e para a Igreja Matriz, verdadeiros pólos de ordenação espacial, bem como para as praças ou largos (embora modestos na sua dimensão) que a estrutura de ruas e quarteirões (agrupando a continuidade dos lotes) permitia ordenar. A inexistência de uma muralha envolvente deve-se ao facto da área ocupada pelo povoado, aquando do surgimento do Castelo, ser já demasiado

extensa, o que não só remeteu o Castelo para uma dimensão predominantemente retórica (imperativo da afirmação autonómica da vila), como remeteu todo o aglomerado para uma indefinição de interior /exterior, e no limite uma indefinição (tipicamente mediterrânea) entre espaço urbano e espaço rural.

É igualmente deste período que um pequeno aglomerado se enforma em torno da primitiva (trecentista) capela de N.S.^a das Salas, a Ocidente da vila. Esta ermida apresentava a originalidade de possuir no seu interior um manancial de água considerada milagrosa. Este manancial ainda hoje existe, tendo sido adaptado a chafariz, na segunda metade do século XVIII. Esta, mandada erguer por D.Vetaça ou Bataça (princesa da Grécia, dama da corte da Rainha Santa Isabel e donatária do castelo de Santiago do Cacém e seu termo) em prol de uma promessa, viu-se mais tarde reedificada a escassos metros de distância, em inícios do século XVI, a mando do célebre navegador Vasco da Gama (natural da vila, e filho do então alcaide-mor Estevão da Gama), por graça do seu vitorioso regresso do Oriente, e no seguimento da polémica promessa de doação da vila ao mesmo (1500).

Desde que há notícias a Senhora das Salas foi alvo de grande devoção por parte dos pescadores de Sines e da população em geral. As casas dos romeiros ainda eram visíveis na década de '60, data em que foram demolidas, e o seu tesouro, bem como a festa a 15 de Agosto, ainda hoje a mais importante de Sines, demonstram bem a importância das gentes locais a esta devoção. Em épocas mais recuadas, a ermida da Senhora das Salas deveria constituir um importante ponto de referência para as gentes do mar, destacando-se na paisagem e assinalando um porto seguro.

É com base na continuidade das actividades marítimas (pesca e comércio), actividades que desde a Antiguidade sustentaram o desenvolvimento do povoado, que vemos a vila crescer. Obtida a sua autonomia municipal no séc. XIV (entendida no crescimento das comunidades do litoral - póvoas marítimas), mas fixada apenas nos finais do séc. XV, temos então o perfil de uma vila já medianamente importante (expressa pela cobiça da sua posse - disputada entre

Vasco da Gama e a Ordem de Santiago), que embora ainda consideravelmente castrense, poderá também ter sido funcionalmente portuária e ribeirinha.

De período Medieval/Moderno são ainda as ermidas de S. Bartolomeu e da Senhora dos Remédios, importantes referências no concelho para o mundo rural, em “oposição” ao mundo marítimo que a vila de Sines representa.

A ermida de s. Bartolomeu deverá ter sido construída entre os séculos XIV – XV, pelos freires da Ordem Militar de Santiago, sofrendo remodelações posteriores. A mais antiga referência escrita à ermida da Senhora dos Remédios data do censo de 1523, como “casa de frades mendicantes”, existindo uma pia baptismal, no Museu Arqueológico Municipal de Sines, datável de finais da Idade Média.

A localização de ambos os edifícios de culto, em locais que controlam importantes vias de acesso para o interior, ao longo das duas principais ribeiras da região (Ribeira de Moinhos e Ribeira da Junqueira, respectivamente), pode indicar, inclusivamente, a presença de vestígios mais antigos, bem como de antigas vias de comunicação entre as várias localidades interiores e o litoral.

A ermida de S. Sebastião, construída possivelmente durante o século XV, e remodelada no século XVIII, apresenta-se actualmente adaptada ao culto evangélico. Conserva no entanto uma arquitectura típica do barroco popular.

No século XVI assiste-se a um surto construtivo ou de remodelação dos edifícios existentes. Para além dos edifícios atrás descritos, é também desta época, finais do século XVI, a construção da Igreja da Santa Casa da Misericórdia / Capela da Misericórdia, que como as outras sofreu remodelações ao longo dos séculos.

A posição estratégica de Sines ganha relevo no contexto das lutas e das guerras do século XVI, pelo domínio marítimo do mar. Já sob o domínio filipino, no reinado de Filipe I de Portugal (Filipe II) é lançado o projecto do porto artificial do Pessegueiro, sob a traça de Filipe Terzi. Em 1588 iniciam-se as obras de construção do mesmo, que após um interregno são abandonadas definitivamente em 1603, devido aos ataques dos corsários ingleses. É neste contexto que é

construído o Forte do Pessegueiro (no continente), em 1588, também desenhado por F. Terzi, cuja utilidade era tão premente que recebeu guarnição ainda antes de estar finalizado, facto que apenas aconteceu entre 1661 – 1690, já no contexto das Guerras da Restauração. Como os ataques corsários continuavam, utilizando a ilha como abrigo, foi mandado erigir, sob planta de Alexandre Massai, um forte na ilha, cuja construção se iniciou em 1590, e nunca foi concluído. Ambos os fortes sofrem fortes danos com o terramoto de 1755, embora o forte do Pessegueiro (no continente) tenha sido ocupado pela Guarda-fiscal entre 1877 - 1942. É também este arquitecto que efectua um levantamento do castelo de Sines, propondo melhorias que, no entanto, não viriam a ser executadas.

No século XVIII uma das obras de maior vulto em Sines terá sido a construção da Igreja Matriz de S. Salvador, obra iniciada em 1730, que vem substituir o antigo templo medieval aí existente, tratando-se de um excelente exemplar da arquitectura barroca. Ainda em Sines, é neste século que se assistem a obras de vulto na remodelação da “Alcáçova” do Castelo. Igualmente do século XVIII data a construção do Largo Marquês de Pombal, em Porto Covo, mandada erigir por um particular. Deste Largo, que constituirá o núcleo mais antigo da povoação destaca-se a planta urbanística, com a respectiva igreja.

Para além de remodelações pontuais em vários edifícios religiosos, civis e militares, no século XIX é erigido o novo Hospital do Espírito Santo, que substitui o anteriormente existente (actual Centro Cultural Emmérico Nunes). O sismo de 1969 afecta gravemente o edifício tendo sido adaptado a Centro Cultural na década de '80. Ainda no século XIX é erigido o edifício da Alfandega, anexo aos Armazéns da Ribeira, que funcionariam para armazenamento de sal e apetrechos de pesca, e cuja construção datará, possivelmente do século XVIII.

No século XX destaca-se a construção da Estação Ferroviária de Sines / estação da C.P., com traça do arquitecto Ernesto Korrodi. Deste edifício de equipamento público, *terminus* do ramal de Sines, inaugurado a 14 de Setembro de 1936, destaca-se a decoração em azulejaria, que retrata várias vistas de Sines, bem como a viagem de Vasco da Gama entre outros motivos figurativos.

As actividades da indústria conserveira, bem como a extracção de cortiça, desenvolvem-se em finais do século XIX – inícios do século XX sob o patrocínio de famílias inglesas e alemãs. São estas actividades que, a par com a indústria piscatória, marcam a vida económica de Sines até meados do século XX, funcionando muitas vezes como actividades complementares, a que se junta a agricultura, por vezes de subsistência. Como em épocas mais recuadas, a economia do actual concelho de Sines, dependia dos concelhos limítrofes, designadamente o de Santiago do Cacém.

Segue-se um período caracterizado por uma estagnação na actividade predominantemente piscatória, e pela fraca concentração de bens e serviços em detrimento de outros núcleos. Sines chega aos nossos dias, com uma estrutura urbana mais ou menos intocada, situação que lhe permitiu manter até aos anos 60, uma imagem que se enquadrava nos valores tradicionais dos aglomerados alentejanos.

Anos 70 a 90

A implantação do Complexo Industrial de Sines, em 1972, marcou profundas transformações, não podendo deixar de ser uma referência importante, uma vez que Sines passa de vila piscatória e centro de veraneio a importante empreendimento industrial. Até 1970, o centro urbano de Sines reduzia-se praticamente à própria vila. Em 1970 surge um número razoável de bairros envolventes, que vêm a ser aumentados nas décadas de 80 e 90.

- As águas ao largo da Costa de Sines foram férteis em naufrágios desde a antiguidade, facto atestado por dois cepos de âncora em chumbo romanos, assim como as muitas ânforas, ou fragmentos das mesmas, que continuam a vir nas redes de arrasto dos pescadores.
- São no entanto os canhões, ou peças de artilharia, em ferro e bronze que continuam a testemunhar naufrágios de épocas mais recentes; desde o cabo Sardão, passando por Porto Covo e S. Torpes, até ao

Cabo de Sines, estes elementos são uma constante na paisagem marítima desta costa.

- Como elemento documental resta assinalar o naufrágio do “ La Encarnación”, em 1614, carregado de ouro e prata, que naufragou ao largo de Sines, mas cuja carga foi recuperada e enviada para Sevilha a bordo de outro navio.

6.1 - ESPAÇOS DE PROTECÇÃO ESPECIAL

O futuro inscreve-se numa continuidade, que os testemunhos vivos ou memoráveis da cada época estabelecem, dando corpo a um património histórico e cultural, que compreende na área do edificado, quer as manifestações monumentais dos poderes regular e secular, quer os diversificados percursos, através da tradição, do construir urbano ou rural, não – monumental.

6.2 - PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO CLASSIFICADO

- Capela de Nossa Senhora das Salvas (Monumento Nacional)
- Castelo de Sines (Imóvel de Interesse Público)
- Forte do Revelim (Imóvel de Interesse Público)
- Forte do Pessegueiro (Imóvel de Interesse Público)
- Ermida de S. Bartolomeu (Imóvel de Interesse Público)

6.3 - PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO A CLASSIFICAR

- Igreja da Santa Casa da Misericórdia / Capela Misericórdia
- Igreja Matriz de S. Salvador
- Chafariz de D. Bataça
- Chafariz do Caminho Das Bicas
- Antiga Ermida de S. Sebastião
- Loja “ A Primorosa

- Adega de Sines
- Armazéns da Ribeira
- Estação Ferroviária de Sines/Estação CP
- Casa Pidwell / Palácio Pidwell
- Quinta de Santa Isabel/Casa do Inglês
- Largo Marquês de Pombal/ Porto Covo

6.4 - PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO – SITUAÇÃO EXISTENTE

Tendo presente o levantamento dos “Sítios Arqueológicos do Concelho de Sines (do Paleolítico à Alta Idade Média) ” e a respectiva planta de localização, elaborados pela Dr.^a Antónia Soares, foi efectuada uma verificação no terreno do estado em que os mesmos se encontravam, tendo-se constatado que na sua maioria se tratam de locais onde foram recolhidos materiais dispersos à superfície do terreno ou então ocorreram grandes destruições ou ainda se procedeu ao enterramento dos vestígios após o seu estudo, de que resulta que apenas alguns dos locais apresentam condições para ser considerados, neste momento, como recursos turísticos.

Devido à localização geográfica destes sítios arqueológicos, na sua maioria localizados em zonas de areal, por vezes os vestígios visíveis (que devido à sua cronologia se podem reportar apenas a manchas de materiais e ocasionalmente a buracos de poste e/ou lareiras) são temporariamente cobertos, ou descobertos, pelos movimentos das areias.

O facto de não se encontrarem visíveis num período de tempo, não implica o seu desaparecimento, por vezes associado a destruição, total. Todo o litoral do concelho de Sines, que se prolonga no litoral do concelho de Odemira, é uma área sensível no que a vestígios arqueológicos de épocas mais remotas diz respeito.

1. Poveira Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis.
2. Praia do Norte Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis.
3. Cabo de Sines Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis.

4. Sines (Centro Histórico) Encontram-se a descoberto duas fábricas de salga e conservas de peixe da época romana, limpas, vedadas e com painel informativo. No Castelo são visíveis cantarias visigóticas no interior da alcáçova, visitável quando da realização de exposições temporárias.
5. Courela dos Chãos Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
6. Feiteira Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
7. Monte Novo I Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
8. Monte Novo II Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
9. Quitéria Apresenta-se devidamente tratada e vedada, com painel informativo detalhado, mas com algumas dificuldades de acesso.
10. Vale Pincel I Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
11. Vale Pincel II Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
12. Palmeirinha sítio arqueológico devidamente limpo, musealizado, vedado e complementado com painel informativo. Fácil acesso automóvel.
13. Brejo Redondo I Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
14. Brejo Redondo II Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
15. Vale Marim I Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
16. Vale Marim II Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
17. Cerro do Banheiro – São Torpes Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis, excepto a base do cruzeiro setecentista que assinala o local da descoberta da suposta sepultura do santo. O Cerro do Banheiro foi destruído aquando das terraplanagens para a construção do Complexo Industrial.
18. Provença Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
19. Praia de Morgavel Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
20. Herdade do Gaió Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis. O local onde foi descoberto o Tesouro do Gaió encontra-se actualmente coberto pelas águas da Barragem de Morgavel.
21. Praia de Vale Figueiros Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
22. Praia da Oliveirinha Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
23. Foz do Burrinho Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
24. Praia do Burrinho Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
25. Monte do Burrinho Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
26. Praia da Samoqueira I Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis

27. Praia da Samoqueira II Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
28. Porto Covo Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
29. Caniceira Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
30. Ilha do Pessegueiro Os vestígios arqueológicos estão a descoberto, com alguma informação em painéis, no entanto sofrem grande agressão marítima durante o inverno. O acesso é bastante condicionado devido à sua localização numa ilha.
31. Herdade do Pessegueiro (sítio conhecido como “Cemitério dos Mouros”) A estação arqueológica apresenta-se limpa e vedada, com painel informativo e acesso automóvel.
32. Forte do Pessegueiro Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis [referência relativa ao sítio arqueológico datável do paleolítico]
33. Monte da Ilha Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
34. Vale Vistoso Não apresenta vestígios arquitectónicos visíveis
Dos sítios arqueológicos visitáveis apresenta-se de seguida uma síntese

6.5 - SINES – CENTRO HISTÓRICO E CONCELHO

Castelo – As sondagens realizadas dentro do perímetro amuralhado revelaram testemunhos da presença humana que remontam ao paleolítico. No entanto, os principais elementos arqueológicos têm surgido, não no solo, mas nas muralhas e paredes das edificações, com destaque para a alcáçova, que tem constituído uma importante fonte de recolha, de onde saíram, entre outros, materiais romanos - de que se destaca a base de uma estátua de Marte - e um importante conjunto de cantarias lavradas provenientes de uma basílica visigótica do séc. VII. Estas encontram-se, na sua maior parte, hoje recolhidas no museu arqueológico municipal, mas ainda se conservando no seu local diversas peças futuramente a integrar no percurso do museu, que irá ocupar a alcáçova após a conclusão das obras de recuperação que estão a decorrer. A qualidade dos elementos decorativos lavrados na superfície de pilastras, cancelos, capitéis, frisos, etc. aliada à variedade dos elementos representados e à dimensão do conjunto, colocam-no entre as principais manifestações artísticas desta época no território nacional.



Fonte: Equipa do PDM

Figura 10 – Pormenor do Castelo de Sines

Largo João de Deus – No exterior do Castelo estão postas à vista duas fábricas de salga e conserva de peixe de época romana, conhecendo-se ainda a localização de algumas outras nas proximidades. São testemunhos do desenvolvimento das actividades piscatórias e comerciais na povoação, da qual no entanto pouco mais se sabe devido à provável sobreposição do actual tecido urbano aos vestígios mais antigos. Estas fábricas são formadas por tanques, revestidos com uma argamassa impermeável, organizados em torno de um pátio, e resguardados por uma cobertura., Situam-se numa zona em que o declive da falésia é mais suave, o que permitia um acesso mais fácil à praia para recolha do pescado e posterior embarque das conservas de peixe, embaladas em ânforas, para o fabrico das quais, parece ter existido um forno nas proximidades.



Fonte: Equipa do PDM

Figura 11 – Pormenor das Escavações junto ao Castelo

Outro factor importante para o desenvolvimento desta actividade era a existência de água proveniente de diversos poços e fontes, o que permitia também o abastecimento das embarcações que aqui fundeavam e das quais foram encontrados alguns cepos de âncora, em chumbo.

Igreja Matriz – Situada no provável local da basílica visigótica, conserva no seu interior, no actual baptistério, um fragmento de friso de cantaria lavrada em mármore de Trigaches, proveniente deste antigo templo, bem como diversos elementos lisos do mesmo material, reaproveitados em diferentes locais do edifício.

· Concelho

Praia de São Torpes – Junto à foz da ribeira da Junqueira, situa-se a base de um cruzeiro, em cantaria, que assinala o local onde foram encontradas as supostas relíquias de São Torpes, em 1591. Por ordem do Arcebispo de Évora procederam-se a escavações no local, descritas minuciosamente em acta, tendo surgido vestígios de uma construção, cuja descrição e espólio recolhido coincide com a de uma anta: diversas ossadas acompanhadas de peças de cerâmica e de um ídolo placa, cujo paradeiro hoje de desconhece, mas das quais nos chegaram diversas descrições e desenhos. Levadas para a igreja matriz, depois de reconhecidas oficialmente como relíquias do santo, foram depositadas na capela do Corpo Santo, enquanto dois dos esteios de pedra foram colocados a ladear a porta do templo.

Hoje no local apenas resta a base do cruzeiro com a inscrição: “O S. r S. Torpes / Este calvario mandou fazer e assentar o Capitão Alexandre de Campos Brº / anno de 1783”.

Escavações efectuadas nas proximidades, por J. G. da Cruz e Silva, revelaram um arqueossítio ocupando uma pequena elevação nas proximidades junto da praia, Cerro do Banheiro, que parece corresponder a um povoado, provavelmente do Neolítico Final, hoje desaparecido pelas terraplanagens efectuadas para o alargamento da estrada e extracção de saibro e areias.

Palmeirinha – Situada numa área plana e arenosa da encosta sul dos Chãos, apresenta dois níveis de ocupação: o mais antigo do Neolítico médio (com estruturas de *habitat* bem conservadas) e o mais recente da Idade do Bronze (muito destruído pelos trabalhos agrícolas). A ocupação Neolítica, de curta duração, deixou estruturas de carácter habitacional, sobretudo lareiras do tipo “empedrado”, numerosos artefactos de pedra lascada, raros instrumentos de pedra polida e recipientes de cerâmica. Corresponde a um grupo humano que praticava a agricultura, a criação de gado, a caça e, dada a proximidade do mar, a exploração dos recursos marinhos. Após um período de abandono o sítio volta a ser ocupado na Idade do Bronze, em que os vestígios de ocupação são constituídos essencialmente por cerâmica doméstica, identificados na a camada superficial, muito afectada pelas lavouras recentes.



Fonte: Equipa do PDM

Figura 12 - Palmeirinha

Quitéria – Necrópole da Idade do Bronze situada no sopé da encosta sul de Monte Chãos, composta por sepulturas de planta rectangular, do tipo cista, formadas na sua maioria por quatro esteios de xisto, cobertas por tampa monolítica, em cujo interior era colocado normalmente um objecto, quase sempre um vaso de cerâmica, integradas em recintos tumulares de planta rectangular. Os diversos recintos tumulares confinavam entre si, contribuindo para dar ao recinto sepulcral o aspecto de um favo. Esta organização tem sido interpretada como reflexo de uma sociedade que embora já fortemente hierarquizada, guardava ainda uma estrutura em grande parte assente nas relações de parentesco.



Fonte: Equipa do PDM

Figura 13 – Necrópole da Idade do Bronze - Quitéria

Sondagens realizadas nas proximidades mostraram que a respectiva zona habitacional se situava a poucos metros das sepulturas, ocupando uma zona plana e aberta, sem condições naturais de defesa. Este povoado deveria ser constituído por cabanas de materiais perecíveis, no entanto apesar do pouco sabemos sobre esta área, verifica-se uma significativa mudança em relação ao período anterior, o Calcolítico ou Idade do Cobre, pois os espaços residencial e funerário coexistem lado a lado, assim desaparecendo a preocupação de separar o mundo dos mortos do mundo vivos.

Pessegueiro (Cemitério dos Mouros) – Povoado de ar livre rodeado por monumentos funerários constituídos por sepulturas de tipo cista, da Idade do Bronze, cronologicamente compreendidos entre 1 500 e 1 200 A.C. Esta ocupação integra um sistema de povoamento regional, hierarquizado e socialmente diferenciado correspondente a fase avançada do processo que conduziu ao aparecimento das primeiras sociedades estatais.



Fonte: Equipa do PDM

Figura 14 – Cemitério dos Mouros

O tipo de sepultura e povoamento apresenta grande semelhança com os da Quitéria, no entanto neste local a área habitacional é melhor conhecida por ter sido extensamente escavada. Os trabalhos desenvolvidos no Pessegueiro a partir de 1975 puseram a descoberto um maior número de vestígios do designado “Bronze do Sudoeste” e permitiram conhecer como se organizavam e relacionavam os diversos monumentos sepulcrais e o núcleo habitacional.

O povoado e a necrópole distribuam-se por uma superfície de 60 000 m², no mínimo, limitada a Norte e a Sul por duas linhas de água; é provável que todo este conjunto se estendesse até à praia. Não obstante as destruições provocadas pela lavoura, foi ainda possível por a descoberto algumas estruturas de *habitat*: lareiras, buracos de poste e pavimentos lajeados.

6.6 - ILHA DO PESSEGUIRO

Situada a 15 Km a Sul de Sines e apenas a 250m da costa, esta ilha de arenito dunar conserva alguns vestígios da Idade do Ferro, predominando no entanto as estruturas da época romana imperial, datadas do séc. I ao séc. IV. d. C. Para além de vestígios de habitações e armazéns, são visíveis diversas fábricas de conservas piscícolas. No séc. IV é edificado um balneário de pequenas dimensões, que funcionou até finais do séc. IV ou inícios do séc. V ainda com parte da estrutura do hipocausto.



Fonte: Equipa do PDM

Figura 15 – Ilha do Pessegueiro

A ocupação humana da ilha deveu-se às boas condições para fundear embarcações no canal entre a ilha e terra, baseando-se na pesca, na indústria de conserva desse pescado e sua comercialização, bem como na exportação do minério proveniente principalmente da Serra do Cercal e no comércio marítimo, parecendo ter constituído um importante entreposto comercial, como atesta a diversidade de origens dos materiais cerâmicos nela encontrados.

Merecem igualmente referência as ruínas do forte que coroa a ilha, cuja construção se iniciou em 1588, segundo projecto de Filipe Terzi, para protecção de um porto artificial que a administração filipina planeou edificar, unindo a ilha a terra com um pontão, construído com grandes blocos de pedra, de que não restam vestígios devido à destruição provocada pela força do mar, apenas ficando a pedreira rasgada na parte norte da ilha, onde ainda são visíveis alguns blocos não utilizados. Em terra permanece um outro forte edificado na mesma época.



Fonte: Equipa do PDM

Figura 16 – Forte da Ilha do Pessegueiro

7 - TURISMO

7.1 - ATRACTIVIDADE TURÍSTICA NO CONCELHO

A atractividade turística actual do concelho de Sines baseia-se em:

- **Praias:** com bandeira azul - São Torpes, Vasco da Gama, Morgavel, Praia Grande de Porto Covo e Ilha do Pessegueiro; outras - Praia do Norte, Samouqueira, Navalheira, Oliveirinha, Foz, Burrinho e a praia Pequena de Porto Covo; também outras pequenas praias, das quais a Praia do Salto, junto a Porto Covo, é uma das cinco praias de Portugal reconhecidas oficialmente pela Federação Portuguesa de Naturismo;
- **Cidade de Sines** - no domínio do turismo cultural, o facto de Sines ser o local de nascimento de Vasco da Gama é um potencial que pode ser mais valorizado; de salientar o Castelo de Sines, a Igreja Matriz, reconstruída no século XVIII, monumento de origem gótica, a Capela da Misericórdia, onde se encontra o espólio do Museu Arqueológico, a Ermida de Nossa Senhora das Salas e o Centro Histórico de Sines;
- **Porto Covo**, a principal estância turística do concelho;
- **Gastronomia de mar** (peixe e marisco) com restaurantes muito apelativos em Sines, São Torpes, Porto Covo e Pessegueiro;
- **Eventos:** Festival Músicas do Mundo e Carnaval de Sines;
- **Surf e Windsurf:** Praias de São Torpes, Sines e Ilha do Pessegueiro;
- **Marina de Sines;**
- **Parques de Campismo** – representam 85% da capacidade de alojamento turístico do concelho.

As marcas turísticas territoriais com maior notoriedade são Porto Covo e Ilha do Pessegueiro.

A imagem turística de Sines é muito afectada pela forte expressão do complexo petroquímico, da central térmica e do terminal portuário.

A realidade turística actual do concelho é quase totalmente apoiada nas praias e consequentemente apresenta uma concentração sazonal muito elevada.

O turismo de negócios (*MICE/Meetings Industry*) está pouco explorado, tendo já bons espaços de acolhimento no Centro das Artes de Sines e no Auditório da Administração do Porto de Sines (em termos de alojamento, o Hotel Apartamento Sinerama, com 3 estrelas, é manifestamente insuficiente).

O turismo de albufeira também é atractivo, designadamente na barragem de Morgavel, com passeios pedestres, canoagem e pesca.

A parte Sul do concelho, em termos de turismo, é polarizada em Porto Covo e não tem conseguido diversificar outras ocupações para o interior e para Sul, apesar de o potencial de recursos do território o permitir.

É de salientar também o potencial da Ilha do Pessegueiro, não só como praia e paisagem, mas também como património arqueológico - ruínas romanas - e histórico - forte.

O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina tem constituído um travão à expansão de actividades de turismo e lazer, sem sequer desfrutar das potencialidades para o desenvolvimento do turismo de natureza.

Este Parque Natural foi criado pelo Decreto Regulamentar nº 26/95 de 21 de Setembro e consiste numa extensa zona costeira que se estende desde a Ribeira de Morgavel, a norte de Porto Covo, no concelho de Sines, até ao Burgau, no concelho de Vila do Bispo. Com uma área total aproximada de 76.000 ha, tem no concelho de Sines a sua largura mínima (uma estreita faixa com 2,5 a 3 km entre o mar e a EM 554), sendo a máxima no concelho de Odemira, onde atinge cerca de 18 km de largura.



Figura 17 – Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

O PNSACV tem «condições ideais para o desenvolvimento de quase todas as actividades de Animação Ambiental, isto é, de animação, de interpretação e de desporto de natureza: circuitos temáticos (as artes da pesca ou as lagoas temporárias, as dunas ou observação das falésias por mar, a geologia, etc.), observação de avifauna, gastronomia, desportos de natureza, património construído (vilas e aldeias), arqueologia, etc.» (ICN – Enquadramento Estratégico do PNSACV).

7.2 - CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO EM SINES E ALENTEJO LITORAL

Os dados sobre Estatísticas do Turismo do INE dos anos 2002 e 2005, nomeadamente sobre Estabelecimentos Hoteleiros, dizem respeito exclusivamente aos Estabelecimentos classificados na ex-Direcção Geral do Turismo.

	Total		Hotéis		Pensões		Outros	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Continente	1.641	1.738	447	518	781	797	413	423
Alentejo								
Litoral	31	37	0	3	18	21	13	13
Alcácer do Sal	3	3	0	0	1	1	2	2
Grândola	4	4	0	1	1	2	3	1
Odemira	12	16	0	1	8	9	4	6
Santiago do Cacém	5	7	0	1	3	4	2	2
Sines	7	7	0	0	5	5	2	2

Fonte: INE – Estatísticas do Turismo

Quadro 56 – Nº de Estabelecimentos Hoteleiros no Alentejo Litoral, 2002 e 2005

Os **pressupostos** e **conceitos** dos dados sobre o Turismo são os seguintes:

- O desfasamento temporal existente entre os dados da capacidade de alojamento e os da permanência nos estabelecimentos hoteleiros permite a existência de casos em que o município não apresenta valores de capacidade e apresenta valores de permanência (dormidas, hóspedes e proveitos).
- Os dados de municípios não disponíveis nesta variável referem-se a informação que não respeita os critérios de qualidade. Esta situação aplica-se a municípios onde o número de estabelecimentos é inferior a 10 e houve estimação do valor de dormidas de pelo menos um estabelecimento ou a municípios com 10 ou mais estabelecimentos em que o valor declarado das dormidas é inferior a 70% do total das dormidas estimadas.
- **ESTABELECIMENTO HOTELEIRO - Empreendimento** turístico (Estabelecimento) destinado a proporcionar, mediante remuneração, serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições. Os estabelecimentos hoteleiros classificam-se em: **hotéis, pensões, pousadas, estalagens, motéis e hotéis-apartamentos (aparthotéis)**. Para fins estatísticos ainda inclui **aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos**.

- **HOTEL** - Estabelecimento hoteleiro que pode ocupar apenas parte independente de um edifício, constituída por pisos completos e contíguos, com acesso próprio e directo aos pisos ocupados pelo estabelecimento para uso exclusivo dos seus utentes, possuindo, no mínimo, 10 unidades de alojamento, cuja classificação resulta do preenchimento dos requisitos mínimos das instalações, do equipamento e serviços fixados em regulamento, destinado a proporcionar, mediante remuneração, alojamento temporário e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições.
- **OUTROS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS** - A rubrica "Outros Estabelecimentos Hoteleiros" engloba os **hotéis-apartamentos**, os **apartamentos turísticos**, os **aldeamentos turísticos**, os **motéis**, as **pousadas** e as **estalagens**.
- **PENSÃO** - Estabelecimento hoteleiro com restaurante e com um mínimo de 6 quartos, que ocupa a totalidade ou parte independente de um edifício, desde que constituído por pisos completos e contíguos, com acessos próprios e directos aos pisos ocupados pelo estabelecimento para uso exclusivo dos seus utentes, e que pelas suas instalações, equipamento, aspecto geral, localização e capacidade, não obedece às normas estabelecidas para a classificação como hotel ou estalagem, fornecendo aos seus clientes alojamento e refeições. Classificam-se nas categorias de Albergaria, 1ª, 2ª e 3ª categoria.
- **CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS** - Número máximo de indivíduos que estes estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este, determinado através do **número de camas** existentes, considerando como duas as camas de casal.
- **TURISMO NO ESPAÇO RURAL** - Conjunto de actividades, e serviços de alojamento e animação em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados a turistas mediante remuneração, e no espaço rural. Os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados numa das seguintes modalidades de hospedagem:

"turismo de habitação", "turismo rural", "agro-turismo", "turismo de aldeia", "casas de campo", "hotéis rurais" e "parques de campismo rurais".

- **DORMIDA** - Permanência num estabelecimento que fornece alojamento, considerada em relação a cada indivíduo, e por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte.
- **HÓSPEDE** - Indivíduo que efectua pelo menos, uma dormida num estabelecimento hoteleiro.
- **ESTADA MÉDIA NO ESTABELECIMENTO** - Relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas.
- **TAXA BRUTA DE OCUPAÇÃO-CAMA** - Indicador que permite avaliar a capacidade de alojamento média utilizada durante o período de referência. Corresponde à relação entre o número de dormidas e o número de camas existentes no período de referência, considerando como duas as camas de casal.

O Alentejo Litoral, segundo os dados do INE relativos a 2005 (reflectindo ligeiros acréscimos do número total de estabelecimentos hoteleiros, em relação a 2002), tem relativamente poucos Estabelecimentos Hoteleiros, com um total de 37 unidades). Sines, apesar de não ser o concelho que tem menos Estabelecimentos tem só um total de 7 Estabelecimentos Hoteleiros (equivalente a 638 camas), 5 **Pensões** e 2 estabelecimentos designados como **Outros Estabelecimentos Hoteleiros** que correspondem ao grupo que engloba: Hotéis-Apartamentos, Apartamentos Turísticos, Aldeamentos Turísticos, Motéis, Pousadas e Estalagens, que no caso de Sines são 2 **Hotéis-Apartamentos**, mantendo o mesmo número de unidades que tinha em 2002.

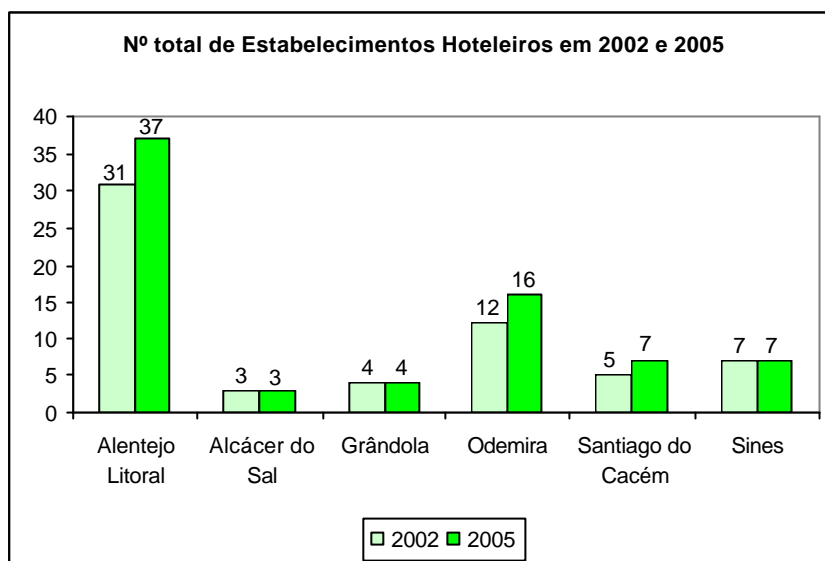


Gráfico 56 – Nº de Estabelecimentos Hoteleiros no Alentejo Litoral, em 2002 e 2005

Relativamente às tipologias de Estabelecimentos Hoteleiros em 2002 (Gráfico 57) do Alentejo litoral tinha um Hotel, tendo uma maior percentagem de Pensões com os valores respectivos de 71% em Sines, 67% em Odemira e 60% em Santiago do Cacém e uma menor percentagem de Outros Estabelecimentos Hoteleiros com 29% em Sines, 33% em Odemira e 40% em Santiago do Cacém.

Em 2005 (Gráfico 58) os concelhos de Grândola, Santiago do Cacém e Odemira já passam a ter uma unidade hoteleira cada um mantendo Sines os mesmos valores e percentagens que tinha em 2002.

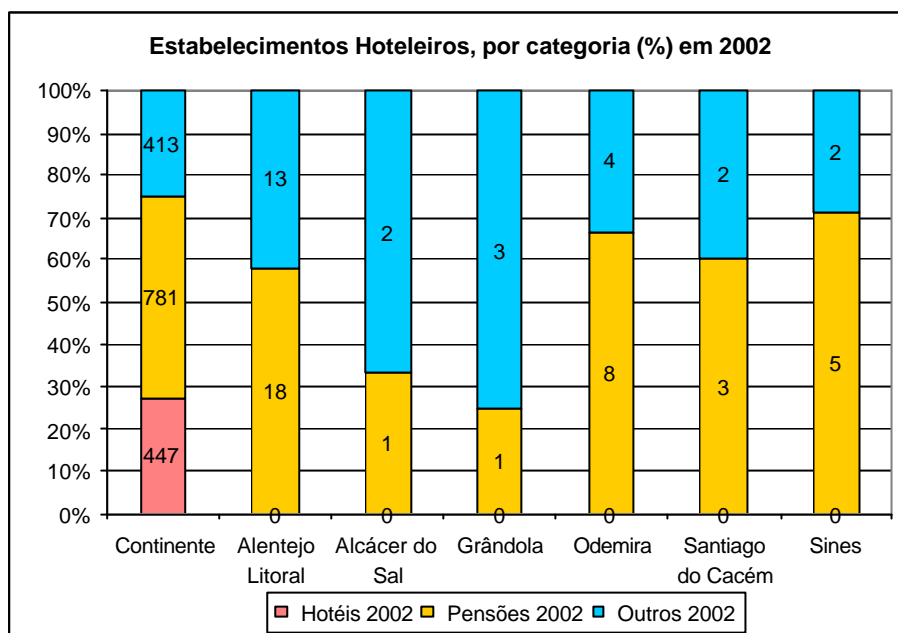


Gráfico 57 – Nº de Estabelecimentos Hoteleiros por categoria no Alentejo Litoral, 2002

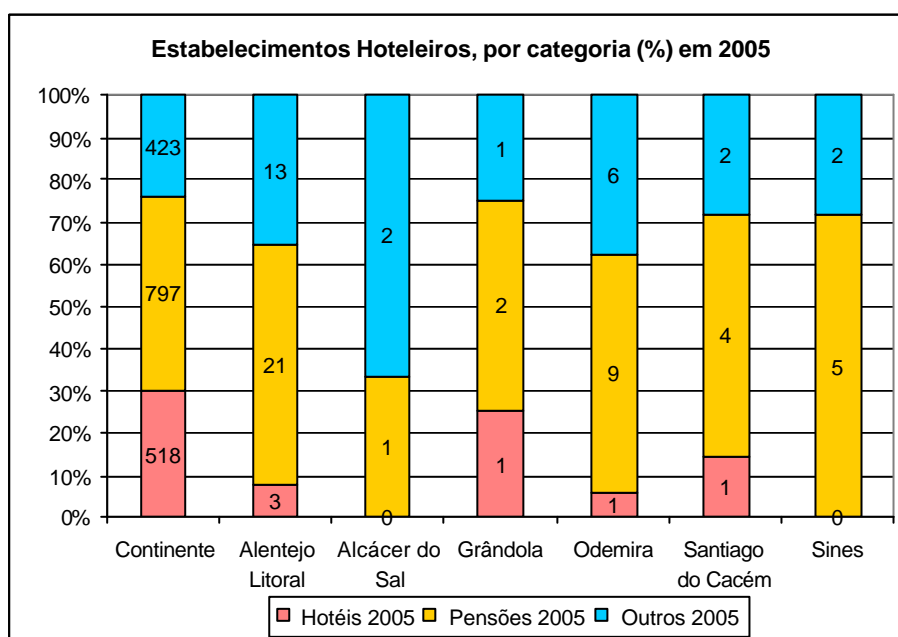


Gráfico 58 – Nº de Estabelecimentos Hoteleiros por categoria no Alentejo Litoral, 2005

Os dados estatísticos do INE relativamente às **capacidades (número de camas)** totais dos Estabelecimentos Hoteleiros existentes e classificados, segundo as várias tipologias são os que constam do Quadro 57 e se representam no Gráfico 59.

	Total		Hotéis		Pensões		Outros	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Continente	207.662	227.283	88.000	106.252	37.210	38.019	82.452	83.012
Alentejo								
Litoral	2.810	3.355	0	251	1.012	1.167	1.798	1.937
Alcácer do Sal	132	138	0	0	34	36	98	102
Grândola (*)	1.094	1.205	0	65	10	56	1.084	1.084
Odemira	515	679	0	30	338	360	177	289
Santiago do Cacém	456	695	0	156	366	449	90	90
Sines	613	638	0	0	264	266	349	372

Fonte: INE – Estatísticas do Turismo

Quadro 57 – Capacidade de Alojamento segundo a categoria de Estabelecimentos no Alentejo Litoral, em 2002 e 2005

Nota: (*) o valor dos Outros Estabelecimentos Hoteleiros na coluna de 2005 corresponde ao ano de 2004. Verifica-se um aumento da capacidade dos estabelecimentos hoteleiros de 2002 para 2005, já que também se registou um ligeiro acréscimo do número de estabelecimentos, tendo Sines o acréscimo menor, à excepção de Alcácer do Sal, cujo acréscimo ainda foi menor.

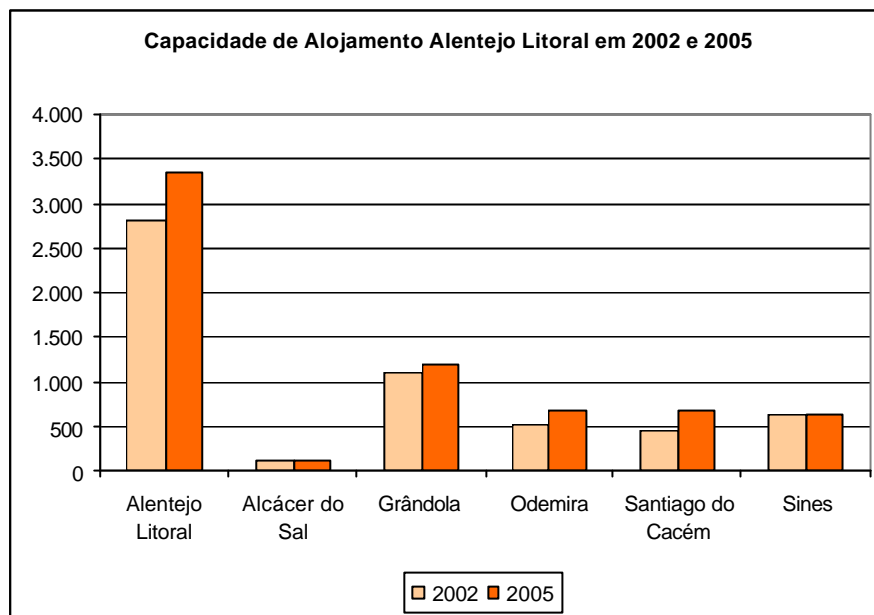


Gráfico 59 – Capacidade Estabelecimentos Hoteleiros no Alentejo Litoral, 2002 e 2005

No entanto a capacidade de alojamento (número de camas) coloca os concelhos numa ordem diferente da que correspondia ao número de estabelecimentos, ou seja, o concelho de Odemira é de longe o que tem mais estabelecimentos (16 unidades) enquanto em termos de capacidade Grândola é o concelho que se destaca, com um total de 1.205 mas sendo 1.084 referentes aos Outros Estabelecimentos Hoteleiros, que podem ser, por exemplo, os Hotéis-Apartamentos, os Aldeamentos Turísticos, ou as Moradias Turísticas, estabelecimentos onde cada quarto ou apartamento tem maior número de camas.

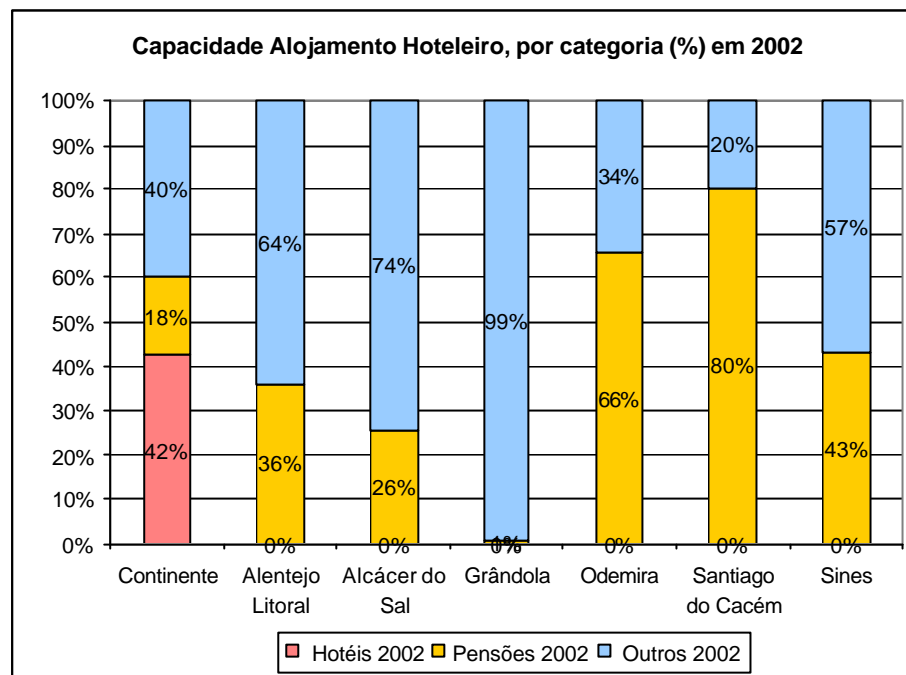


Gráfico 60 – Capacidade Estabelecimentos Hoteleiros por categoria no Alentejo Litoral, 2002

Em 2005 (Gráfico 61), em termos relativos, Sines que tinha 71% de Pensões só tem 42% de camas nas Pensões, sendo os restantes 58% correspondentes aos Outros Estabelecimentos Hoteleiros que são 2 Hotéis-Apartamentos.

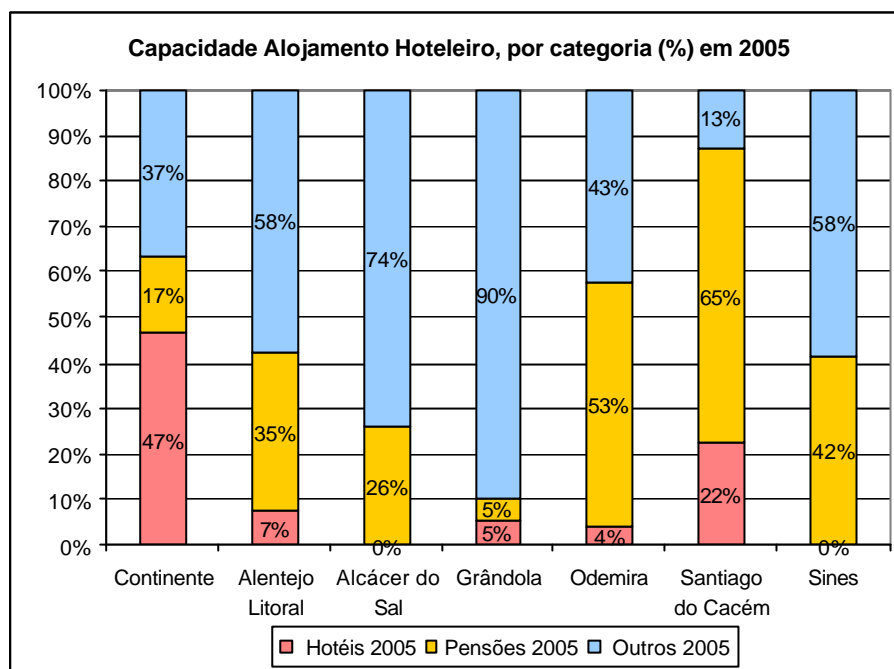


Gráfico 61 – Capacidade Estabelecimentos Hoteleiros por categoria no Alentejo Litoral, 2005

Relativamente a dados disponíveis no Portal electrónico sobre Alojamento para o concelho de Sines <http://viajar.clix.pt/dormir.php?c=196&t=4&lg=pt> encontrou-se a seguinte informação:

- 2 **Hotéis-Apartamentos**, um com 105 apartamentos (em Sines) e outro com 20 quartos (em Porto Covo), e pelo menos com cerca de 250 camas no total;
- 4 **Pensões/Residenciais**, 3 estabelecimentos (2 Residenciais e 1 Residencial/Hotel) em Sines e 1 Pensão em Porto Covo com um total de 83 quartos, equivalente a 166 camas;
- 1 **Albergaria** em Sines com 27 quartos, equivalente a 54 camas;
- 1 conjunto de **Apartamentos** em Porto Covo, com 3 apartamentos, com pelo menos 6 camas;
- 3 **Parques de Campismo** em Porto Covo não explicitando as respectivas capacidades;
- Ou seja, o concelho de Sines dispõe de cerca de 500 camas no total das várias tipologias (supondo 2 camas por apartamento decerto um valor subavaliado).

No entanto, os dados estatísticos mais recentes sobre o Turismo, disponibilizados pela Câmara Municipal de Sines (CMS) contêm uma informação que reflecte a actual oferta hoteleira no concelho, e que é a seguinte:

DESIGNAÇÃO	Localização	Classif	Quartos	Apartam / Bungalows	Camas / Pax / Lugares
Hotel-Apartamento					
Hotel Apartamento Sinerama	Sines	3*		105	260
Best Western Hotel de Porto Covo	Porto Covo	3*		20	60
				125	320
Pensões/Residenciais					
Pensão Residencial Veleiro	Sines	1ª cat	14		28
Pensão Residencial Búzio	Sines	2ª cat	33		66
Pensão Residencial Malhada	Sines	2ª cat	44		88
Pensão Residencial Carvalho	Sines	2ª cat	23		46
Pensão Restaurante Zé Inácio	Porto Covo	2ª cat	9		18
			123		246
Albergaria					
Albergaria Dom Vasco (*)	Sines	4*	27		100
			27		100
TER - Casas de Campo					
Courela do Salgueiro	Vale Secc		3		5
Refúgio da Praia - junto à ilha do Pessegueiro	Porto Covo		6		12
			9		17
SUB-TOTAL					683
Parques de Campismo					
1 Parque em S.Torpes	S. Torpes			10	500
1 Parque em Sines	Sines				800
2 Parques em Porto Covo	Porto Covo			19	1.420
1 Parque na ilha do Pessegueiro				24	960
				53	3.680
			318	303	4.346

Fonte: Estatísticas do Turismo – CMS

Quadro 58 – Estabelecimentos Hoteleiros e respectivas capacidades em Sines, 2007

Estes dados identificam: 2 **Hotéis-Apartamentos**, um em Sines com 260 camas e outro em Porto Covo com 60 camas; 5 **Pensões**, quatro delas em Sines e uma em Porto Covo com um total de 246 camas; 1 **Albergaria** em Sines com 100 camas. Todos estes estabelecimentos correspondem na última terminologia adoptada para a Actividade Turística aos **Meios Complementares de Alojamento Turístico** (MCAT) e têm uma capacidade total de cerca de 670 camas.

São ainda identificadas 2 unidades de **Turismo em Espaço Rural** (TER) – duas Casas de Campo com uma capacidade total de 17 camas.

O concelho de Sines, em termos de Empreendimentos Hoteleiros classificados oficialmente, não chega a oferecer 700 camas, no seu conjunto.

Os dados disponibilizados também incluem informação referente aos **Parques de Campismo** que têm grande expressão no concelho, pois há 5 Parques de Campismo: 1 em S. Torpes, 1 em Sines, 2 em Porto Covo e outro junto da ilha do Pessegueiro com uma capacidade total para 3.680 campistas, o que representa 85% da capacidade total de alojamento turístico.

Outros indicadores turísticos importantes e que traduzem a actividade turística são o **Nº de Hóspedes** e o **Nº de Dormidas** (Quadro 59) que dão informações diferentes já que, por exemplo, se pode ter muitos hóspedes mas que fiquem pouco tempo, gerando poucas dormidas. O Nº de Dormidas acaba por ser o indicador que mostra a maior utilização do estabelecimento, a maior ocupação (e consequente taxa de ocupação) e o maior rendimento (proveito).

	Dormidas		Hóspedes	
	2002	2005	2002	2005
Continente	27.962.327	28.746.617	9.311.209	10.140.406
Alentejo Litoral	300.095	234.444	128.271	109.951
Alcácer do Sal (*)	20.831	19.905	13.919	13.179
Grândola (*)	140.953	126.936	50.805	43.743
Odemira	56.984	58.391	23.551	25.267
Santiago do Cacém	27.926	43.833	17.210	25.237
Sines	53.401	48.260	22.786	22.234

Fonte: INE – Estatísticas do Turismo

Quadro 59 – Nº de Dormidas e Nº de Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros, no Alentejo Litoral, em 2002 e 2005

Nota: (*) o valor dos Outros Estabelecimentos Hoteleiros na coluna de 2005 corresponde ao ano de 2004

O **Nº de Hóspedes** (Gráfico 62) nos Estabelecimentos Hoteleiros regista valores e variações diferentes nos vários concelhos do Alentejo Litoral, estando os concelhos de Odemira, Santiago do Cacém e Sines na mesma classe, na ordem dos 22 mil a 25 mil hóspedes, o concelho de Alcácer do Sal numa classe mais abaixo com 13 mil hóspedes e o concelho de Grândola na classe mais elevada com quase 44 mil hóspedes.

Em termos de variação no período de 2002 a 2005 todos os concelhos mantiveram ou tiveram subidas do Nº de hóspedes, destacando-se Santiago do Cacém com a subida mais significativa, à excepção de Grândola que registou um decréscimo acentuado.

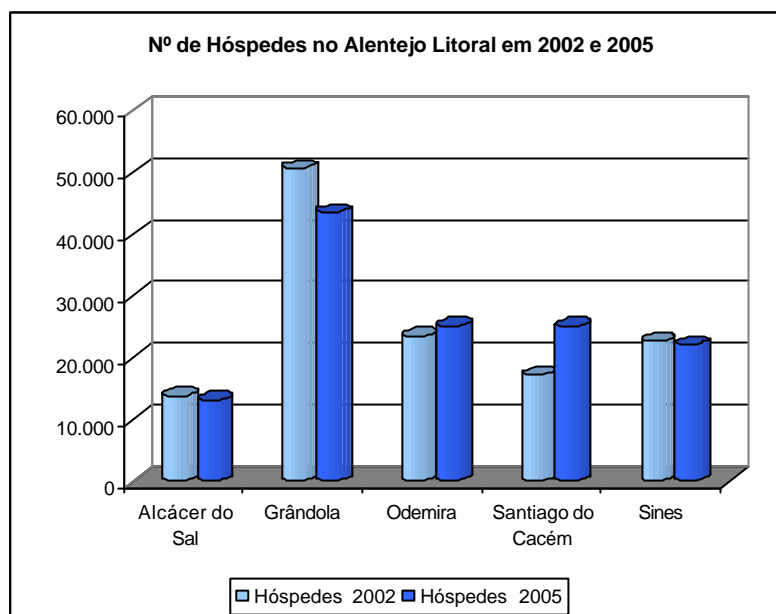


Gráfico 62 – Nº de Hóspedes dos Estabelecimentos Hoteleiros no Alentejo Litoral, 2002 e 2005

O **Nº de Dormidas** (Gráfico 63) apresenta flutuações positivas e negativas no período de 2002 a 2005 e nos vários concelhos do Alentejo Litoral, ou seja: Alcácer do Sal regista ligeira descida; Grândola regista um decréscimo mais significativo; Odemira tem uma pequena subida; Santiago do Cacém apresenta um acréscimo muito significativo; e Sines registou um pequeno decréscimo.

Em termos comparativos Odemira, Sines e Santiago do Cacém apresentam, em 2005, um Nº total de Dormidas da mesma ordem de grandeza, das 44 mil às 48 mil dormidas, destacando-se, pelo elevado valor, Grândola com quase 127 mil dormidas e pelo valor mais baixo, Alcácer do Sal com 20 mil dormidas.

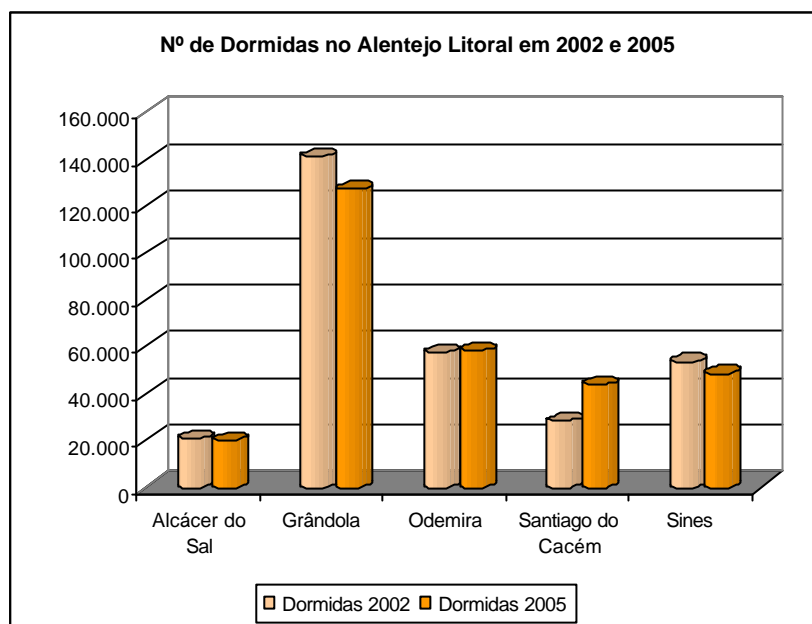


Gráfico 63 - Nº de Dormidas dos Estabelec. Hoteleiros no Alentejo Litoral, 2002 e 2005

Tanto os dados sobre o Nº de Hóspedes como o Nº de Dormidas, das várias tipologias de Estabelecimentos Hoteleiros (Hotéis, Pensões e Outros) não permitem conclusões nem comparações porque não apresentam valores, já que não cumprem os critérios de qualidade, ou seja, como têm menos que 10 unidades não podem ser divulgados (Quadro 60).

	Hotéis		Pensões		Outros	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Continente	5.614.370	6.402.886	1.437.077	1.451.084	2.259.762	2.286.436
Alentejo						
Litoral	...	15.179	...	35.991	86.535	58.781
Alcácer do Sal	0	0
Grândola	0
Odemira	0	...	11.659	11.046	11.892	13.488
Santiago do Cacém	8.932	9.382
Sines	0	0

Quadro 60 – Nº de Hóspedes segundo a categoria de Estabelecimentos no Alentejo Litoral, em 2002 e 2005

Comparando e ordenando os vários dados já apresentados (Gráfico 64) é possível identificar-se a importância de cada concelho e a sua posição relativa, surgem as seguintes observações:

- Odemira é o concelho que tem maior **Nº de estabelecimentos** enquanto Sines e Santiago do Cacém se encontram em segundo lugar;
- Em termos de capacidade (**Nº de camas**) Grândola aparece destacado e Sines em segundo lugar mas Santiago do Cacém “cai” para 4º lugar;

Relativamente ao **Nº de Hóspedes** e **Nº de Dormidas**, os concelhos de Grândola e Odemira apresentam sempre os valores mais elevados mas Santiago do Cacém fica de novo abaixo de Sines relativamente ao Nº de Dormidas.

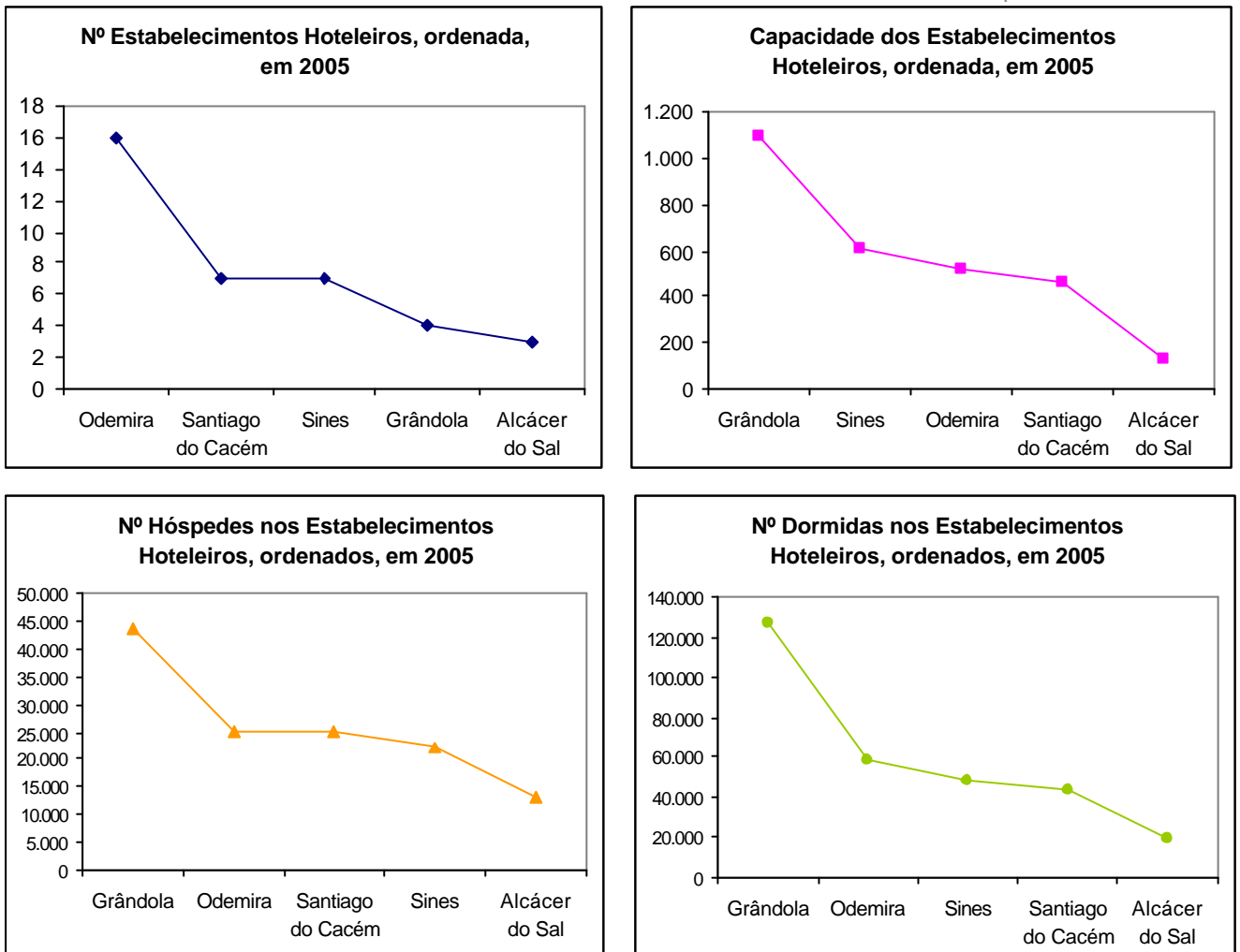


Gráfico 64 - Nº de Estabelecimentos Hoteleiros e respectivas Capacidades, Hóspedes e Dormidas, em 2002 e 2005

A **Estada Média no Estabelecimento** é medida pelo **nº de noites** que os hóspedes passam nos estabelecimentos e reflectem o tipo de turismo ou utilização que é feita, se são estadias maiores ou menores e que se podem associar mais a deslocações de férias ou de negócios, sendo estas geralmente menores.

	Estada média no estabelecimento				Taxa de ocupação-cama (bruta)			
	Nº de noites				%			
	2002	2003	2004	2005	2002	2003	2004	2005
Continente	3,0	3,0	2,9	2,8	33,6	37,4	36,5	37,0
Alentejo Litoral	2,3	2,4	2,4	2,1	28,5	26,6	28,5	25,1
Alcácer do Sal	1,5	1,5	1,5	1,5	43,2	40,1	40,3	38,6
Grândola	2,8	2,9	2,9	2,6	35,3	33,8	33,4	32,8
Odemira	2,4	2,5	2,4	2,3	32,0	30,8	28,6	27,5
Santiago do Cacém	1,6	1,8	1,8	1,7	13,7	13,6	18,7	18,0
Sines	2,3	2,4	2,4	2,2	23,8	20,9	28,2	20,8

Quadro 61 – Estada Média e Taxa de Ocupação - Cama nos Estabelecimentos Hoteleiros no Alentejo Litoral, em 2002 e 2005

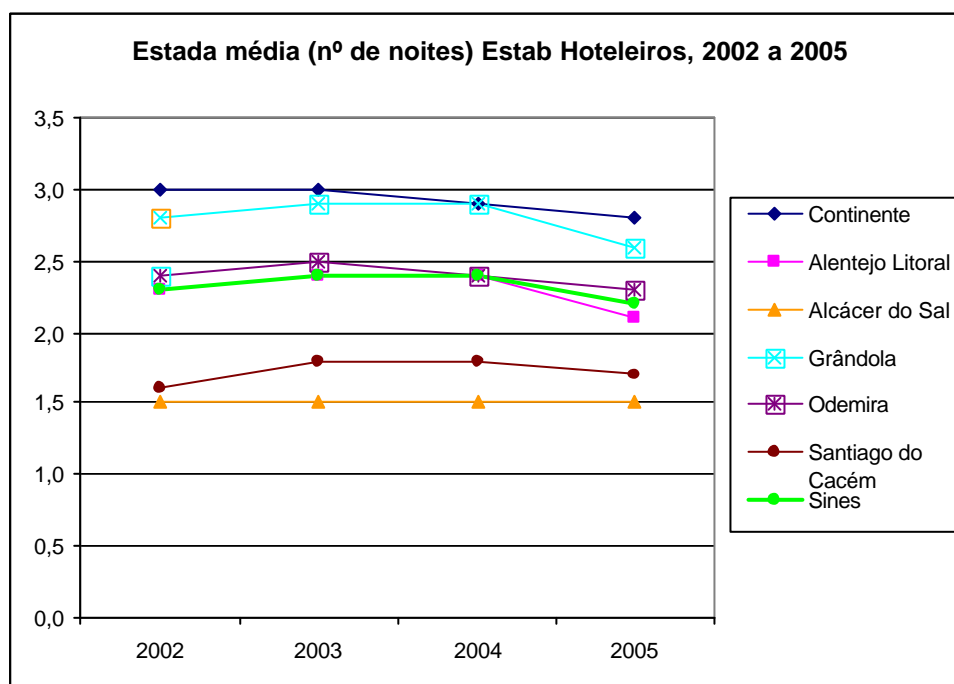


Gráfico 65 – Estada Média nos Estabelecimentos Hoteleiros, em 2002 e 2005

Em Sines de 2002 a 2005 (Quadro 61 e Gráfico 65) a **Estada Média** diminuiu ligeiramente mas mantém-se entre as 2,2 a 2,4 noites (semelhante ao comportamento da média do Alentejo litoral) e tem, em 2005 por exemplo, um

valor intermédio entre os números máximos de noites: que correspondem ao Continente e ao concelho de Grândola com, respectivamente, 2,8 e 2,6 noites e os mínimos: os concelhos de Alcácer do Sal e Santiago do Cacém com os valores respectivos de 1,5 e 1,7 noites.

A **Taxa de Ocupação-Cama** reflecte a maior ou menor ocupação, utilização ou procura dos estabelecimentos hoteleiros ao longo do ano e o comportamento dos vários concelhos do Alentejo Litoral, segundo este indicador, que é diferente do anterior (Quadro 61 e Gráfico 66). Por exemplo, Alcácer do Sal é o concelho o que tem uma taxa de ocupação maior (37%) mas é também o concelho que tem menos estabelecimentos, ou seja, fica muito depressa cheio (ocupado) porque não tem muita escolha nem muita oferta de alojamento.

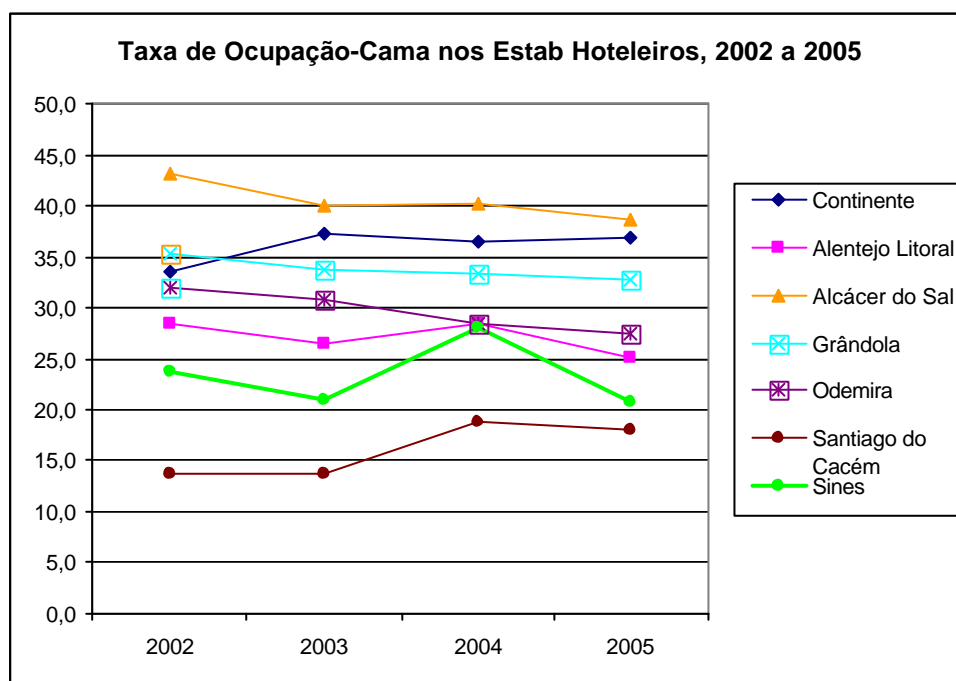


Gráfico 66 – Taxa de Ocupação-Cama nos Estabelecimentos Hoteleiros, 2002 e 2005

O concelho de Sines, assim como o de Santiago do Cacém ainda com valores mais baixos, é dos que tem uma **taxa de ocupação-cama** menor, com valores que variam de 21% a 24%, mas como são valores médios não quer dizer que não haja períodos de falta de alojamento e alojamentos cheios, caso do Verão em Porto Covo.

7.3 - ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE TURÍSTICA

7.3.1 - EVOLUÇÃO DAS TENDÊNCIAS DO CONSUMIDOR

As principais tendências ao nível do consumidor apontam para o crescimento do Turismo, potenciado pelo desenvolvimento do *short break*, pelo aumento do número dos adultos/seniores que viajam e pela procura de experiências diversificadas.

Aceleração do crescimento do número de turistas internacionais em todo o Mundo

O sector do Turismo cresceu a uma taxa de 8,0% ao ano, entre 2003 e 2005, superior ao crescimento médio da economia mundial (3%) no mesmo período. A Organização Mundial do Turismo prevê que até 2020 a tendência se mantenha, com o crescimento médio anual do número de turistas a atingir os 4,4% entre 2006 e 2020, mais uma vez superior às previsões para o crescimento da economia.

Envelhecimento da população europeia

Ao nível da importância de cada escalão etário para o Turismo tem-se verificado uma tendência para o envelhecimento do turista tipo, que se prevê que continue. Em 1992 o segmento *well established* – 40 a 59 anos de idade – representava 30% dos turistas, subindo para os 38% em 2001.

Por outro lado, existe uma correlação positiva entre a despesa anual média em férias e a idade. A despesa anual média *per capita* em férias na Europa atinge os 615A, sendo que os turistas com mais de 50 anos têm gastos acima da média.

Aumento do número de viagens de curta duração

À semelhança do que acontece com a idade média dos turistas, o número e a duração das viagens têm sofrido uma evolução. A tendência que se observa neste ponto é a de um aumento do número de viagens de curta duração.

Assim, entre 2000 e 2004, o número de *short trips* cresceu a uma taxa anual de 13%, face a um decréscimo anual de 4% dos turistas que apenas fazem uma

viagem longa por ano. A combinação entre uma viagem longa e várias *short trips* também tem vindo a aumentar, crescendo no período em análise a uma taxa anual de 4%.

Aumento dos gastos com a estadia e redução dos gastos com a viagem

No que diz respeito à composição da despesa dos turistas, prevê-se que se mantenha a tendência observada nos últimos anos de crescimento da despesa com a estadia em detrimento da despesa com a viagem.

Procura de experiências diversificadas

À semelhança do que acontece com a despesa, também os produtos e as experiências procuradas pelos turistas têm evoluído. Neste ponto destaca-se a tendência para um aumento da diversificação das experiências, que se reflecte naturalmente nas principais motivações de viagem. Neste contexto, é cada vez mais importante a oferta de um conjunto alargado de produtos que dê resposta a uma procura diversificada.

Aumento do DIY e diminuição das viagens organizadas

Existe uma tendência para uma redução do peso das viagens organizadas, por oposição ao crescimento do DIY (*do it yourself*). Utilizando como exemplo a forma de organização das viagens dos turistas estrangeiros em Espanha, entre 2001 e 2005, verificamos, quer em termos relativos, quer em valores absolutos, uma tendência para a diminuição das viagens vendidas sob a forma de pacote turístico, – crescimento anual de -4% – por oposição ao verificado nas viagens sem pacote turístico que têm crescido a um ritmo anual de 9%.

7.3.2 - AMBIENTE CONCORRENCIAL ENTRE DESTINOS

Os países e as cidades estão a aumentar a sofisticação da sua oferta, competindo em todo o ciclo do turista (notoriedade/promoção, motivações, acessibilidade, experiência local) para atrair e fidelizar turistas.

As alterações no comportamento dos turistas, já referidas anteriormente, estão a levar a que os vários destinos (países, regiões, cidades) aumentem a sofisticação da oferta para atrair e fidelizar turistas.

Observa-se um esforço dos vários destinos na realização de eventos mediáticos no sentido de aumentar os níveis de notoriedade/promoção. Quanto aos produtos oferecidos, tem existido uma evolução no sentido da diversificação, através de ofertas diferenciadoras e inovadoras, para dar resposta às múltiplas motivações dos turistas. Em relação às acessibilidades, já assinalámos a tendência para a diminuição dos custos com o transporte, daí que seja importante para um destino europeu captar rotas e bases de companhias *low cost*. Finalmente, verifica-se uma actuação dirigida à qualidade do serviço, do ambiente, do espaço urbano e do ordenamento do território, no sentido de melhorar a experiência local.

Organização de mega eventos mediáticos para gerar notoriedade de destino e promoção generalizada das marcas países e principais regiões

A organização de mega eventos assume cada vez mais importância, devido ao mediatismo e notoriedade que estes trazem. Neste contexto, eventos mediáticos – desportivos ou de outro tipo – assumem especial importância, não só pela quantidade de turistas que trazem ao destino, mas também pela publicidade que geram. Eventos da magnitude do Euro 2004 ou da Expo 98 provocam um “efeito escala” de notoriedade, levando ao aumento do número de turistas não só no ano do evento, mas também nos anos seguintes.

Desenvolvimento de infra-estruturas/conteúdos e eventos regulares para dar resposta a múltiplas motivações

O comportamento do consumidor tem evoluído no sentido de preferências mais complexas, com múltiplas motivações. Neste contexto, os destinos têm vindo a desenvolver infra-estruturas e conteúdos que respondem aos novos padrões de comportamento do consumidor.

A disponibilização de um calendário de eventos de projecção internacional é importante para reforçar as motivações e promover a fidelização do turista (no caso de eventos regulares – ex. Oktoberfest). Esta realidade pode ser observada em destinos concorrentes de Portugal, onde existe um grande esforço na criação de eventos regulares. Igualmente importante tem sido o desenvolvimento de infra-estruturas que, pela sua existência, conseguem atrair mais turistas a uma região, sendo o exemplo mais flagrante o Museu *Guggenheim*, em Bilbao.

Criação de condições para o desenvolvimento de *low cost* e desenvolvimento das ligações ferroviárias de alta velocidade

Criar condições para o desenvolvimento de companhias *low cost* assume-se cada vez mais como base para um bom desempenho turístico na Europa. Como já foi anteriormente referido, a despesa com a estadia está a ganhar peso no total das despesas de Turismo, por oposição ao decréscimo dos gastos com o transporte.

Assim, é essencial existirem companhias *low cost* baseadas, ou com operação relevante, nos aeroportos portugueses. Ilustrativo deste facto é o desempenho, em termos de tráfego, dos aeroportos com companhias *low cost* baseadas, comparativamente aos aeroportos sem *low cost carriers*. No período 2002-2003 as taxas de crescimento dos aeroportos com companhias *low cost* baseadas foi claramente superior.

Actuação a vários níveis para melhorar a experiência local englobando urbanismo, ambiente, animação e conteúdos culturais

Assiste-se igualmente a uma maior preocupação com a qualidade do urbanismo e do ambiente, e a uma melhoria dos conteúdos culturais e de animação. A Catalunha, por exemplo, possui leis específicas de protecção da paisagem.

As ilhas Baleares são outro exemplo de um destino cuja actuação reflecte as crescentes preocupações urbanísticas e ambientais. Com problemas de desordenamento do território e excesso de construção – à semelhança de algumas zonas turísticas em Portugal – a região tem vindo a tomar um conjunto de medidas para inverter esta situação como, por exemplo, no caso da construção de um novo

empreendimento obrigatoriamente será destruído outro, e no caso da construção de campos de golfe, estes obrigatoriamente utilizarão as águas residuais.

7.3.3 - PROPOSTA DE VALOR ATRACTIVA BASEADA NAS CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADORAS DE PORTUGAL

A proposta de valor para Portugal aposta na combinação dos elementos diferenciadores e dos elementos qualificadores do país.

Os elementos diferenciadores constituem os recursos turísticos que distinguem Portugal de outros destinos concorrentes – clima e luz; história, cultura e tradição; hospitalidade; diversidade concentrada.

Os elementos qualificadores são necessários para qualificar Portugal para o leque de opções dos turistas – autenticidade moderna, segurança e excelência na relação qualidade/preço.

Quatro factores como base de diferenciação:

- Clima e Luz
- História, Cultura e Tradição
- Hospitalidade
- Diversidade concentrada

Em relação à diferenciação face a outros destinos, Portugal distingue-se pelo seu clima e luz, pela sua cultura e tradição, pelo acolhimento e pela diversidade concentrada que apresenta.

7.3.4 - ALENTEJO

As dormidas de estrangeiros no Alentejo segundo as tendências dos últimos anos deverão atingir os 650 mil em 2015, correspondendo a um crescimento anual de 10,8%. O número de turistas (hóspedes estrangeiros) irá crescer 6,4% ao ano. Nas receitas (proveitos totais em estabelecimentos hoteleiros) verificar-se-á um forte

impulso, sobretudo após 2009. Para o total dos 10 anos o crescimento médio anual será de 12,5%.

O crescimento de dormidas de turistas nacionais deverá ser de 3,3%.

O Alentejo tem como objectivo crescer em número de turistas e sobretudo em valor, potenciando o *cross selling* com Lisboa. Pretende-se que o destino esteja associado ao contraste entre tranquilidade e diversão saudável. No que diz respeito aos produtos, o crescimento da região deve ser alavancado no *Touring*, Sol e Mar e Golfe.

A actual crise económica poderá obviamente, alterar as previsões, pelo menos nos curto/médio prazo.

7.3.5 - ESTRATÉGIA DE PRODUTOS

Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos. Portugal dispõe das "matérias-primas" – condições climatéricas, recursos naturais e culturais – potenciadoras do desenvolvimento e consolidação de 10 produtos turísticos estratégicos:

- Sol e Mar
- *Touring* Cultural e Paisagístico
- *City Break*
- Turismo de Negócios
- Turismo de Natureza
- Turismo Náutico (inclui os Cruzeiros)
- Saúde e Bem-estar
- Golfe
- *Resorts* Integrados e Turismo Residencial
- Gastronomia e Vinhos.

Os produtos turísticos estratégicos foram seleccionados tendo em conta os recursos e os factores distintivos de Portugal, mas também o seu potencial de crescimento futuro.

Nos produtos de Turismo de lazer prevê-se um crescimento anual acima dos 5%, com a excepção do Sol e Mar – produto seleccionado pela sua elevada importância actual no Turismo em Portugal, e quota de mercado no Turismo mundial.

- Requalificar o produto Sol e Mar, em especial no Algarve, e apostar em ofertas complementares que reforcem a proposta de valor para o turista.
- Potenciar a diversidade concentrada de recursos atractivos a curtas distâncias, face a outros destinos, para desenvolver o *Touring Cultural* e Paisagístico.
- Melhorar a acessibilidade a Lisboa e ao Porto, assim como a experiência do turista no Porto, é a prioridade para o desenvolvimento do *City Break*.
- O produto Turismo de Negócios assume especial importância pelo volume de viagens que representa e, principalmente, por contribuir para a redução da sazonalidade dos destinos.
- O Turismo de Natureza, em Portugal, apresenta lacunas de infra-estruturas e falta de experiência e *know how*.
- Portugal deverá consolidar a forte projecção internacional como destino de Golfe, sendo o destino de referência a nível europeu.
- A aposta no produto Turismo Náutico poderá ter um grande impacto para o Turismo em Portugal, mas requer o desenvolvimento de infra-estruturas de suporte, sendo especialmente prometedora no Alentejo Litoral.
- Os *Resorts* Integrados e Turismo Residencial serão importantes no desenvolvimento do Turismo, principalmente nas regiões com menor expressão turística como o Alentejo e o Oeste.

- Portugal pode ambicionar tornar-se um *wellness destination*, alavancando o potencial dos Açores e da Madeira para o desenvolvimento de ofertas distintas.
- Portugal poderá tornar-se um destino de excelência do produto Gastronomia e Vinhos, beneficiando das condições do Douro e do Alentejo.

7.3.6 - LINHAS ORIENTADORAS PARA AS REGIÕES

Desenvolver ofertas distintas para as regiões alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando na vocação natural de cada região e desenvolvendo factores de qualificação.

A proposta de valor de cada região deverá estar alinhada com a proposta de valor do destino Portugal

As regiões têm um conjunto de recursos diversificados, sendo que destes alguns constituem factores de diferenciação.

Conceito/Objectivo para a NUT II Alentejo:

O modelo de desenvolvimento de curto prazo do Alentejo passa pelo contraste entre um ambiente tranquilo e uma região *playground*, com diversas actividades ao ar livre.

Assim, o produto *core* da região é o *Touring*, secundado pelo Sol e Mar. O Golfe, o Turismo Náutico, a Saúde e Bem-estar, os *Resorts* Integrados e Turismo Residencial e a Gastronomia e Vinhos constituem produtos diversificadores da oferta.

- Crescimento em número e sobretudo em valor de turistas – misto de Turismo nacional e internacional.
- *Cross-selling* com Lisboa.
- Contraste entre tranquilidade e diversão saudável – nicho.

- Aposta no *Touring* (Alentejo) e Sol e Mar e Golfe (pólo Alentejo Litoral) para potenciar o crescimento do Turismo.
- A curto prazo, o Sol e Mar, o *Touring* e o *City Break*, serão os produtos que mais contribuirão para o crescimento das regiões.

Face aos recursos e factores distintivos que cada região apresenta, o desempenho de curto/médio prazo irá estar alavancado num conjunto de produtos específicos. Note-se ainda que os produtos que menos contribuem para o volume global de receita podem ter um efeito positivo ao nível da sazonalidade, diferenciação e qualificação do destino.

O **pólo turístico do Alentejo Litoral** estende-se desde a península de Tróia até Vila Nova de Milfontes, e possui um conjunto de conteúdos distintivos – clima, orla costeira preservada e reservas/parques naturais – que justificam a criação de um pólo de desenvolvimento turístico

O pólo turístico do Alentejo Litoral, circunscrito pela NUT 3 Alentejo Litoral, abrange toda a linha de costa, desde a península de Tróia até Vila Nova de Milfontes e Alcácer do Sal e inclui uma costa com praias com bandeira azul e duas reservas naturais. Os objectivos para o pólo pretendem um crescimento em número de turistas e em valor, acompanhado da preservação dos recursos naturais.

O Alentejo Litoral possui um conjunto de recursos que permite apostar no Sol e Mar, *Touring*, Golfe e *Resorts Integrados* e Turismo Residencial, destinados prioritariamente ao mercado interno e espanhol. É necessário intervir ao nível das condições rodoviárias dentro do pólo – ao nível de segurança e da sinalização – assim como melhorar o funcionamento da ligação por *ferry-boat* a Tróia. Actualmente a oferta hoteleira de qualidade é reduzida, mas deverá crescer a curto prazo, pela construção, entre outros, de um hotel de 5 estrelas.

7.4 - PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO

As opções preconizadas no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) constituem o enquadramento sectorial a considerar para a definição de estratégias de produto e de posicionamento do Alentejo Litoral.

Para o Alentejo, estabelece que “o produto chave da região é o circuito turístico (*touring*) cultural e paisagístico, secundado pelo sol e mar. O golfe, o turismo náutico, a saúde e bem-estar, os conjuntos turísticos (*resorts*) integrados e turismo residencial e a gastronomia e vinhos constituem produtos diversificadores da oferta”.

Esta orientação é válida para o Alentejo Litoral, com a diferença que o sol e mar constitui aqui produto principal. Os outros produtos estratégicos mencionados são os que vão permitir a necessária diversificação da oferta no sentido de reduzir a sazonalidade do turismo e de criar massa crítica no destino turístico.

7.5 - PROT ALENTEJO – PROPOSTA TÉCNICA

Adopta-se aqui uma visão crítica, designadamente no capítulo das “Normas Orientadoras” visto tratar-se de um documento em discussão.

Começamos pela visão de futuro expressa nas OEBT:

«Região revelando uma crescente articulação territorial e económica com o espaço nacional e ibérico, desenvolvendo uma actividade produtiva baseada na valorização dos recursos endógenos com elevado potencial económico, na crescente afirmação de novos factores de competitividade económica, nomeadamente, ao nível da inovação e desenvolvimento tecnológico, da qualificação do capital humano e na criação de qualificadas condições de atracção fixação e desenvolvimento de investimento empresarial.»

Traduzindo para o Turismo alguns elementos desta visão:

(i) Crescente articulação territorial e económica com o espaço nacional e ibérico

As OEBT definem «como elemento fundamental da estratégia de desenvolvimento territorial para a região a exploração, em benefício do crescimento e do desenvolvimento económico regional, das novas e vantajosas condições geo-económicas que a região virá a beneficiar no curto e médio prazo, fruto da localização e reforço de importantes infra-estruturas de acessibilidades e conectividade económica internacional (...) O incremento dos níveis de acessibilidades à Área Metropolitana de Lisboa coloca, inevitavelmente, uma ampla faixa do território regional na área de influência económica directa da região de Lisboa (...) Também a concretização do Aeroporto de Beja irá reforçar a internacionalização da região e a sua abertura ao exterior, mediante a captação de fluxos turísticos essencialmente relacionados com Alqueva e com o litoral alentejano (...)».

As condições geo-económicas do Alentejo Litoral, designadamente até Sines, a inserção na região directamente polarizada pela Área Metropolitana de Lisboa, agora reforçada pela decisão de localização do novo aeroporto em Alcochete, criam um cenário de oportunidade específico para o desenvolvimento da oferta turística e nomeadamente do turismo residencial.

Este cenário de oportunidade pode ser traduzido em investimentos e criação de novos empregos que vão implicar atracção de novos residentes, numa dinâmica de renovação da base económica regional e de novas funções para este território.

Com que justificação se pretende limitar a capacidade de alojamento turístico a um rácio com a população residente actual? A inovação pode ser incremental ou ser de ruptura e no Alentejo Litoral será de ruptura, sob pena de se perder esta oportunidade.

(ii) Actividade produtiva baseada na valorização dos recursos endógenos com elevado potencial económico.

As OEBT apresentam como desígnio «consolidar a região Alentejo como destino turístico, associado a uma oferta qualificada e ajustada com as características

ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade.

E mencionam que «a qualidade e diversidade de atractivos permitem que no Alentejo se possa desenvolver um turismo orientado para as mais variadas vertentes: turismo de natureza, turismo cultural, saúde, sol e mar, enoturismo e gastronomia, turismo activo/desportivo, golfe, congressos e incentivos. Através do desenvolvimento de ofertas estruturadas e diversificadas, proporcionando experiências únicas no que diz respeito aos seus recursos naturais, patrimoniais e culturais e interagindo de uma forma muito próxima com as populações e vivências locais, o turismo pode contribuir de forma inequívoca para o desenvolvimento de uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade. Para a consolidação da atractividade turística do Alentejo, é importante qualificar as infra-estruturas de suporte e promover a articulação das entidades, associadas a uma oferta selectiva e de qualidade, capaz de associar a valorização da oferta com o desenvolvimento sustentável do território.»

Do ponto de vista da valorização dos recursos endógenos, está tudo certo e faz todo o sentido como modelo de desenvolvimento mas a qualificação das ofertas, com consolidação de um destino turístico que não seja apenas de touring/excursionismo e possa captar estadas turísticas, investimento e geração de empregos e rendimento tem de permitir o crescimento da capacidade de acolhimento em alojamento turístico e tem que atender às modalidades que têm mercado de utilizadores e de investidores.

Incontornavelmente, a valorização da oferta tem que ser compaginada com o desenvolvimento sustentável, o que, aliás, é hoje exigência do mercado e imperativo de competitividade para os investidores.

(iii) Crescente afirmação de novos factores de competitividade económica

As OEBT dizem que «a Área Costeira do Alentejo manifesta um conjunto diversificado de potencialidades de desenvolvimento económico (...) e ainda as actividades turísticas, nomeadamente, em torno do produto sol-mar, mas também

no produto do turismo cultural. (...) Marcada por uma linha de costa com um valor natural ímpar no contexto nacional e europeu e revelando potencialidades económicas em vários sectores, necessitando, por isso, de uma abordagem integrada, a Área Costeira manifesta-se claramente como uma das componentes estruturantes (emergentes) da organização territorial da economia regional.»

O Alentejo Litoral contém potencialidades em vantagens comparativas que vão muito para além do produto sol-mar e do turismo cultural, basta observar os investimentos emergentes na Comporta, Alcácer do Sal e Tróia.

A afirmação dos novos factores de competitividade económica não é compatível com a adopção de perspectivas conservadoras sobre os produtos turísticos e o potencial de um território-destino integrado que se pode afirmar como novo território turístico correspondente às novas procuras de turismo, lazer, residência e negócios.

Ainda citando as OEBT, no capítulo do “Modelo Territorial Sectorial – Desenvolvimento Turístico”:

«O turismo assume-se como um factor importantíssimo no ordenamento e gestão do território, bem como, num sentido lato, numa peça chave para o desenvolvimento rural do nosso território.»

«(...) Dos diversos recursos turísticos existentes no Alentejo destacam-se pela sua qualidade e autenticidade o património natural e cultural. Neste sentido, e tendo em conta que o “touring” pode ser um dos produtos turísticos “de excelência” e “por excelência” do Alentejo (...) a consolidação do Alentejo enquanto destino de “touring cultural” (...) a região poderá potenciar o **turismo de natureza (...)** actuando o litoral como o destino privilegiado do **produto “sol e mar” (...)** O **Turismo em Espaço Rural (TER)** assume grande expressão, não propriamente pela capacidade de alojamento (reduzida em número), mas pelo carácter disseminado que apresenta por todo o território alentejano, e pela diminuta transformação do território que abarca, em estreita relação com as características

rurais do mesmo. (...) mas também na perspectiva de valorização de um dos produtos estratégicos apontados no PENT – a **gastronomia e vinhos.**»

O comentário que se pode fazer a estes apontamentos das OEBT é que o modelo turístico de desenvolvimento do Alentejo Litoral pode ir muito além do touring cultural, do turismo de natureza, do TER, da gastronomia e vinhos e do sol e mar. Sem desprezar o interesse desses domínios de produto do ponto de vista da diversidade da oferta do destino, as oportunidades que se colocam face aos recursos e às condições geo-económicas do Alentejo Litoral vão muito para além do modelo passadista do folclore e da paisagem.

Citando o PENT, refere-se que “o modelo de desenvolvimento de curto prazo (?) do Alentejo passa pelo contraste entre um ambiente tranquilo e uma região de animação turística, com diversas actividades ao ar livre. Assim, o produto chave da região é o circuito turístico (*touring*) cultural e paisagístico, secundado pelo sol e mar. O golfe, o turismo náutico, a saúde e bem-estar, os conjuntos turísticos (*resorts*) integrados e turismo residencial e a gastronomia e vinhos constituem produtos diversificadores da oferta”.

“Dos seis novos pólos de desenvolvimento turístico (para além da região Açores) preconizados pelo PENT a nível nacional, o Alentejo abarca dois (...) o pólo “Litoral Alentejano”, apoiado no produto sol e mar, em circuitos turísticos (*touring*) cultural e paisagístico, em complexos turísticos (*resorts*) e no golfe.”

Para o Alentejo Litoral, pode-se, e deve-se, acrescentar o turismo de saúde e bem-estar e o turismo de negócios.

E as OEBT assim o fazem ao desenvolver o modelo para a “faixa litoral”, do qual salientamos algumas referências:

- A extensa fachada atlântica regional, onde se localiza um dos mais importantes portos nacionais (Sines), um número significativo de núcleos piscatórios e a existência de áreas estuarinas, lagunares, cursos de água e albufeiras, podem potenciar o desenvolvimento de

actividades associadas aos produtos “Sol e mar” e “Touring paisagístico e cultural”.

- A parte sul da Faixa Litoral, sendo a mais bem conservada do país, com um significativo conjunto de valores naturais únicos, pode ser relevante para a prática do turismo de natureza, dado que é uma unidade territorial com elevada identidade e singularidade, nacional e europeia (incluída no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Sítio da Rede Natura 2000).
- Também a presença de um rico património histórico-arqueológico, (de que se destacam as ruínas romanas de Tróia e de Miróbriga, os núcleos urbanos e castelos de Alcácer do Sal e Sines, entre outros), através da sua valorização e preservação, permite a realização de um conjunto de actividades de animação turística, importantes para a diversificação e consolidação da oferta existente.
- Pelo facto de se constituir como um dos seis novos pólos turísticos de desenvolvimento, identificados no âmbito do PENT, esta sub-região regista um crescente interesse de investimentos turísticos, associados a conjuntos turísticos (resorts) integrados (respeitando as características paisagísticas, culturais e ambientais) e de turismo residencial.
- A concretização de complexos turísticos integrados (resorts), onde predominem como actividades fundamentais as instalações e equipamentos hoteleiros, de lazer e de turismo (nomeadamente, campos de golfe e instalações associadas) devem associar-se directamente à manutenção e valorização dos espaços naturais ou das actividades rurais, acautelando os valores cénicos e a identidade da paisagem e da cultura.
- As infraestruturas recentemente construídas em Lousal, Sines e Tróia reúnem condições para a realização de actividades associadas ao turismo de negócios (MICE – Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions) e de investigação científica (Centro Ciência Viva), promovendo a diversificação da oferta e a diminuição da sazonalidade existente nos produtos associados ao Sol e Mar.

- Associadas às zonas balneares, existem condições naturais únicas que podem proporcionar oportunidades para a prática de um turismo de saúde e bem-estar que envolva actividades físicas e terapêuticas diversas, como por exemplo a talassoterapia.

Mais adiante, as OEBT mencionam que «devem também ser promovidas as novas potencialidades assentes em recursos e produtos diversificadores da oferta actual, nomeadamente:

- Conjuntos turísticos integrados (resorts);
- Golfe;
- Saúde e Bem-estar;
- Turismo náutico.»

E também referem que «a partir dessa base inicial de estruturação da oferta, há que promover o investimento em empreendimentos turísticos de alojamento e de animação que estimulem a atractividade e criem condições para estadas de turistas, no sentido de obter o crescimento de actividades turísticas com valências económicas mais fortes.» (sublinhado nosso).

O comentário que se oferece vai no sentido favorável quanto ao entendimento sobre a estratégia de desenvolvimento turístico.

Resta garantir que o modelo territorial e as normas orientadoras propostas sejam coerentes com esta estratégia.

As Opções Estratégicas de Base Territorial apresentam como objectivo «consolidar a região Alentejo como destino turístico de projecção internacional associado a uma oferta ajustada às características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade». A prossecução deste objectivo implica a atracção de investimentos em grande escala para empreendimentos rentáveis, como se pode verificar no caso dos *resorts* em construção na Comporta e em Tróia.

As limitações à capacidade de alojamento por áreas turísticas têm um efeito dissuasor desses investimentos, o que se pode entender por critérios de impacto ambiental mas nunca por fixação generalizada de tectos globais por área que não fazem sentido.

Como não faz sentido que em sede de PROT se fixem “Áreas Turísticas” e “Núcleos Urbanos de Desenvolvimento Turístico”, altamente condicionadores das estratégias locais de desenvolvimento e seguramente conservadores à luz das concepções inovadoras dos produtos turísticos estratégicos e da necessária liberdade de implantação no território que só será legitimamente limitada por condicionantes ambientais e de salvaguarda de outros usos, nunca por critérios cegos de “taxa de função turística” a fazer as vezes de capacidade de carga.

As OEBT mencionam «os desafios decorrentes da diversificação e modernização da base económica regional» a propósito Sistema Regional de Conhecimento-Tecnologia-Inovação mas estes desafios também se aplicam ao Turismo, indústria em profunda mudança que requer acolhimento nos Instrumentos de Gestão Territorial e não se conforma com os padrões conservadores dos anos 80.

Quanto à limitação do número de camas, percebe-se a intenção de evitar a exagerada “turistificação” da região mas trata-se de uma visão muito simplista do que se pode considerar a capacidade de carga turística do território.

O Alentejo está muito longe de uma situação de excesso de oferta e, em qualquer caso, o mercado tem as suas próprias formas para resolver a questão, não é preciso nem conveniente afastar o investimento por regulamento administrativo.

A razão de tal limitação faz sentido numa região turística madura e congestionada, não faz sentido numa região em que o turismo está em fase de crescimento e é uma actividade estratégica emergente, muito longe da fase de maturidade e a anos de luz do congestionamento.

Verifica-se um evidente preconceito relativamente ao alojamento turístico, preconceito que supomos deriva do facto de alguns investimentos terem um carácter mais imobiliário do que turístico.

Nesta matéria há dois reparos pertinentes:

- **Para evitar que empreendimentos turísticos fora de perímetros urbanos venham a configurar loteamentos urbanos, é preferível impor rácios de unidades de alojamento afectas à exploração turística e de níveis de serviço e de equipamentos de animação turística, fórmula que está presente e claramente tipificada na legislação dos empreendimentos turísticos e que pode ser transposta para os instrumentos de gestão do território;**
- O produto “turismo residencial” é um dos dez produtos estratégicos do Plano Estratégico Nacional do Turismo, designadamente sob a forma dos “resorts integrados”, é reconhecido como tal pela Organização Mundial do Turismo e é contemplado no novo Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos, sendo considerado um dos produtos com grande oportunidade para a região do Alentejo, nomeadamente para o pólo turístico Alentejo Litoral.

Longe vai o tempo em que se pensava que apenas o alojamento turístico contemplado nas tipologias do Turismo em Espaço Rural (TER) poderia ser factor de diversificação das actividades em meio rural. O impacto global do TER na região do Alentejo foi muito reduzido e hoje é pacífico que, por exemplo, um resort integrado, ainda designado na legislação em vigor como conjunto turístico, é um modelo perfeitamente aceitável e desejável para o espaço rural, atentas naturalmente as condicionantes de ocupação que lhe conferem a necessária sustentabilidade territorial, com impactos sobre a revitalização do tecido económico que o TER nunca logrará alcançar.

8 - ESTRUTURA URBANA DO CONCELHO

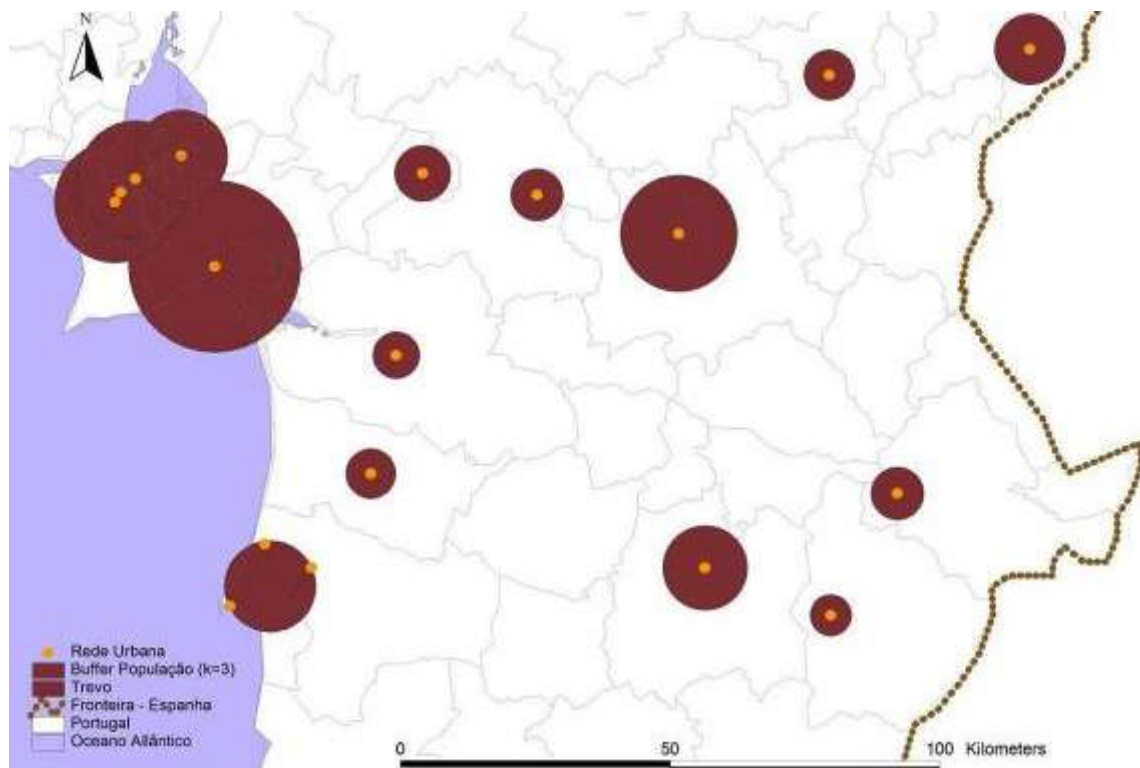
8.1 - SINES NO ALENTEJO

O cartograma da Figura 17 representa a população residente nas cidades do Alentejo e o valor agregado das cidades de Sines, Vila Nova de Santo André e Santiago do Cacém, cujo conjunto se designa por Trevo.

O raio da circunferência, em quilómetros foi obtido pela fórmula

$$r = \sqrt{\left(\frac{\text{população}}{1000 \times p}\right)} \times 3.$$

Observa-se um significativo aumento da expressão do Trevo no contexto regional, quando comparado com o valor das três cidades independentemente. Atendendo à Figura 17 a hierarquia dos centros urbanos do Alentejo (sem a Península de Setúbal) em função da população residente, verifica-se que o Trevo ocupa o 2º lugar, à frente de Beja, enquanto que separadamente, Sines, Vila Nova de Santo André e Santiago do Cacém apenas ocupariam os 11º, 12º e 18º lugares, respectivamente.



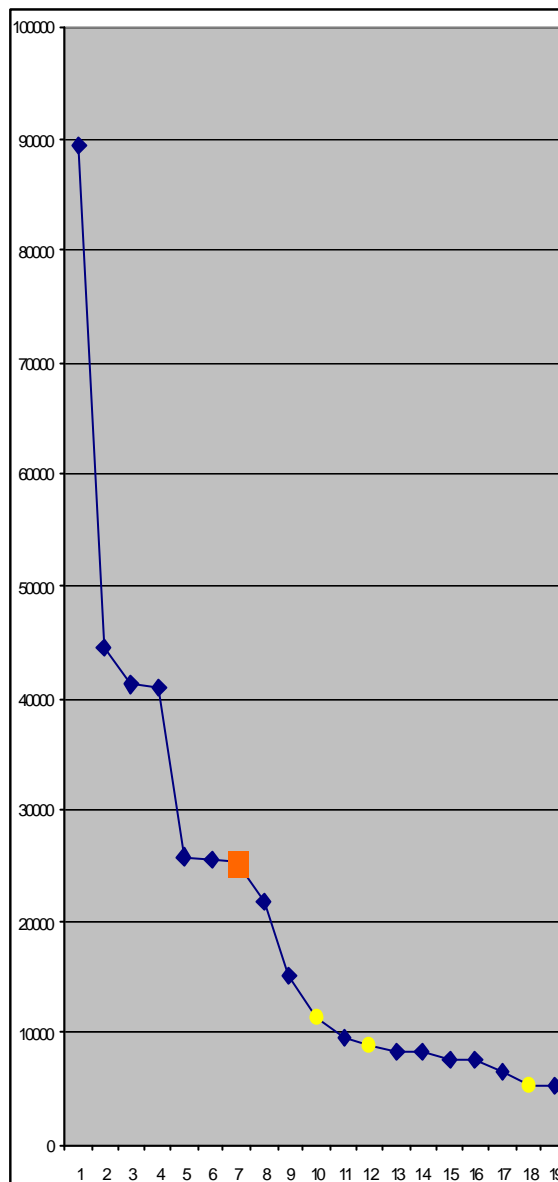
Fonte: INE

Figura 18 - Principais aglomerados populacionais do Alentejo

8.2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os dados da população residente em cidades provêm do estudo “As Cidades em Números” (INE, 2004 - com base nos censos 2001), que não incluem a vila de Grândola. O valor da população desta vila foi estimado com base na população da Freguesia multiplicada por um factor de correcção. Este factor de correcção corresponde ao quociente entre a população residente no centro urbano e a população residente na Freguesia. Foram calculados os quocientes para Sines, e Vila Nova de Santo André e Santiago do Cacém, tendo-se obtido valores de 0.91, 0.82 e 0.72, respectivamente. Dada a natureza e as características do povoamento em Grândola, organizado em pequenas aldeias e lugares dispersos ao longo da rede viária, foi escolhido o factor de correcção de 0.72.

Designação	Residentes (total)
Setúbal	89.303
Amora	44.515
Evora	41.159
Barreiro	40.859
Montijo	25.719
Seixal	25.608
Trevo	25.288
Beja	21.658
Elvas	15.115
Sines	11.303
Vendas Novas	9.485
V. N de Santo André	8.745
Moura	8.459
Montemor-o-Novo	8.298
Estremoz	7.682
Grândola (Estimativa)	7.500
Alcácer do Sal	6.602
Santiago do Cacém	5.240
Serpa	5.201



Quadro 62 – Hierarquia das cidades do Alentejo

8.3 - O TREVO URBANO

Na tentativa de estimar o potencial de atracção das cidades de Sines, Vila Nova de Santo André e Santiago do Cacém entre si, recorreu-se a dados do INE e a indicadores empíricos designados por Funções Centrais e Unidades Funcionais. Estes dados reafirmaram o protagonismo de Sines à escala do Trevo, para os diferentes conjuntos de indicadores empregues.

8.3.1 - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E METODOLOGIA:

Os dados do INE provêm do estudo “As Cidades em Números” (2004), que têm por base os Censos de 2001 mas circunscrevem-se ao perímetro urbano das cidades, tal como delimitado pelo polígono azul (Figura 19 - Estimativa da atracção pelo valor agregado dos dados estatísticos.Figura 19). Foram utilizadas as seguintes rubricas:

1. População Residente (nº.);
2. Famílias Residentes (nº.);
3. Empregos (nº.);
4. Activos (nº.);
5. Alojamentos (nº.);

Valores Absolutos	População residente	Activos	Empregos	Famílias	Alojamentos
Sines	11.303	5.719	3.424	4.019	5.223
Vila Nova de Santo André	8.745	4.516	691	2.999	3.886
Santiago do Cacém	5.240	2.629	906	1.963	2.636
Totais:	25.288	12.864	5.021	8.981	11.745

Fonte: INE

Quadro 63 - Dados estatísticos das Cidades do Trevo

Estes valores foram reclassificados numa escala de 0 a 100, de forma a preservarem as relações entre si. O valor agregado de cada cidade corresponde à média aritmética dos valores reclassificados das várias rubricas.

Valores Adimensionalizados [0 - 100]	População residente	Activos	Empregos	Famílias	Alojamentos	Média aritmética
Sines	45,0	44,5	68,2	44,8	44,5	49,4
Vila Nova de Santo André	34,6	35,1	13,8	33,4	33,1	30,0
Santiago do Cacém	20,4	20,4	18,0	21,9	22,4	20,6
Totais:	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro 64 – Determinação do valor agregado – média aritmética.

Importa reforçar que o estudo do INE se circunscreve às cidades, não incluindo os empregos gerados pelas indústrias da ZILS de Sines, mas apenas as seguintes categorias da CAE Agricultura e pescas; Indústrias transformadoras; Construção; Comércio por grosso e a retalho; Alojamento e restauração; Actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas; Administração pública, defesa e segurança social, educação, saúde, acção social e outras⁶.

Importa ainda referir que as áreas dos círculos não têm um significado espacial, sendo apenas indicadores das proporções relativas da atracção destas cidades à luz dos critérios escolhidos.

⁶ CAE - abreviatura para Classificação de Actividades Económicas

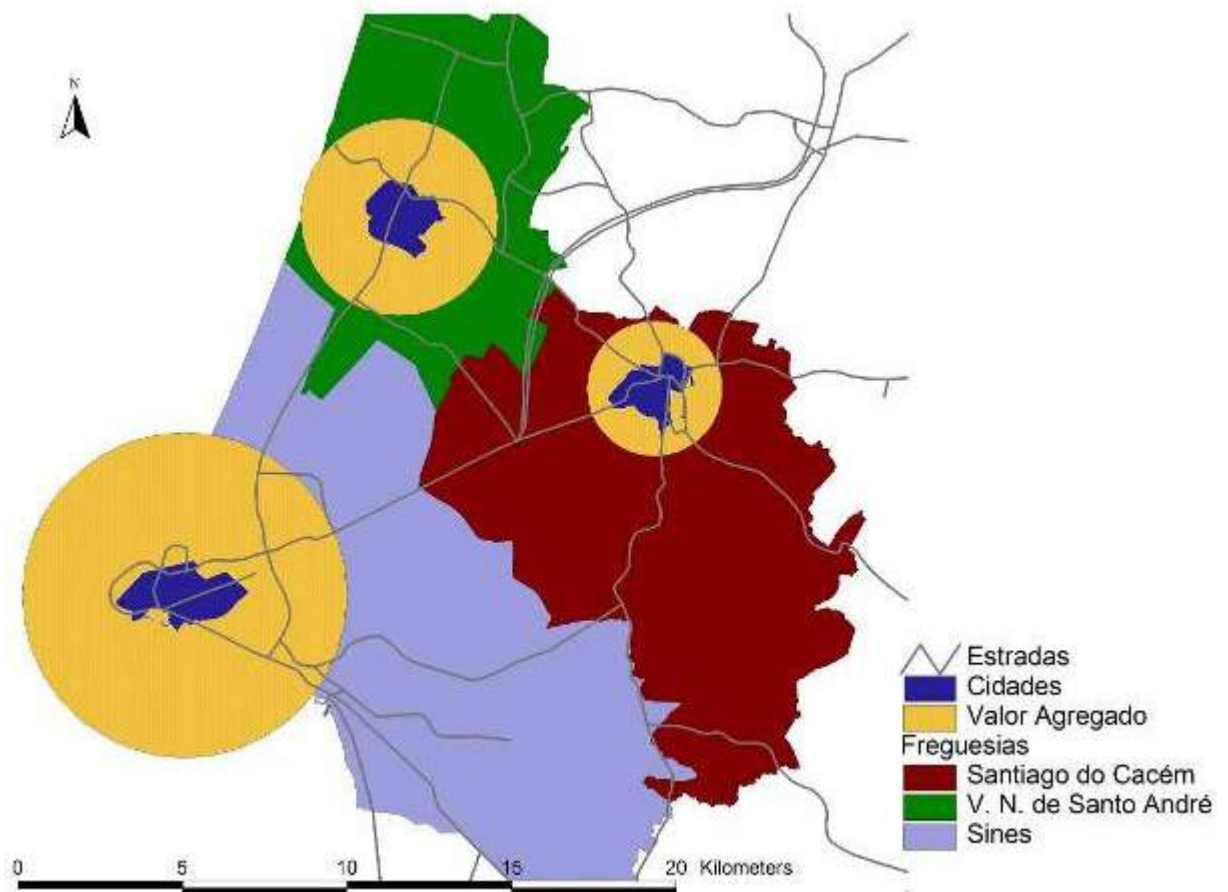


Figura 19 - Estimativa da atracção pelo valor agregado dos dados estatísticos.

8.3.2 - FUNÇÕES CENTRAIS E UNIDADES FUNCIONAIS

Os indicadores empíricos designados por Funções Centrais (FC) e Unidades Funcionais (UF) representam a contribuição dos equipamentos colectivos, em importância e em número para a atractividade das cidades. Para a sua constituição foi elaborada uma lista de equipamentos e serviços públicos com relevância. Assim o indicador Funções Centrais marca 1 ou 0 consoante se verifique a existência ou ausência de um determinado item da lista, enquanto no indicador Unidades Funcionais o valor varia entre 0 e n , sendo n o número de ocorrências de cada item na cidade em estudo. Os círculos definidos representam os totais das FC e UF no raio de 100 m para cada unidade.

Para alguns dos itens desta lista, como foi o caso do Hospital e do quartel de bombeiros, houve a necessidade de extravasar o perímetro urbano das cidades.

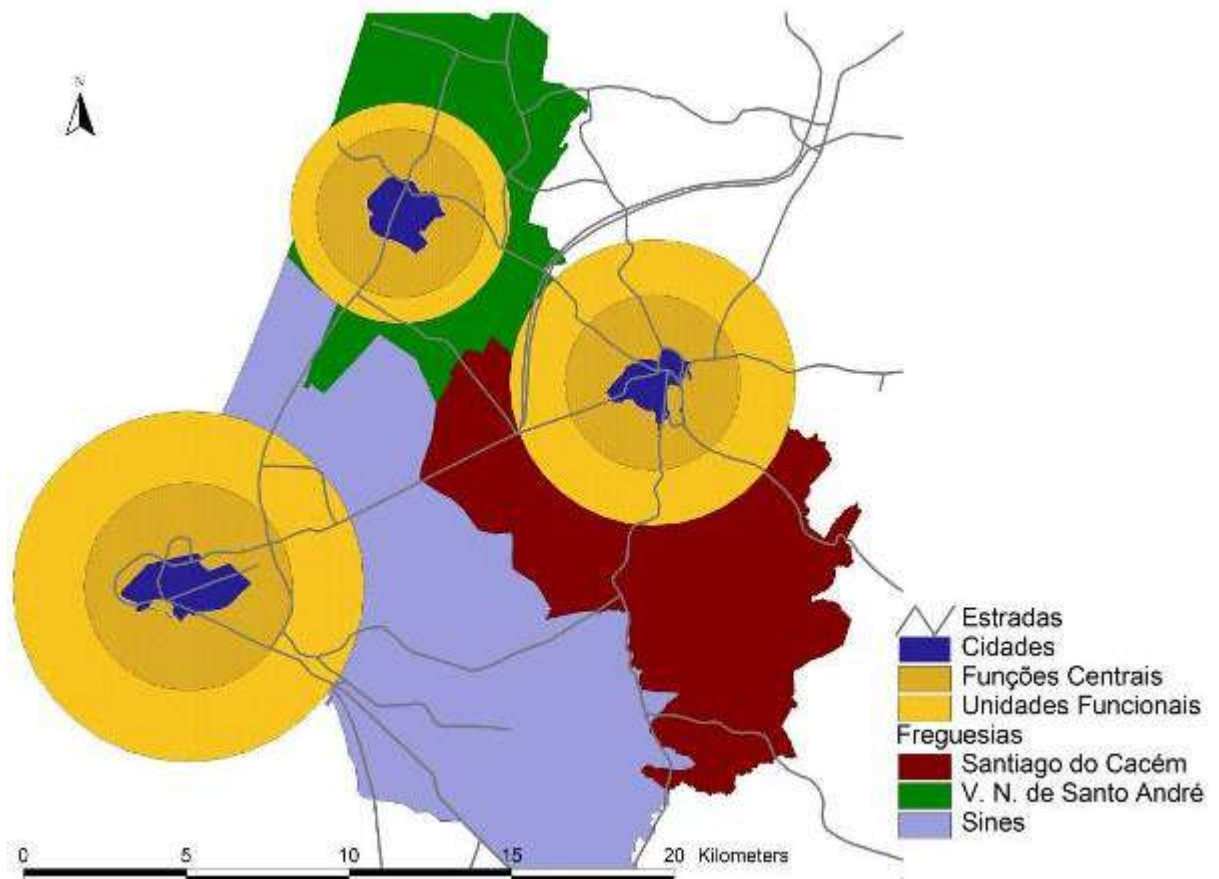


Figura 20 - Funções Centrais e Unidades Funcionais

Funções Centrais			Unidades Funcionais		
Sines	Santo André	Santiago	Sines	Santo André	Santiago
32	26	27	54	34	44

Quadro 65 – Totais das FC e UF nas Cidades do Trevo

Verifica-se que as três cidades diferem pouco no indicador Funções Centrais, enquanto que ao nível das Unidades Funcionais acentuam-se as diferenças. Note-se que ao nível destes indicadores empíricos se inverte a relação entre Vila Nova de Santo André e Santiago do Cacém. Da leitura conjunta verifica-se a importância da cidade de Santiago do Cacém enquanto pólo administrativo com maior

concentração de equipamentos e serviços públicos remetendo para Vila Nova de Santo André uma função habitacional.

Classes e itens considerados na definição de Funções Centrais e Unidades Funcionais

- **Recreio e Lazer:** Biblioteca; Centro Cultural/Museu/etc...; Teatro/Cinema
- **Religiosos:** Igreja/Capela; Centro Paroquial
- **Segurança/Protecção Civil:** GNR/Polícia; Bombeiros; Meios Aéreos; Defesa Nacional
- **Mercados:** Mercado; Lota; Supermercado; Feiras
- **Administração Pública:** Administração Central; Câmara Municipal; Junta Freguesia; Empresas Públicas
- **Saúde:** Hospital; Centro de Saúde; Farmácia;
- **Ensino:** 1º ciclo; 2º ciclo; 3º ciclo; Secundário; Tecnológico/Especial; Conservatório/Escolas de línguas
- **Investigação:** Universidade/Politécnico; Centro de Investigação /laboratório
- **Assistência Social:** Creche/Pré-escolar; Centro de dia/Lar
- **Desporto:** Pavilhão Desportivo; Piscina coberta; Estádios; Parques desportivos

8.3.3 - AS CIDADES

Como já foi referido, os círculos de atracção das cidades acima definidos não têm um significado espacial e, por outro lado, a delimitação das cidades levada a cabo pelo INE também não representa com fiabilidade a realidade do povoamento. Assim e com vista a representar melhor a dimensão real dos aglomerados populacionais desenharam-se polígonos convexos que englobassem todo o tecido urbano contínuo e descontínuo, desde que a uma distância entre edifícios inferior a 200 m (Figura 21).

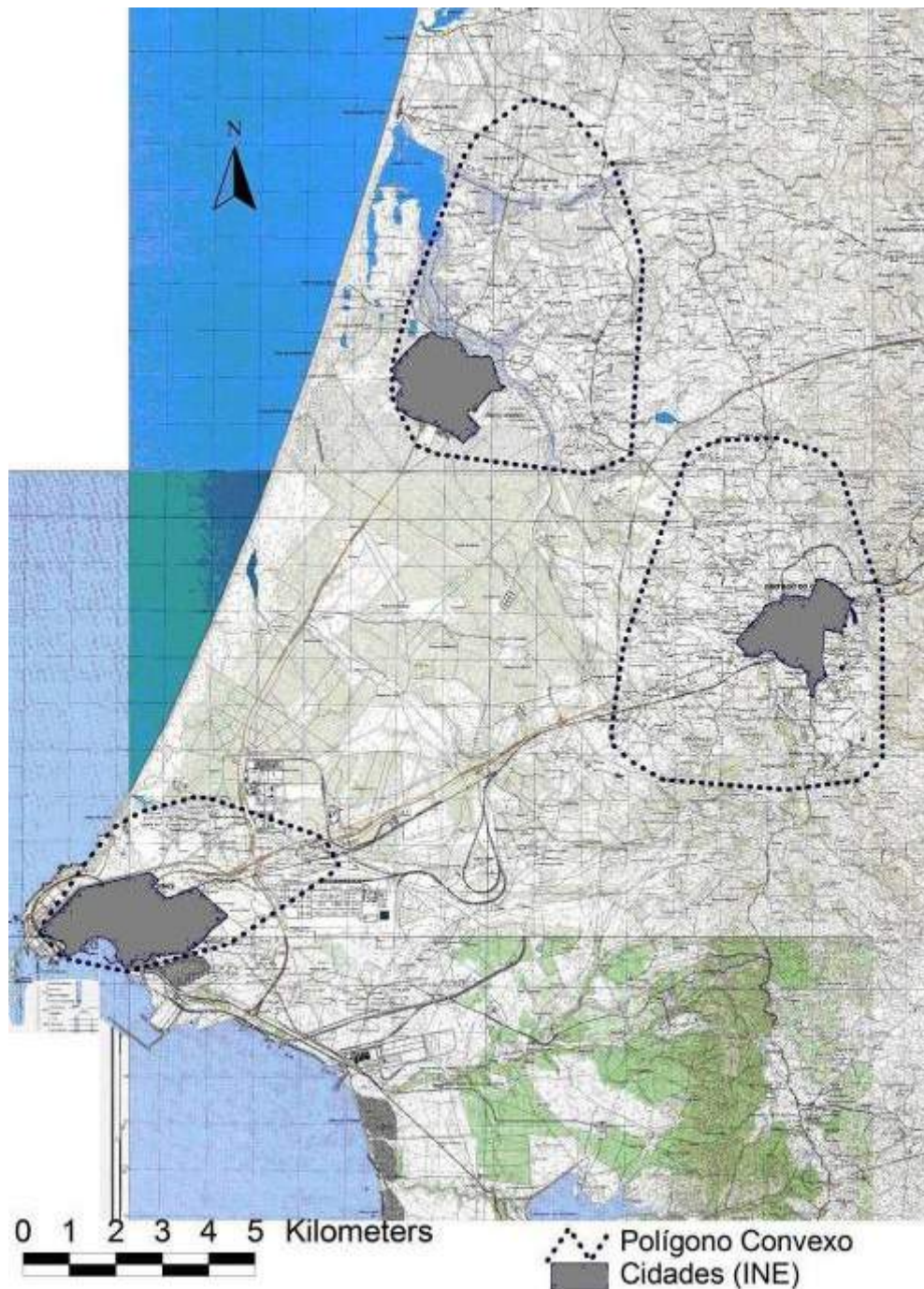


Figura 21 - Polígonos convexos das cidades do Trevo

Os polígonos convexos que envolvem os aglomerados urbanos de Sines, Santo André e Santiago do Cacém têm áreas aproximadas de 1.500, 3.300 e 3.500 hectares, respectivamente. Estes polígonos, que correspondem às áreas de

povoamento efectivo das três cidades, têm como efeito a contracção da distância a que estas se encontram. Assim a distância real entre as cidades de Sines e Vila Nova de Santo André passa de 14 para 9 km, entre Sines e Santiago do Cacém de 16 para 7 km, e de 10 km para menos de 1.500 m entre Vila Nova de Santo André e Santiago do Cacém. Observa-se uma maior contracção da distância entre as cidades de Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André devido a um conjunto de lugares povoados, muito próximos entre si, ao longo deste itinerário, como a Aldeia de Santo André, Giz e Azinhal.

No caso da cidade de Sines o polígono convexo reflecte uma expansão para Norte e Nascente, de menor magnitude quando comparada com as anteriores. A presença fracturante da cintura industrial e respectivas infra-estruturas, e um povoamento rural mais orientada para Sudeste, explicam este facto e que se adicionam numa gestão urbanística mais poderosa, menos permissiva.

8.4 - CARACTERIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS RURAIS

Para a caracterização dos aglomerados rurais do concelho (Planta nº 19) foram tomados em consideração os seguintes aspectos:

- Localização e respectivos limites - inserção do aglomerado nas unidades de paisagem (orla costeira, serras e planalto intermédio) e seus limites físicos;
- Características do povoamento - isolado, disperso ou concentrado, densidades <1, [1,2], [2,4], [4,8], [8,16], [16,32] e >32 edifícios/hectare;
- Infra-estruturas: Rede viária, abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, remoção de RSU e recicláveis;
- Funções urbanas – equipamentos colectivos, serviços públicos e comércio.
- Património – elementos com interesse patrimonial, características especiais do conjunto edificado.
- Situação fundiária – propriedade privada ou de entidades públicas - e dinâmica urbanística perceptível no terreno - novas edificações (habitação, turismo).

A caracterização debruçou-se sobre os aglomerados rurais classificados pelo PDM 90, integrando já os objectivos e normas previstas em Plano de Urbanização para os aglomerados inseridos na ZILS. A estes aglomerados acrescem outros, não classificados pelo PDM anterior, com destaque para os que se inserem na área do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, e ainda o caso particular da herdade da Parreira.

Apresenta-se em anexo ao presente estudo uma figura com a densidade de edificações no Concelho em edifícios/hectare e as tabelas síntese da caracterização dos aglomerados rurais do concelho. Ao longo do documento apresentam-se ainda extractos do ortofotomapa (levantamento de 2004) para cada aglomerado rural.

8.4.1 - BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS AGLOMERADOS RURAIS

O PDM 90 criou a designação de Aglomerado Rural para classificar os conjuntos de habitações em solo rural com perspectivas de desenvolvimento, possibilitando a elaboração de estudos de ordenamento simplificados (*Planos de Estrutura*) que envolveriam a definição do seu perímetro, da área mínima de fraccionamento da propriedade, assim como a programação dos equipamentos e infra-estruturas. Foram classificados os seguintes 21 aglomerados rurais: Bêbeda, Cadaveira e Ribeira de Moinhos, Afeiteira, Pardieiros, Bolbugão, Barbuda, Dalda, Lentiscais, Casinha, Cerca Velha, Bragada, Casoto, Palmeiras, Bairro Novo da Provença, Paiol, Bemparece, Morgavel, Pouca Farinha, Fontemouro/Colmeia, Cabeça da Cabra. O PDM 90 abria ainda a possibilidade de criação de dois aglomerados urbanos, Fontemouro/Colmeia e Bemparece, este último apenas se o desenvolvimento agrícola o justificasse.

Durante a vigência do plano as perspectivas de desenvolvimento não se verificaram e a tendência, regra geral, foi o despovoamento destes lugares acompanhada pelo surgimento de alguma segunda habitação, sobretudo nos aglomerados mais afastados da ZILS. Volidas quase duas décadas da aprovação do PDM nenhum dos aglomerados se converteu em solo urbano e apenas os

aglomerados de Fontemouro e Pouca Farinha foram abrangidos por Planos de Estrutura.

Cabe ao presente estudo fazer um ponto de situação sobre os aglomerados rurais. Esta caracterização teve por base um levantamento no terreno e contou ainda com informação disponibilizada pela CMS e Juntas de Freguesia de Sines e Porto Covo.

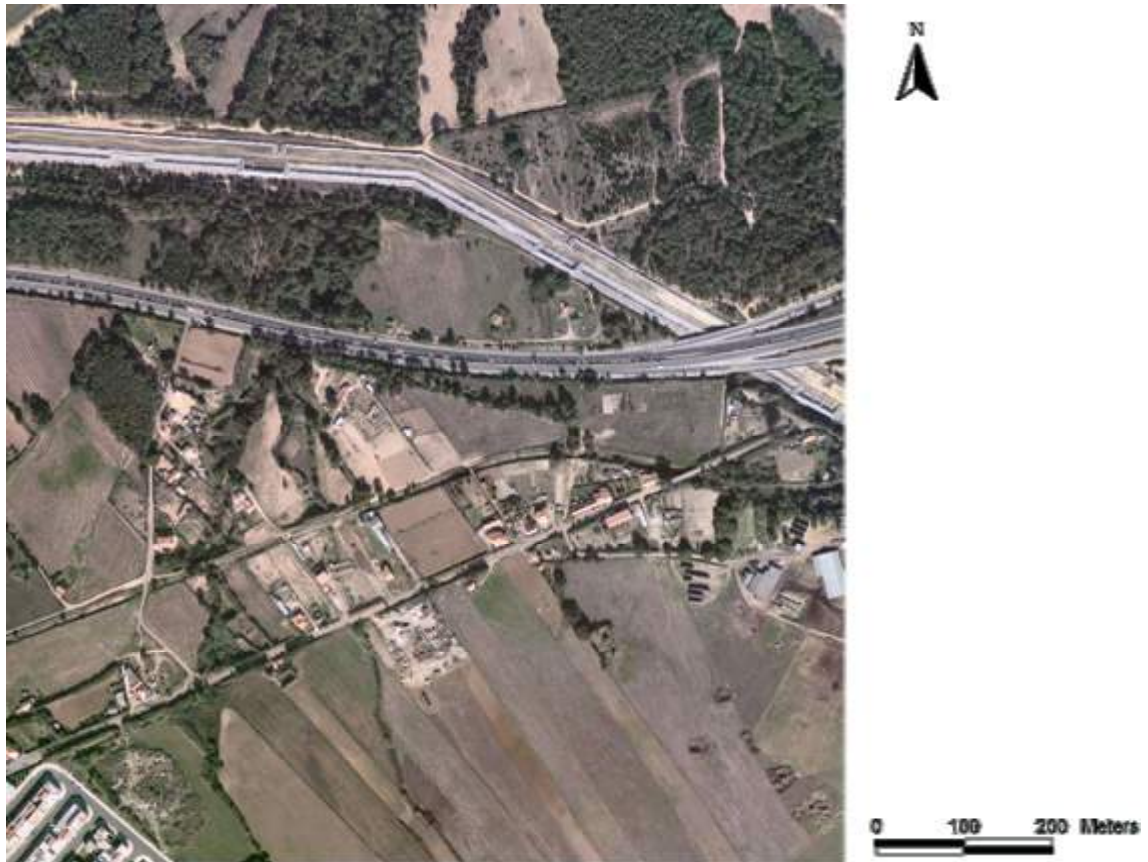
8.4.1.1 - AFEITEIRA

A Afeiteira situa-se a Este da Baixa de São Pedro, entre o limite Nordeste do perímetro urbano de Sines e o IP8. Corresponde a um conjunto de edificações dispersas ao longo da estrada da Afeiteira – antiga estrada de Santiago - e de caminhos de terra.

O acesso a este aglomerado faz-se a partir da cidade de Sines através da antiga estrada de Santiago, interrompida pela esteira de pipelines.

As habitações, dispersas ao longo dos caminhos, são maioritariamente moradias isoladas de construção recente, com áreas generosas e boas condições de habitabilidade. A densidade máxima do edificado é inferior a 8 edifícios/hectare.

A inexistência de funções urbanas é pouco relevante, neste caso, pela proximidade à cidade de Sines.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 22 – Fotografia aérea do lugar da Afeiteira.

8.4.1.2 - CADAVEIRA E RIBEIRA DE MOINHOS

Os lugares da Cadaveira e Ribeira de Moinhos correspondem a dois conjuntos de edificações dispersas, imediatamente a Norte da cidade de Sines, ao longo do Caminho Municipal 1086. A densidade máxima em ambos os aglomerados não ultrapassa os 4 edifícios/hectare.

Na paisagem envolvente contrastam elementos naturais - manchas de pinhal, pastos e hortas - com uma subestação eléctrica, linhas de alta tensão e uma esteira de pipelines. Uma excessiva compartimentação por hortas e pomares com vedações de sucata e a proliferação de edificações precárias, usadas para armazenar alfaias e animais, acentuam a degradação paisagística em algumas áreas.

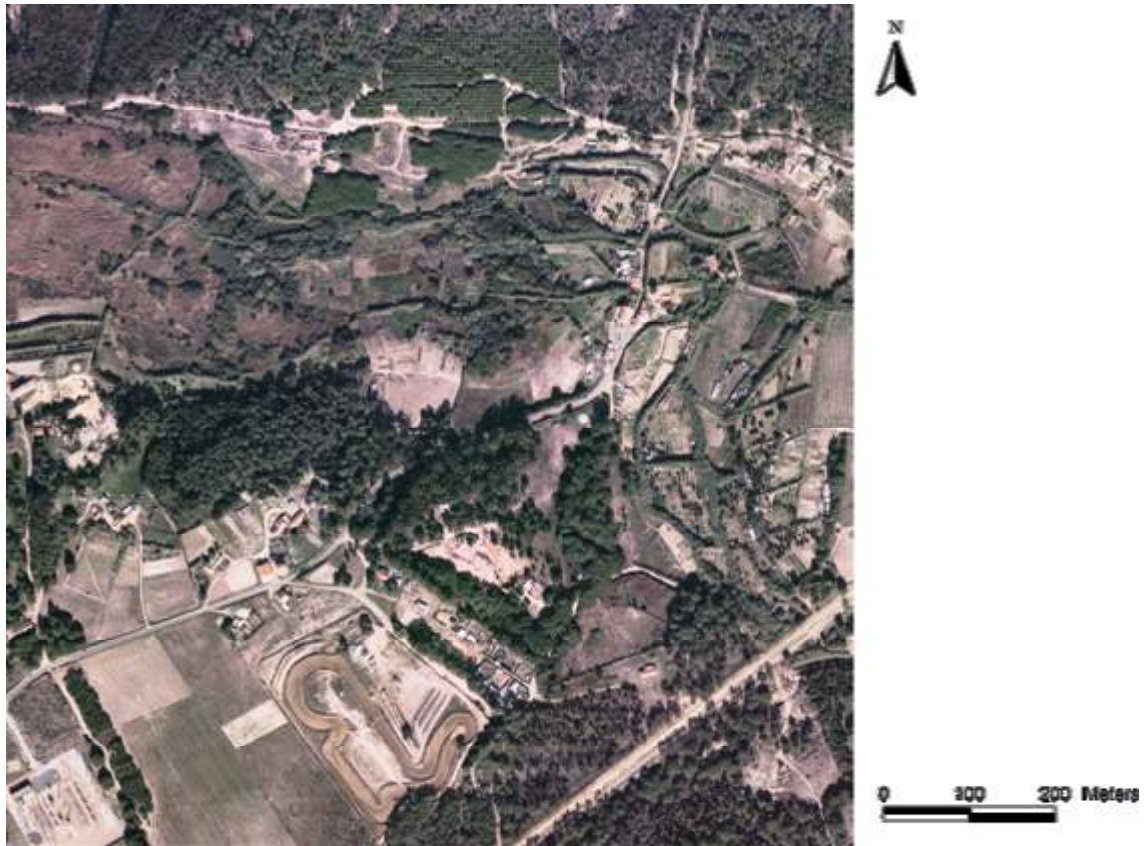
Apesar de se situar fora da ZILS esta área foi abrangida pelas expropriações promovidas pelo GAS sendo boa parte dos prédios propriedade de entidades públicas - CMS, DGRF e IAPMEI.

O património existente resume-se à Capela de S. Bartolomeu, entre a Cadaveira e a esteira de pipelines, em bom estado de conservação devido aos recentes trabalhos de restauro, e aos moinhos de água da Ribeira de Moinhos em mau estado de conservação. A estação hidráulica⁷ da Ribeira de Moinhos e o património natural envolvente são um recurso turístico com potencial para a vilegiatura, lazer activo e turismo pedagógico, principalmente ligado à molinologia, ao desporto de natureza e ao *birdwatching*.

No que respeita a funções urbanas existe um equipamento desportivo – a pista de auto-cross da Cadaveira e um café/restaurante na Ribeira de Moinhos (A Ribeirinha).

As contaminações do meio hídrico devido a descargas de efluentes industriais a montante da Ribeira de Moinhos e os odores provenientes da ETAR, constituem os pontos fracos e as principais ameaças à qualidade de vida e ao desenvolvimento urbano-turístico desta área.

7 GUITA, 1999: 7-12. Designa um local onde um desnível no leito de um curso de água foi aproveitado pelas populações locais para a instalação de moinhos hidráulicos e de diversas construções associadas e estruturas de rega destinadas à produção agrícola.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004

Figura 23 - Fotografia aérea da Cadaveira e Rib.ª de Moinhos

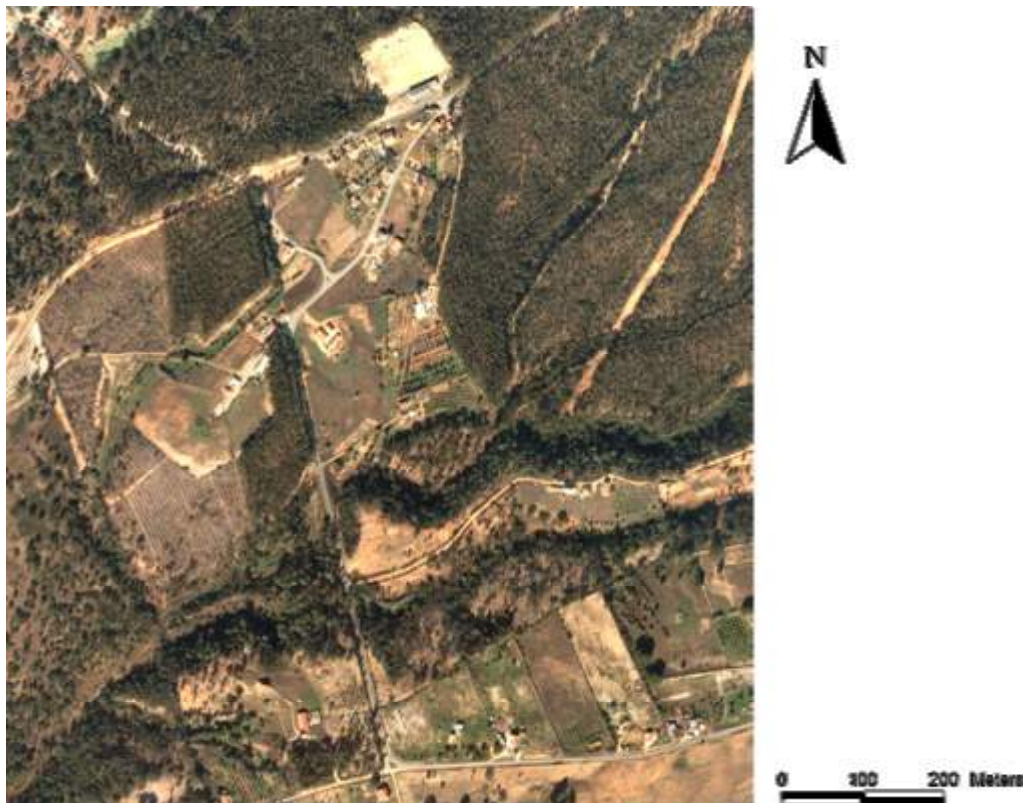
8.4.1.3 - PAIOL

Situado na cabeceira da Ribeira da Junqueira, na encosta da serra, o aglomerado do Paiol é um lugar com carácter assumidamente rural, inserido numa paisagem de montados e eucaliptais. Os limites físicos do aglomerado são ténues, no entanto, pode considerar-se um limite Norte na estrada (CM1108) sendo os restantes mais esbatidos pela transição entre as hortas e as manchas florestais circundantes.

O aglomerado é atravessado por uma linha de água que o estrutura em dois núcleos - a Norte e a Sul - resultando numa estrutura pouco compacta com muitos vazios internos mas bem adaptada ao terreno. A edificação, dispersa ao longo das vias, intercalada por hortas e pomares, tem uma densidade máxima inferior a 8 edifícios por hectare.

A Escola Primária, actualmente desactivada, é o elemento com maior interesse arquitectónico. O reduzido número de habitações antigas, o mau estado de conservação de grande parte delas, assim como o contraste das novas habitações e de alguns dos seus elementos arquitectónicos retiram interesse patrimonial ao conjunto edificado.

Uma mercearia, um café-restaurante e um café, o salão do povo e um campo de futebol em terra batida resumem as funções urbanas existentes. Existe ainda um edifício onde funcionou um posto médico, com atendimento semanal, cujo serviço se encontra suspenso.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

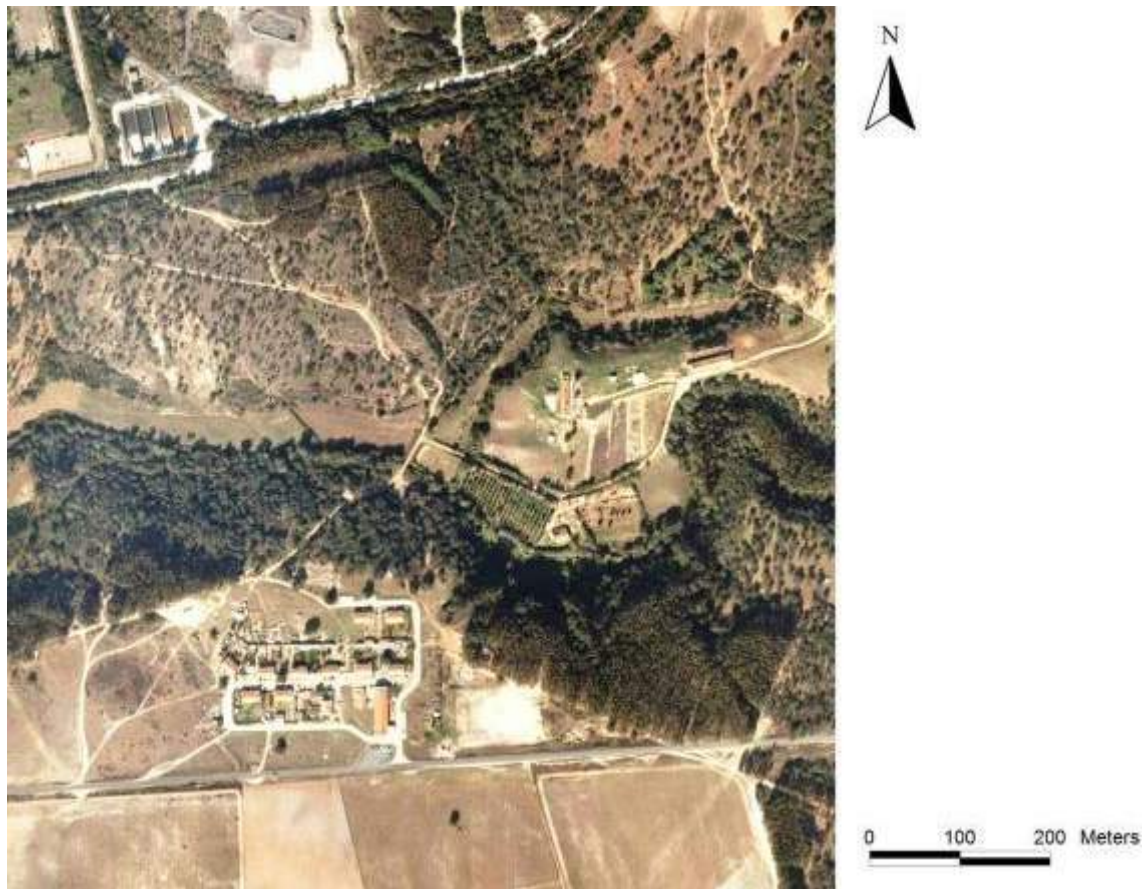
Figura 24 - Fotografia aérea do Paioi

A ausência de um Plano de Estrutura impossibilitou o fraccionamento da propriedade em parcelas inferiores a 7,5 ha - alínea b), Art.º 80º do PDM 90 – o que conduziu, por uma lado, ao despovoamento do aglomerado e por outro ao surgimento de algumas habitações precárias.

A relação com a serra, através da actividade cinegética, da silvicultura e da apicultura, é um factor de identidade e diferenciação deste aglomerado que, aliado à paisagem e à tranquilidade, constitui uma oportunidade de desenvolvimento futuro.

8.4.1.4 - BAIRRO NOVO DA PROVENÇA

Localizado no limite Sul da ZILS, próximo da Ribeira da Junqueira, o Bairro Novo da Provença foi criado na década de 70 pelo GAS para albergar os habitantes do lugar da Provença onde foi implantada a Central Termoeléctrica da EDP. Com uma área inferior a três hectares, o Bairro Novo da Provença tem limites bem definidos pelos arruamentos e é composto por moradias geminadas com quintal, numa estrutura semelhante à dos bairros criados na mesma época em Vila Nova de Santo André, com uma densidade inferior a 8 edifícios por hectare.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 25 - Fotografia aérea do bairro Novo da Provença

As funções urbanas consistem num café-restaurante, um salão de festas desactivado e um campo de futebol pelado em mau estado de conservação.

Este aglomerado rural, por não apresentar carácter rústico, assemelha-se a um pequeno retalho de malha suburbana perdido na paisagem - como uma peça perdida de um puzzle - numa situação *sui-generis*.

A localização a sotavento da ZILS tem como consequência uma forte deposição de poeiras - cuja fonte não foi possível aferir - que constitui uma ameaça com tendência a agravar-se com a localização de novas indústrias na ZILS.

8.4.1.5 - CABEÇA DA CABRA

O lugar da Cabeça da Cabra localiza-se no sopé da serra do Cercal, próximo do limite Sudeste do Concelho. A paisagem envolvente é marcada pela transição de áreas agrícolas, onde predominam searas e pastagens, para os montados das encostas da serra.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 26 - Fotografia aérea da Cabeça da Cabra.

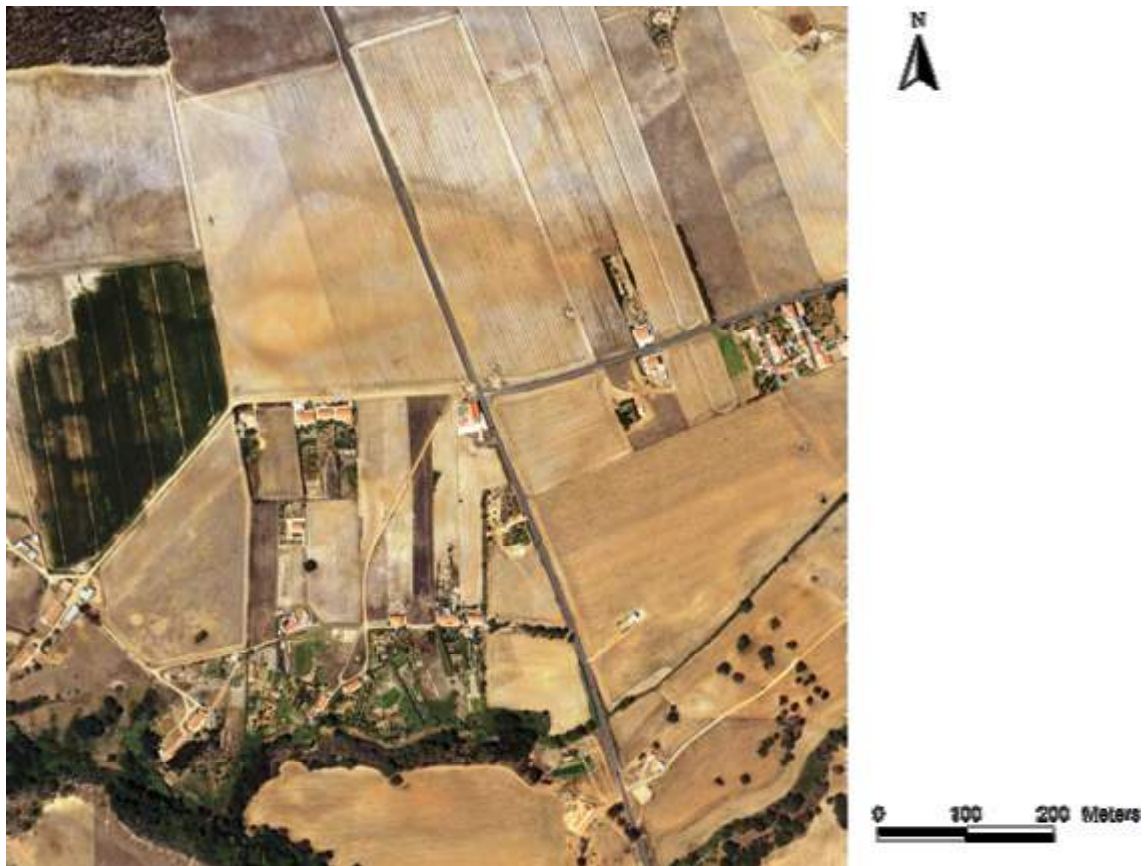
O povoamento é disperso com uma densidade máxima de 4 edifícios/hectare. Os limites e o centro do aglomerado são ténues, sendo os primeiros esbatidos e o segundo deficitário em funções urbanas. As habitações têm áreas generosas e estão, regra geral, em bom estado de conservação. Existem algumas casas adjacentes à rede de caminhos mas a maioria do edificado organiza-se em pequenas propriedades (montes) com algum afastamento em relação às vias, o que lhes confere uma maior privacidade. Entre os aglomerados rurais do concelho

a Cabeça da Cabra é o que revela uma maior dinâmica urbanística tanto pela procura de segunda habitação quanto pela oferta de turismo em espaço rural, afirmando uma forte vocação urbano-turística decorrente da sua proximidade a Porto Covo e à Ilha do Pessegueiro.

As funções urbanas existentes resumem-se a uma escola primária, a funcionar provisoriamente como Jardim-de-Infância, um campo de futebol em mau estado de conservação e um posto de atendimento médico desactivado.

8.4.1.6 - FONTEMOURO E BAIRRO DA COLMEIA

O aglomerado de Fontemouro corresponde a um conjunto de edificações dispersas ao longo de caminhos de terra, associado a pequenas hortas e pomares e a uma exploração agro-pecuária. As funções urbanas resumem-se a um café junto à estrada (CM1115). A densidade situa-se nos 4 edifícios/hectare.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 27 - Fotografia aérea de Fontemouro e Bairro da Colmeia.

O Bairro da Colmeia é composto por duas ruas paralelas entre si, perpendiculares à via que estabelece a ligação de Fontemouro à Sonega, não contendo quaisquer funções urbanas. Tem uma estrutura compacta composta por moradias geminadas e em banda, com quintal, atingindo uma densidade próxima dos 16 edifícios/hectare.

8.4.1.7 - FOROS DA POUCA FARINHA

Este pequeno aglomerado rural, situado no planalto interior, desenvolve-se em torno duma intersecção de vários caminhos rurais com o Caminho Municipal 1115. O conjunto, composto por habitações dispersas em pequenas quintas, com densidade não superior a 8 edifícios/hectare, estrutura-se ao longo das vias (Figura 28). O Salão do Povo, um café e um restaurante resumem as funções urbanas existentes. os limites físicos da pouca farinha são assinalados pelas

sebes e caminhos de terra no limite das parcelas, a partir das quais se abrem extensas searas.

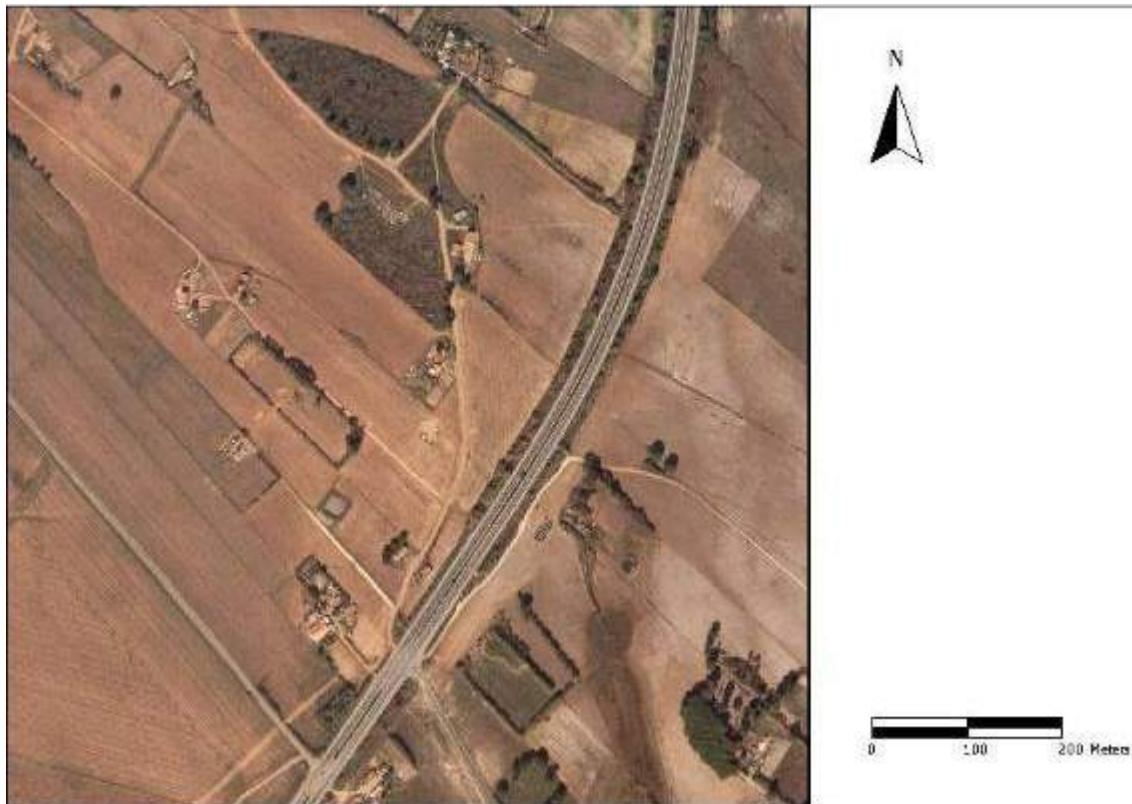


Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 28 - Fotografia aérea dos Foros da Pouca Farinha

8.4.1.8 - PALMEIRAS

Localizado no sopé do Monte Chãos, a 2 km do limite da cidade de Sines, o lugar de Palmeiras é cortado pela ER 261-5 e constituído por pequenas herdades e explorações agrícolas (Figura 29). O edificado inclui armazéns e habitações com uma densidade máxima não superior a 4 edifícios/hectare. Não se registam quaisquer funções urbanas e as infra-estruturas de saneamento básico resumem-se a contentores para deposição de RSU e fossas sépticas, não dispendo actualmente de abastecimento de água. A proximidade à refinaria dá origem à ocorrência frequente de odores desagradáveis.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

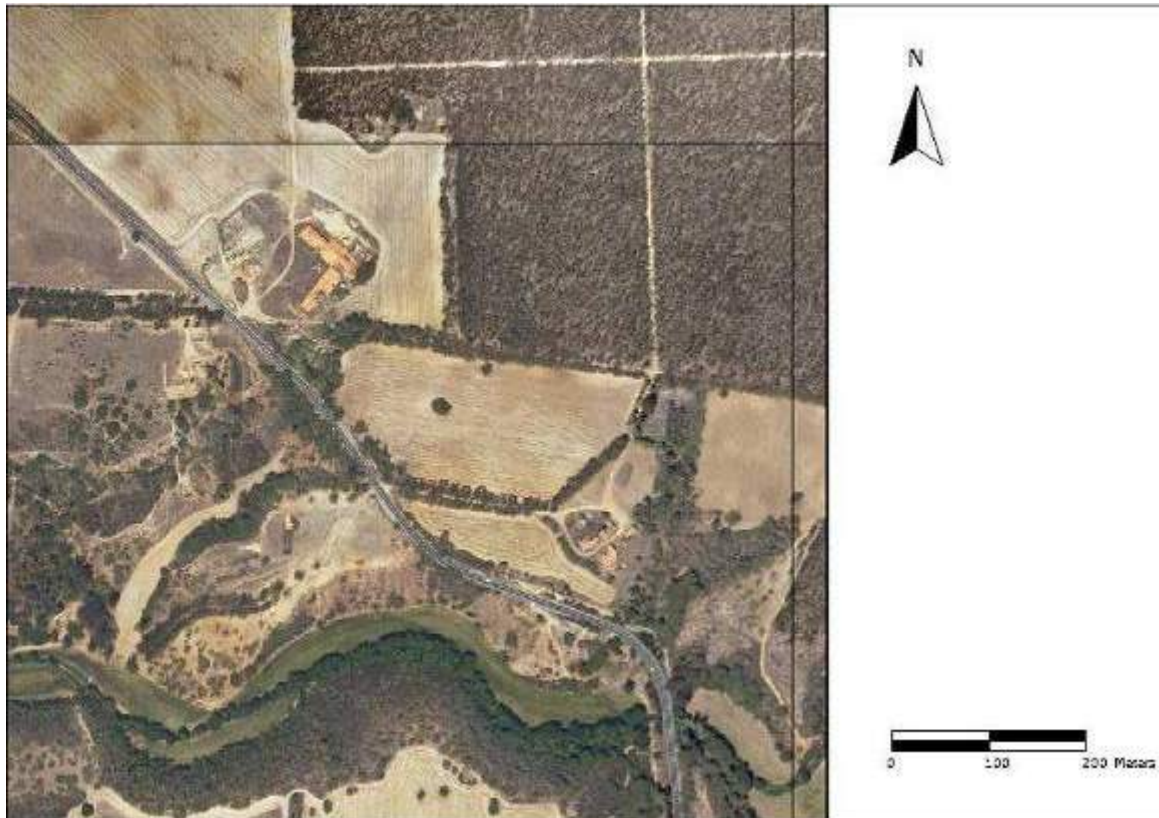
Figura 29 - Fotografia aérea das Palmeiras

8.4.1.9 - MORGAVEL

Localizado a jusante da barragem de Morgavel, junto à EN 120-1, o lugar de Morgavel é composto por algumas herdades, uma fábrica de tijolo e uma antiga escola primária. O edificado encontra-se em ruínas, com excepção da escola primária, reconvertida em habitação particular, que se apresenta em boas condições. A densidade máxima do edificado não ultrapassa os 4 edifícios/hectare.

Este conjunto de edificações em ruínas sem quaisquer funções urbanas não apresenta características de aglomerado, sendo apenas um local de passagem no acesso ao parque de campismo de São Torpes – junto à foz da ribeira de Morgavel.

Os valores naturais e paisagísticos desta ribeira, entre a barragem e a foz, conferem ao edificado devoluto deste lugar um potencial para albergar equipamentos ligados à interpretação da paisagem e valores naturais.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 30 - Fotografia aérea de Morgavel

8.4.1.10 - BRAGADA E CASOTO

Adjacente ao limite da ZILS, a Este da raquete ferroviária, numa paisagem agro-florestal alternada por montados de sobro, eucaliptais e pinhais, situam-se os lugares da Bragada e Casoto que constituem uma área de habitação dispersa com uma densidade não superior a 4 edifícios/hectare. A fronteira entre estes dois aglomerados é bastante indefinida e os limites do conjunto são ténues pela forma como o edificado se dissolve na paisagem envolvente e pela diversidade paisagística dos sistemas culturais e parcelares.

A rede viária é composta pelo CM1090 e complementada por uma rede de caminhos de terra, alguns deles em mau estado de conservação.

As funções urbanas existentes resumem-se a um café, um salão de festas e um campo de futebol em bom estado de conservação, no aglomerado do Casoto. Esta área, apesar da proximidade à ZILS apresenta um carácter rústico bem patente na paisagem e na vivência da sua comunidade, sendo dos poucos lugares do Concelho onde ainda se celebram os santos populares com bailes e mastros enfeitados.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

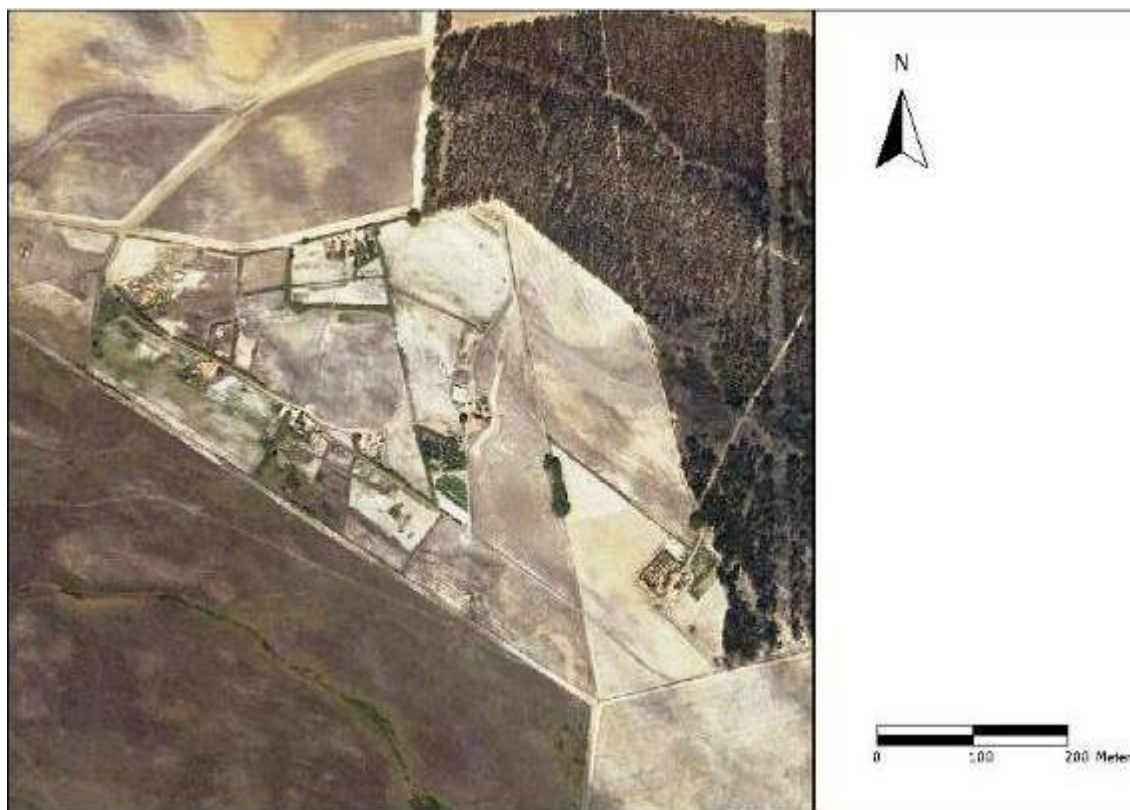
Figura 31 - Fotografia aérea dos aglomerados de Bragada e Casoto

8.4.2 - OUTROS CONJUNTOS EDIFICADOS EM SOLO RURAL

Neste sub-capítulo tecem-se algumas considerações aos restantes conjuntos de habitações em solo rural não referidos anteriormente pelo seu carácter especial. Correspondem aos aglomerados inseridos no perímetro ZILS ou do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e ainda à Herdade da Parreira que merece destaque por ser uma área de fraccionamento e ocupação ilegal.

8.4.2.1 - BREJOS DE MORGAVEL

Localizado no planalto a Sul da ribeira de Morgavel, ao longo do caminho de terra que estabelece a ligação entre a EN 120-1 e a praia de Vale Figueiros, o lugar dos Brejos de Morgavel é constituído por pequenas propriedades dedicadas à actividade agrícola. Sem quaisquer funções urbanas ou infra-estruturas de saneamento básico o lugar dos Brejos de Morgavel é bastante incipiente enquanto aglomerado rural. O conjunto do edificado não apresenta interesse arquitectónico e encontra-se bastante descaracterizado pela proliferação de edificações precárias para armazenar viaturas, alfaias e animais. Os limites do aglomerado são marcados pelos caminhos de terra e pelas sebes existentes no limite das pequenas quintas.

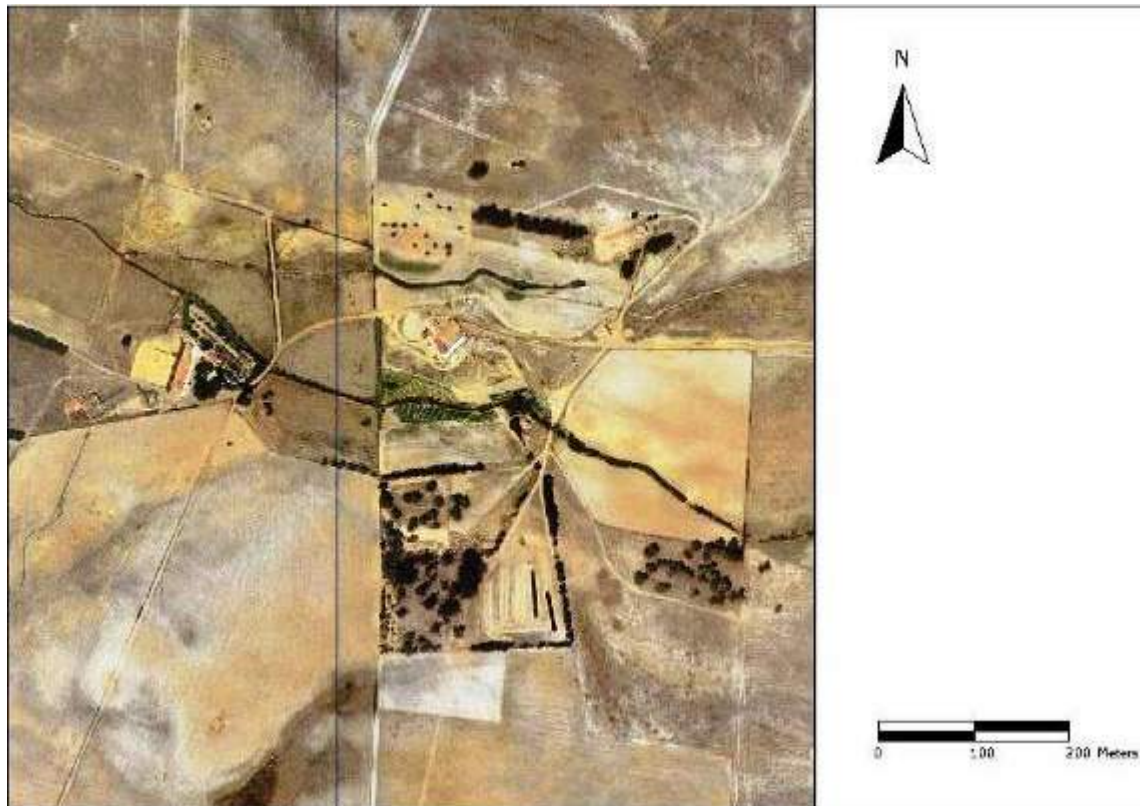


Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 32 - Fotografia aérea dos Brejos de Morgavel

8.4.2.2 - VÁRZEAS

As várzeas, localizadas no planalto interior, ao longo do caminho de terra que estabelece a ligação da EM554 ao CM1190, correspondem a duas herdades onde, além da actividade agro-pecuária, se localiza um Restaurante (A Herdade). Os limites são esbatidos pelo tipo de povoamento (isolado) e pela regularidade da orografia. Apesar da pequena expressão do lugar o abastecimento de água às Várzeas, a partir do sistema das Águas de Santo André, está previsto pela autarquia.

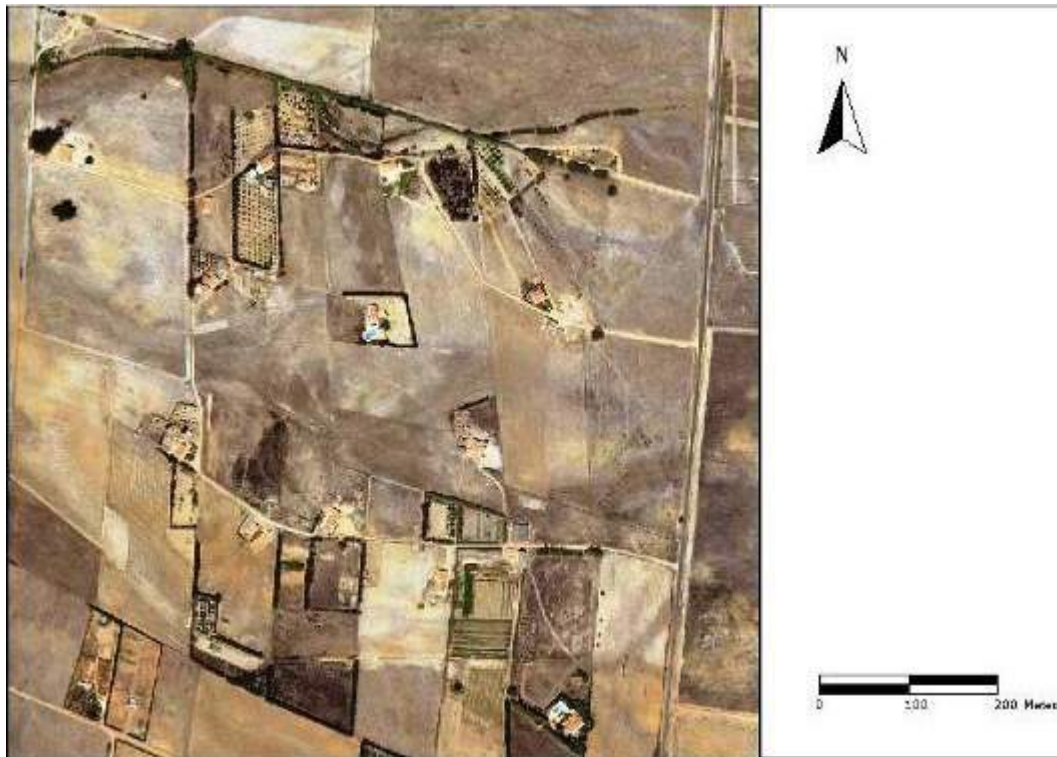


Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 33 - Fotografia aérea das Várzeas Terça Parte

8.4.2.3 - TERÇA PARTE

Localizada no planalto interior, a Sul das Várzeas, o lugar da Terça Parte é composto quintas de pequena dimensão (entre 0,5 e 5 hectares) onde agricultura foi suplantada pela função habitacional. Servida por uma rede de caminhos em terra, esta área de habitação dispersa tem uma densidade máxima não superior a 8 edifícios/hectare. À semelhança das várzeas prevê-se para breve o abastecimento de água a este lugar. Os limites são definidos pela rede viária (EM554 e caminhos de terra) e pelas sebes arbóreas no limite das pequenas quintas. Sem quaisquer funções urbanas que lhe definam um centro e fracas relações de vizinhança, a Terça Parte é incipiente enquanto aglomerado.



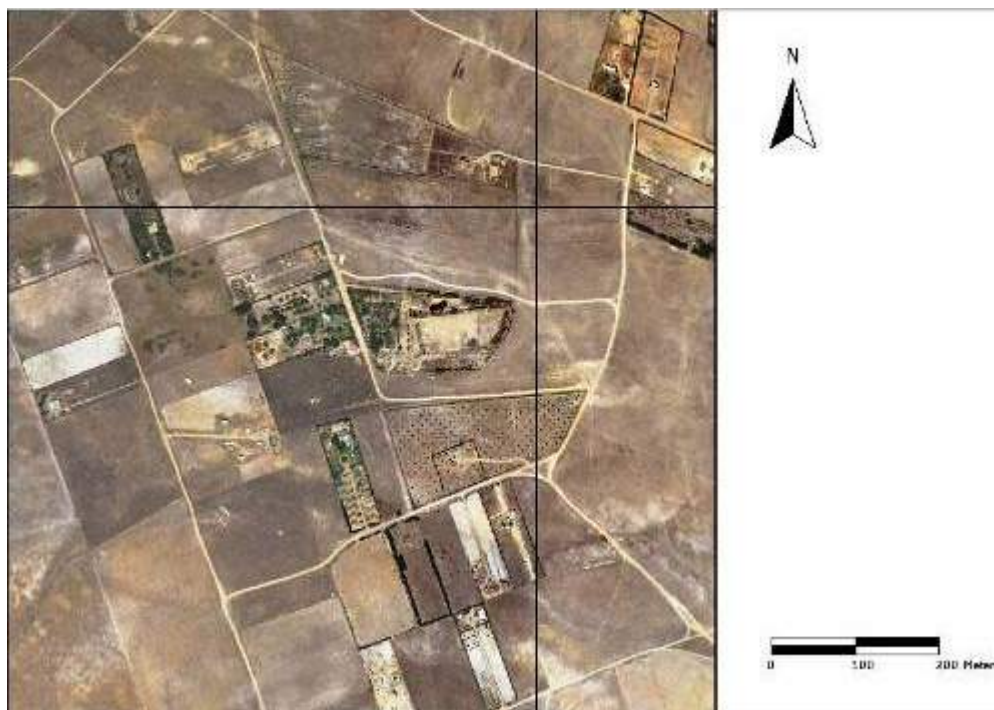
Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 34 - Fotografia aérea da Terça Parte

8.4.2.4 - HERDADE DA PARREIRA

Imediatamente a Sul da Terça Parte localiza-se a Herdade da Parreira onde, por via de um fraccionamento ilegal em parcelas agrícolas de 5000 m², têm surgido várias edificações – supostamente dedicadas ao apoio à actividade agrícola - que, na sua maioria, correspondem a habitações precárias. A actividade agrícola é incipiente resumindo-se, em muitos casos a uma cortina arbórea – frequentemente de acácias - em torno da parcela.

Servida por uma rede de caminhos de terra em mau estado de conservação e sem quaisquer infra-estruturas de saneamento básico ou funções urbanas, a Herdade da Parreira constitui o maior problema urbanístico entre os aglomerados rurais. Apesar da posição, assumida pela CMS e Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, de não legitimar a construção, as habitações continuam a surgir.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 35 - Fotografia aérea da Herdade da Parreira

8.4.3 - AGLOMERADOS RURAIS INCLUÍDOS NO PERÍMETRO DA ZILS

Nesta área de vocação predominantemente industrial localizam-se 11 dos 21 aglomerados rurais classificados pelo PDM 90. Pelo facto da ZILS estar já enquadrada por Plano de Urbanização (PUZILS) referem-se nesta caracterização também os objectivos previstos pelo referido plano para estes aglomerados, sendo eles: os Pardieiros, Bolbugão, Barbuda, Dalda, Lentiscais, Casinha, Cerca Velha – totalmente inseridos no perímetro da ZILS – e os aglomerados da Bêbeda e Palmeiras, adjacentes ou parcialmente inseridos no referido perímetro.

As habitações existentes nestes terrenos expropriados pelo GAS mantêm-se, regra geral, ocupadas pelos anteriores proprietários, que obtiveram autorizações ou contratos de arrendamento dos prédios. Dessa forma têm mantido a residência, apoiada por uma rede de infra-estruturas mínima, dedicando-se a uma actividade agrícola complementar.

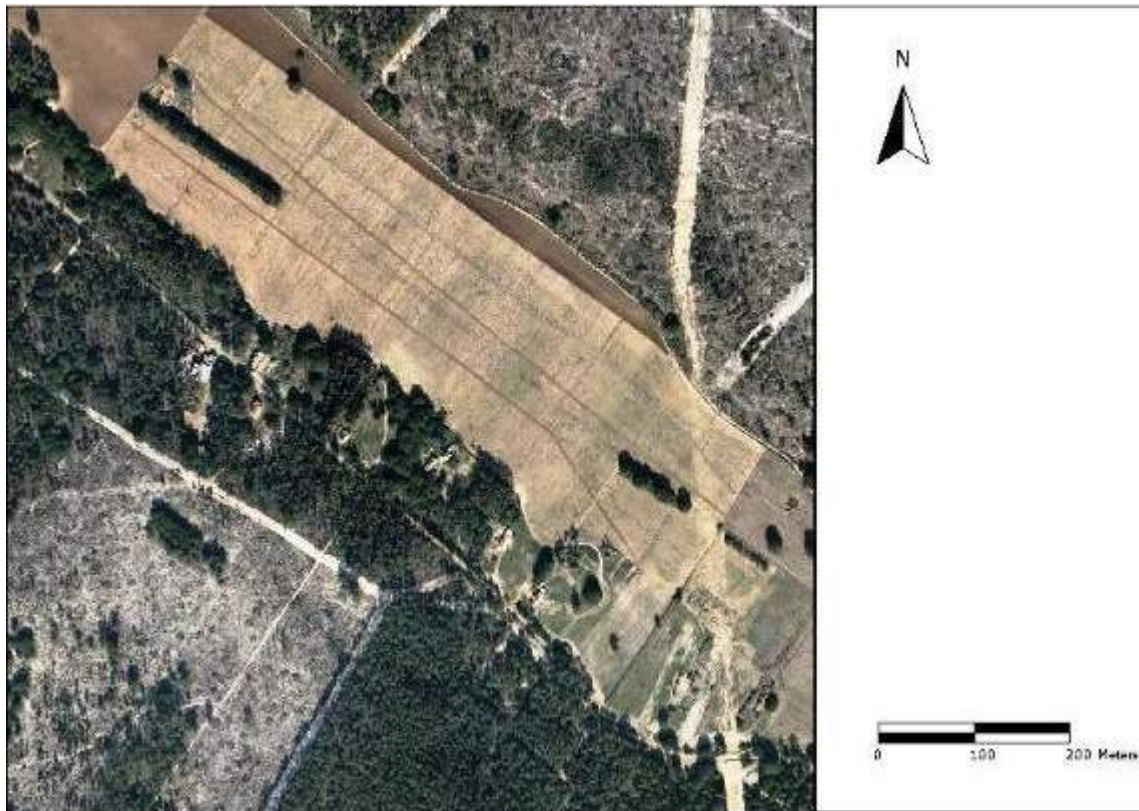
Relativamente ao aglomerado de Palmeiras, assinalado pelo PDM 90 na ZILS a Sul da refinaria, verifica-se um desajuste da planta, uma vez que a maior parte do edificado se localiza já na encosta de Monte Chãos (a Este da ER261-5), junto à estação arqueológica da Palmeirinha (Figura 29). O edificado das Palmeiras que resta no perímetro da ZILS é bastante disperso e encontra-se em mau estado de conservação, prevendo-se a sua demolição com a criação da Zona de Actividades Logísticas (ZAL).

8.4.3.1 - BÊBEDA

O aglomerado da Bêbeda localiza-se no limite Norte da ZILS, ao longo da margem esquerda da ribeira da Sancha, na transição duma paisagem de montados e pinhais para a várzea da referida ribeira (Figura 36). O aglomerado corresponde a um conjunto de edificações isoladas com uma densidade máxima não superior 4 edifícios/hectare. As funções urbanas resumem-se a um café junto à ER 261-5.

A acessibilidade à Bêbeda depende exclusivamente do automóvel particular e os acessos, precários, são um factor de risco para a circulação rodoviária.

Nesta área existe um parque de sucata e a paisagem é pontualmente manchada pela deposição de entulhos e resíduos perigosos (bidões de crude e derivados do petróleo). Esta área foi, em sede de PU, incluída na estrutura ecológica da ZILS tendo por objectivos a conservação da qualidade do meio hídrico na ribeira da Sancha e o reforço da compartimentação da paisagem nesta área de transição.

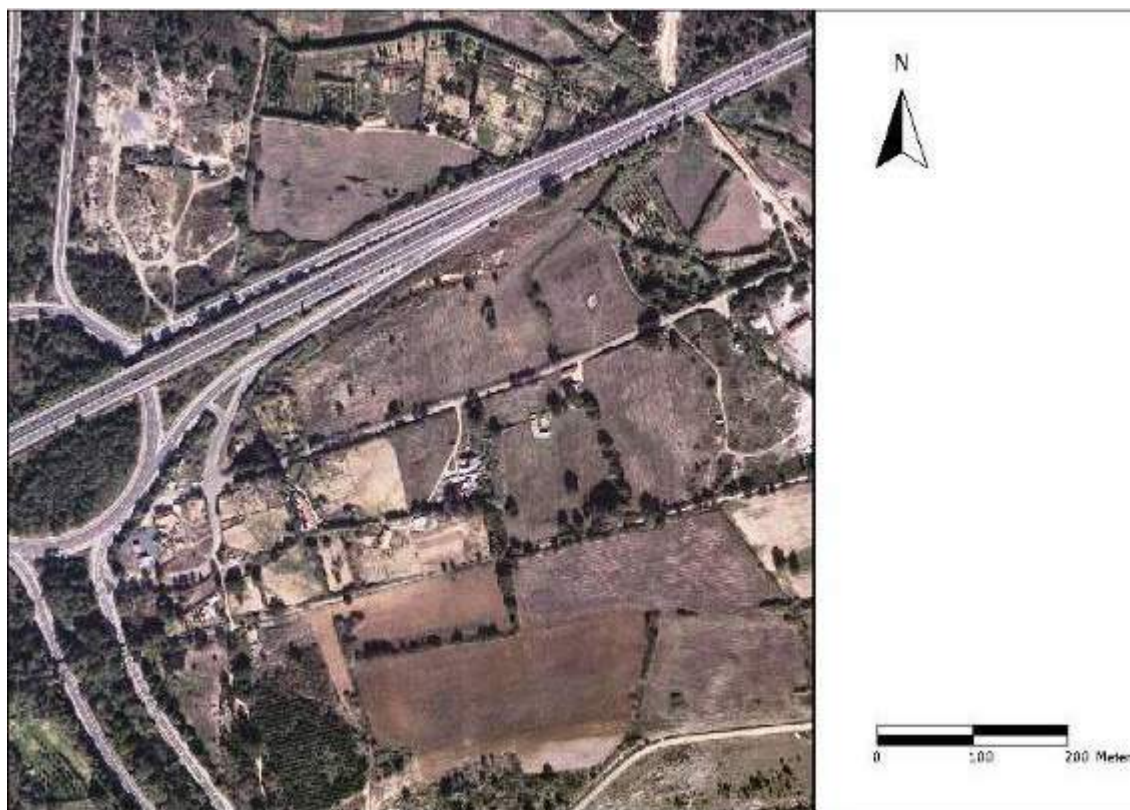


Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 36 - Fotografia aérea da Bêbeda

A Bêbeda pela sua localização estratégica, entre Sines e V. Nova de Santo André, poderá desenvolver-se como ponto de apoio à visita da Lagoa da Sancha, salvaguardando os impactos negativos que o desenvolvimento urbano possa ter sobre a ribeira da Sancha. Uma boa acessibilidade em modos suaves e uma travessia segura sobre a ER 261-5, que vencesse o efeito barreira desta via, seriam fundamentais para atingir esse objectivo de maior inclusão da Bêbeda na rede urbana.

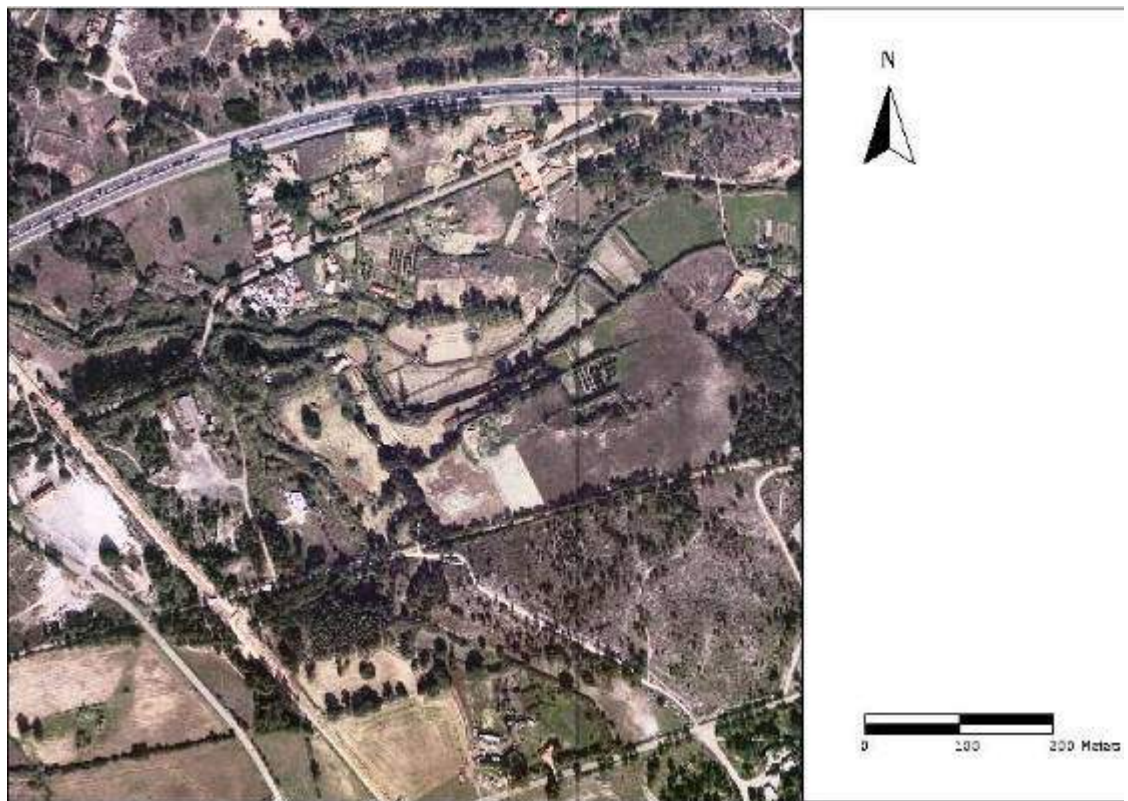
8.4.3.2 - BOLBUGÃO, PARDIEIROS, DALDA E BARBUDA



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

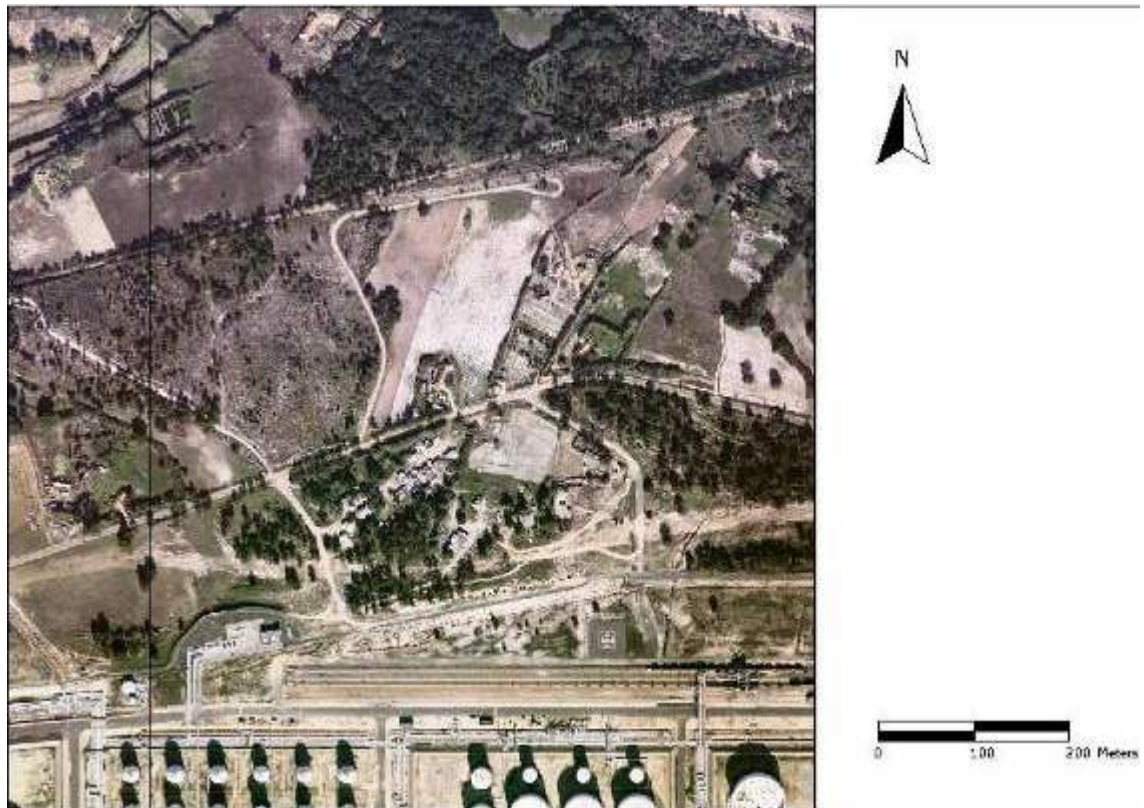
Figura 37 - Fotografia aérea dos Pardieiros e Bolbugão

Os aglomerados de Pardieiros, Bolbugão, Barbuda, Dalda fundem-se num conjunto de edificações dispersas cujos limites são: a Norte o IP8, a Sul a refinaria, a Este a ferrovia e a Oeste a ER261-5. A ausência de um centro e as poucas funções urbanas existentes - uma taberna e um café-restaurant - retiram carácter ao aglomerado. A densidade máxima do edificado não ultrapassa os 8 edifícios/hectare - na Dalda e Barbuda - situando-se nas restantes áreas abaixo dos 4 edifícios/hectare.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 38 - Fotografia aérea da Barbuda



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 39 - Fotografia aérea da Dalda

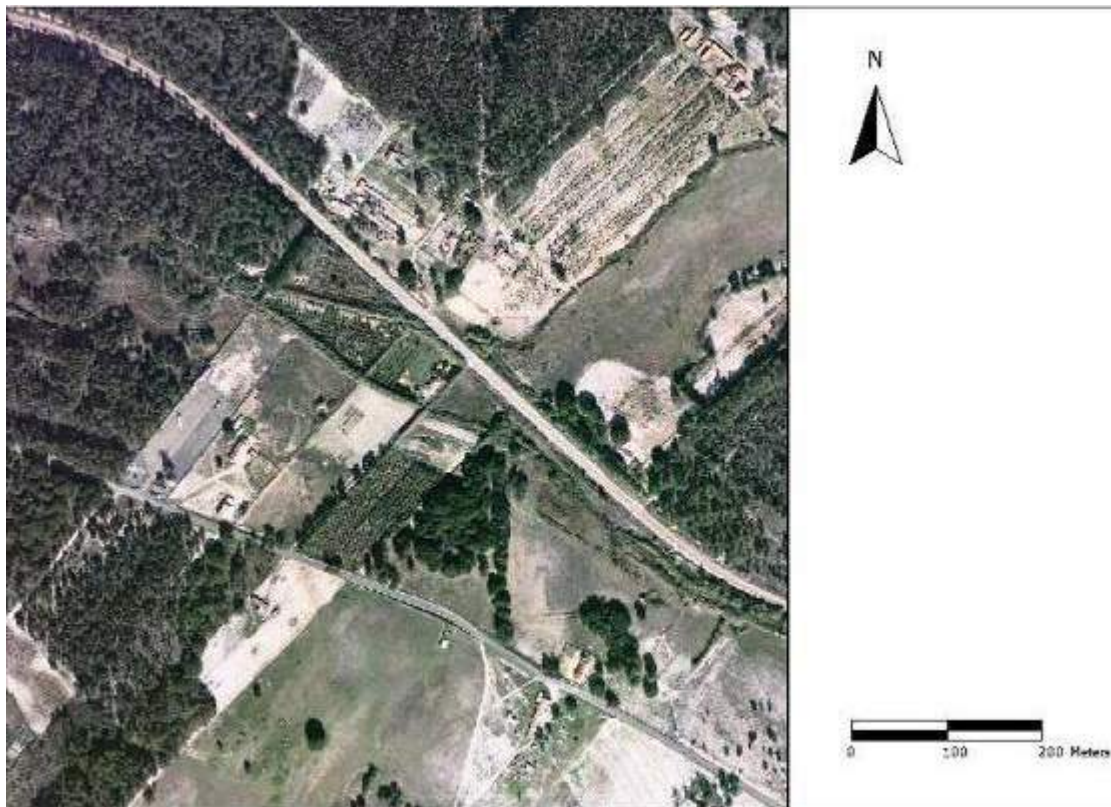
A compartimentação das hortas com vedações de sucata e a proliferação de edificações precárias, usadas para armazenar alfaias e animais, agravam a degradação paisagística em algumas áreas.

A proximidade à refinaria dá, frequentemente, origem a odores desagradáveis e representa, em caso de acidentes graves, um grave risco para a população residente.

8.4.3.3 - LENTISCAIS E CASINHA

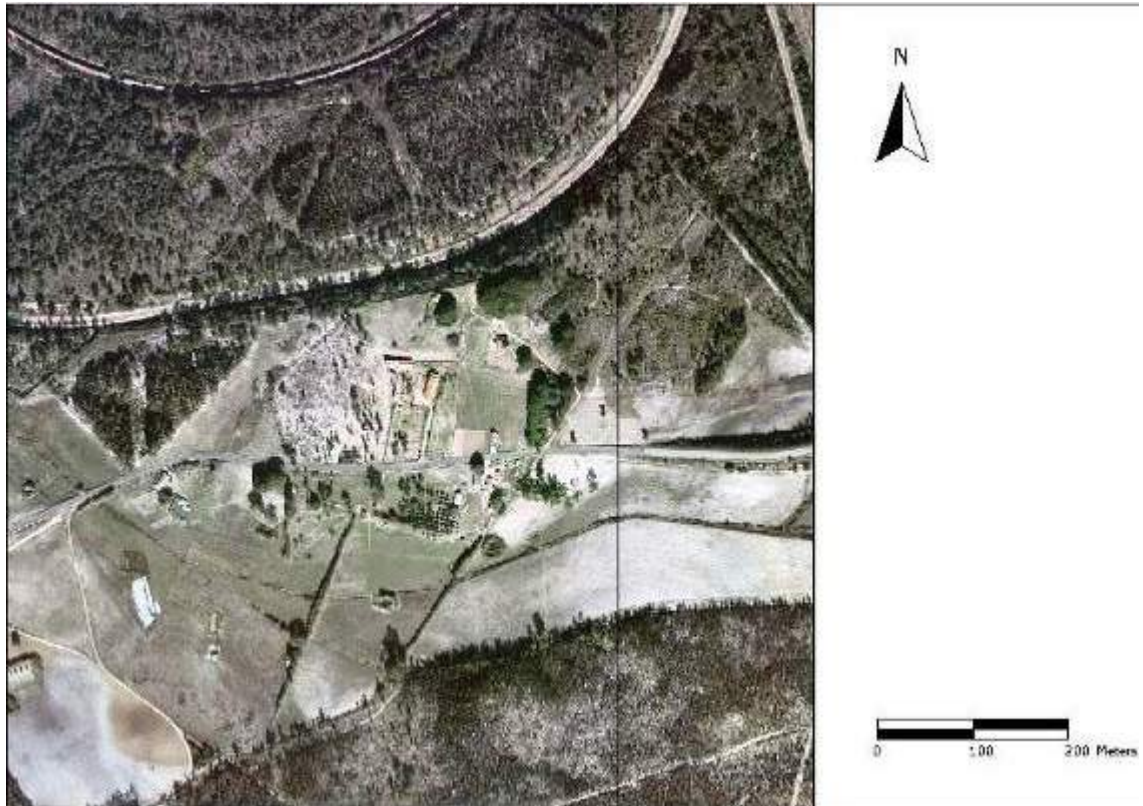
A Este da refinaria, ao longo do CM1092 e CM1090, localizam-se os aglomerados de Lentiscais e Casinha cujas densidades máximas não ultrapassam os 8 e 4 edifícios/hectare, respectivamente. Ambos dispõem de abastecimento de água e pontos de deposição de RSU, sendo a drenagem de efluentes assegurada por fossas individuais.

A Casinha não dispõe de quaisquer funções urbanas e nos Lentiscais localiza-se um parque de pesados sem qualquer serviço de apoio.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

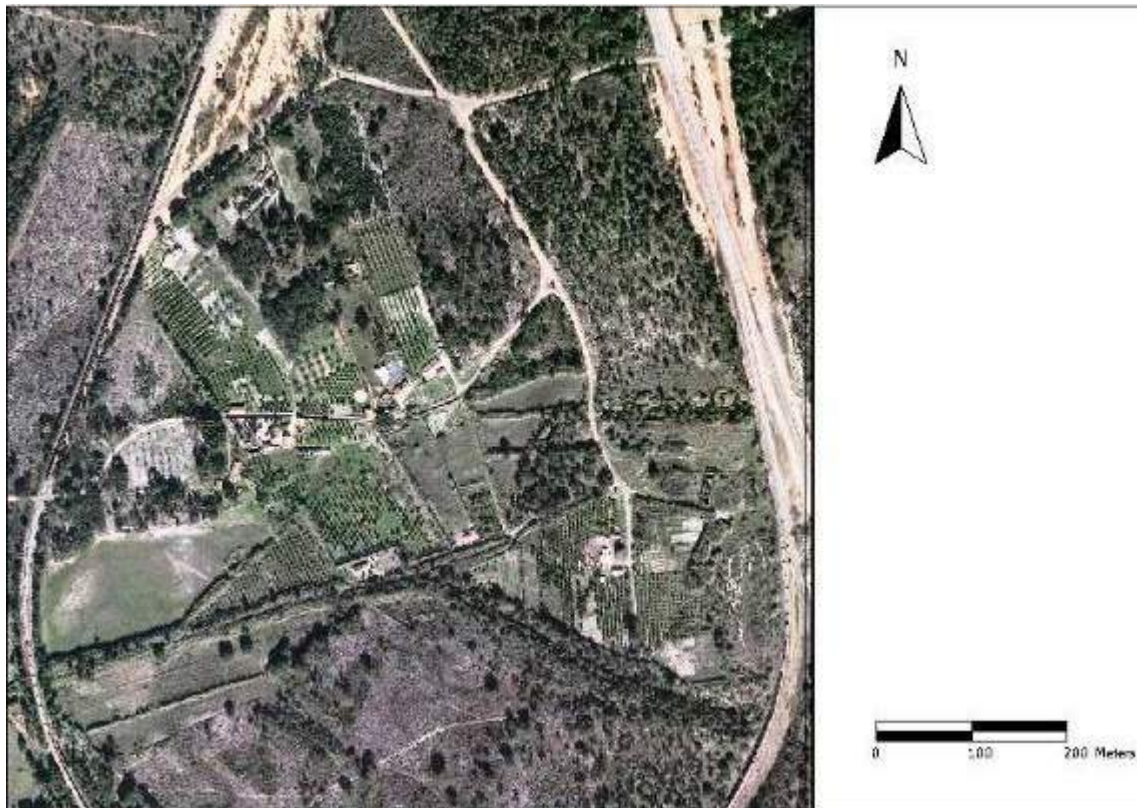
Figura 40 - Fotografia aérea dos Lentiscais.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 41 - Fotografia aérea do aglomerado da Casinha

A Nordeste dos Lentiscais, no interior da raquete ferroviária, localiza-se o aglomerado da Cerca Velha (Figura 42). Esta área de edificação dispersa está inserida numa paisagem rústica composta por um complexo sistema parcelar e cultural onde se misturam pomares, hortas, searas e pequenas manchas florestais. Na Cerca Velha não existem quaisquer funções urbanas e o edificado tem uma densidade máxima não superior a 4 edifícios/hectare.



Fonte: Levantamento aéreo, CMS, 2004.

Figura 42 - Fotografia aérea do aglomerado da Cerca Velha.

Toda a área da UOPG E – onde se inserem os aglomerados de Pardieiros, Bolbugão, Dalda, Barbuda e Lenticais - foi incluída na Estrutura Ecológica do PUZILS pela sua vocação agro-silvo-pastoril, com o fim de salvaguardar um corredor largo entre os sectores Norte e Sul da ZILS visando também não agravar os riscos de contaminação do solo e da água na bacia hidrográfica da ribeira de moinhos. Como tal não lhe é reconhecida uma especial vocação habitacional que se mantém, contudo, a título precário. O aglomerado da Casinha está incluído na Unidade de execução D3, também parte integrante da estrutura ecológica da ZILS.

8.4.4 - CONCLUSÃO

Entre os aglomerados rurais classificados pelo PDM 90 destacam-se os lugares do Paiol, Cabeça da Cabra, Ribeira de Moinhos e Cadaveira, pela sua dimensão significativa, mas também por um conjunto de características que os diferenciam dos restantes e lhes conferem algumas características de lugar (identidade, história, espaço relacional).

A Bêbeda pela sua localização estratégica, entre Sines e V. Nova de Santo André, poderá desenvolver-se como ponto de apoio à visita da Lagoa da Sancha, salvaguardando os impactos negativos que o desenvolvimento urbano pode ter sobre a ribeira da Sancha. A acessibilidade à Bêbeda depende exclusivamente do automóvel particular e os acessos, precários, são um factor de risco de acidentes rodoviários.

Entre os lugares inseridos no PNSACV destaca-se a Herdade da Parreira pela urgência de resolução da ocupação ilegal que se tem desenrolado nos últimos anos. O lugar de Morgavel, apesar de incipiente enquanto aglomerado, pode ser um importante ponto para a localização de equipamentos de apoio à visita e interpretação dos valores naturais e paisagísticos, reduzindo a pressão e o congestionamento da estrada costeira (CM1109).

Entre os aglomerados rurais da ZILS destacam-se, pelo contraste com a regra, nos lugares de Casinha, Lentiscais, Casoto, onde existem alguns prédios privados, ocupados com construções recentemente reabilitadas que apresentam boas condições de utilização. Entre eles destaca-se o Casoto pela vivência comunitária centrada no seu salão de festas e café.

Quadro 66 – Síntese da caracterização dos aglomerados rurais (1/2). Fonte: Dados disponibilizados pela CMS, 2008.

Topónimo	Localização do aglomerado;	Limites físicos	Tipo de povoamento e Densidade Máxima (ed/ha)	Infra-estruturas de Saneamento Básico					Funções Urbanas
				Rede viária	Sistema de Abastecimento de Água - AdSA, CMS (Captação)	Drenagem e tratamento de águas residuais	Capacidade deposição de RSU (l)	Deposição de recicláveis (nº de pontos)	
Afeiteira	Entre o limite Nordeste da Cidade de Sines e o IP8	a Norte o IP8, a Este a esteira de pipelines, a Sul Monte Chão, a Oeste a Cidade de Sines	[4,8] ed/ha	Betuminoso (Estrada da Afeiteira) e caminhos de terra - bom estado	Sines-CMS (EGC1,2,3,4 e JKC1 Monte Feio)	Fossas individuais	4400	2	-
Bairro Novo da Provença	A Sul da central termoelétrica, margem esquerda da ribeira da Junqueira	Definidos pelos arruamentos	[4,8] ed/ha	Betuminoso - bom estado	Bairro Novo da Provença-CMS (FD1 B° N Provença)	ETAR compacta	2200	1	Campo de Futebol, Restaurante
Barbuda	ZILS, entre a refinaria e o IP8.	IP8 a Norte, Pipelines a Oeste, caminho de terra a Sul, ferrovia a Este	[4,8] ed/ha	Betuminoso - bom estado	Sines-CMS (EGC1,2,3,4 e JKC1 Monte Feio)	Fossas individuais	3300	1	Café, restaurante, salão do povo, campo de futebol
Bêbeda	A Norte da ZILS, margem esquerda da ribeira da Sancha.	ER 261-5 a Oeste, Ténues nos restantes quadrantes	[1,2] ed/ha	Betuminoso - bom estado	Bêbeda-AdSA	Fossas individuais	990	1	Café
Bemparece	Sopé da Serra do Cercal	Ténues	[2,4] ed/ha	Caminhos de terra - mau estado	---	Fossas individuais	-	-	-
Bolbugão	ZILS, entre a refinaria e o IP8.	IP8 a Norte, ER 261-5 a Oeste, ténues nos restantes quadrantes	[4,8] ed/ha	Betuminoso - bom estado	Sines-CMS (EGC1,2,3,4 e JKC1 Monte Feio)	Fossas individuais	2200	-	-
Bragada	Sopé da serra de Santiago (Este da raquete ferroviária)	Indefinidos no eixo de ligação ao Casoto, ténues	[2,4] ed/ha	CM1090 e Caminhos de terra - razoável	Casoto-CMS (FD2 Casoto)	Fossas individuais	-	-	-
Brejos de Morgavel	Planalto interior	Caminhos de terra e cadastro (sebes)	[4,8] ed/ha	Caminhos de terra - razoável	-	Fossas individuais	-	-	-
Cabeça da Cabra	Sopé da Serra do Cercal	Ténues	[2,4] ed/ha	Betuminoso e caminhos de terra - bom estado	Cabeça da Cabra-CMS (EGC3 Fonte Mouro) e Adsa	Fossas individuais	13200	1	Jardim Infantil, campo de futebol
Cadaveira	A Norte da Cidade de Sines.	Ténues	[2,4] ed/ha	Betuminoso CM1086 e caminhos de terra - razoável	Sines-CMS (EGC1,2,3,4 e JKC1 Monte Feio)	Fossas individuais	1100	-	Pista de autocross
Casinha	ZILS, a Este da refinaria	Ténues	[4,8] ed/ha	Betuminoso - bom estado	Lentiscas-CMS (EGC1 e FD4 Lentiscas)	Fossas individuais	-	-	-
Casoto	A Este da raquete ferroviária	Indefinidos no eixo de ligação a Bragada, ténues	[2,4] ed/ha	CM1090 e Caminhos de terra - razoável	Casoto-CMS (FD2 Casoto)	Fossas individuais	770	-	Campo de Futebol, Salão de festas, Café

Legenda:

Limites físicos:

- Indefinidos - quando dois aglomerados próximos se dissolvem um no outro.
- Ténues – quando são esbatidos pela transição entre edificações dispersas e a paisagem envolvente.

Sistema de Abastecimento de Água: Nome do sistema – entidade responsável (identificação do furo)

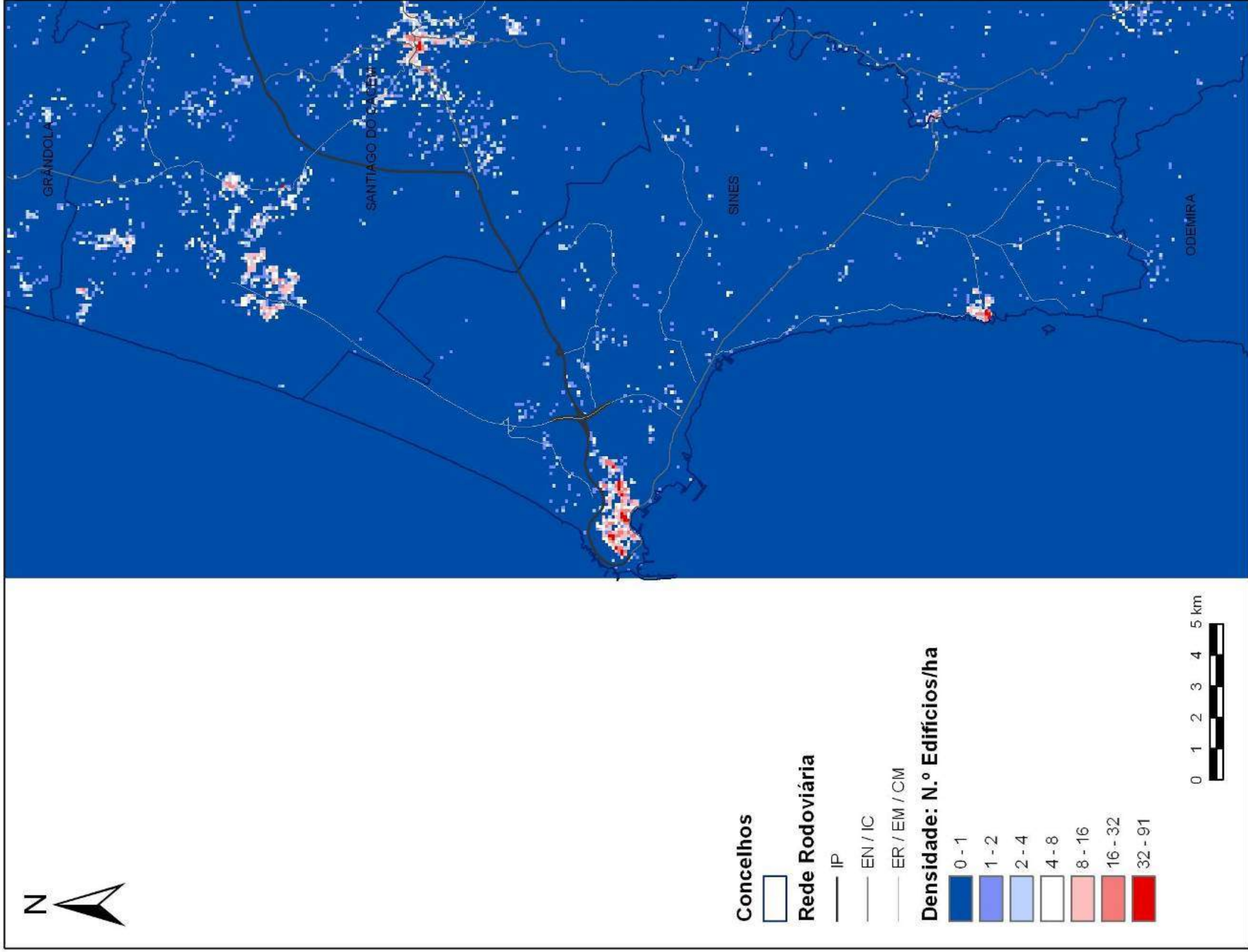
Quadro 67 - Síntese da caracterização dos aglomerados rurais (2/2). Fonte: Dados disponibilizados pela CMS, 2008.

Topónimo	Localização do aglomerado;	Limites físicos	Tipo de povoamento e Densidade Máxima (ed/ha)	Infra-estruturas de Saneamento Básico					Funções Urbanas
				Rede viária	Sistema de Abastecimento de Água - AdSA, CMS (Captação)	Drenagem e tratamento de águas residuais	Capacidade deposição de RSU (l)	Deposição de recicláveis (nº de pontos)	
Cerca Velha	ZILS, raquete ferroviária	Afluente da Rib. ^a Moinhos a Sul, raquete ferroviária	[4,8] ed/ha	Caminhos de terra - razoável	Cerca Velha-CMS (EGC1 e FD3 Cerca Velha)	Fossas individuais	-	1	-
Dalda	ZILS, entre a refinaria e o IP8.	Indefinidos no eixo de ligação a Bragada, ténues	[4,8] ed/ha	Betuminoso - bom estado	Sines-CMS (EGC1,2,3,4 e JKC1 Monte Feio)	Fossas individuais	1540	-	-
Fontemouro/Colmeia	Planalto interior	Ténues	[2,4] ed/ha	Betuminoso (CM1115) e caminhos de terra - bom estado	Fonte Mouro-CMS (EGC3 Fonte Mouro) e Adsa	Fossas individuais	3300	-	Café
Herdade da Parreira	Planalto interior	Definidos pelos Caminhos de terra	[1,2] ed/ha	Caminhos de terra - mau estado	-	Fossas individuais	-	-	-
Lentiscals	ZILS, a Este da refinaria	Ténues	[1,2] ed/ha	Betuminoso - bom estado	Lentiscals-CMS (EGC1 e FD4 Lentiscals)	Fossas individuais	5500	3	Parque de viaturas da ZILS
Morgavel	a jusante da barragem de Morgavel	Ténues	[1,2] ed/ha	Caminhos de terra - razoável	Morgavel-AdSA	Fossas individuais	1100	-	-
Paio	Encosta da serra	Ténues (CM1108 a Norte)	Disperso ao longo das vias e estruturado num bi-polo Norte-Sul [4,8] ed/ha	Betuminoso e caminhos de terra - razoável	Paio-AdSA	Fossas individuais	5500	2	Mercearia, café, restaurante, salão do povo, campo de futebol
Palmeiras	No sopé de Monte Chãos e na ZILS a Sul da refinaria	Ténues	[2,4] ed/ha	ER261-5 e caminhos de terra razoável	-	Fossas individuais	6600	-	-
Pardieiros	ZILS, entre a refinaria e o IP8.	IP8 a Norte, ER 261-5 a Oeste, ténues nos restantes quadrantes	[2,4] ed/ha	Betuminoso - bom estado	Sines-CMS (EGC1,2,3,4 e JKC1 Monte Feio)	Fossas individuais	-	-	-
Pouca Farinha	Planalto interior	Definidos pela rede viária e cadastro (sebes)	[4,8] ed/ha	Betuminoso - bom estado	Fonte Mouro-CMS (EGC3 Fonte Mouro) e Adsa	Fossas individuais	5500	2	Café, restaurante, salão do povo
Ribeira de Moinhos	A Norte da Cidade de Sines, ao longo da ribeira de moinhos	Ténues	[2,4] ed/ha	CM1086 e caminhos de terra - mau estado	Sines-CMS (EGC1,2,3,4 e JKC1 Monte Feio)	Fossas individuais	5500	1	Café/restaurante
Terça Parte	Planalto interior	EM554 a Este, caminhos de terra, cortinas arbóreas nos restantes quadrantes	[4,8] ed/ha	Caminhos de terra - razoável	previsto-AdSA	Fossas individuais	1100	-	-
Várzeas	Planalto interior	Ténues	[1,2] ed/ha	Caminhos de terra - razoável	previsto-AdSA	Fossas individuais	1100	1	Restaurante

Legenda:
Limites físicos:

- Indefinidos - quando dois aglomerados próximos se dissolvem um no outro.
- Ténues – quando são esbatidos pela transição entre edificações dispersas e a paisagem envolvente.

Sistema de Abastecimento de Água: *Nome do sistema – entidade responsável (identificação do furo)*



9 - EQUIPAMENTOS COLECTIVOS E SERVIÇOS PÚBLICOS EXISTENTES

A caracterização dos equipamentos existentes no concelho de Sines envolveu uma revisão e actualização dos estudos constantes em vários instrumentos de gestão municipal referentes ao tema dos equipamentos colectivos. Foram eles os Planos de Urbanização de Sines e Porto Covo, os Planos de Pormenor da Cidade de Sines (PP Sul-Nascente, aprovado e os PP-Norte e PP-Poente em fase de elaboração) e outros instrumentos de planeamento e gestão municipal como a Carta Educativa de Sines, em vigor, e a Carta Desportiva em elaboração.

Apesar da natural concentração de equipamentos nos perímetros urbanos existem alguns equipamentos nos aglomerados rurais. Estes cingem-se aos sectores da educação, desporto lazer e a sua caracterização teve por base a Cartas Escolar e a Carta Desportiva assim como um levantamento do seu estado de conservação actual.

Nas tabelas de caracterização são indicadas as localizações, superfície ocupada pelos equipamentos, a respectiva área bruta de construção e o número de utentes, quando aplicável. A localização refere-se aos lugares e não às freguesias. O valor de população do Concelho usado para o cálculo de capitações refere-se aos Censos 2001, correspondendo a 13 577 habitantes.

9.1 - EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE SAÚDE

No concelho de Sines não há Estabelecimentos Hospitalares e o mais próximo, o Hospital do Litoral Alentejano, próximo de Santiago do Cacém localiza-se a cerca de 16 km da cidade de Sines. Encontra-se em funcionamento desde 2004 e serve as populações dos concelhos de Santiago do Cacém, Sines, Grândola, Odemira e Alcácer do Sal.

Existe no concelho uma unidade pública de saúde, o Centro de Saúde de Sines, com uma extensão em Porto Covo. A área⁸ destes equipamentos encontra-se bastante aquém dos critérios de dimensionamento recomendados para a população existente. As sedes de freguesia têm posto médico público e, na cidade de Sines, existem ainda várias clínicas de oftalmologia, uma de pediatria, um centro policlínico, um laboratório de análises (CLIDIS) e um Centro de Medicina do Trabalho (CEMETRA). A Listagem dos equipamentos de saúde, respectivas áreas e número de utentes inscritos apresenta-se no **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

Localização	Designação	Superfície (m2)	ABC (m2)	N.º Inscritos
Sines	Clínica Pediatria	60	60	-
Sines	CLIDIS - Clínica de diagnóstico de Sines	230	460	-
Sines	Centro de Saúde	850	450	18343
Sines	CEMETRA - Centro de Medicina do Trabalho da Área de Sines		300	7000 (varia com os trabalhadores temporários)
Sines	Centro Policlínico de Sines	245	490	-
Sines	Posto Médico S Marcos - EDP	190	190	-
Porto Covo	Centro de Saúde de Sines - extensão de Porto Covo	78	78	1400
Porto Covo	Posto Médico (nas instalações do Centro de Saúde)			-

Quadro 68: Equipamentos de Saúde no Concelho de Sines; Fonte – PU de Sines e PU de Porto Covo.

⁸ Segundo as NORMAS PARA PROGRAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE REDES DE EQUIPAMENTOS COLECTIVOS (DGOTDU, 1997) para uma população de 12 000 habitantes a área de um centro de saúde recomendada é de cerca de 1300 m2.

No aglomerado do Paiol funcionou um posto médico, com atendimento semanal, cujo serviço se encontra suspenso.

Existem duas farmácias na cidade de Sines e em Porto Covo.

9.2 - EQUIPAMENTOS DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO

Relativamente a equipamentos de ensino público, a oferta no concelho de Sines abrange os graus de ensino desde o Pré-Escolar até ao 12º Ano de Escolaridade. O número de estabelecimentos e o respectivo número de alunos evidenciam o forte contraste demográfico entre as freguesias de Sines e Porto Covo. Os valores são apresentados no Quadro 69.

Existem escolas do nível Pré-Escolar e 1º Ciclo em ambas as freguesias. O Ensino do 2º e 3º Ciclos, do 5º ao 12º ano de escolaridade, só existe na cidade de Sines, e corresponde às EB 23 Vasco da Gama e Escola Secundária Poeta Al Berto.

O ensino tecnológico promovido pela Escola Tecnológica do Litoral Alentejano está orientado para as actividades do complexo industrial e portuário. Actualmente ministra cursos de nível III, equivalente ao 12ª ano de escolaridade, e especialização tecnológica nível IV, estando prevista a oferta de cursos de licenciatura em Tecnologia e Gestão Industrial, promovidos pelo Instituto Politécnico de Setúbal.

O Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora (CIEMAR), em Sines, desenvolve formação para o 1º e 2º ciclos do ensino superior e investigação científica no domínio da biologia marinha.

Iniciou-se no ano de 2008 o ensino da música, na Escola das Artes de Sines, ainda sem reconhecimento técnico do ministério da educação. O processo de acreditação da escola encontra-se em curso e pretende-se que venha a incluir-se na rede de escolas no campo das artes.

Localização	Designação	Superfície (m2)	ABC (m2)	nº alunos
Sines	Jardim Infantil n.º 1 (nas instalações da EB1 n.º2)	5535	266	75
Sines	Jardim Infantil n.º 2	400	368	50
Sines	EB1 n.º1	9480	1443	72
Sines	EB1 n.º 2 "Quinta dos Passarinhos"	1004	1525	216
Sines	EB 2,3 Vasco da Gama	30970	29876	400
Sines	Escola Secundária Al Berto	53112	7800	1000
Sines	CIEMAR - Laboratório de Ciências do Mar da Univ. Évora	290	290	30
Sines	Escola das Artes de Sines	249.5	339.5	250
Sines	Escola Tecnológica do Litoral Alentejano	-	2280	250
Porto Covo	EB1 de Porto Covo	2564	398	72
Porto Covo	Jardim Infantil de Porto Covo		94	50

Fonte: Carta Educativa do Município de Sines (itálico) e informação disponibilizada pela C. M. Sines, 2008.

Quadro 69 – Equipamentos de Ensino Público e Investigação.

9.3 - EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os Equipamentos de Assistência Social concentram-se na sede de Concelho.

Existem três creches com jardins-de-infância, estando uma delas – O Pintainho – a funcionar em instalações provisórias até 2009, altura em que se prevê que esteja concluído o novo equipamento.

No que toca a Lares e Centros de Dia a oferta é assegurada pela Santa Casa da Misericórdia. Existem ainda dois espaços de convívio para a 3ª idade criados pela C.M. Sines.

Apresentam-se no Quadro 70 os equipamentos de assistência social existentes no Concelho.

Localização	Designação	Superfície (m2)	ABC (m2)
Sines	Infantário "O Capuchinho" - Sta Casa da Misericórdia	2040	615
Sines	Centro infantil de Sines "A Conchinha" - Segurança Social	17381	1934
Sines	Infantário "O Pintaíinho" - Caritas	4750	1020
Sines	Lar e Centro de Dia da Sta casa da misericórdia	6510	2668
Sines	Anexo 1 - Lar e Centro de Dia da Sta casa da misericórdia	1095	450
Sines	Anexo 2 - Lar e Centro de Dia da Sta casa da misericórdia		
Sines	Espaço Sénior (B.º 1º Maio)	147	147
Sines	Espaço Sénior (Jardim das Descobertas)	64	64

Fonte: PU de Sines e informação disponibilizada pela C. M. Sines, 2008.

Quadro 70– Equipamentos de Assistência Social existentes no Concelho de Sines.

Existem ainda seis equipamentos de assistência social previstos pelo Plano de Urbanização de Sines e Planos de Pormenor Norte e Sul-Nascente, totalizando uma superfície bruta de 6162 m². Também o Plano de Urbanização de Porto Covo aponta a criação de um Centro Cívico onde se prevê a localização entre outros, de um infantário e de um centro de dia, que colmatariam as carências actuais de equipamentos de assistência social. No Quadro 71 encontram-se discriminados os fins dos referidos equipamentos assim como as respectivas áreas, de acordo com o que está previsto no PU de Sines.

Localização	Designação	Superfície	IGT
Sines	Centro de Dia	2640	PP Norte
Sines	Centro Infantil	826	PP Norte
Sines	Assistência Social	658	PP Norte
Sines	Assistência Social	1202	PP Sul-Nascente
Sines	Assistência Social	418	PP Sul-Nascente
Sines	Centro Infantil	418	PP Sul-Nascente
Porto Covo	Centro de Dia	-	PU Porto Covo
Porto Covo	Centro Infantil	-	PU Porto Covo

Fonte: Planos de Urbanização de Sines e Porto Covo

Quadro 71 - Equipamentos de Assistência Social previstos para o Concelho de Sines.

9.4 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Existem no Concelho de Sines 35 equipamentos desportivos, totalizando uma área próxima dos 100 500 m², divididos nas seguintes tipologias: Grandes Campos de Jogos, Pequenos Campos de Jogos, Pavilhões Gimno-Desportivos, Piscinas, Salas Polivalentes e Outros.

Existem 9 Grandes Campos de Jogos cujas áreas se situam entre os 7455 e os 3 937 m², 6 Pequenos Campos de Jogos com áreas entre os 2 190 e 264 m², um Pavilhão Gimno-Desportivo com 924 m², as Piscinas Municipais que totalizam 561 m², 7 Salas Polivalentes com áreas entre os 135 e 194 m², e ainda outros 9 equipamentos de diversas modalidades. Entre estes últimos, uma referência especial ao campo de tiro aos pratos da Associação de Caçadores cuja localização, na proximidade da Escola Secundária não oferece a segurança desejável, devendo prever-se uma nova localização.

São apresentados na Quadro 72 os equipamentos desportivos existente.

Localização	Designação	Dimensões (m ²)	Tipologia	Propriedade	Conservação	Ano
Sines	Sines Pavilhão dos Desportos	924	Pavilhões gimnodesportivos	C.M. Sines	Bom	1985
Sines	Campos de Ténis	528	Pequeno Campo	C.M. Sines	Bom	2002
Sines	Estádio Municipal Campo treinos 3	907	Pequeno Campo	C. M. Sines	Razoável	2004
Sines	Campo de Futebol 7	2190	Pequeno Campo	C. M. Sines	Razoável	2001
Sines	Polivalente Baixa de S.Pedro	860	Pequeno Campo	Associação de Moradores	Bom	1992
Sines	Mini Campo do Bairro da Floresta	264	Pequeno Campo	C. M. Sines	Bom	2008
Sines	Piscina Municipal	425	Piscinas	C.M. Sines	Bom	2005
Sines	Tanque de Aprendizagem	136	Piscinas	C.M. Sines	Bom	2005
Sines	Salão do Povo	288	Sala Polivalente	Junta de Freguesia de Sines	Bom	
Sines	Salão dos Bombeiros V. Sines	294	Sala Polivalente	B. V. Sines	Bom	
Porto Covo	Campo do Mar	6100	Grande Campo	G. D. Porto Covo	Razoável	1977
Porto Covo	Polivalente de Ar Livre e campo de ténis	800	Pequeno Campo	Junta de Freguesia de Porto Covo	Bom	2005
Porto Covo	Salão de Convívio	190	Sala Polivalente	G. D. Porto Covo	Razoável	2001
Paio	Campo de Futebol	5400	Grande Campo	Associação de Moradores	Razoável	2001
Paio	Salão do Povo	135	Sala Polivalente	Associação de Moradores	Bom	
Foros da Pouca Farinha	Salão do Povo	135	Sala Polivalente	Associação de Moradores	Bom	
Casoto	Campo de Futebol	4717	Grande Campo	Particular	Bom	2002
Casoto	Salão do Povo	135	Sala Polivalente	Associação de Moradores	Bom	
Cadaveira/Rib.ª de Moinhos	Pista de AutoCross	33600	Outros	Clube Ases do Volante	Razoável	
Cabeça da Cabra	Campo de Futebol	4536	Grande Campo	Particular	Mau	
Bº Novo da Provença	Campo de Futebol	5225	Grande Campo	Particular	Mau	

Localização	Designação	Dimensões (m ²)	Tipologia	Propriedade	Conservação	Ano
Sines	Sines Pavilhão dos Desportos	924	Pavilhões gimnodesportivos	C.M. Sines	Bom	1985
Sines	Campos de Ténis	528	Pequeno Campo	C.M. Sines	Bom	2002
Sines	Estádio Municipal Campo treinos 3	907	Pequeno Campo	C. M. Sines	Razoável	2004
Sines	Campo de Futebol 7	2190	Pequeno Campo	C. M. Sines	Razoável	2001
Sines	Polivalente Baixa de S. Pedro	860	Pequeno Campo	Associação de Moradores	Bom	1992
Sines	Mini Campo do Bairro da Floresta	264	Pequeno Campo	C. M. Sines	Bom	2008
Sines	Piscina Municipal	425	Piscinas	C.M. Sines	Bom	2005
Sines	Tanque de Aprendizagem	136	Piscinas	C.M. Sines	Bom	2005
Sines	Salão do Povo	288	Sala Polivalente	Junta de Freguesia de Sines	Bom	
Sines	Salão dos Bombeiros V. Sines	294	Sala Polivalente	B. V. Sines	Bom	
Porto Covo	Campo do Mar	6100	Grande Campo	G. D. Porto Covo	Razoável	1977
Porto Covo	Polivalente de Ar Livre e campo de ténis	800	Pequeno Campo	Junta de Freguesia de Porto Covo	Bom	2005
Porto Covo	Salão de Convívio	190	Sala Polivalente	G. D. Porto Covo	Razoável	2001
Paio	Campo de Futebol	5400	Grande Campo	Associação de Moradores	Razoável	2001
Paio	Salão do Povo	135	Sala Polivalente	Associação de Moradores	Bom	
Foros da Pouca Farinha	Salão do Povo	135	Sala Polivalente	Associação de Moradores	Bom	
Casoto	Campo de Futebol	4717	Grande Campo	Particular	Bom	2002
Casoto	Salão do Povo	135	Sala Polivalente	Associação de Moradores	Bom	
Cadaveira/Rib. ^a de Moinhos	Pista de AutoCross	33600	Outros	Clube Ases do Volante	Razoável	
Cabeça da Cabra	Campo de Futebol	4536	Grande Campo	Particular	Mau	
B ^o Novo da Provença	Campo de Futebol	5225	Grande Campo	Particular	Mau	

Fonte: Informação disponibilizada pela Secção de Desporto da C. M. Sines, 2008.

Quadro 72 – Equipamentos Desportivos existentes.

Os equipamentos desportivos existentes no Concelho originam numa capitação de 7,4 m²/hab que satisfaz plenamente a população, situando-se acima dos 4 m²/hab recomendados pelo Conselho Europeu.

Está ainda em curso o projecto de criação de um novo Complexo Desportivo Municipal, localizado numa área de 20 hectares a norte da cidade de Sines, que incluirá um Pavilhão Multiusos com 3 800 m² e capacidade para 3 646 lugares que incluirá um grande ginásio (32x24m²), uma sala de musculação, salas de fisioterapia e massagem e cinco salas para fitness. Para este novo complexo desportivo está projectado um Estádio municipal relvado com 7 140 m², uma pista de atletismo com quatro pistas e dois campos de futebol de relva sintética (56x100m e 50x84m) além de vários espaços desportivos ao ar livre.

Pretende-se que este novo Complexo Desportivo venha a substituir os actuais Parque Municipal António Martins e Estádio Municipal, libertando áreas centrais da cidade de Sines para outros fins.

O Plano de Urbanização de Porto Covo prevê também a criação de um parque desportivo, reservando-lhe uma área de 29 570 m² no limite Este do perímetro urbano, e outra área para equipamentos desportivos junto ao jardim Municipal de Porto Covo.

9.5 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS, DE RECREIO E LAZER

Os equipamentos culturais, de recreio e lazer revestem-se de grande importância para a qualidade de vida das populações e assumem, particularmente na cidade de Sines, um papel relevante na imagem colectiva da cidade que pretende afirmar-se como importante pólo cultural do Alentejo Litoral, capaz de se sobrepor à imagem de complexo industrial. O valor do conjunto destes equipamentos e das actividades que acolhem e promovem é também bastante importante para o futuro desenvolvimento turístico.

No Quadro 73 estão discriminadas as áreas dos equipamentos Culturais, de Recreio e Lazer existentes, sendo a fonte o PU de Sines e informação disponibilizada pela C. M. Sines, 2008

Localização	Designação	Superfície (m2)	ABC (m2)
Sines	Centro de Artes e Biblioteca	2162	4310
Sines	Teatro Oficina - Contra Regra	190	190
Sines	Centro Cultural C. C. E. N.	228	456
Sines	Capela da misericórdia - museu de arqueologia	134,5	269
Sines	Museu de Sines, Casa Museu Vasco da Gama	4500	1468
Sines	Salão de Música/Soc Musical União Recreio e Sport sineense	735,5	1470
Sines	Salão do povo	322	644
Sines	Atelier de Carnaval	3276	3276
Sines	Associação dos Artesãos e Ofícios de Sines	63	126
Sines	Sociedade Columbófila Vasco da Gama	100	100
Sines	Clube de Pessoal da EDP	128	128
Sines	Parque de Merendas	7950	-
Sines	Casa da Juventude	140	140

Fonte: PU de Sines e informação disponibilizada pela C. M. Sines, 2008.

Quadro 73– Equipamentos Culturais, de Recreio e Lazer existentes.

O salão do povo, pelas suas características de sala polivalente, foi também considerado como equipamento desportivo por acolher o ensino da dança.

9.6 - CEMITÉRIOS

No concelho existem dois cemitérios, um na cidade de Sines no limiar da capacidade e outro em Porto Covo cuja expansão se encontra prevista no respectivo Plano de Urbanização.

Localização	Designação	Superfície (m2)
Sines	Cemitério	12600
Porto Covo	Cemitério	2108

Quadro 74 – Cemitérios do Concelho de Sines. Fonte: Planos de Urbanização de Sines e Porto Covo.

9.7 - ESPAÇOS VERDES

Os espaços verdes do concelho são maioritariamente compostos por pequenos jardins públicos (dimensões inferiores a 1 ha), um jardim público com 1,5 ha em Porto Covo e duas alamedas ajardinadas em Sines – a Alameda da Paz, parcialmente concretizada e a outra prevista para o Plano de Pormenor Sul-Nascente. A necessidade de espaços verdes com maior dimensão levou à previsão de um parque urbano com uma área próxima dos 6 hectares, para a área do parque de campismo de Sines, apontado pelo PP-Poente em elaboração.

Além destes parques urbanos existem, a Norte da cidade, áreas rústicas com interesse paisagístico que são usadas pela população para passeios e vilegiatura – como é o caso da Cova do Lago e Ribeira de Moinhos e da Reserva Natural da Lagoa da Sancha. Os projectos em curso apontam no sentido de fomentar o uso destes espaços pela população dotando-os de infra-estruturas de apoio à visitaçã – ciclovias, passeios pedestres, equipamentos de cultura e lazer.

Localização	Designação	Superfície (m2)	Estado
Porto Covo	Jardim Municipal de Porto Covo	15000	Concretizado
Sines	Jardim das Descobertas	7400	Concretizado
Sines	Jardim Largo da República	3033	Concretizado
Sines	Alameda da Paz	30000	60% Concretizado (18000 m2)
Sines	Jardim da Boavista	1496	Concretizado
Sines	Espaços Verdes	1857	Previsto no PP Sul-Nascente
Sines	Jardim Público	29920	Previsto no PP Sul-Nascente
Sines	Espaços Verdes - Alameda	9017	Previsto no PP Sul-Nascente
Sines	Parque Urbano	60000	Previsto PP em elaboração

Fonte: Informação disponibilizada pela C. M. Sines, 2008.

Quadro 75 – Espaços Verdes no Concelho de Sines.

9.8 - SERVIÇOS PÚBLICOS

Os Serviços Públicos, nomeadamente: Repartição de Finanças, Tesouraria da Fazenda Pública, Cartório Notarial, Conservatória do Registo Civil, Conservatória do Registo Predial, Conservatória do Registo Comercial, Centro de Emprego do IEFP, Posto Policial da GNR e Guarda Fiscal, Corporação de Bombeiros Voluntários e Bombeiros da APS, só existem na sede do concelho, cidade de Sines.

A Lei 52/2008 de 28 de Agosto, que estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais, apontou a criação de um Tribunal do Trabalho e de Família e Menores na cidade de Sines.

Em Porto Covo existiu um Posto da GNR cujo funcionamento foi suspenso em 2006. O PU prevê a localização de um novo posto da GNR e um quartel de bombeiros.

10 - CARACTERIZAÇÃO DOS CHEIROS NA CIDADE DE SINES

A ocorrência ocasional de odores desagradáveis na cidade de Sines é reconhecida pela generalidade da população e, apesar da sua composição e efeitos sobre a saúde serem alvo de discussões inconclusivas, considerou-se que esta matéria deveria ser abordada pelo PDM.

Na impossibilidade de caracterizar com rigor e em tempo útil, numa carta de odores, o tipo de compostos, a sua concentração e fonte de origem, e as condições meteorológicas que propiciam a sua ocorrência, adoptou-se uma abordagem de bio-monitorização através de um inquérito directo à população.

Considera-se que esta abordagem, apesar de falível e de rigor discutível, vai directamente ao encontro do problema em estudo - caracterizar os odores tal como eles são apercebidos pelos habitantes da cidade. Por outro lado, a duração e os custos inerentes à aquisição e manutenção de instrumentação capaz de detectar uma tão grande variedade de compostos químicos tornaria impraticável a inclusão do estudo no presente plano.

Pretende-se assim com este trabalho produzir a primeira carta de cheiros de Sines que servirá como base para um trabalho contínuo de actualização com base nos mesmos métodos – inquérito directo à população. Este trabalho poderá ser fortemente simplificado ao apoiar-se numa plataforma *web-sig* onde utilizadores registados – os bio-monitores – registariam com a frequência desejada os odores que sentem nos seus trajectos diários⁹.

10.1 - A CARTA DE CHEIROS DE SINES

O objectivo inicial da carta de cheiros era o de cartografar a ocorrência de odores desagradáveis, associados à presença industrial e à ETAR, no entanto, com o decorrer dos inquéritos, foram surgindo também aromas agradáveis que os inquiridos consideraram relevantes para a caracterização da dimensão olfactiva da cidade. Interessa ressaltar o valor

⁹ Este método de participação on-line é já hoje usado para a monitorização de epidemias de gripe em Portugal através do site – <http://www.gripenet.pt/>

identitário que alguns cheiros têm para a população certamente pela capacidade que o olfacto tem para gravar e despertar recordações. É o caso dos odores da maresia, das padarias, das churrasqueiras, da esteva e dos pinhais. Surgiram ainda outros odores desagradáveis não associados à indústria como o “cheiro a porcos” e a estrume ao longo da estrada da Afeiteira e junto da ZIL2.

10.2 - CARACTERIZAÇÃO DOS ODORES REGISTADOS

Gás/Óleos – este odor, que todos os inquiridos associam às indústrias, foi descrito como:

- um cheiro a gás ou enxofre;
- uma mistura de gás com alcatrão ou borracha queimada.

Pode ser facilmente detectado por qualquer pessoa que entre em Sines, pelo IP8, diluindo-se passado pouco tempo, razão que levou um dos inquiridos a dizer a propósito deste odor – *primeiro estranha-se, depois entranha-se*. É sentido diariamente na rotunda da Barbuda e, por vezes, em dias de vento Leste é detectado na cidade. No Verão, quando o vento reduz a sua intensidade, este odor faz-se sentir com maior frequência e intensidade na cidade de Sines, principalmente durante a noite e madrugada.

Também foi referido que, esporadicamente mas com bastante intensidade, se faz sentir na área junto ao parque de campismo de Sines. Os inquiridos associam-no às operações de descarga dos navios tanque no terminal petroquímico, o que não foi possível confirmar neste estudo.

Esgoto-Químico – este odor, atribuído pelos inquiridos à ETAR da Ribeira de Moinhos, foi considerado o mais desagradável de todos e descrito como:

- Um cheiro nauseabundo a podre, diferente do podre orgânico (p. ex. lodo, pântano);
- Um fedor a esgoto químico;

Este odor bastante intenso e desagradável pode ser frequentemente sentido na Cadaveira e Ribeira de Moinhos.

Eucalipto/Pinheiro – O cheiro a resina de pinheiro foi assinalado na área do parque de campismo de Sines no limite Norte do perímetro urbano de Sines, junto à estrada da Floresta. A Norte da Ribeira de Moinhos, até ao limite Sul da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha, este aroma mistura-se com o do eucalipto.

Esteva – Este aroma ocorre nos terrenos xistosos no interior do concelho, em terrenos pobres onde a esteva predomina. Ao caminhar por estas áreas detectam-se também odores a rosmaninho e outras plantas aromáticas

Flores – Alguns entrevistados referiram o aroma a flores no Rossio, provavelmente devido ao forte odor exalado pelos vários exemplares de pitósporo-ondulado ou incenso (*Pittosporum undulatum*).

Terra/Húmus – no limite Este da cidade de Sines, entre a baixa de São Pedro e Monte Chãos, subsiste alguma actividade agrícola – de pequenas hortas até cearas mais extensas – que decoram a paisagem e lhe conferem cheiros variados. Entre eles sobressai o aroma a terra lavrada, ou a húmus devido às operações de lavoura e rega.

Estrume – este cheiro faz-se sentir pontualmente na encosta de Monte Chãos e estrada da Afeiteira devido à existência de um curral de bovinos e pocilgas.

Maresia – O cheiro a mar foi sistematicamente referido nos inquéritos, o que demonstra o valor sentimental que os habitantes de Sines atribuem a este aroma. Por vezes, em dias de temporal, faz-se sentir por toda a cidade, mas pode ser sempre sentido junto ao Cabo de Sines e Costa do Norte, baía de Sines e costa de São Torpes.

Dunas – Os sistemas dunares que estabelecem a fronteira entre as praias e os pinhais - a Norte do Cabo de Sines – e os campos agrícolas ou pastagens – a Sul – são áreas com uma grande diversidade florística que lhes conferem um aroma complexo e muito característico. Estes aromas estão circunscritos ao sistema dunar e falésias não se propagando muito além dessas áreas. A combinação dos aromas da flora dunar e da maresia é um dos emblemas da costa Sudoeste. O avanço do chorão e da acácia, com a conseqüente perda da biodiversidade florística ainda existente, constituem uma ameaça à conservação deste aroma distintivo.

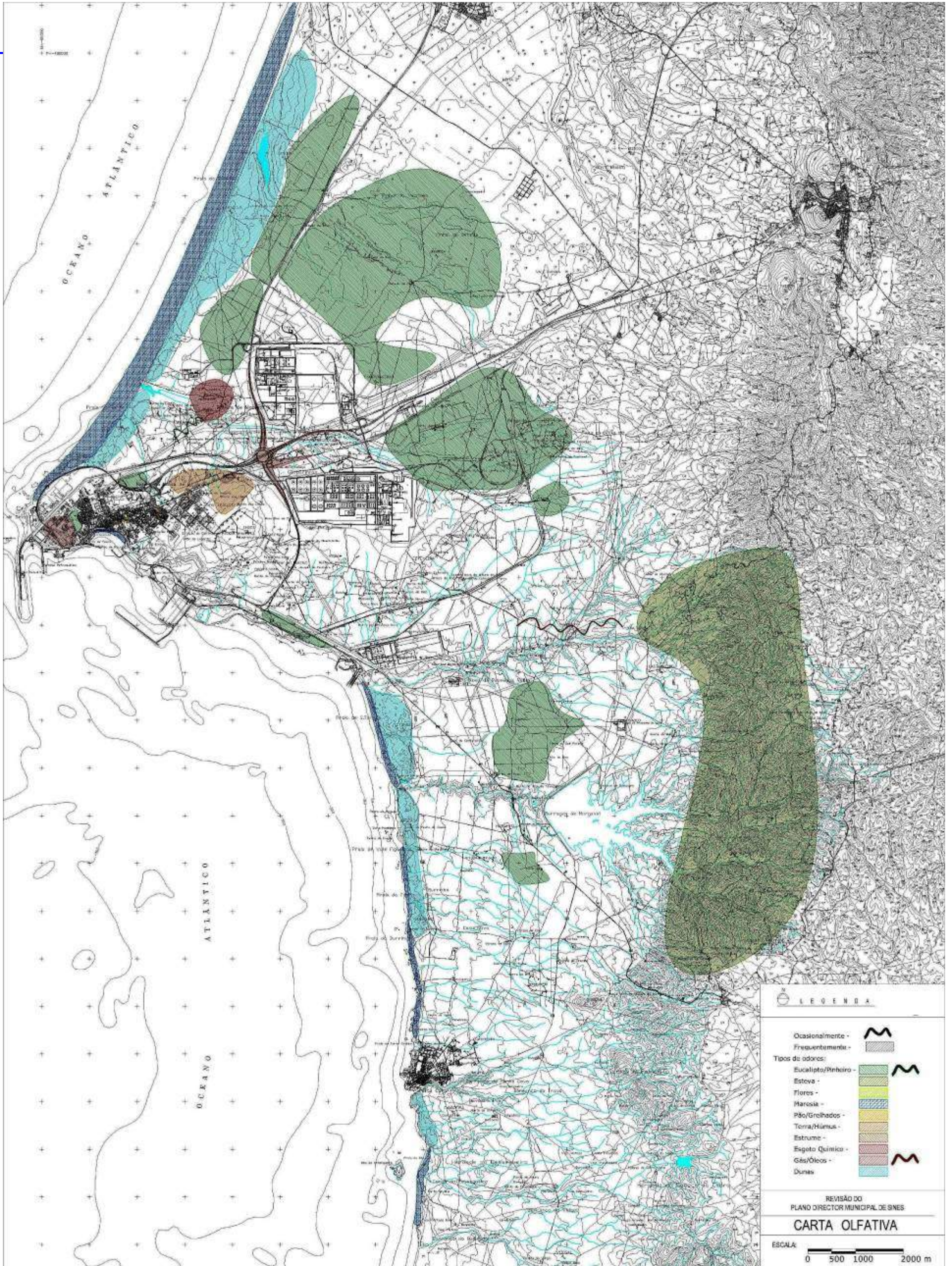
Pão/Grelhados – Alguns restaurantes pontuam o ar de Sines com aromas de carne e peixe grelhados que, juntamente com as padarias, definem no mapa olfactivo de Sines lugares importantes.

10.3 - BIO-MONITORIZAÇÃO DOS CHEIROS ATRAVÉS DE WEB-SIG

Este mapa olfactivo de Sines pretende ser um ponto de partida para um trabalho de monitorização em contínuo. A eficiência desta monitorização poderá ser fortemente apoiada pela existência de uma plataforma web-sig onde qualquer pessoa se possa registar como bio-monitor contribuindo, de forma gratuita, para a recolha de informação neste domínio.

No presente trabalho apenas se procurou, a partir da experiência dos inquiridos, cartografar, as áreas onde mais frequentemente se fazem sentir determinados odores. Com a monitorização contínua poder-se-á realizar uma descrição mais rigorosa, no espaço e no tempo, ao incluir a data e hora a que o utilizador detectou o referido odor. Esta informação, sendo guardada em base de dados, permitirá um posterior cruzamento com dados meteorológicos (p. ex. direcção e velocidade do vento) e uma análise de frequências espaciais e temporais da ocorrência de determinados cheiros.

Assim o sistema *web-sig* funcionará à semelhança de outras plataformas actualmente existentes (p. ex. *googlemaps* e *livemaps*) podendo até em parte apoiar-se nelas. O sistema deverá guardar informação que permita identificar cada utilizador e os seus registos nomeadamente: data, hora e local (indicado em mapa por um ponto, linha ou polígono), descrição do odor (escolha múltipla de várias opções com a possibilidade de acrescentar outros).



11 - DINÂMICA HABITACIONAL

11.1 - INTRODUÇÃO

Abordar o problema da habitação no concelho de Sines, constitui um desafio com alguma dificuldade, se tivermos em atenção que, desde o princípio dos anos 70 do século passado, o concelho tem visto o seu desenvolvimento associado a “fenómenos exógenos de natureza económica política e social.”

Na realidade, as políticas de desenvolvimento regional implementadas no Município tem tido a sua origem na Administração Central, através de um conjunto de decisões do tipo “ TOP DOWN”. Foram estas que sempre determinaram, pela sua dimensão estratégica e económica, as formas de crescimento que o Concelho e a cidade assumiram desde então, em consonância com o maior ou menor sucesso que essas decisões/ políticas obtiveram no contexto nacional e internacional.

Estamos assim perante um território de difícil interpretação, já que se excepciona, em algumas situações, das tendências estatísticas e censitárias do contexto geográfico onde se insere.

Exemplo do que afirmamos é o gráfico referente à evolução do concelho de Sines e principais ocorrências nacionais e locais com impacto demográfico (Fonte: INE, CENSOS 2001, APS), constante do Relatório e Memória Descritiva do Plano de Urbanização de Sines, elaborado pelo Cesur em 2002.

11.2 - O ENQUADRAMENTO REGIONAL

Apesar de neste momento assumir apenas o estatuto de documento provisório, o Plano Estratégico de Habitação para o período de 2008/2013, mandado elaborar pelo IHRU, constitui um importante e rigoroso acervo de informações, do qual nos socorremos para estabelecer alguns indicadores para a cidade de Sines e o seu concelho.

Assim, com base neste documento, do qual remetemos para anexo deste relatório um resumo com dados referentes à Região do Alentejo e do Alentejo Litoral, podemos formular um

cenário de enquadramento / referência, que nos permite contextualizar o concelho de Sines na sua dimensão Regional e Nacional.

11.2.1 - CRESCIMENTO IMOBILIÁRIO – DINÂMICA DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

Apresentando um comportamento semelhante ao de outros países europeus, no sentido da diminuição das taxas de crescimento dos alojamentos, desde a década de 70 do séc. passado tem-se verificado em Portugal um desfasamento entre o número de famílias e o crescimento do número de alojamentos. O Alentejo Litoral e o Pinhal Interior Sul são as NUT III, com taxas de crescimento do número de alojamentos mais desafogados dos níveis de crescimento do número de famílias.

Na realidade, de numa situação equilibrada em 1981, em que o número de alojamentos era ligeiramente superior ao número de famílias, chegamos a 2001 com um desfasamento considerável entre estes dois indicadores, em que o número de fogos excede largamente o número de famílias (ver gráfico em anexo I).

Por outro lado, a região possui o parque habitacional mais antigo do País, com apenas 50% das construções existentes a serem posteriores a 1974, valor inferior em 10% à média nacional, sendo deste modo a região com a maior idade média de edifícios (46,5).

Também no que se refere ao peso dos alojamentos clássicos, construídos nos últimos 30 anos, o Alentejo foi a região menos expansiva, embora seja de admitir que este indicador, quando desagregado para a faixa Litoral, verifique uma ligeira melhoria.

11.2.2 - FORMA E REGIME DE OCUPAÇÃO

No que respeita à classificação dos alojamentos por forma de ocupação, o Alentejo regista um uso como residência habitual na ordem dos 65,2%, contra uma média nacional de 70,7%. Já a taxa de ocupação pelo próprio, 77,8%, é superior à verificada na média do País, 76%.

11.2.3 - TRANSACÇÕES COMERCIAIS

Em Portugal o volume de transacções de prédios e fracções tem vindo a decrescer, registando de 2000 a 2004 uma diminuição de 20%, em contraponto ao grande crescimento de 51.4%, verificado entre 1994 e 1999.

Esta situação, aliás bem visível, decorre não só do excesso de oferta, mas também da crescente subida das taxas de juro e da má conjuntura económica nacional e internacional, factores estes naturalmente indissociáveis.

Neste contexto de retracção do mercado, as regiões do Alto Alentejo e do Alentejo Litoral, integram o grupo das NUTS III menos dinâmicas, com o Alentejo Litoral a escalonar-se no 4º lugar do fundo da tabela, com 18,7% das transacções acumuladas/parque habitacional médio, (2001-2004).

11.2.4 - CONSTRUÇÃO VS. REABILITAÇÃO

O Alentejo teve uma evolução anual constante, ainda que baixa, nos fogos concluídos entre 1994 e 2005, ainda que apenas superior à verificada nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Contudo, a região teve das mais altas taxas de reabilitação/ reconstrução em termos do total de fogos intervencionados, conforme se evidencia no período de 2003 a 2005, onde o reforço da reabilitação foi mais expressivo.

11.2.5 - PREÇO DA HABITAÇÃO

Devido à procura de segunda habitação e de alojamentos com carácter turístico, o Alentejo Litoral apresenta preços elevados e taxas de crescimento bastante dinâmicas.

O limiar da acessibilidade detectado (número de Salários Mínimos Nacionais necessários para garantir um alojamento no Alentejo Litoral), encontra-se no intervalo (2-2,5), sendo cerca de 12% da média do continente, representando uma variação de cerca de 26%, entre 2002 e 2007. De acordo com o estudo mandado elaborar pelo IHRU, o rendimento anual bruto, que permite o acesso ao mercado privado, é de 11.593 € para a região do Alentejo Litoral.

11.2.6 - DEGRADAÇÃO E SOBRELOTAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

Apesar da relativa juventude do parque habitacional português, constata-se uma forte degradação do seu edificado, uma vez que existem cerca de “1,6 milhões de fogos a necessitar de pequenas e medias reparações e 365 mil fogos muito degradados ou a precisar de grandes reparações”.

Neste universo, a região apresenta uma das menores taxas de degradação do país, sendo que a maioria das situações detectadas, se enquadram nas pequenas reparações.

Da mesma forma, a taxa de sobrelotação é igualmente das menores do país (5%), num contexto em que os alojamentos, considerados sobrelotados constituem 16% do parque habitacional nacional, correspondendo a 601 mil famílias, situação que em termos europeus só é superada pela Grécia.

11.3 - A PROCURA E A OFERTA DE HABITAÇÃO

11.3.1 - A OFERTA HABITAÇÃO EM PORTUGAL

A oferta de habitação no país pode caracterizar-se de acordo com as seguintes tendências, tendo em conta os indicadores apurados no PEH:

- Aumento do número de empresas de construção e de imobiliárias, acompanhado de uma maior entrada de empresas de capital estrangeiro.
- Aumento significativo da oferta de habitação nova até 2002.
- Insipiência do mercado de reabilitação de habitação.
- Aumento do número de fogos por edifício e dos custos de construção.
- Aumento dos preços de venda e dinâmicas construtivas diferenciadas territorialmente

11.3.2 - O SECTOR DA CONSTRUÇÃO

Tal como na maior parte dos países, o sector da construção assume entre nós um papel de grande peso no conjunto da economia, representando 6,5% do VAB, 10,9% do emprego e

52,6% da F.B.C.F., sendo que desde 2002 estes dois últimos indicadores têm apresentado uma tendência decrescente, em consonância com o abrandamento da economia verificado nos últimos anos.

Não é assim de esperar uma retoma do sector nos tempos mais imediatos, dada a sua dependência do investimento público, hoje altamente estrangido pelas medidas de combate ao défice orçamental, bem como da contínua subida das taxas de juro, que desincentivam a compra de habitação própria.

11.3.3 - SINES – OS DADOS ESTATÍSTICOS DO LADO DA OFERTA

A C. M. Sines elaborou em 2008 e referente a 2007, através da sua Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, um Anuário Urbanístico do Concelho de Sines, instrumento da maior importância para o exercício da actividade do Planeamento e do Ordenamento do Território.

A análise estatística pelo lado da oferta é realizada através da emissão das licenças ou autorização de utilização, adiante designadas por licenças de utilização. É com este documento que é possível efectivar uma aquisição pelo que importa analisar com detalhe este procedimento administrativo. Através da análise da emissão de licenças ou autorizações de construção, adiante designadas por licenças de construção, é ainda possível ter uma ideia precisa da dinâmica do sector e das expectativas que os promotores têm em relação à evolução do mercado.

Da análise dos gráficos e das tabelas constantes deste trabalho, constata-se que o número de fogos novos construídos regista um aumento significativo entre 2002 e 2005, ano a partir do qual se verifica um decréscimo acentuado.

Embora esta situação se enquadre no contexto do país, importa referir que o concelho funcionou a contra ciclo entre 2002 e 2005, quando o número de fogos, quer a nível nacional quer a nível da região (Alentejo Litoral), verificava uma descida desde 2001/2002.

Curioso é também observar que os fogos unifamiliares apresentam um ritmo mais ou menos constante, não expressando as acentuadas descidas dos fogos em edifícios plurifamiliares,

pelo o que não é de excluir que o mercado de segunda habitação/turístico se tenha mantido no concelho, o que, a confirmar-se, sublinharia a viabilidade económica deste sector, o qual pode vir a desempenhar um papel de relevo na recuperação do centro histórico de Sines.

11.3.4 - AS DINÂMICAS DA PROCURA

No caso português as dinâmicas da procura de habitação vão encontrar a sua razão de ser num conjunto de factores, que passam pela mudança do modo de vida, pelas mudanças culturais, pelas alterações de natureza demográfica e, obviamente, pelas razões de ordem económica.

A estrutura da família assume aqui um papel da maior importância, não só pela diminuição da taxa de natalidade e do número de elementos da família, mas também pelo crescente envelhecimento da população e pelo aumento das pessoas vivendo sós.

A estas transformações associam-se as dinâmicas económicas e urbanas que promovem novas centralidades, quer pela concentração do emprego em áreas com acessibilidades e infra-estruturas, quer através do desenvolvimento de zonas habitacionais, periféricas ou não, que obedecem aos valores do mercado imobiliário, consoante a sua localização e qualidade urbanística.

11.3.5 - SINES – DADOS ESTATÍSTICOS DA PROCURA

Albergando seguramente algumas das situações enumeradas no ponto anterior, estamos em crer que a procura no concelho de Sines, limitada maioritariamente à cidade, depende da maior ou menor atractibilidade que as indústrias instaladas e a instalar vão exercer no mercado de emprego, sendo certo que neste momento a oferta excede a procura.

No entanto, e caracterizando a procura existente, podemos adiantar que na freguesia de Sines 85% dos prédios transaccionados (197), correspondem a habitação adquirida, sendo que destes, 71% correspondem a fogos em edifícios plurifamiliares, 14% a unifamiliares e 15% a fracções comerciais.

Já em Porto Covo verifica-se que 60% dos prédios transaccionados são rústicos e que apenas 40% são urbanos.

Temos assim uma clara diferenciação da procura no território concelhio.

Sines, com uma nítida abrangência supra concelhia, insere-se em dinâmicas demográficas e económicas de âmbito nacional. Porto Covo, com uma procura preferencial no mercado da segunda habitação e turístico, beneficiando da sua localização numa frente marítima e balnear.

11.4 - AS POLÍTICAS HABITACIONAIS DO MUNICÍPIO E O SEU ENQUADRAMENTO NO PLANO ESTRATÉGICO 2008/2013

No documento “Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013”, são propostas novas formas de abordagem da administração central, em parceria com a administração local, para se implementarem políticas habitacionais que decorram de um “Estado regulador mais do que provisor”.

“No campo específico das políticas habitacionais, o Estado passa cada vez mais de um agente provisor directo, para um estado subsidiário e regulador”.

“Estas novas funções públicas assentam cada vez mais em sistemas de parcerias, quer com os municípios quer com as entidades privadas, incluindo o sector cooperativo”.

É portanto neste novo contexto, ainda em discussão, que o Município de Sines terá de avaliar a sua possibilidade de inserção, face à realidade que quotidianamente gere nesta área.

De facto, na componente dos realojamentos, o Município tem vindo a trabalhar intensivamente desde 1999, tendo acordado, em 2000, com o então Instituto Nacional de Habitação, a realização de um programa de habitação social de 238 fogos, para pessoas a viver em barracas e casas degradadas do concelho. A 1ª fase deste programa, envolvendo 124 famílias, foi concluída em 2005, com a concretização do Bairro da Floresta (124 fogos). Este programa, executado ao abrigo do PER, representou um investimento de oito milhões e

oitocentos mil euros, 60% dos quais suportados pelo Município, que também contribuiu com o terreno.

Também no que se refere à habitação a custos controlados, a C.M.S. assinou um protocolo com a cooperativa de Habitação Promocasa, com vista à construção de 23 fogos na Zona Norte da Cidade.

Ainda no âmbito da habitação a custos controlados, a C.M.S. tem desenvolvido com o IHRU, alguns programas através da modalidade de CDH's, o mais recente dos quais a Quinta dos Passarinhos, começou a ser habitado em 2005.

No que se refere a fogos sociais colocados no mercado para arrendamento, a C.M.S. possui cerca de 200 fogos, enquanto que o IGAPHE- Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, possui aproximadamente 100 fogos.

A acrescentar a estas intervenções, a C.M.S. está a aplicar, desde Outubro de 2007, um novo regulamento para a atribuição de bonificação aos arrendatários dos fogos do Município, com vista a gerar um maior equilíbrio entre os valores dos arrendamentos e o endividamento dos agregados familiares.

Num primeiro momento, e tendo em conta os programas na área habitacional já desenvolvidos pela C.M.S. em parceria com o IHRU, com o IGAPHAE e com o sector cooperativo, não se nos afigura que o reforço do papel das autarquias pretendido no Plano Estratégico, possa vir a constituir uma dificuldade para o Município no quadro da **“parceria solidária entre o Estado e as Autarquias onde estas assumem de forma clara e contratualizada um papel importante, não apenas na execução mas na definição e execução das Políticas de Habitação. Claro que esta proposta assume os pressupostos das novas políticas de habitação definidas neste Plano e, nesse sentido, são também em larga medida exigentes para a construção de um novo paradigma de intervenção autárquica menos repetitivo e baseado quase exclusivamente na construção de nova habitação e na gestão corrente da habitação pública.**

Por parte dos Municípios – preferencialmente organizados para o efeito em associações ou empresas intermunicipais adequadas às proximidades e complementaridades territoriais ou pelo menos previamente concertados – espera-se no seu próprio interesse, um esforço adicional de planeamento, sob a forma de elaboração do documento de candidatura designado por PLH – Programa Local de Habitação, que terá como objectivo central a justificação necessária e suficiente do programa.

Preferencialmente, espera-se que estes Programas Locais de Habitação sejam instrumentos pragmáticos, mas também reflexivos sobre as necessidades de habitação, a co-responsabilização dos vários parceiros locais, a optimização da utilização dos recursos disponíveis, e não programas formais encomendados a entidades externas, ao aparelho e aos técnicos e operadores municipais.”

Não será portanto na elaboração dos Programas Locais de Habitação, no seu pragmatismo e capacidade de reflexão face à realidade existente, que residirão as dificuldades de implementação do programa, mas sim na viabilidade dos modelos de promoção propostos, bem como na exacta ponderação do peso do Estado enquanto elemento regulador, em detrimento do papel interventor, que pretende hoje secundarizar.

O problema habitacional é algo de concreto e tangível, que afecta de forma muito directa o estar e o viver das populações que habitam os aglomerados urbanos, o que implica não só a resolução do problema da habitação em si, mas também a dos equipamentos que na sua continuidade vão permitir o seu pleno e saudável funcionamento.

Nestas circunstâncias, uma visão integrada deste problema é um dado incontornável, que tem de se reflectir nas políticas e estratégias habitacionais que vierem a ser definidas entre o Estado e as Autarquias, o que exigirá certamente o posicionamento claro e inequívoco da administração central, no que se refere à sua capacidade de intervenção neste processo.